

relatório
& contas

2017



BancoBIC

Crescemos juntos



**relatório
& contas**

2017



BancoBIC

Crescemos juntos



Crescemos juntos

Em Maio de 2017 comemorámos o nosso 12.º aniversário. São 12 anos de crescimento e de sucessos que nos conduzem para um lugar cimeiro no Sector Bancário.

Moderno, dinâmico e fazendo uso das mais modernas tecnologias, o BIC pretende ser um Banco sólido, rentável, socialmente responsável, eficiente, ágil, vocacionado para a criação de valor e para ser parceiro das empresas e famílias.

Ao longo destes anos, o Banco BIC mantém-se fiel aos valores da marca, que assentam no permanente contributo para o desenvolvimento económico, cultural e social de Angola.

Um Banco que continua a crescer com presença nacional e internacional onde damos corpo ao lema "Crescemos Juntos".

“ Queremos crescer de forma sustentada e inovadora, oferecendo as melhores soluções aos clientes ”

índice

Mensagem do Presidente **04**

Principais Indicadores de Actividade **08**



01 | O Banco BIC Angola **10**

Estrutura Organizativa	12
Organograma Funcional	16
Política de Remunerações	26
Missão, Visão e Valores	27



04 | Sistema de Gestão do Risco **70**

Gestão do Risco	72
Compliance	74
Políticas e Processos de Gestão do Risco	74



02 | Enquadramento Macroeconómico **30**

Economia Mundial	32
Economia Angolana	37
Posicionamento do Banco BIC no Sector Bancário	44



05 | Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo **82**



03 | Enquadramento da Actividade **48**

Principais Linhas de Negócio	50
Rede de Distribuição e Presença Geográfica	53
Marcos Históricos	54
Marketing e Comunicação	60
Tecnologias de Informação	64
Recursos Humanos	66



06 | Análise Financeira **86**

Análise Financeira	88
Balanço	90
Demonstração dos Resultados	98
Proposta de Aplicação de Resultados	101



07 | Demonstrações Financeiras e Notas **102**

Demonstrações Financeiras	104
Anexo às Demonstrações Financeiras	108
Relatório de Auditoria	190
Relatório do Conselho Fiscal	192

+ Mensagem do Presidente

do Conselho de Administração



Exmos. Senhores,

No ano de 2017, embora num cenário de alguma recuperação, a manutenção do preço do petróleo em níveis reduzidos continuou a afectar negativamente a economia Angolana, com impacto ao nível da redução das receitas fiscais, da aceleração da inflação, de um maior desequilíbrio do mercado cambial, da diminuição acentuada das Reservas Internacionais Líquidas, bem como do aumento das taxas de juro de mercado e, conseqüentemente, de um menor incentivo ao investimento.

A redução das receitas em moeda estrangeira tem tido um impacto significativo em termos cambiais, em particular ao nível das Reservas Internacionais Líquidas, que decresceram cerca de 38% face ao ano anterior, para um stock de 13,3 mil milhões de Dólares a 31 de Dezembro de 2017. O volume de vendas de divisas aos bancos comerciais, por parte do Banco Nacional de Angola (BNA), ascendeu a cerca de 12,2 mil milhões de Dólares durante o ano de 2017, cerca de 50% abaixo dos volumes médios anuais vendidos entre 2013 e 2015.



O volume de vendas de divisas aos bancos comerciais, por parte do Banco Nacional de Angola, ascendeu a cerca de 12,2 mil milhões de Dólares durante o ano de 2017





A nossa rede bancária foi fortalecida com investimentos em infraestruturas e tecnologias de comunicação e iniciámos um conjunto de novos serviços, via internet, para facilitar o acesso ao Banco a todos os níveis.



Neste cenário de maior restrição, o BNA, enquanto agente regulador do mercado cambial, procurou alocar directamente as divisas disponíveis aos sectores e aos clientes considerados como prioritários.

Em 2017, o câmbio oficial do Kwanza face ao Dólar dos Estados Unidos manteve-se praticamente constante (desvalorização de cerca de 23% em 2016) o que, naturalmente, conduziu à redução do ritmo do aumento dos preços dos produtos da cesta básica, em particular dos produtos importados. A taxa de inflação para 2017 fixou-se em cerca de 26% o que compara com a taxa de 42%, verificada no ano anterior.

Desta forma, embora se tenha observado alguma recuperação da economia no ano de 2017, continuam a existir desequilíbrios macroeconómicos substanciais no País, que se traduzem em desafios constantes para os vários agentes económicos no seu todo e para a Banca Comercial, em particular.

Neste contexto mais desafiante, o Banco BIC mantém-se leal ao seu compromisso com os clientes e com o País, procurando soluções sustentáveis, com o apoio a projectos empresariais que contribuam para o desenvolvimento da economia de Angola. Neste domínio, em particular no sector primário, continuamos a apoiar os projectos de financiamento realizados no âmbito do programa Angola Investe, com o apoio do Ministério da Economia, e lançámos novos produtos, enquadrados no BIC Agro.

De igual forma, mantemos a nossa aposta no crédito ao Estado Angolano, quer através da aquisição de títulos de Dívida Pública, quer por via de financiamentos directos, o que tem permitido a execução de muitos projectos de infraestruturas vitais para a população em geral.

A nossa rede bancária foi fortalecida com investimentos em infraestruturas e tecnologias de comunicação e iniciámos um conjunto de novos serviços, via internet, para facilitar o acesso ao Banco a todos os níveis. Nos serviços centrais mantivemos o nosso foco no investimento associado às áreas de Controlo Interno, Risco e de Compliance, com o objectivo de tornar o Banco BIC uma referência nacional nestes domínios, em linha com as melhores práticas internacionais.

Comemorámos, em Maio de 2017, o nosso 12º aniversário. São 12 anos de crescimento e de sucessos que nos conduzem para um lugar cimeiro no Sector Bancário. A dimensão de um Banco que se estende por todo o território Angolano, em 227 Balcões, que se reflecte na vida de 2.067 Colaboradores e em mais de 1,4 Milhões de Clientes. Esta é a escala do Banco privado com a maior rede comercial de Angola.

Continuamos a crescer dentro e fora de Angola. Somos um Banco Angolano com expressão internacional, presente em 5 países diferentes: Portugal, Cabo Verde, África do Sul e Namíbia e, estamos empenhados em criar brevemente uma presença na China.

O rumo do nosso crescimento levou-nos igualmente a novas perspectivas de negócio, serviços inovadores, bem como outras formas de participação na economia para além da função bancária. A actividade Seguradora com o lançamento do BIC Seguros é disso um bom exemplo que, embora com apenas 3 anos, é já um projecto de sucesso. Muito brevemente pretendemos chegar à intermediação de fundos mobiliários e imobiliários.

O ano 2017 foi particularmente exigente e intenso, mas contámos com o compromisso e colaboração de todos para vencermos os desafios do dia-a-dia. Dar sustentabilidade à economia nacional significa manter um sistema financeiro sólido, eficiente e competitivo, comprometido com os anseios de desenvolvimento e de bem-estar da sociedade como um todo.

Por último, um agradecimento pela confiança e apoio dos nossos accionistas, dos nossos clientes, bem como de todos os restantes parceiros. Em Angola, como nos demais países do "Universo BIC", damos corpo ao lema "Crescemos Juntos".



Fernando Mendes Teles

Presidente do Conselho de Administração

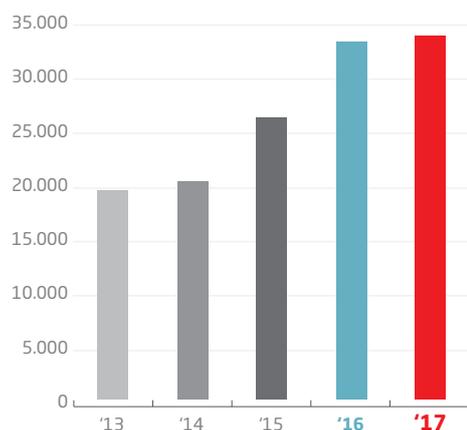
+ Principais Indicadores DE ACTIVIDADE

1.011.991^{AKZ}
ACTIVO LÍQUIDO TOTAL

1.752.420^{AKZ}
VOLUME DE NEGÓCIOS

2.067
COLABORADORES

RESULTADO DO EXERCÍCIO
(milhões AKZ)



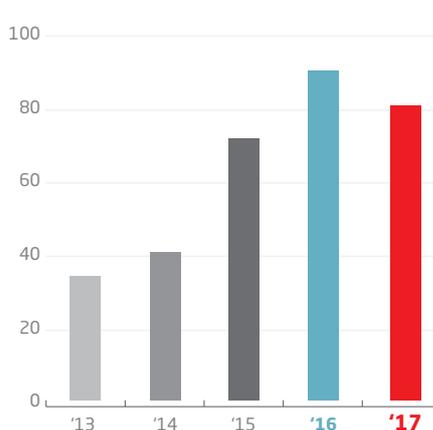
Aumento de 1,72% face ao exercício de 2016.

CRÉDITO E RECURSOS DE CLIENTES
(milhões AKZ)



Ligeira diminuição do volume de negócios.

PRODUTO BANCÁRIO
(milhões AKZ)



Evolução do produto bancário influenciada pela diminuição do resultado cambial em 2017 face ao exercício anterior, justificada, essencialmente, pela desvalorização do Kwanza Angolano face ao Dólar dos Estados Unidos ocorrida em 2016.



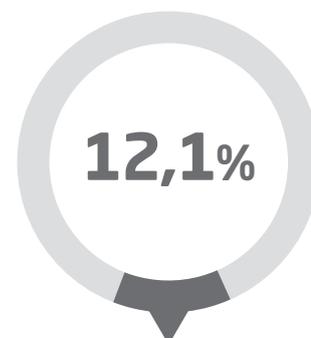
**CUSTOS DE ESTRUTURA/
PRODUTO BANCÁRIO**

Ligeira deterioração do rácio *cost to income* resultado da diminuição do produto bancário.



**RÁCIO DE SOLVABILIDADE
REGULAMENTAR**

Rácio superior ao mínimo de 10% exigido pelo Banco Nacional de Angola



**CRÉDITO
COM INCUMPRIMENTO**

O grau de cobertura ascendeu 196%

Montantes expressos em milhões de Kwanzas Angolanos

	'17	'16	$\Delta\%$ 2017/2016	$\Delta\%$ 2017/2016
Activo líquido total	1.011.991	1.027.033	(15.042)	-1%
Volume de negócios	1.752.420	1.854.955	(102.535)	-6%
Crédito à Economia	965.185	1.004.522	(39.337)	-4%
Crédito a clientes	372.395	379.000	(6.605)	-2%
Crédito ao Estado	522.525	546.556	(24.031)	-4%
Extrapatrimoniais	70.265	78.966	(8.701)	-11%
Recursos de clientes	787.235	850.433	(63.198)	-7%
Volume de negócios por colaborador	847,8	896,5	(49)	-5%
Resultado de intermediação financeira (Produto bancário)	79.166	88.749	(9.583)	-11%
Resultado de intermediação financeira por colaborador	38,30	42,89	(5)	-11%
Custos administrativos e de comercialização/ Resultado de intermediação financeira	36,0%	34,1%	(0,02)	-6%
Custos com o pessoal/Resultado de intermediação financeira	24,4%	18,8%	(0,06)	-30%
Resultado líquido do exercício	34.253	33.663	590	2%
Situação líquida	118.442	112.969	5.473	5%
Resultado antes de impostos/activo líquido médio	3,5%	3,5%	(0,00)	0%
Resultado de intermediação financeira/activo líquido médio	7,8%	8,9%	(0,01)	-12%
Resultado antes de impostos/capitais próprios médios	31,2%	33,1%	(0,02)	-6%
Rácio de solvabilidade regulamentar	16,0%	14,3%	0,02	12%
Número de agências	227	226	1	0%
Número de colaboradores	2.067	2.069	(2)	0%
Número de clientes	1.423.363	1.320.307	103.056	8%

Montantes expressos em milhões de Dólares dos Estados Unidos

	'17	'16	$\Delta\%$ 2017/2016	$\Delta\%$ 2017/2016
Activo líquido total	6.099	6.191	(92)	-1%
Volume de negócios	10.561	11.180	(619)	-6%
Crédito à Economia	5.816	6.054	(238)	-4%
Crédito a clientes	2.244	2.284	(40)	-2%
Crédito ao Estado	3.149	3.294	(145)	-4%
Extrapatrimoniais	423	476	(53)	-11%
Recursos de clientes	4.745	5.126	(381)	-7%
Volume de negócios por colaborador	5,1	5,4	(0)	-5%
Resultado de intermediação financeira (Produto bancário)	477	535	(58)	-11%
Resultado de intermediação financeira por colaborador	0,23	0,26	(0)	-11%
Custos administrativos e de comercialização/ Resultado de intermediação financeira	36,1%	34,2%	(0,02)	-6%
Custos com o pessoal/Resultado de intermediação financeira	24,3%	18,7%	(0,06)	-30%
Resultado líquido do exercício	206	203	3	1%
Situação líquida	714	681	33	5%
Resultado antes de impostos/activo líquido médio	3,5%	3,2%	0,00	9%
Resultado de intermediação financeira/activo líquido médio	7,8%	8,0%	(0,00)	-3%
Resultado antes de impostos/capitais próprios médios	31,1%	29,9%	0,01	4%
Rácio de solvabilidade regulamentar	16,0%	14,3%	0,02	12%
Número de agências	227	226	1	0%
Número de colaboradores	2.067	2.069	(2)	0%
Número de clientes	1.423.363	1.320.307	103.056	8%



crecemos com
ambição

A nossa ambição, dentro e fora de Angola,
foi sempre crescer mais e mais.
Hoje, 12 anos depois, somos o Banco Privado
Angolano com a maior internacionalização.

CRECEMOS JUNTOS

+ Estrutura Organizativa

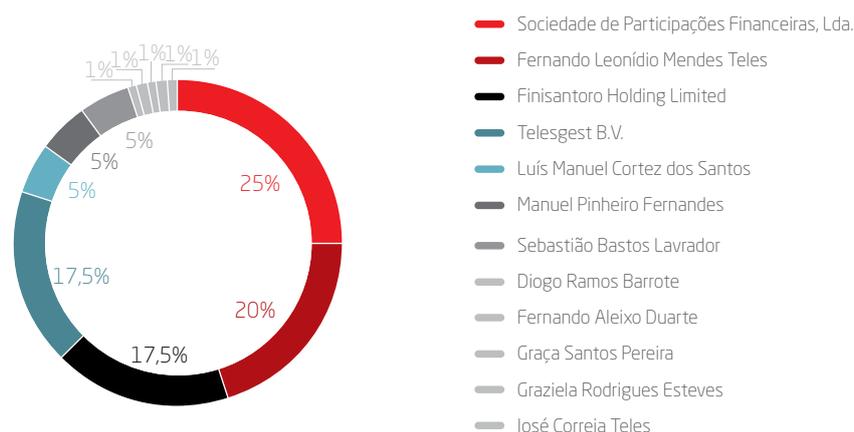
Modelo de Governo

O modelo de governo do Banco encontra-se estabelecido nos seus Estatutos e obedece aos requisitos da Lei das Instituições Financeiras (Lei N.º 12/2015, de 17 de Junho). São Órgãos Estatutários os Órgãos Sociais, nomeadamente, a Assembleia Geral e o respectivo Presidente, o Conselho de Administração, a Comissão Executiva do Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e ainda a Mesa da Assembleia Geral e o Auditor Externo.

O Banco BIC foi constituído por Escritura Pública de 22 de Abril de 2005, na sequência da comunicação do Banco Nacional de Angola de 19 de Abril de 2005 que autorizou a sua constituição, e encontra-se sediado no Edifício Banco BIC, sito no Bairro de Talatona, Município da Samba, em Luanda.

O Banco dedica-se à obtenção de recursos de terceiros sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, na concessão de empréstimos, depósitos no Banco Nacional de Angola, aplicações em instituições de crédito, aquisição de títulos e em outros activos, para os quais se encontra devidamente autorizado. Presta ainda outros serviços bancários e realiza diversos tipos de operações em moeda estrangeira.

O capital social do Banco BIC encontra-se repartido da seguinte forma:



Os membros dos Órgãos Sociais foram eleitos para o triénio 2017/2020 na Assembleia Geral de 27 de Abril de 2017. Nessa mesma data, o Conselho de Administração designou, nos termos dos Estatutos, a composição da Comissão Executiva do Conselho de Administração e o seu Presidente.

ESTRUTURA ORGANIZATIVA

Os membros foram eleitos para o triénio 2017/2020 na Assembleia Geral de 27 de Abril de 2017



Assembleia Geral

A Assembleia Geral é o órgão social constituído por todos os Accionistas do Banco, cujo funcionamento é regulado nos termos dos Estatutos. Tem como principais competências:

- Eleição dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, do Presidente, do Vice-Presidente e dos Secretários da Mesa da Assembleia Geral, bem como a designação do Auditor Externo;
- Apreciação do relatório anual do Conselho de Administração, discussão e votação do balanço e contas do Banco, tendo em consideração o parecer do Conselho Fiscal e do Auditor Externo;
- Aprovação das remunerações fixas e/ou variáveis dos membros dos órgãos estatutários;
- Deliberação sobre a distribuição dos resultados sob proposta do Conselho de Administração;
- Deliberação sobre alterações aos Estatutos.

Conselho de Administração

O actual Conselho de Administração é composto por dez membros, sendo a gestão executiva do Banco assegurada por oito administradores, designados pelo próprio Conselho, de entre os seus membros.

As reuniões do Conselho de Administração são realizadas no mínimo trimestralmente, e sempre que convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração.

Com o objectivo de regular o seu funcionamento interno, o Conselho de Administração delegou numa Comissão Executiva, composta por oito membros, a gestão corrente do Banco, com os limites que foram fixados na deliberação que procedeu a essa delegação.

Comissão Executiva do Conselho de Administração

A Comissão Executiva do Conselho de Administração, no âmbito das suas competências e subordinado aos planos de acção e ao orçamento anual, bem como a outras medidas e orientações aprovadas pelo Conselho de Administração, dispõe de amplos poderes de gestão para a condução da actividade corrente do Banco, sendo o seu exercício objecto de permanente acompanhamento pelo Conselho de Administração, pelo Conselho Fiscal e pelo Auditor Externo.

Todos os membros da Comissão Executiva desempenham um papel activo na gestão corrente dos negócios do Banco, tendo sob sua responsabilidade uma ou mais áreas específicas de negócio, de acordo com o respectivo perfil e com as especializações individuais, sem prejuízo da maior ou menor concentração de um ou outro elemento numa determinada área.

A Comissão Executiva do Conselho de Administração reúne, por convocação do seu Presidente, no mínimo, uma vez por mês.

Secretário da Sociedade

O Secretário da Sociedade é designado pelo Conselho de Administração e a duração das suas funções coincide com a do mandato dos membros do Conselho de Administração que o designa.

Conselho Fiscal

A composição do Conselho Fiscal rege-se pelo disposto nos Estatutos, sendo constituído por um Presidente e um vogal efectivo. O Conselho Fiscal reúne pelo menos uma vez por trimestre.

Auditor Externo

A auditoria externa é assegurada pela PKF Angola – Auditores e Consultores, S.A.. As regras de prestação de serviços por parte do Auditor Externo encontram-se definidas no Aviso n.º 04/2013 de 22 de Abril, do Banco Nacional de Angola.

O Banco considera que os Auditores Externos em exercício possuem os requisitos de disponibilidade, conhecimento, experiência e idoneidade, requeridos para o desempenho cabal das suas funções.

+ Orgãos Sociais



COMISSÃO EXECUTIVA

Jaime Galhoz Pereira (Administrador)
Fernando Aleixo Duarte (Administrador)
José Manuel Cândido (Administrador)
Graziela Rodrigues Esteves (Administradora)
Graça Maria Pereira (Administradora)
Fernando Mendes Teles (Presidente)
Pedro Nunes M'bingani (Administrador)
Hugo Silva Teles (Administrador)



Assembleia Geral

Presidente

Manuel Pinheiro Fernandes

Secretário

Luís Manuel Cortês dos Santos

Conselho de Administração

Presidente

Fernando Mendes Teles

Vogais

Graziela Rodrigues Esteves

Fernando Aleixo Duarte

Graça Maria Pereira

Hugo Silva Teles

Jaime Galhoz Pereira

José Manuel Cândido

Pedro Nunes M'Bidingani

Isabel José dos Santos (*)

Amadeu Maurício (**)

Comissão Executiva do Conselho de Administração

Presidente

Fernando Mendes Teles

Vogais

Graziela Rodrigues Esteves

Fernando Aleixo Duarte

Graça Maria Pereira

Hugo Silva Teles

Jaime Galhoz Pereira

José Manuel Cândido

Pedro Nunes M'Bidingani

Secretário da Sociedade

Marta Carvalho

Conselho Fiscal

Presidente

Sérgio Henrique Serra

Vogal

Maria Ivone dos Santos

Auditor Externo

PKF Angola - Auditores e Consultores, S.A.

(*) Administrador Não Executivo (**) Administrador Não Executivo Independente

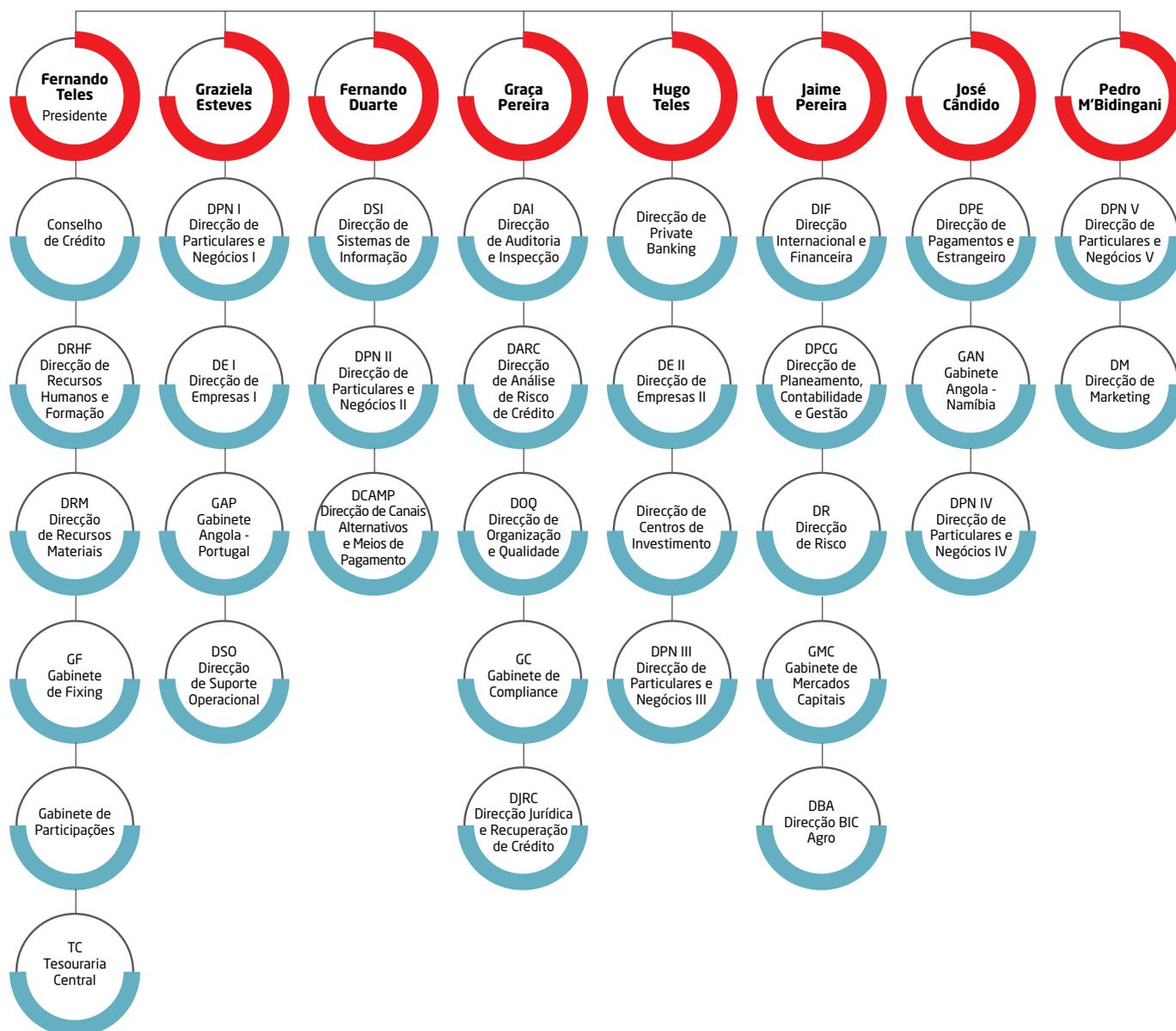
O Banco encontra-se a avaliar a composição dos seus órgãos sociais, nomeadamente no que respeita às exigências ao nível do número de membros de cada órgão, bem como da sua composição.

+ Organograma funcional

A estrutura funcional do Banco permite uma clara divisão das áreas e funções de cada direcção e/ou gabinete, sob a alçada de cada um dos administradores executivos.

O organograma funcional do Banco pode ser apresentado da seguinte forma:

COMISSÃO EXECUTIVA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Composição das unidades de estrutura

Fernando Teles Presidente



PRINCIPAIS FUNÇÕES:

- Recrutamento de Recursos Humanos, que inclui planeamento de recursos humanos, pesquisa no mercado de candidatos, recrutamento, selecção e integração;
- Afectação de Recursos Humanos, que inclui análise e descrição de funções, movimentação de pessoal (tanto nos sentidos horizontal, vertical ou diagonal), plano de carreiras e avaliação de mérito ou do desempenho;
- Manutenção de Recursos Humanos, que inclui remuneração (gestão de salários), planos de benefícios sociais (saúde), outros benefícios (Crédito), higiene e segurança do trabalho, registos, controlos de pessoal e relações de trabalho (declarações, certificados de trabalho e outros);
- Desenvolvimento de Recursos Humanos, que inclui formação e planos de desenvolvimento do pessoal; e,
- Controlo de Recursos Humanos, que inclui indicadores de gestão, sistemas de informações de recursos humanos (pesquisa e tratamento de dados, estatísticas, registos, relatórios, mapas e demonstrativos).

Área de apoio operacional e contabilístico

Director Central: Telma Pinheiro

Subdirector: Sarah Figueiredo

Número de colaboradores: 5



PRINCIPAIS FUNÇÕES:

- Conduzir os processos de organização e promoção de concursos/consultas aos fornecedores previamente seleccionados, analisar as propostas e preparar documentos para selecção/aprovação das mesmas;
- Negociar, celebrar, adjudicar, renovar, alterar, rever ou denunciar contratos de fornecimento de bens e serviços;
- Proceder à gestão de todos os processos de compra e encomendas respeitantes a móveis, equipamentos, incluindo informáticos e de comunicações móveis (telemóveis e placas de acesso à internet móvel), serviços, economato/consumíveis, livros e publicações periódicas; e,
- Assegurar o planeamento físico dos espaços afectos à actividade/exploração do Banco, propondo e fundamentando soluções que permitam a optimização e racionalização da afectação e utilização de espaços pelos diversos Serviços, assim como o cumprimento dos requisitos técnicos, operacionais, de segurança e ambientais estabelecidos nesta matéria.

Área de apoio operacional e contabilístico

Director Central: Alberto Castelo Branco

Número de colaboradores: 43



PRINCIPAIS FUNÇÕES:

- Assegurar a conferência e exactidão dos documentos legais que integram o processo associado a cada operação;
- Efectuar a análise prévia das operações aprovadas no circuito de decisão, validando a documentação apresentada, bem como o correcto e adequado enquadramento em conformidade com a legislação existente e manuais de produtos e serviços; e,
- Solicitar a reapreciação das operações ao circuito de decisão adequado, caso se verifiquem eventuais deficiências na sua tramitação, sugerindo o devido enquadramento com vista à correcta formalização das operações.

Área de apoio operacional e contabilístico

Director Central: José Carlos Silva

Subdirector: Helga Peres

Número de colaboradores: 12



Gabinete de Participações

PRINCIPAIS FUNÇÕES:

- Assegurar a realização e emissão de Seguros de Vida e Seguros Não Vida, realizados por força de garantias associadas a Créditos concedidos pelo Banco; e
- Assegurar a Manutenção de Apólices /Alterações/Anulações/Reposições associadas a produtos de Crédito.

Área de apoio operacional e contabilístico

Directores Centrais: Fátima Monteiro/Joaquim Moutinho

Número de colaboradores: 3



Tesouraria Central

PRINCIPAIS FUNÇÕES:

- Assegurar que a recolha e entrega de valores nos cofres das Agências é efectuada dentro dos prazos consignados para o efeito;
- Assegurar que o plafond máximo estipulado para os valores em cofre das Agências nunca seja excedido, mitigando assim o risco operacional; e,
- Assegurar que os valores de Tesouraria no Banco nunca são excedidos, providenciando o seu depósito junto do Banco Central.

Área de apoio operacional e contabilístico

Director Central: Inocêncio Almeida

Número de colaboradores: 20

Graziela Esteves

Vogal



DPN I
Direcção de Particulares e Negócios I

PRINCIPAIS FUNÇÕES:

- Definir e implementar as políticas de actuação comercial, no âmbito da estratégia comercial determinada pelo Conselho de Administração do Banco;
- Dinamizar a captação de Clientes e negócios no seu segmento alvo;
- Analisar as condições de mercado;
- Estabelecer objectivos comerciais, em articulação com o Conselho de Administração e as Direcções Comerciais constituintes da Rede de Agências;
- Acompanhar e controlar o crédito vencido da Direcção e promover a respectiva recuperação;
- Acompanhar e colaborar nas medidas que minimizem o risco latente em Clientes que evidenciem sinais de alerta, que não exclusivamente o incumprimento de operações; e,
- Analisar relatórios da Direcção de Auditoria e Inspeção (DAI) sobre as actividades comercial e administrativa, controlar e promover a correcção de anomalias e dar conhecimento, por escrito, ao Administrador do Pelouro, das medidas tomadas.

Área de negócio

Director Central: Henrique Oliveira

Directores de Área: Edna Gaspar/Pedro Marta/Marcília Gonçalves

Número de colaboradores: 239



DE I
Direcção de Empresas I

PRINCIPAIS FUNÇÕES:

- Definir e implementar as políticas de actuação comercial, no âmbito da estratégia comercial determinada pelo Conselho de Administração do Banco;
- Dinamizar a captação de Clientes e negócios no seu segmento alvo;
- Analisar as condições de mercado;
- Acompanhar e controlar o crédito vencido da Direcção e promover a respectiva recuperação;
- Acompanhar e controlar nas medidas que minimizem o risco latente em Clientes que evidenciem sinais de alerta, que não exclusivamente o incumprimento de operações; e
- Analisar relatórios da Direcção de Auditoria e Inspeção (DAI) sobre as actividades comercial e administrativa, controlar e promover a correcção de anomalias e dar conhecimento, por escrito, ao Administrador do Pelouro, das medidas tomadas.

Área de negócio

Director Central: Pedro Velado

Directores de Área: Dacia Nascimento/Luena Fundões/Dinamene Monteiro/José Assis

Número de colaboradores: 60



PRINCIPAIS FUNÇÕES:

- No quadro do aprofundamento da internacionalização do Banco, assegurar e/ou agilizar o relacionamento comercial entre o Banco BIC Angola, S.A. e o Banco BIC Português, S.A. e os respectivos Clientes (ou potenciais Clientes); e,
- No âmbito do relacionamento comercial referido na alínea anterior, assegurar a criação e manutenção de canais comunicacionais e processuais eficientes, no estrito cumprimento do quadro legal dos dois Países e das normas internas das Instituições.

Área de apoio operacional e contabilístico

Director Central: José Carlos Silva

Número de colaboradores: 3



PRINCIPAIS FUNÇÕES:

- Recepcionar as propostas de crédito remetidas pelas Redes Comerciais e proceder ao seu registo para efeitos de acompanhamento e controlo;
- Prestar todo o apoio às Redes Comerciais quanto a pedidos de informação sobre a situação das operações de crédito;
- Efectuar o débito ao Cliente das comissões e despesas de contrato a que houver lugar.

Área de apoio operacional e contabilístico

Director Central: Jerusa Guedes

Subdirector: Katimbala Inglês

Número de colaboradores: 12

Fernando Duarte

Vogal



PRINCIPAIS FUNÇÕES:

- Identificar e promover a definição das linhas estratégicas de intervenção relativamente aos Sistemas de Informação e respectivos suportes tecnológicos;
- Gerir, de forma integrada, as componentes dos sistemas de informação e de infra-estrutura tecnológica, de forma a garantir o seu permanente alinhamento com as necessidades actuais e identificar o impacto previsível decorrente de novas solicitações das várias Unidades de Negócio; e,
- Assegurar a planificação e o desenvolvimento das acções necessárias à adopção de meios e métodos que tenham por base um rigoroso enquadramento em termos de produtividade, eficiência, qualidade, controlo, segurança, níveis de serviço e custos.

Área de apoio operacional e contabilístico

Director Central: Luis Nikolai

Director Adjunto: Rui Valente

Número de colaboradores: 28



PRINCIPAIS FUNÇÕES:

- Definir e implementar as políticas de actuação comercial, no âmbito da estratégia comercial determinada pelo Conselho de Administração do Banco;
- Dinamizar a captação de Clientes e negócios no seu segmento alvo;
- Analisar as condições de mercado;
- Estabelecer objectivos comerciais, em articulação com o Conselho de Administração e as Direcções Comerciais constituintes da Rede de Agências;
- Acompanhar e controlar o crédito vencido da Direcção e promover a respectiva recuperação;
- Acompanhar e colaborar nas medidas que minimizem o risco latente em Clientes que evidenciem sinais de alerta, que não exclusivamente o incumprimento de operações; e,
- Analisar relatórios da Direcção de Auditoria e Inspeção (DAI) sobre as actividades comerciais e administrativa, controlar e promover a correcção de anomalias e dar conhecimento, por escrito, ao Administrador do Pelouro, das medidas tomadas.

Área de negócio

Directores Centrais: José Assis/Amílcar Aguiar/Francisco Lourenço/António Silva
Directores Coordenadores: Maria Fátima Silva/Elizabeth Pina
Directores de Área: Edgar Magalhães/Fábio Leitão/Francisco Melo/João Ivungo/
Justina Praça/Patricia Faria/Simão Finde/José Antunes
Número de colaboradores: 701



PRINCIPAIS FUNÇÕES:

- Garantir a implementação e funcionamento eficiente dos processos operacionais respeitantes aos seguintes produtos e serviços: Cartões Bancários (Débito, Crédito ou outros); Terminais de Pagamento Automático (TPA); Caixas Multibanco (ATM); Serviço Interativo (netBanking - Particulares; netBanking - Empresas); e Outros Canais Alternativos (MobileBanking, TabletBanking, SMS Banking, entre outros);
- Contribuir, em articulação com outras Unidades Orgânicas do Banco, para a definição de novos produtos e serviços, campanhas e acções promocionais, novas funcionalidades ou melhorias nas já existentes; e,
- Garantir um correcto e permanente funcionamento dos TPA e ATM.

Área de apoio operacional e contabilístico

Director Central: N'Kiniani Rangel
Subdirector: Márcia Lima
Número de colaboradores: 31

Graça Pereira Vogal



PRINCIPAIS FUNÇÕES:

- Definir e preparar o Plano Anual de Auditoria, assegurando a sua execução;
- Assegurar a auditoria a todas as Agências, Centros de Empresas, Centros de Investimento e Serviços Centrais do Banco;
- Elaborar relatórios das auditorias, propondo neles a adopção de medidas correctivas às situações encontradas que sejam menos regulares ou deficientes;
- Proceder à análise de reclamações de Clientes que justifiquem a intervenção da DAI, articulando com o Órgão do Banco envolvido e colaborando, quando necessário, na elaboração da respectiva resposta; e,
- Proceder, quando necessário, a inspecções (análise e avaliação técnica) a Órgãos ou a eventos que possam indiciar irregularidades ou com vista ao eventual apuramento de responsabilidades nas situações em que ocorram ou se iniciem procedimentos ilegítimos, fraudulentos ou em contravenção com as normas e orientações estabelecidas, que possam afectar os interesses patrimoniais do Banco ou de terceiros.

Área de controlo

Director Central: Paula Sousa
Subdirectores: Fernanda Pinto/Adilson Joaquim
Número de colaboradores: 18



PRINCIPAIS FUNÇÕES:

- Efectuar a análise de operações de crédito no que concerne ao risco do Cliente ou Grupo, dentro do definido nos Regulamentos de Crédito;
- Proceder à elaboração de Relatórios de Risco de Crédito de operações de Clientes/ Grupos (Relatórios de Crédito), centrados em análises desenvolvidas tendencialmente para as maiores e novas exposições, situações de crédito menos típicas e de maior complexidade, que sejam apreciadas em sede de Conselho de Crédito;
- Assegurar os processos de criação de Grelhas de Balanço e de Notações de Risco, garantindo a sua manutenção;
- Garantir a correta criação de Grupos e Círculos Económicos e respectiva manutenção; e,
- Providenciar a obtenção de informação de gestão sobre matérias da sua competência.

Área de apoio operacional e contabilístico

Director Central: Carla Estronca
Directora Adjunta: Maria Franco
Número de colaboradores: 19



PRINCIPAIS FUNÇÕES:

- Assegurar a elaboração e manutenção do Normativo Interno, em articulação com as Unidades Orgânicas do Banco, correspondente aprovação em sede de Administração, divulgação e arquivo histórico;
- Assegurar ou colaborar na definição da estrutura organizativa e das competências/atribuições das Unidades Orgânicas do Banco, correspondente aprovação em sede de Administração, divulgação e arquivo histórico;
- Conceber e assegurar a manutenção do conteúdo dos impressos e templates do Banco; e,
- Promover a colaboração e a partilha da informação e do conhecimento entre as diversas Estruturas Funcionais do Banco.

Área de apoio operacional e contabilístico

Director Central: Augusto Valente

Subdirector: Maria Manuela Pereira

Número de colaboradores: 4



PRINCIPAIS FUNÇÕES:

- Elaborar e apresentar à Administração e ao Órgão de Fiscalização da Instituição um relatório, de periodicidade mínima anual, identificando os incumprimentos verificados e as medidas adoptadas para corrigir eventuais deficiências que tenham sido detectadas;
- Prestar imediatamente informação à Administração sobre quaisquer indícios de violação de obrigações legais, de regras de conduta e de relacionamento com Clientes ou de outros deveres que possam fazer incorrer a Instituição ou os seus Colaboradores num ilícito de natureza contra-ordenacional;
- Acompanhar e divulgar a legislação e regulamentos publicados pelas diferentes entidades de supervisão e de regulamentação; e,
- No âmbito da Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo: assegurar a actualização das normas internas face às alterações da legislação vigente e a fiabilidade das aplicações informáticas de Prevenção de Branqueamento de Capitais e de Financiamento do Terrorismo.

Área de controlo

Subdirector: Sónia Almeida

Número de colaboradores: 4



PRINCIPAIS FUNÇÕES:

- Analisar os processos remetidos pelas Redes Comerciais;
- Elaborar propostas de acordos de regularização de dívidas;
- Apoiar, na sua esfera de actuação, todos os processos afectos a Advogados externos;
- Dar resposta às consultas de índole técnico-jurídica, formuladas por todos os Órgãos do Banco; e,
- Elaborar contratos financeiros e comerciais.

Área de apoio operacional e contabilístico

Director Central: Carlos Campos

Director Adjunto: Joaquim Machado

Subdirector: Isilda Tavares

Número de colaboradores: 26

Hugo Teles Vogal



PRINCIPAIS FUNÇÕES:

- Colaborar com a Administração e com a Direcção de Marketing, na definição da estratégia comercial global e na proposta de valor respeitante ao segmento Private, promovendo a sua execução e implementação; e,
- Apoiar os Private Bankers na visita a Clientes de relevante importância, de forma a potenciar a captação de negócio, e nas acções de captação de Clientes de elevado potencial.

Área de negócio

Director Central: Stephan Silva

Directores da Área: Lúcia Rodrigues

Número de colaboradores: 5



PRINCIPAIS FUNÇÕES:

- Definir e implementar as políticas de actuação comercial, no âmbito da estratégia comercial determinada pelo Conselho de Administração do Banco;
- Dinamizar a captação de Clientes e negócios no seu segmento alvo;
- Analisar as condições de mercado;
- Acompanhar e controlar o crédito vencido da Direcção e promover a respectiva recuperação;
- Acompanhar e colaborar nas medidas que minimizem o risco latente em Clientes que evidenciem sinais de alerta, que não exclusivamente o incumprimento de operações; e,
- Analisar relatórios da Direcção de Auditoria e Inspeção (DAI) sobre as actividades comercial e administrativa, controlar e promover a correcção de anomalias e dar conhecimento, por escrito, ao Administrador do Pelouro, das medidas tomadas.

Área de negócio

Director Central: Regina Guimarães

Directores de Área: Mauro Rogério/Alfredo Castro

Número de colaboradores: 39



PRINCIPAIS FUNÇÕES:

- Desenvolvimento das melhores práticas de monitorização e prospecção, que assegurem a materialização do compromisso com quem investe e a concretização bem-sucedida de cada projecto, construindo parcerias estratégicas e sinergias de valor;
- Acompanhamento de todo o ciclo do projecto de investimento, junto do Investidor, desde a sua concepção até ao momento de plena actividade do mesmo; e,
- Estudo de alternativas de investimento que acompanhem a evolução da realidade empresarial, dinamizando a rede comercial dos agentes económicos que mantêm relações financeiras com o Banco.

Área de negócio

Director Central: Monalisa Dias

Director de Área: Lúcia Rodrigues

Número de colaboradores: 12



PRINCIPAIS FUNÇÕES:

- Definir e implementar as políticas de actuação comercial, no âmbito da estratégia comercial determinada pelo Conselho de Administração do Banco;
- Dinamizar a captação de Clientes e negócios no seu segmento alvo;
- Analisar as condições de mercado;
- Estabelecer objectivos comerciais, em articulação com o Conselho de Administração e as Direcções Comerciais constituintes da Rede de Agências;
- Acompanhar e controlar o crédito vencido da Direcção e promover a respectiva recuperação;
- Acompanhar e colaborar nas medidas que minimizem o risco latente em Clientes que evidenciem sinais de alerta, que não exclusivamente o incumprimento de operações; e,
- Analisar relatórios da Direcção de Auditoria e Inspeção (DAI) sobre as actividades comercial e administrativa, controlar e promover a correcção de anomalias e dar conhecimento, por escrito, ao Administrador do Pelouro, das medidas tomadas.

Área de negócio

Director Central: Susana Silva

Directores de Área: Carlos Santos/Hélio Lopes

Número de colaboradores: 113



PRINCIPAIS FUNÇÕES:

- Coordenar a gestão da posição e do risco cambial e da gestão da liquidez do Banco e o cumprimento das reservas obrigatórias;
- Monitorizar o cumprimento dos limites de exposição aos riscos de mercado e de Contraparte;
- Controlar e assegurar o registo adequado nos sistemas do Banco de todas as operações realizadas;
- Assegurar o tratamento e registo, nos sistemas de informação apropriados, das operações concretizadas com Contrapartes, em tempo útil e de acordo com os procedimentos estabelecidos para o efeito;
- Colaborar na actualização do Preçário do Banco no âmbito dos Produtos e Serviços relacionados com a actividade da Direcção;
- Estabelecer o pricing de produtos cambiais (à vista e a prazo), de operações de Compra/Venda de Notas em Moeda Estrangeira e de operações de mercado monetário; e,
- Acompanhar a evolução dos mercados.

Área de negócio

Directores Centrais: Bruno Bastos/Irene Vezo

Número de colaboradores: 12



PRINCIPAIS FUNÇÕES:

- Elaborar as demonstrações financeiras e todos os demais elementos de prestação de contas do Banco;
- Produzir e reportar informação contabilística, prudencial, estatística e fiscal às entidades de supervisão e às autoridades fiscais, respectivamente, assegurando o cumprimento dos normativos contabilísticos e de exigências regulamentares e fiscais;
- Gerir a facturação de terceiros e pagamentos a terceiros.

Área de apoio operacional e contabilístico

Director Central: Alzira Gama

Subdirectores: Edhylaine Tavares/Soraia Ramos

Número de colaboradores: 16



PRINCIPAIS FUNÇÕES:

- Obter uma visão integrada dos riscos a que o Banco se encontra exposto no sentido de compreender os seus vários impactos, incluindo a evolução do capital interno;
- Implementar metodologias de gestão e medição de risco adequadas à materialidade e características de cada tipo de risco;
- Assegurar a implementação de um sólido e fiável sistema de gestão e medição de riscos que permita o tratamento integrado e segmentado dos riscos e a compreensão dos respectivos impactos;
- Fomentar o nível do controlo interno;
- Coordenar a elaboração e manutenção do Plano de Continuidade de Negócio (PCN); e,
- Contribuir para o reforço de uma cultura interna de risco e melhoria da qualidade dos serviços.

Área de controlo

Director: Lilia Rangel

Número de colaboradores: 3



PRINCIPAIS FUNÇÕES:

- Possibilitar aos Clientes a execução, num só ponto de contacto, dos principais instrumentos financeiros de mercado de capitais, estando a todo o momento garantidas as necessárias condições de fiabilidade, segurança e transparência;
- Promover a oferta de consultoria para investimento junto de Clientes do Banco que disponham de patrimónios elevados; e,
- Assegurar a organização e montagem de operações de mercado de capitais e dívida.

Área de apoio operacional e contabilístico

Responsável: Bruno Bastos

Número de colaboradores: 1



PRINCIPAIS FUNÇÕES:

- Dinamizar, prestar apoio técnico e acompanhamento das Redes Comerciais do Banco, no que concerne aos produtos de Crédito direccionados à Agricultura, Pecuária e Pescas;
- Assegurar o acompanhamento e a monitorização das linhas de crédito protocoladas (Angola Investe).

Área de apoio operacional e contabilístico

Director Central: Jorge Veiga

Número de colaboradores: 2

José Cândido Vogal



PRINCIPAIS FUNÇÕES:

- Abertura, manutenção e liquidação de operações documentárias e financiamentos externos, OPE's e OPR's;
- Efectuar as tarefas inerentes à compensação recebida; e,
- Efectuar as tarefas inerentes aos cheques s/Banco, pagos ou depositados nas Redes Comerciais.

Área de apoio operacional e contabilístico

Director Central: Inês Carvalho

Subdirector: Paulo Brito

Número de colaboradores: 32



PRINCIPAIS FUNÇÕES:

- No quadro do aprofundamento da internacionalização do Banco, assegurar e/ou agilizar o relacionamento comercial entre o Banco BIC Angola, S.A. e o Bank BIC Namíbia. e os respectivos Clientes (ou potenciais Clientes); e,
- No âmbito do relacionamento comercial referido na alínea anterior, assegurar a criação e manutenção de canais comunicacionais e processuais eficientes, no estrito cumprimento do quadro legal dos dois Países e das normas internas das Instituições.

Área de apoio operacional e contabilístico

Responsável: José Carlos Silva

Número de colaboradores: 1



PRINCIPAIS FUNÇÕES:

- Definir e implementar as políticas de actuação comercial, no âmbito da estratégia comercial determinada pelo Conselho de Administração do Banco;
- Dinamizar a captação de Clientes e negócios no seu segmento alvo;
- Analisar as condições de mercado;
- Estabelecer objectivos comerciais, em articulação com o Conselho de Administração e as Direcções Comerciais constituintes da Rede de Agências;
- Acompanhar e controlar o crédito vencido da Direcção e promover a respectiva recuperação;
- Acompanhar e colaborar nas medidas que minimizem o risco latente em Clientes que evidenciem sinais de alerta, que não exclusivamente o incumprimento de operações; e,
- Analisar relatórios da Direcção de Auditoria e Inspeção (DAI) sobre as actividades comercial e administrativa, controlar e promover a correcção de anomalias e dar conhecimento, por escrito, ao Administrador do Pelouro, das medidas tomadas.

Área de negócio

Director Central: Horácio Almeida

Directores de Área: Felícia Fortes/Paula Cajada/Nelson Guilherme

Número de colaboradores: 268

Pedro M'Bidingani

Vogal



PRINCIPAIS FUNÇÕES:

- Definir e implementar as políticas de actuação comercial, no âmbito da estratégia comercial determinada pelo Conselho de Administração do Banco;
- Dinamizar a captação de Clientes e negócios no seu segmento alvo;
- Analisar as condições de mercado;
- Estabelecer objectivos comerciais, em articulação com o Conselho de Administração e as Direcções Comerciais constituintes da Rede de Agências;
- Acompanhar e controlar o crédito vencido da Direcção e promover a respectiva recuperação;
- Acompanhar e colaborar nas medidas que minimizem o risco latente em Clientes que evidenciem sinais de alerta, que não exclusivamente o incumprimento de operações; e,
- Analisar relatórios da Direcção de Auditoria e Inspecção (DAI) sobre as actividades comercial e administrativa, controlar e promover a correcção de anomalias e dar conhecimento, por escrito, ao Administrador do Pelouro, das medidas tomadas.

Área de negócio

Directores Centrais: Anabela Santinho/José Zacarias

Directores de Área: Rui Caetano/Armando Cunha/Solange Martins

Número de colaboradores: 326



PRINCIPAIS FUNÇÕES:

- Propor o lançamento de campanhas de dinamização comercial para sustentar os objectivos estratégicos do Banco, em especial as destinadas à comercialização de novos produtos e serviços, monitorizando a concretização dos objectivos definidos;
- Manter actualizados os conteúdos disponíveis na intranet e internet;
- Assegurar e validar a realização, por parte das Agências de Publicidade, de todos os materiais e peças publicitárias inerentes à implementação de campanhas (spots TV e rádio, anúncios de imprensa, outdoors, banners, folhetos, etc.);
- Coordenar e acompanhar a organização de todos os eventos, nomeadamente Reuniões de Quadros, Convenções e Aniversários;
- Implementar os processos necessários à edição de Relatórios e Contas, garantindo a coordenação com a Agência de Comunicação seleccionada para a edição e produção; e,
- Analisar, negociar e implementar todos os patrocínios, rentabilizando as contrapartidas face ao investimento e garantindo a correcta aplicação da identidade da marca nos diversos materiais.

Área de apoio operacional e contabilístico

Director Central: Mafalda Carvalho

Subdirector: Inês Fernandes

Número de colaboradores: 4

+ Política de Remunerações

Divulgação de informação quantitativa

No cumprimento do disposto no n.º 3 alínea d) ponto i) do artigo 22.º do Aviso do Banco Nacional de Angola n.º 01/2013, de 22 de Março, divulgamos que as remunerações auferidas no exercício de 2017 pelo Conselho de Administração e Conselho Fiscal do Banco, ascenderam a cerca de 321 milhões de Kwanzas (252 milhões de Kwanzas no exercício de 2016).

Declaração anual sobre a política de remuneração

1. Remuneração dos Órgãos Sociais

- 1.1. A Política de Remunerações dos Órgãos Sociais do Banco BIC, S.A. em vigor no exercício de 2017, foi aprovada pela Assembleia Geral em 27 de Abril de 2017, sob proposta do Conselho de Administração.
- 1.2. Na definição da Política de Remunerações não participaram quaisquer consultores externos nem existia uma Comissão de Remunerações.
- 1.3. A Política de Remunerações em 2017 foi compatível com os interesses de longo prazo do Banco e não incentivou a assunção excessiva de riscos.
- 1.4. Os administradores não executivos beneficiam apenas de uma remuneração fixa aprovada pela Assembleia Geral.
- 1.5. Os membros do Conselho Fiscal beneficiam apenas de remuneração fixa aprovada pela Assembleia Geral.
- 1.6. Remuneração dos membros da Comissão Executiva:
 - a) Todos os membros da Comissão Executiva auferem uma remuneração fixa, paga 14 vezes ao ano;
 - b) Anualmente, a Assembleia Geral procede à avaliação da Administração, considerando o cumprimento dos objectivos, os resultados quantitativos e qualitativos alcançados bem como a sua origem e natureza, a sustentabilidade ou ocasionalidade dos mesmos, o risco associado à obtenção daqueles, o cumprimento normativo, o valor acrescentado para os Accionistas e a forma como a instituição se relacionou com outros stakeholders.
- 1.7. Remuneração dos Membros da Mesa da Assembleia Geral:

Os membros da Mesa da Assembleia Geral auferem uma senha de presença, de valor fixo, por cada participação nas reuniões da Assembleia Geral definida e aprovada por esta Assembleia.

2. Remuneração dos Colaboradores

- 2.1. A Política de Remunerações dos Colaboradores do Banco BIC, S.A. em vigor no exercício de 2017, foi aprovada pela Assembleia Geral em 27 de Abril de 2017, sob proposta do Conselho de Administração.
- 2.2. A avaliação de desempenho dos Colaboradores tem uma periodicidade mínima anual, sendo realizada pelo respectivo superior hierárquico e dos seus resultados depende a atribuição da componente variável da remuneração.
- 2.3. Os Colaboradores que mantêm uma relação jurídico-laboral com o Banco através de contrato de trabalho, não beneficiam de outras formas de remuneração que não as que decorram da normal aplicação do direito do trabalho, não beneficiando de nenhum sistema de prémios anuais ou de quaisquer outros benefícios não pecuniários, sem prejuízo de eventualmente auferirem uma remuneração variável nos termos da política de remuneração em vigor.

A Política de Remunerações em 2017 foi compatível com os interesses de longo prazo do Banco e não incentivou a assunção excessiva de riscos

+ Missão, Visão e Valores

A nossa visão exalta o empenho de todos na nossa missão, através do trabalho realizado com base nos nossos valores corporativos e que tem dado corpo ao nosso lema: *Investimos Juntos, Crescemos Juntos*.

Visão

Ser o melhor e maior Banco privado a operar em Angola, crescendo de forma sustentada, inovadora e oferecendo as melhores soluções aos Clientes, com permanente capacidade de renovação, contribuindo de forma activa para o desenvolvimento e crescimento de Angola.

Missão

Sermos um Banco sólido, rentável, socialmente responsável, eficiente, ágil, com presença nacional e internacional, vocacionado para a criação de valor, parceiro das empresas e das famílias, que se distingue pela valorização dos seus activos, pela satisfação dos seus Clientes e pela realização dos seus colaboradores, sempre guiado por um comportamento de elevada responsabilidade ética e social.

Valores

Transparecer em todos os nossos comportamentos, atitudes e decisões, os princípios que nos servem de guia no exercício das nossas responsabilidades, bem como na prossecução dos nossos objectivos:

Orientação ao Cliente

Construir relações duradouras com os Clientes assentes no rigor, integridade e transparência. A nossa dedicação e compromisso com os nossos valores fazem com que os Clientes saibam que podem contar connosco para fornecer serviços de excelência, que os ajudam a alcançar seus objectivos pessoais e profissionais.

Inovação

Observar e interpretar permanentemente o mercado para que possamos marcar a diferença num ambiente altamente competitivo, não só pela antecipação de soluções e aquisição de novos conhecimentos, como também pela criação de valor.

Ambição

A permanente união entre a humildade pessoal e a ambição profissional permite-nos acreditar que podemos fazer sempre mais e melhor, sendo esta crença uma das forças motrizes do crescimento profissional de cada um em particular e da equipa em geral.

Reconhecimento e valorização contínua dos colaboradores

Os Recursos Humanos são uma das grandes forças impulsionadoras do nosso crescimento e da concretização dos nossos objectivos estratégicos. Pautamos a nossa acção pela criação de condições de trabalho e planos de carreira individuais que propiciem a satisfação e elevem a motivação de todos, assim como privilegiamos o investimento contínuo no desenvolvimento das suas competências técnicas e comportamentais.

Trabalho em equipa

A prossecução da nossa Missão não está ao alcance do trabalho de uma só pessoa mas sim de todos. A constante combinação de talentos e competências procura obter equipas altamente eficazes, com capacidade para gerar sempre mais e melhor e assim superar os nossos próprios limites.

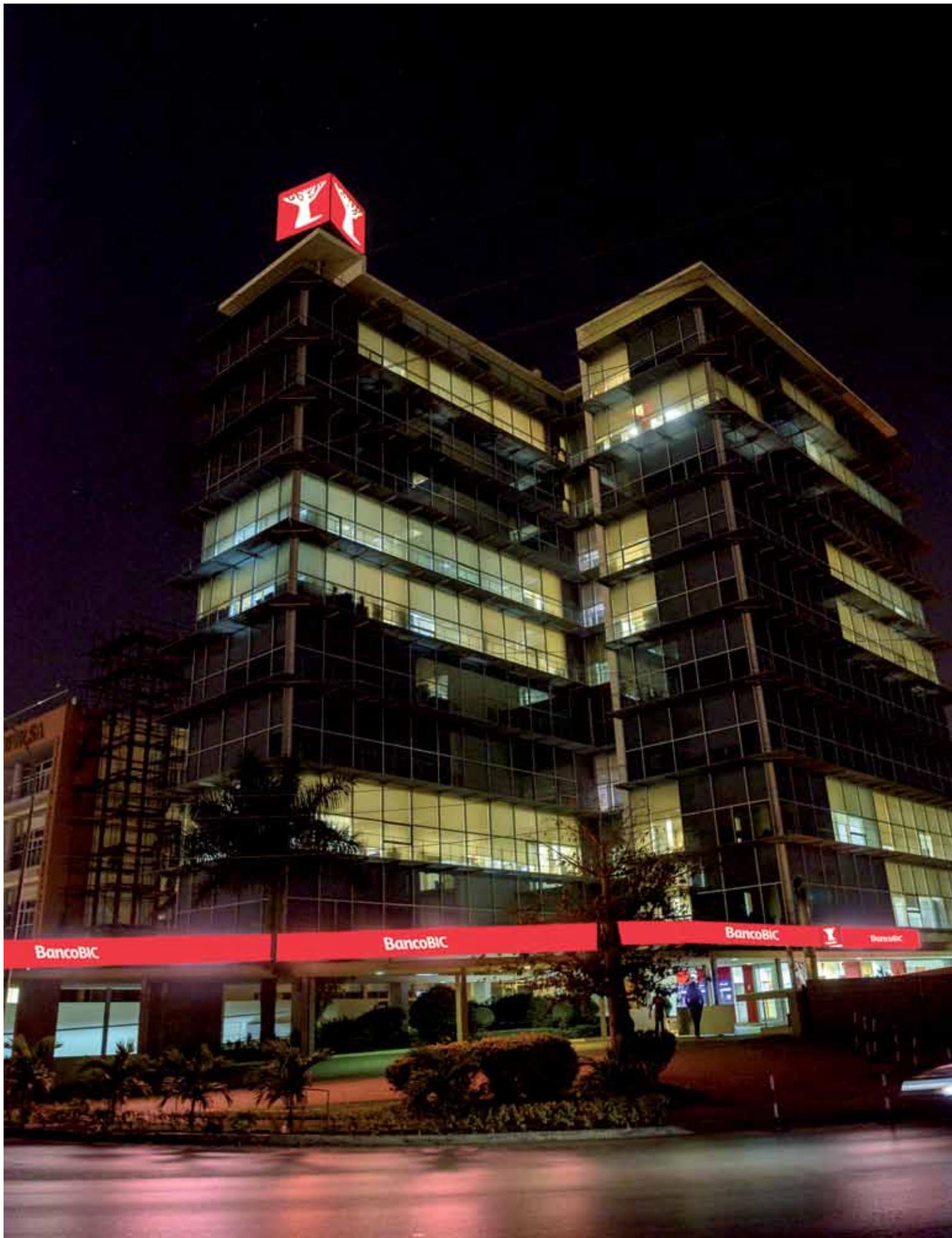
Alto padrão de integridade

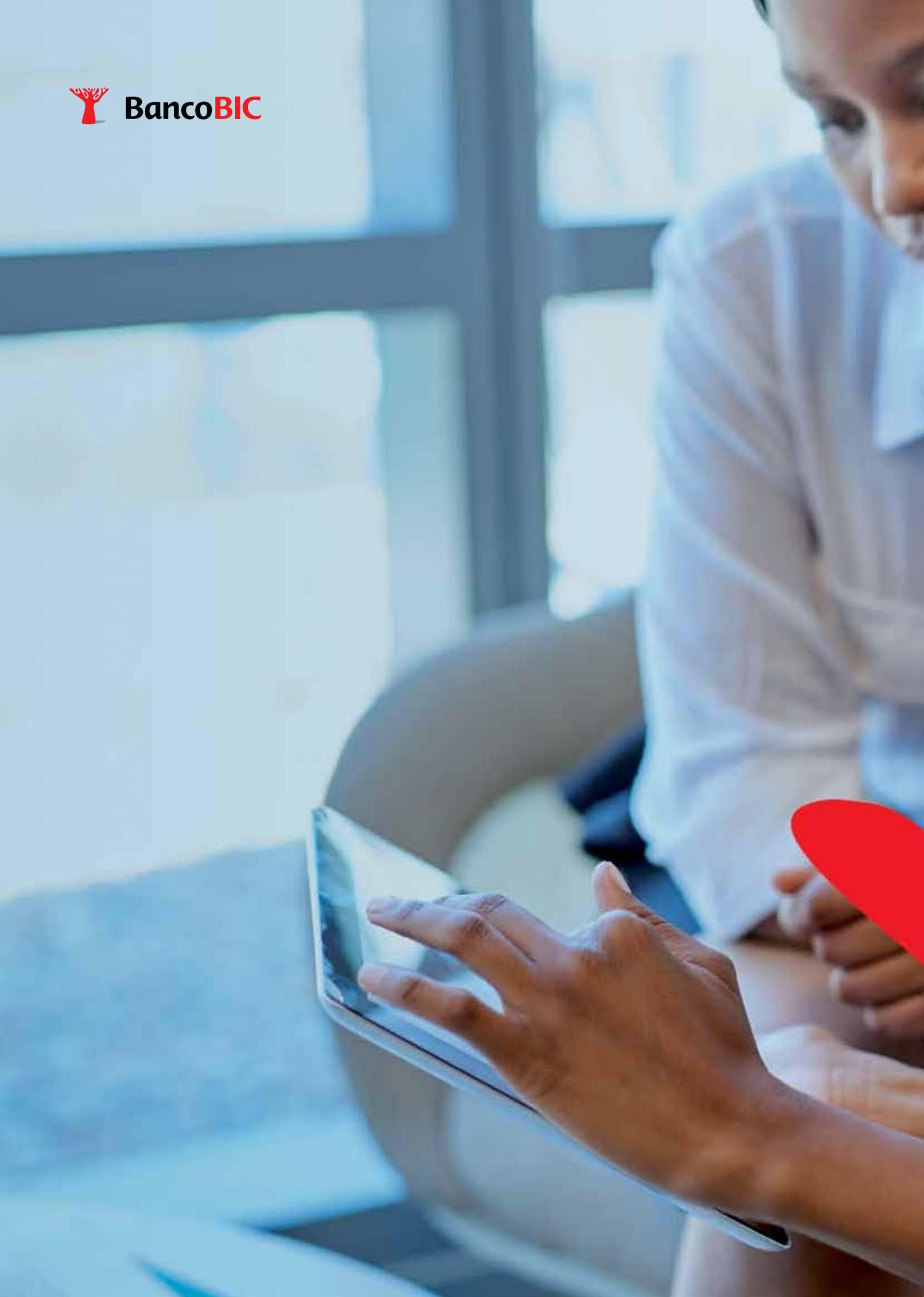
A acção de todos os colaboradores obedece a princípios de elevado nível ético e rigorosamente pautada pelos normativos e recomendações do Banco, inspirados pelo enquadramento legal emanado pelas Entidades Reguladoras.

Responsabilidade Social

Onde quer que estejamos pugnamos pela criação de um ambiente favorável ao investimento e ao crescimento e procuramos estar plenamente integrados na Comunidade quer na envolvência com a população quer nos serviços prestados. Cada um dos colaboradores e a equipa como um todo, deixa como legado o nosso trabalho na construção de um mundo melhor para as próximas gerações.

Estes valores (Orientação ao Cliente, Inovação, Ambição, Reconhecimento e valorização contínua dos colaboradores, Trabalho em equipa, Alto padrão de Integridade e Responsabilidade Social) traduzem a personalidade e a essência corporativa do Banco BIC e são a nossa inspiração para fazer mais e melhor, dia após dia, ano após ano, em benefício de todos.





crescemos com
integridade

O que se exige a um Banco.
Competência e confidencialidade,
rigor e confiança,
são as condutas de integridade.

CRESCEMOS JUNTOS

+ Economia Mundial

A economia global atravessa um momento de recuperação cíclica de elevada sincronização entre os diversos blocos económicos, com os níveis de dispersão de taxas de crescimento e de inflação a atingirem níveis muito baixos, situação que se deverá prolongar no horizonte de projecção das principais organizações económicas internacionais. Ainda assim, o ritmo de crescimento da actividade económica em 2017 foi moderado, quando comparado com o registado antes da crise económica e financeira. As condições monetárias e financeiras permaneceram favoráveis, com a política monetária a continuar a caracterizar-se por um elevado grau de acomodação, dado o contexto de retirada muito gradual dos estímulos associados às medidas não convencionais de política monetária, em particular nas economias desenvolvidas.

O ritmo de crescimento da actividade económica em 2017 foi moderado, quando comparado com o registado antes da crise económica e financeira

Actividade global

As estimativas mais recentes do Fundo Monetário Internacional (FMI) apontam para um crescimento do PIB mundial de 3,7% em termos reais, após uma subida de 3,2% em 2016 e de 3,3% em 2015. Tal ocorreu num contexto de aceleração da actividade económica na generalidade dos blocos económicos, no que constituiu a mais abrangente sincronização da actividade desde 2010.

Nos EUA, a economia apresentou uma significativa aceleração no conjunto de 2017 face ao ano anterior (taxa de variação do PIB de 2,3% em 2017, contra 1,5% em 2016), ainda que permanecendo um pouco aquém do dinamismo observado dois anos antes (2,6%). A fraqueza do consumo no primeiro trimestre de 2017 acabou por revelar-se temporária, no quadro de um mercado de trabalho que se manteve robusto, enquanto o investimento empresarial continuou a fortalecer-se, reflectindo, em parte, uma recuperação da actividade no sector da energia, alavancada pela subida dos preços do petróleo.

Na área do Euro, a aceleração da actividade económica teve intensidade idêntica à dos EUA, com a taxa de variação do PIB a passar de 1,8% em 2016 para 2,4% no ano passado, mas neste caso com o crescimento de 2017 a corresponder ao valor máximo de dez anos. O PIB acelerou de modo particularmente intenso na primeira metade do ano, continuando a procura interna (consumo privado e investimento) a ser o principal suporte da actividade económica, dados os desenvolvimentos favoráveis no mercado de trabalho e a elevada confiança dos agentes económicos. Contudo, a procura externa líquida deu um importante contributo para o crescimento na segunda metade do ano, num quadro de elevado dinamismo do comércio internacional, apesar do movimento de apreciação do Euro. O comportamento dos diferentes Estados-membros foi bastante mais homogêneo que no passado recente. No que toca as maiores economias, o PIB acelerou na Alemanha (em 0,6 pontos percentuais, para 2,5%), em França (0,6 p.p., para 1,8%) e na Itália (0,7 p.p., para 1,6%), enquanto na Espanha abrandou ligeiramente, mas mantendo-se com um crescimento acima da média da área (3,1%).

O ano de 2017 foi caracterizado igualmente por uma aceleração nas economias de menor dimensão, com destaque para o elevado dinamismo na Irlanda, Malta, Estónia, Letónia e Eslovénia (a expansão do PIB na média destes países foi superior a 5%). Já a Grécia regressou às variações positivas do PIB, interrompendo, assim, a trajetória recessiva dos dois anos anteriores.

Em contraste, no Reino Unido, verificou-se uma nova perda de dinamismo em 2017, ainda que apenas ligeira no conjunto do ano (variação do PIB de 1,7%, face a 1,9% e 2,3% em 2016 e 2015, respectivamente). Salienta-se a desaceleração do consumo privado, em parte associada ao impacto da depreciação da libra sobre o rendimento disponível real das famílias, ocorrida na sequência do resultado do referendo quanto à permanência na União Europeia, bem como, de modo mais geral, à elevada incerteza associada ao processo de saída da União Europeia.

No Japão, a actividade económica acelerou de uma taxa de crescimento de 0,9%, em 2016, para 1,8%, em 2017. O desempenho do PIB reflectiu o dinamismo do consumo privado, do investimento e da procura externa, com a economia a beneficiar do contexto favorável em termos de fluxos de comércio e investimento internacionais. Estes desenvolvimentos foram extensivos às restantes economias desenvolvidas do sudeste asiático.

Quanto ao grupo das economias emergentes e em desenvolvimento, observou-se globalmente uma ligeira aceleração do PIB em 2017, repetindo-se o movimento registado no ano precedente. Estas eco-

nomias continuaram a beneficiar de condições monetárias e financeiras favoráveis e, no caso das exportadoras de matérias-primas, da subida destes preços iniciada já no segundo semestre de 2016. Todavia, tal escondeu um comportamento díspar entre alguns dos diferentes blocos económicos.

Na China, verificou-se uma aceleração marginal do PIB em 2017 para uma taxa de variação de 6,8% (mais 0,1 p.p. que no ano anterior), destacando-se o desempenho mais forte que o inicialmente previsto da procura doméstica e o robustecimento do setor dos serviços, num quadro de manutenção de um policy mix expansionista por parte das autoridades chinesas. Salientam-se, contudo, os receios crescentes quanto à estabilidade financeira do país a médio prazo, em virtude do elevado ritmo de crescimento do crédito nos últimos anos (traduzindo-se já em rácios face ao PIB bastante acima da norma em economias emergentes).

Igual padrão de aceleração foi visível no caso das economias asiáticas emergentes, ao apresentarem, no seu conjunto, um crescimento de 6,5% em 2017, mais 0,1 p.p. que no ano anterior.

No conjunto das economias emergentes europeias, a aceleração foi bastante mais acentuada, com o PIB a passar de um ritmo de expansão médio de 3,2%, em 2016, para 5,2%, em 2017.

No mesmo sentido, o conjunto das economias da América Latina e Caraíbas passou para um cenário de expansão em 2017 (variação do PIB de 1,3%, contra -0,7% no ano precedente). Contudo, as maiores economias deste bloco económico apresentaram um andamento díspar: O Brasil ultrapassou a recessão sentida nos dois anos anteriores (variação de 1,1% em 2017, face a -3,5% em 2016 e -3,6% em 2015), beneficiando da recuperação dos preços das matérias-primas e respectivo sector exportador, bem como da redução do ritmo de contracção da procura interna, enquanto o México apresentou um abrandamento da actividade económica (para 2,0% em 2017, face a 2,9% no ano anterior), num contexto de aumento assinalável da restritividade da política monetária.

Na Rússia, e à semelhança do Brasil, foi visível uma recuperação da actividade económica em 2017, sustentada tanto pela procura doméstica como externa, depois de uma queda no ano anterior (variação do PIB de 1,8% em 2017 face a -0,2% em 2016). Em paralelo, o conjunto dos restantes países da Comunidade de Estados Independentes apresentou um reforço do crescimento já evidenciado em 2016.

Finalmente, e em contraste, o conjunto das economias do Médio Oriente e Norte de África evidenciou uma significativa desaceleração da actividade económica (taxa de crescimento de 2,5% em 2017, contra 4,9% no ano anterior), enquadrada por conflitos internos e transfronteiriços em várias regiões.

Para 2018, as previsões do FMI apontam para uma nova aceleração da actividade económica global (ainda que mais modesta que em 2017), com o PIB mundial a crescer 3,9%. Esta aceleração resultará do maior dinamismo do conjunto das economias emergentes e em desenvolvimento (crescimento de 4,9%), dado que as economias avançadas deverão manter o ritmo de expansão de 2017 (2,3%). Dentro do primeiro bloco de países, destaca-se a nova aceleração nos EUA (crescimento de 2,7%), contra um abrandamento marginal na área do Euro (para 2,2%) e no Reino Unido (para 1,5%) e um pouco mais acentuado no Japão (para 1,2%). Quanto ao segundo, destaca-se a continuação da recuperação prevista para o Brasil (para um crescimento de 1,8%), face a uma desaceleração marginal na China (para 6,6%) e na Rússia (1,7%).



+3,9%

crescimento do PIB mundial em 2018 (estimativas FMI)

Mercado de trabalho

Na área do Euro, o mercado de trabalho manteve-se em ciclo de recuperação em 2017, com o emprego a prolongar a trajetória de crescimento (taxa de variação média de 1,5%, contra 1,3% em 2016) e a taxa de desemprego a manter-se em redução (para um valor médio anual de 9,1%, menos 0,9 p.p. que em 2016). Em Dezembro, a taxa de desemprego atingiu já os 8,7%, o que constituiu o valor mais baixo desde Janeiro de 2009, embora ainda superior ao observado nos anos que precederam a crise económica e financeira. O facto de o número de horas de trabalho ser ainda inferior aos níveis pré-crise e o emprego a tempo parcial 'involuntário' permanecer elevado, sugere que existe ainda folga no mercado de trabalho. O movimento de redução da taxa de desemprego estendeu-se à generalidade dos Estados-membros.

No Reino Unido e nos EUA, as condições do mercado de trabalho mantiveram-se robustas em 2017, embora com algum abrandamento do emprego, espelhando o estado mais avançado do ciclo económico por comparação com a área do Euro. O emprego registou uma taxa de crescimento de 1,3% nos EUA (menos 0,4 p.p. que em 2016, apesar da aceleração do PIB em 2017) e 0,9% no Reino Unido (1,4% em 2016), enquanto a taxa de desemprego voltou a recuar em ambos os casos (para 4,4% nos EUA e 4,5% no Reino Unido, menos 0,5 p.p. e 0,3 p.p. que em 2016, respectivamente), apesar de já se encontrar em níveis historicamente baixos - a média de longo prazo é de cerca de 6% nas duas economias.

No Japão, o emprego abrandou em 2017 para uma taxa de crescimento de 0,7% (contra 0,9% em 2016), apesar da aceleração do PIB, mas a taxa de desemprego recuou 0,2 p.p. para 2,9% (permanecendo, assim, bem abaixo da média de longo prazo, de 4,5%).

Comércio internacional

O volume de comércio internacional de bens e serviços registou uma expressiva aceleração em 2017 ao nível mundial, com uma taxa de crescimento de 4,7% (contra 2,5% em 2016 e 2,7% em 2015). Esta evolução foi reflexo do maior dinamismo no caso das economias avançadas, mas, sobretudo, das economias emergentes e em desenvolvimento, cujo contributo para o crescimento dos fluxos de comércio internacional de mercadorias foi o maior desde 2011. Uma vez que o ritmo de crescimento do comércio internacional foi superior ao do PIB mundial, o ano 2017 caracterizou-se por uma recuperação da intensidade das trocas comerciais ao nível mundial, depois de vários anos de queda.

Preços das matérias-primas e taxas de inflação

Em 2017, os índices de preços das matérias-primas compilados pelo FMI recuperaram, em média anual, depois de cinco anos consecutivos de recuo. Registaram-se ganhos de 23,1% na componente petrolífera e de 6,5% na componente não energética (variação média de -15,7% e de -1,6%, respectivamente, em 2016).

Em particular no que respeita ao petróleo, o preço do Brent em dólares por barril aumentou 23,4% no conjunto de 2017, contra uma queda de 16,0% no ano anterior. A subida dos preços reflectiu, essencialmente, o forte dinamismo no segundo semestre de 2017, com o nível dos preços a aproximar-se, no final de 2017, de máximos de três anos em cotação diária. Esta evolução reflectiu uma combinação de diferentes factores: a melhoria das perspectivas de crescimento económico mundial, as perturbações na oferta nos EUA devido a condições meteorológicas muito adversas, as tensões geopolíticas no Médio Oriente e a extensão da duração do acordo OPEP para a limitação da produção diária de petróleo pelos países membros, incluindo a Rússia.

No conjunto das economias avançadas, a taxa de inflação, medida pela variação do Índice de Preços no Consumidor (IPC), manteve-se em valores bastante baixos em 2017, ainda que em trajetória ascendente face ao ano anterior (taxa média de 1,7% em 2017, depois de 0,8% em 2016). Tal espelhou, sobretudo, a inversão de andamento dos preços de várias matérias-primas (iniciada já na parte final de 2016), uma vez que as pressões dos custos salariais e a inflação subjacente (sobretudo via preços dos serviços) se mantiveram contidas, apesar do crescimento robusto da actividade económica.

Na área do Euro, a taxa de inflação fixou-se em 1,5% em 2017, contra somente 0,2% em 2016, reflectindo uma recuperação particularmente acentuada nos primeiros meses influenciada pelo comportamento dos preços dos bens energéticos e alimentares. No Reino Unido, a aceleração dos preços em 2017 foi mais intensa, como resultado da acentuada depreciação da libra desde meados do ano (a taxa de inflação passou para 2,7%, no ano passado, face a 0,6% em 2016).

Nos EUA, a aceleração dos preços no consumidor em 2017 foi um pouco menos intensa que na área do Euro, mas com a taxa de inflação a posicionar-se em níveis mais elevados, como reflexo da fase mais adiantada do ciclo económico neste país. Assim, a taxa de inflação subiu para 2,0% em 2017, contra 1,3% no ano precedente.

No Japão, o movimento inter-anual ocorreu no mesmo sentido, mas com níveis médios da taxa de inflação bastante mais reduzidos. Esta taxa posicionou-se em 0,4% na média de 2017, recuperando um pouco face à virtual estagnação dos preços em 2016 (taxa de inflação de -0,1%).



23,4%

Aumento do preço do Brent em dólares por barril em 2017

No conjunto das economias emergentes e em desenvolvimento, pelo contrário, a taxa de inflação recuou um pouco, mas sem deixar de permanecer em níveis relativamente altos – como reflexo dos ritmos de crescimento do PIB também globalmente mais elevados que nas economias avançadas. A taxa de inflação média neste conjunto de países fixou-se em 4,1% em 2017, ou seja, 0,2 p.p. abaixo do verificado no ano anterior.

Política monetária e taxas de juro

Em resposta a taxas de inflação (em particular quando medidas pelos indicadores subjacentes) persistentemente abaixo dos objectivos de inflação da política monetária, conjugadas com uma intensificação da recuperação da actividade económica nas economias avançadas, os respectivos bancos centrais optaram, em geral, por uma redução muito gradual da orientação expansionista de política monetária.

O Banco Central Europeu (BCE) manteve as suas taxas de juro de referência inalteradas durante 2017 (em 0% no caso da taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento). Em paralelo, o BCE manteve o programa de compras mensais de 60 mil milhões de euros de títulos de dívida (pública e privada) até final do ano, tendo ainda anunciado o prolongamento deste programa pelo menos até Setembro de 2018, mas com o ritmo mensal de compras a reduzir-se para metade (30 mil milhões de euros). Entretanto, face à melhoria da actividade económica e ao desaparecimento dos riscos de deflação na área do Euro, o BCE procedeu, em Junho, a uma alteração da comunicação relativamente às taxas de juro diretoras, deixando de mencionar que estas poderiam ser reduzidas no futuro e passando a indicar que prevê a manutenção das taxas nos níveis actuais por um “período alargado”, mesmo para além do término do programa de compra de activos. Em Março de 2017, realizou-se a última operação da ORPAD-II, anunciada um ano antes.

O Banco Central Europeu manteve as suas taxas de juro de referência inalteradas durante 2017

Nos EUA, a Reserva Federal intensificou, durante o ano de 2017, o processo de normalização da política monetária – entendido como o retorno das taxas de juro de curto prazo e dos activos detidos pela Reserva Federal a níveis em linha com a norma histórica. Em particular, a Reserva Federal iniciou, em Outubro, a redução gradual dos activos detidos no seu balanço através da diminuição dos reinvestimentos dos montantes respeitantes a títulos que atingem a maturidade ou vão sendo objeto de amortização e efectuou ao longo do ano três subidas de 0,25 p.p. da sua principal taxa de juro diretora (Fed Funds rate), que assim terminou 2017 em 1,5%. No final do ano, a Reserva Federal sinalizou outras três subidas da taxa diretora para 2018 e a manutenção do processo de redução do seu balanço nos termos já definidos, num cenário de riscos equilibrados para o crescimento económico e para a inflação.

No Reino Unido, o banco central optou por alterar uma vez a taxa de juro oficial, em Novembro, subindo-a de 0,25% para 0,5%. Num contexto de elevada incerteza associada ao processo de saída da União Europeia, o Banco de Inglaterra procurou, durante 2017, estabelecer um equilíbrio entre a necessidade de apoiar a actividade económica e a obrigação de atingir o objectivo de médio prazo para a inflação. O programa de medidas não convencionais de expansão monetária foi mantido nos moldes definidos no ano anterior.

No Japão, o banco central manteve a sua taxa de juro diretora de curto prazo em -0,1% e o objectivo para as yields das obrigações do tesouro a 10 anos em 0%. O Banco do Japão manteve também o programa de medidas não convencionais de expansão monetária de modo a garantir a necessária postura expansionista enquanto a taxa de inflação registada não satisfizer o objectivo de 2% de forma consistente.

No mercado de capitais, as taxas de juro de mais longo prazo das economias avançadas apresentaram um comportamento irregular ao longo do ano e que acabou por dar lugar, no final de 2017, a variações apenas marginais face ao nível registado no final do ano anterior. Alguns factores geradores de volatilidade terão sido as eleições francesas e britânicas, a incerteza (inicial) acerca do ritmo de normalização das políticas monetárias nos diferentes blocos económicos, assim como a incerteza quanto à dimensão e data de implementação do pacote de estímulo orçamental anunciado pelo presidente dos EUA. Em média, as taxas permaneceram em níveis historicamente baixos, ainda que um pouco acima dos mínimos registados em meados de 2016. Este comportamento poderá ser explicado pelas actuais expectativas conservadoras quanto ao crescimento do PIB nominal no longo prazo e pela evolução dos prémios de risco na sequência da crise económica e financeira internacional. Em valores médios de 2017, as yields das obrigações do tesouro a 10 anos fixaram-se em 0,37% na Alemanha, 0,52% na média da Área do Euro e 2,33% nos EUA.



A taxa de câmbio nominal efectiva do euro aumentou 2,3%, depois de uma variação de 2,9% no ano precedente

Mercado cambial

Em 2017, merece destaque a reversão do movimento de apreciação do dólar norte-americano (em particular face ao euro) verificado no ano anterior. A atenuação da incerteza política na área do Euro (em particular, com a vitória de Emmanuel Macron nas presidenciais francesas) e a sua acentuação nos EUA (investigações à Administração Trump), conjugadas na frente económica com o crescimento mais forte que o esperado da actividade económica na área do Euro, a perspectiva de uma normalização mais rápida dos estímulos monetários do BCE, o adiamento das medidas de estímulo da Administração Trump (apenas em Dezembro foi aprovada a reforma fiscal) e a confirmação da normalização gradual da política da Reserva Federal, foram determinantes para o fortalecimento do euro face ao dólar a partir de meados de 2017. Destaca-se também o prolongamento da trajectória de depreciação da libra esterlina, iniciada com o referendo ao Brexit em 2016. Comparando a cotação média de Dezembro de 2017 com o mesmo mês do ano anterior, o euro apresentava uma apreciação de 12,3% face ao dólar, 9,2% face ao iene, 7,0% face ao yuan e 4,5% contra a libra esterlina.

No conjunto de 2017, a taxa de câmbio nominal efectiva do euro (relativamente aos principais 19 parceiros comerciais da área do Euro) aumentou 2,3%, depois de uma variação de 2,9% no ano precedente.

No que diz respeito às moedas das economias emergentes e em desenvolvimento, o ano de 2017 foi marcado por uma reação contida ao processo de normalização da política monetária nos EUA, não se tendo materializado os receios de um aperto súbito das condições financeiras globais, incluindo uma reversão de fluxos de capital e acentuadas depreciações cambiais. Para isso, terão contribuído o gradualismo e a previsibilidade da retirada dos estímulos monetários nos EUA e o facto deste processo ter sido acompanhado de uma melhoria das perspectivas para a economia norte-americana, com implicações positivas para a economia global e para os preços das matérias-primas e dos activos financeiros. O peso mexicano apresentou alguma recuperação em termos nominais efectivos, depois da significativa depreciação no ano anterior, num contexto de uma política monetária mais restritiva e da atenuação dos receios relativamente ao futuro das relações comerciais com os EUA. Em contraste, o yuan chinês, o real brasileiro e rublo russo perderam algum valor, num contexto de políticas monetárias mais expansionistas e, em particular no Brasil, como reflexo da instabilidade política crescente.

Contas públicas

Na área do Euro, o ano de 2017 foi caracterizado por uma nova redução quer do peso do défice público no PIB (para 1,1%, menos 0,5 p.p. que em 2016) quer do rácio da dívida pública bruta no PIB (para 89,3%, menos 1,8 p.p. que em 2016). Estes rácios beneficiaram de uma componente cíclica favorável do PIB em termos nominais e da manutenção das taxas de juro médias sobre a dívida pública europeia num nível historicamente baixo. Em contraste, o rácio do défice estrutural no PIB deverá ter-se agravado ligeiramente em 2017.

A evolução favorável dos rácios do défice e da dívida no PIB estendeu-se à maioria dos Estados-membros. Destacam-se as significativas reduções do rácio do défice na Espanha, Bélgica, Eslovénia, Áustria, Chipre e Eslováquia e do rácio da dívida na Áustria, Chipre, Países Baixos, Alemanha, Portugal e Irlanda. Foram encerrados os processos de défices excessivos da Grécia e de Portugal, confirmando que o défice é actualmente inferior a 3% do PIB nestes dois países. A Espanha passou a ser o único Estado-membro com um rácio do défice superior ao limite de 3% estabelecido pelo Tratado de Maastricht.

No Reino Unido, continuou o processo de consolidação fiscal em 2017. Ocorreu uma nova redução significativa do rácio do défice público, desta feita em 0,8 p.p. para 2,1% do PIB, enquanto a dívida pública recuou 1,7 p.p. para 86,6% do PIB.

Em contraste, nos EUA, assistiu-se em 2017 a uma estabilização do peso do défice público no PIB (em 5,0%) - num contexto em que acabou por ocorrer um adiamento das medidas de estímulo fiscal da Administração Trump -, enquanto a dívida pública bruta manteve a sua trajectória ascendente (subiu 1,1 p.p. para 108,2%), reflectindo os elevados défices acumulados nos últimos anos.

No Japão, prolongou-se em 2017 o movimento de agravamento do peso do défice público no PIB, ainda que a um ritmo menor que o verificado no ano anterior (0,2 p.p., para 4,3%). Esta dinâmica contrasta com a significativa consolidação orçamental entre 2013 e 2015. Como esperado, o rácio da dívida pública manteve a trajectória ascendente, como reflexo dos elevados défices públicos passados (subida para 239,6% do PIB em 2017, mais 0,6 p.p. que no ano precedente).



1,1%
ÁREA DO EURO
redução do peso do défice público no PIB

+ Economia Angolana

Após um ciclo, iniciado em 2014, em que o PIB apresentou uma trajectória descendente, inclusive com uma contracção da economia em 2016, observou-se, no ano de 2017, um regresso ao crescimento da economia, em cerca de 1,1%, que terá sido impulsionado, essencialmente, pelo aumento da despesa pública.

De acordo com a proposta do Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2018, o desempenho do PIB em 2017 foi suportado por um acréscimo de 1,9% do sector não petrolífero e por uma contracção de 0,5% do sector petrolífero. No sector não petrolífero, a produção industrial e a exploração agrícola, apesar do potencial de substituição das importações nestas áreas, continuaram limitadas pela escassez de insumos e de bens de equipamento, face à dificuldade na sua importação.

Em 2017, pelo quarto ano consecutivo, a economia Angolana apresentou défices nas contas públicas e nas contas externas. Por sua vez, o peso das receitas públicas no PIB continuou a recuar em 2017, num contexto de nova diminuição do peso das receitas fiscais petrolíferas, enquanto que o rácio das despesas públicas recuperou ligeiramente, alavancado pelas despesas de investimento.

Apesar da acumulação de défices públicos, a aceleração do crescimento do PIB em termos nominais terá permitido uma descida do rácio de dívida pública no PIB em 2017. De acordo com os dados disponíveis, o rácio terá ficado em 65,1% do PIB, abaixo de 2016, mas ainda assim equivalente a uma duplicação do nível médio apresentado entre 2010 e 2013.

Embora num cenário de alguma recuperação, verificado num ano eleitoral, a manutenção do preço do petróleo em níveis reduzidos, em particular no primeiro semestre do ano, continuou a afectar negativamente a economia Angolana, com impacto ao nível da redução das receitas fiscais, da aceleração da inflação, de um maior desequilíbrio no mercado cambial dada a redução significativa da oferta, da diminuição acentuada das reservas internacionais líquidas (RIL), bem como do aumento das taxas de juro de mercado e, conseqüentemente, de uma redução do investimento.

Dada a necessidade de uma correcção dos desequilíbrios macroeconómicos que persistem desde 2014 e de um maior ênfase na diversificação da estrutura produtiva, o novo Executivo propôs um Plano Intercalar, a vigorar durante 6 meses. O plano pressupõe, designadamente, um incremento dos esforços de consolidação orçamental, um aumento da flexibilidade cambial e uma melhoria do clima empresarial e do governo das sociedades comerciais.



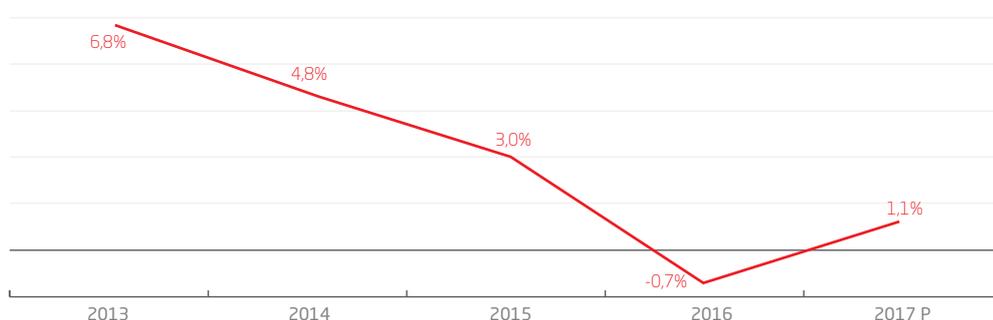
65,1%

DO PIB

aceleração do crescimento do PIB em termos nominais terá permitido uma descida do rácio de dívida pública no PIB em 2017

Produto Interno Bruto

CRESCIMENTO REAL DO PIB



Fonte:FMI

O cenário macroeconómico do Governo para 2017, constante da Proposta de OGE 2018, prevê que a melhoria no desempenho do PIB em 2017 tenha sido suportada por um acréscimo de 1,9% do sector não petrolífero, num contexto de uma ligeira queda de 0,5% do sector petrolífero. Segundo refere o Governo, no relatório de Fundamentação da proposta de OGE 2018, os efeitos dos baixos preços do petróleo continuaram a afectar negativamente a economia angolana no ano de 2017, refletindo-se em níveis moderados de recuperação do crescimento do PIB, de 1,1%, abaixo do que tinha sido projetado no OGE 2017 (+2,1%) e que o Governo justifica com o desempenho abaixo do inicialmente previsto tanto para o sector petrolífero, como para o sector não petrolífero. No sector não petrolífero o destaque vai para a indústria transformadora, a qual foi severamente afectada pela escassez de recursos cambiais.

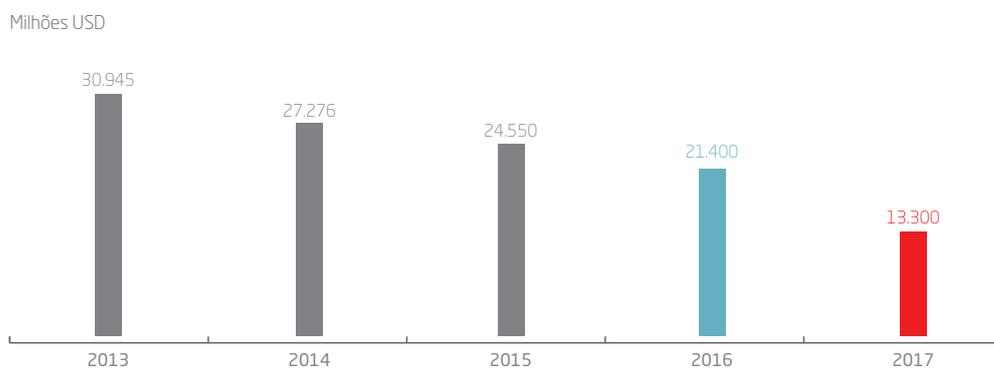
As estimativas do Governo Angolano para o sector petrolífero, em particular, para a produção petrolífera, excluindo a produção do gás natural liquefeito (GNL), foram revistas em baixa, passando de uma produção de 1.821 milhões de barris/dia previstos no OGE 2017, para 1.740 milhões de barris/dia. Neste contexto, as estimativas do Governo sugerem para o sector petrolífero um agravamento do seu desempenho, apresentando uma taxa de crescimento negativa de 0,5% (incluindo o GNL), abaixo do previsto no OGE 2017 (+3,2%).

Contrariamente ao antecipado no OGE 2017 (+2,3%), as novas estimativas do Governo reduzem as expectativas de crescimento do PIB não petrolífero para 1,9%. No entanto, relativamente ao crescimento estimado pelo Executivo para 2016, estas projeções representam uma melhoria de 0,7% do crescimento do sector não petrolífero, suportado, essencialmente, pelos sectores da energia, da agricultura, da construção e das pescas.

Reservas Internacionais e Sector Petrolífero

As reservas internacionais líquidas (RIL) diminuíram de forma acentuada com a queda do preço da principal commodity, representando uma redução de cerca de 38%, equivalente a cerca de USD 8 mil milhões de dólares, quando comparado com 2016.

RESERVAS INTERNACIONAIS LÍQUIDAS



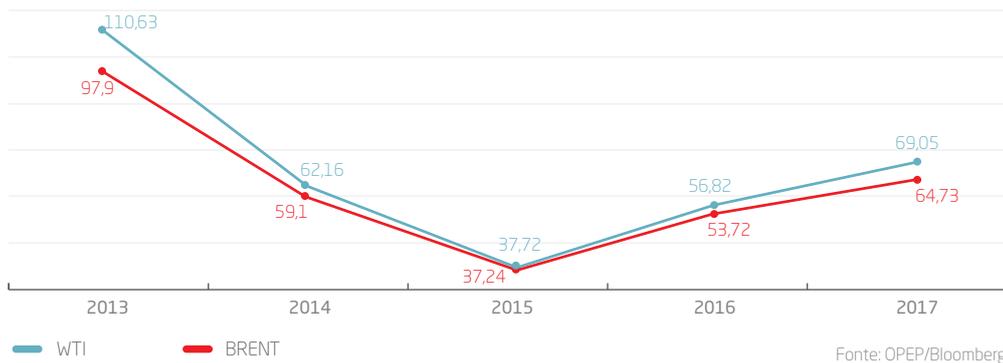
Fonte: BNA / Bloomberg

Redução de cerca de 38% das reservas internacionais líquidas (RIL)

As RIL atingiram um mínimo de USD 13,3 mil milhões a 31 de Dezembro de 2017 contra os USD 21,4 mil milhões verificados em 31 de Dezembro de 2016, o que representa uma cobertura de cerca de 7 meses de importações.

Segundo a Moody's, os fundamentos do mercado petrolífero continuam a apontar para níveis de preços reduzidos, quando comparados com os valores existentes até 2012, dadas as reformas sobre as restrições de exportação do petróleo nos EUA e o ritmo de crescimento da procura de petróleo, insuficiente para impulsionar uma subida significativa de preços.

EVOLUÇÃO DO PREÇO DO PETRÓLEO



Por outro lado, estima-se que os cortes de produção implementados pela OPEP, em coordenação com a Rússia, não foram suficientemente profundos para eliminar o excedente global. As mais recentes previsões do Banco Mundial e da Agência Internacional de Energia apontam para um preço médio ligeiramente acima de USD 60 por barril de petróleo para 2018 o que, apesar de tudo e a cumprir-se, estará acima da média anual de preços dos 3 últimos anos.

Mercado Cambial

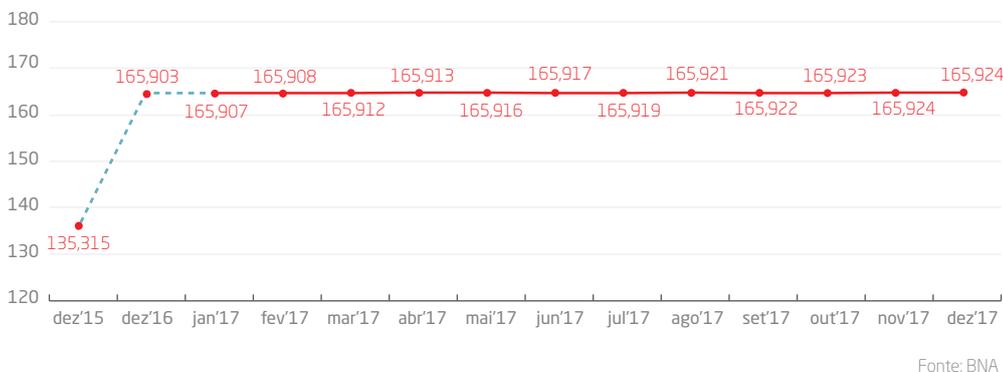
Em 2016, o BNA procedeu à desvalorização do Kwanza face ao Dólar dos Estados Unidos em cerca de 23% (32% em 2015), tendo esta ocorrido essencialmente, nos primeiros quatro meses do ano. Em 2017, observou-se uma desvalorização de apenas 0,1%, sendo que o câmbio a 31 de Dezembro de 2017 era de AKZ/USD 165,924.



0,1%

Desvalorização do Kwanza face ao Dólar dos Estados Unidos em cerca de 23%

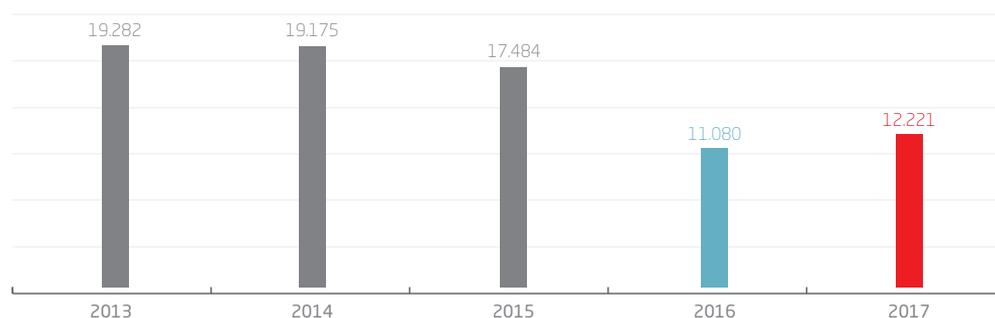
EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE CÂMBIO USD/AKZ



Até 2017 e durante um período de cerca de 2 anos, persistiu um regime cambial de taxa de câmbio administrada, determinada pelo BNA, independentemente da relação entre a procura e a oferta. Para o ano de 2018, o BNA adoptou um regime caracterizado pela flutuação da taxa de câmbio, dentro de uma banda de variação cambial admissível, a definir em função das transações ocorridas em leilões de divisas de mercado primário.

VENDA DE DIVISAS DO BNA

Milhões USD



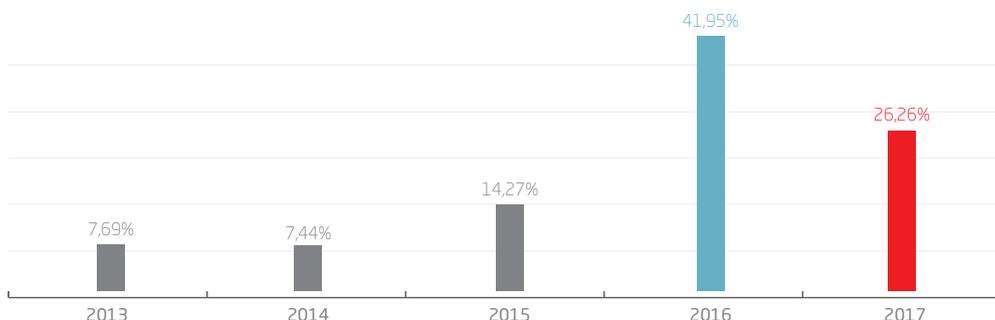
Fonte: BNA

Em 2017, o BNA vendeu 12.221 milhões de Dólares aos Bancos Comerciais o que, embora corresponda a um aumento de cerca de 1.141 milhões de Dólares face a 2016, ficou bastante abaixo dos valores vendidos durante os anos de 2013, 2014 e 2015.

Inflação e Mercado Monetário

A taxa de inflação para 2017, apresentou um ritmo de crescimento menos acelerado, quando comparado com o ocorrido em 2016. Segundo os dados apresentados pelo INE, a inflação fixou-se em 26,26% representando uma redução em 15,69 p.p. quando comparada com os 41,95% verificados no período homólogo. Este comportamento pode ter sido explicado pela estabilidade cambial que se observou ao longo do ano de 2017, que deverá ter induzido à redução do ritmo de aumento dos preços dos produtos da cesta básica, em particular dos produtos importados.

INFLAÇÃO ANUAL ACUMULADA



Fonte: INE/MINFIN

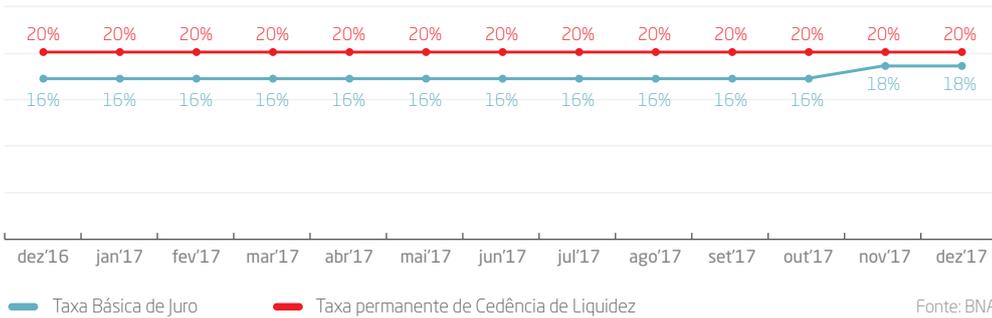


18%

Aumento da taxa de juro básica

No âmbito da reunião do comité de política monetária de 30 de Novembro de 2017, o Banco Nacional de Angola efectuou um conjunto de alterações, adoptando uma política mais restritiva, com o objectivo de controlar a pressão inflacionista, designadamente por via do aumento da taxa de juro básica - taxa BNA - de 16% para 18%, bem como pela redução da taxa de juro da facilidade permanente de absorção de liquidez a 7 dias de 2,75% para 0%.

INDICADORES MACROECONÓMICOS

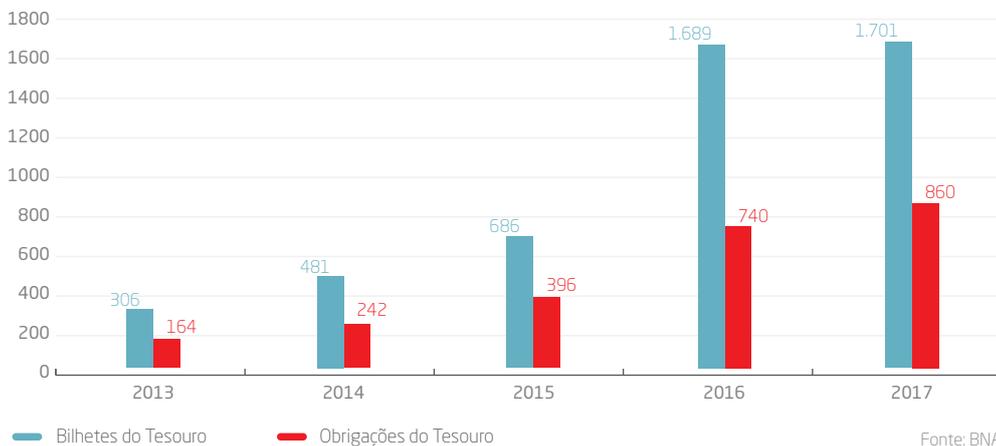


Nesta mesma reunião, o BNA procedeu, de igual modo, às seguintes alterações de política monetária: i) adopção da base monetária em moeda nacional como variável operacional da política monetária; ii) eliminação da necessidade de constituição de cativos em moeda nacional para efeito de realização de operações de compra de moeda estrangeira, quer para os clientes junto dos Bancos Comerciais, quer para os Bancos Comerciais junto do BNA; iii) alteração do mecanismo de constituição das reservas obrigatórias em moeda nacional em que, embora com uma redução da taxa nominal de 30% para 20%, face à maior limitação nos activos elegíveis para cumprimento das reservas, nomeadamente ao nível da dívida pública, levou a um aumento generalizado da taxa efectiva de reservas obrigatórias em moeda nacional.

Com a queda do preço do petróleo e no contexto dos desequilíbrios macroeconómicos que se registaram, o Estado recorreu novamente à emissão de dívida para garantir o seu funcionamento, bem como a concretização de vários projectos públicos. Desta forma, ao nível do mercado de títulos de dívida pública, verificou-se um aumento de 5,43% das emissões de Títulos Tesouro no ano 2017, comparativamente ao período homólogo. No ano de 2017 foram colocados no mercado títulos no montante de AKZ 2.561 mil milhões, sendo AKZ 1.701 mil milhões em Bilhetes do Tesouro (BT's) e AKZ 860 mil milhões em Obrigações do Tesouro (OT's), para a gestão corrente do Tesouro Nacional.

↑
5,43%
aumento
das emissões
de Títulos Tesouro

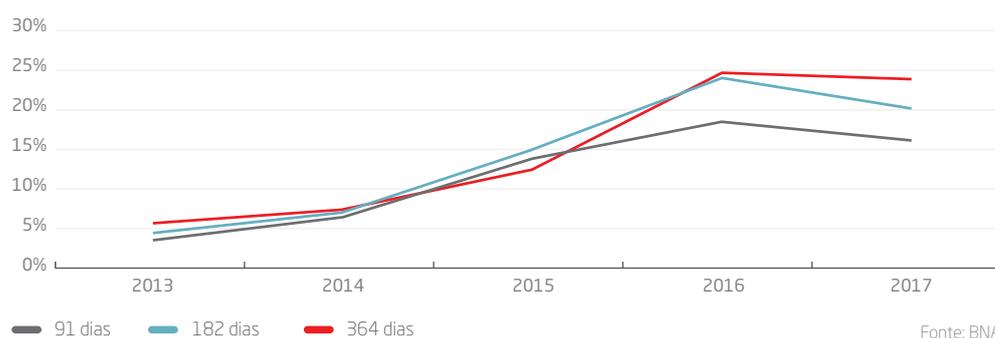
EMIÇÃO DE TÍTULOS



Em Dezembro de 2017, as taxas de juro médias dos Bilhetes do Tesouro atingiram 16,15%, 20,25% e 23,90% para as maturidades de 91, 182 e 364 dias, respectivamente, sendo inferiores às verificadas no período homólogo, onde foram de 18,55, 24,08% e 24,07% para as mesmas maturidades, o que se traduziu numa ligeira diminuição do custo da dívida.

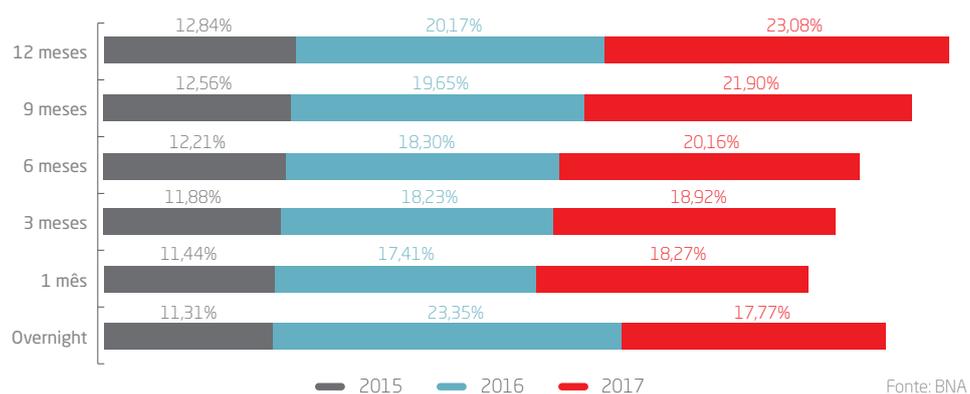
Relativamente às Obrigações do Tesouro com as maturidades de 3, 4, 5, 6, e 7 anos, as respectivas taxas de juro mantiveram-se estáveis durante o ano de 2017, correspondendo a 7%, 7,25%, 7,50%, 7,75% e 8%, respectivamente.

TAXAS DE JUROS - BILHETES DE TESOURO



Face às alterações de política monetária ocorridas a 30 de Novembro de 2017, observou-se uma subida generalizada das taxas de juro no mercado monetário interbancário. Nas taxas LUIBOR a 3, 6 e 12 meses registaram-se várias oscilações ao longo do ano, sendo que a 31 de Dezembro de 2017 as taxas eram de 18,92%, 20,16% e 23,08% respectivamente, enquanto que a 31 de Dezembro de 2016 eram de 18,23%, 18,30, e 20,17% respectivamente.

LUIBOR



Indicadores do Sector Bancário

Em 2017, o valor agregado dos depósitos de clientes foi de AKZ 7.013 mil milhões, o que representou um decréscimo anual de 1% face a 2016. O total dos depósitos foi potenciado maioritariamente pelos depósitos à ordem, que representam mais de 50% do total de depósitos. Em 2017, os depósitos em moeda nacional representavam 70% do total de depósitos, aumentando 1 pp em relação ao peso verificado em 2016.

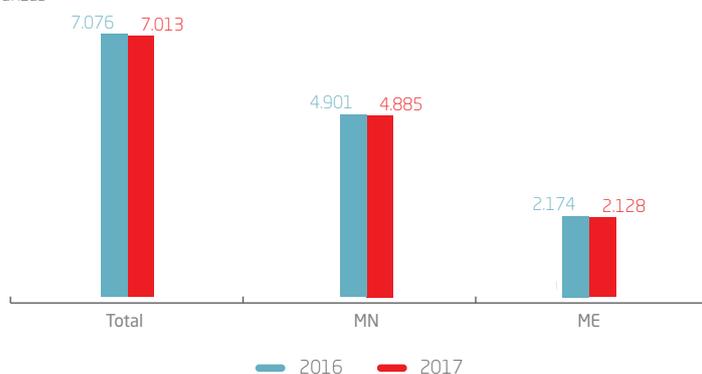


1%

O valor agregado dos depósitos de clientes foi de AKZ 7.013 mil milhões, representa um decréscimo face a 2016

DEPÓSITOS TOTAIS

Mil milhões de Kwanzas



Ao nível do crédito concedido ao sector privado da economia (excluindo o crédito à Administração Central), verificou-se em 2017 um decréscimo na ordem dos 2%, para AKZ 3.199 mil milhões. Esta redução do stock de crédito deveu-se, essencialmente, ao abrandamento da actividade económica, bem como pela adopção de normas de concessão mais restritivas, reflexo das políticas monetárias adoptadas pelo BNA, com a consequente subida de taxas de juro.

CRÉDITO TOTAL

Mil milhões de Kwanzas



Em 2017 o seu valor agregado correspondeu a AKZ 3.199 mil milhões, sendo que o crédito concedido em moeda nacional (com um peso de 83% no total) registou um aumento de 1%, enquanto que o crédito em moeda estrangeira apresentou uma diminuição de 13% face ao ano anterior.

A concessão de financiamentos de médio e longo prazo ao sector empresarial para projectos de desenvolvimento da economia, nomeadamente no âmbito do Programa Angola Investe, tem sido uma das estratégias para tentar reduzir a dependência externa e as importações.

O Programa Angola Investe, tem sido uma das estratégias para tentar reduzir a dependência externa e as importações.

+ Posicionamento do Banco BIC no Sector Bancário

Embora em 2017 se tenha verificado alguma recuperação nos níveis de crescimento do PIB, bem como uma subida tímida dos preços do petróleo no mercado internacional, continuam a existir desequilíbrios macroeconómicos substanciais no País.

Neste contexto macroeconómico, que se traduziu em menores receitas fiscais para o Estado, um cenário de inflação, desequilíbrios relevantes no mercado cambial, diminuição acentuada das RIL e taxas de juro elevadas, a transformação e a adaptação do sistema financeiro tem sido um dos principais desafios para a banca comercial.

Em 2017, o BNA vendeu 12.221 milhões de Dólares aos bancos comerciais o que, embora corresponda a um aumento de cerca de 1.141 milhões de Dólares face a 2016, ficou bastante abaixo dos valores vendidos durante os anos de 2013, 2014 e 2015. Naturalmente que a manutenção prolongada desta situação, se traduz num menor volume de negócios das empresas e num menor poder de compra para os particulares, bem como na menor capacidade de ambos em responder de forma adequada aos compromissos assumidos, quer externamente, quer internamente, ao nível das suas responsabilidades de crédito.

Desde 2016 e até 30 de Novembro de 2017, o BNA adoptou e manteve um conjunto de medidas restritivas no âmbito das políticas cambiais com o intuito de estabilizar os níveis de preços, nomeadamente a obrigação dos bancos comerciais constituírem um cativo correspondente ao contravalor das necessidades de moeda estrangeira pretendida. Em paralelo, o BNA manteve, para além da venda de divisas por leilão, uma actuação directa muito significativa no mercado cambial, através da venda de divisas dirigidas a sectores e a clientes considerados como prioritários pelo Executivo.

Na reunião do Comité de política monetária de 30 de Novembro de 2017, o BNA adoptou uma política mais restritiva tendo, para além de diversos ajustamentos ao nível das taxas de juro no mercado, alterado o mecanismo de constituição das reservas obrigatórias em moeda nacional o que, genericamente, levou a um aumento da taxa efectiva de reservas obrigatórias em moeda nacional, ou seja, maiores restrições ao nível da liquidez disponível no sistema financeiro.

Perante este cenário económico desafiante, o Banco BIC manteve o seu foco num controlo de custos rigoroso, na prudência e no rigor ao nível da concessão e análise de novos financiamentos, numa gestão de liquidez adequada aos desajustamentos de mercado, no reforço contínuo dos restantes processos e políticas de acompanhamento de risco, designadamente risco operacional e de outros riscos de mercado, bem como, face ao cada vez mais exigente enquadramento internacional, numa adequação constante às exigências de Compliance e de adopção de normas contabilísticas.

O volume de crédito à Economia do Banco, incluindo o crédito ao Estado, era a 31 de Dezembro de 2017 de USD 5.816 Milhões, o que face a 2016 equivale a uma contracção na ordem dos USD 238 Milhões (4%), dos quais USD 145 Milhões decorrem da redução do crédito ao Estado.

Em 31 de Dezembro de 2017, a quota de mercado do Banco BIC no Crédito à Economia era de 9,03%, enquanto que nos Recursos de clientes era de 11,23%.



1.141M\$

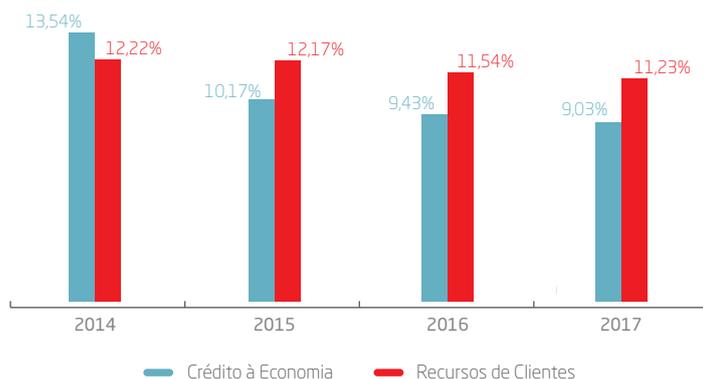
aumento dos milhões de dólares vendidos aos Bancos Comerciais



4%

contracção do volume de crédito à Economia do Banco

QUOTAS DE MERCADO



A actividade de crédito tem igualmente um papel indispensável no suporte aos esforços em curso de diversificação da economia angolana, funcionando como dinamizador dos diferentes sectores da economia. Foi neste contexto que o Banco BIC aderiu em 2013 ao Programa Angola Investe (que inclui uma linha de crédito bonificado e um fundo de garantias públicas), tendo aprovado cerca de AKZ 35 biliões de Kwanzas até 31 de Dezembro de 2017, correspondendo a um total de 63 projectos, dos quais 52 já se encontram em execução.

Desta linha de crédito, até 2017, já foram desembolsados cerca de AKZ 23 biliões, no âmbito do Programa Angola Investe, sendo que as províncias beneficiadas foram Luanda, Kwanza-sul e Kwanza-norte, Bengo, Benguela, Uíge, Bié, Huíla e Huambo. Os sectores com maior preponderância foram a Indústria Transformadora e a Agricultura e Pescas, com um total de 32 e 23 projectos, respectivamente.

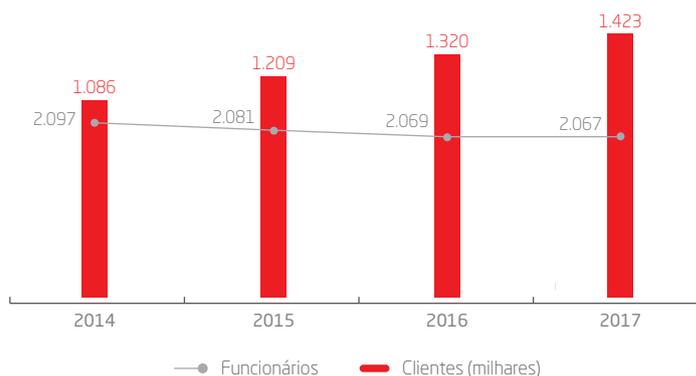
Mesmo num cenário adverso, no ano de 2017 foram amortizados na sua totalidade 3 projectos, num total de AKZ 514 milhões, tendo igualmente sido aprovados 13 novos projectos, num montante total de cerca de AKZ 8 mil milhões.

O crescimento que o Banco BIC alcançou, até à data, implicou investimentos substanciais em infraestruturas e tecnologias da informação, bem como no capital humano, pilares indispensáveis para o mercado bancário. Neste sentido, face ao enquadramento supramencionado, tem-se verificado, desde 2015, uma alteração no posicionamento deste investimento, com um maior enfoque no reforço das áreas de Controlo Interno, Risco e de Compliance.

No que respeita à sua rede comercial, o Banco BIC procedeu à abertura de mais uma unidade de negócio, totalizando, desta forma, 227 unidades em todo território nacional, atendendo uma base diversificada de clientes. O quadro de colaboradores manteve aproximadamente o mesmo número face ao ano anterior, num total de 2.067 colaboradores.

Desde 2015 tem-se verificado o crescimento do Banco BIC com maior enfoque no reforço das áreas de Controlo Interno, Risco e de Compliance

INDICADORES DE MERCADO



103.000

CRESCIMENTO

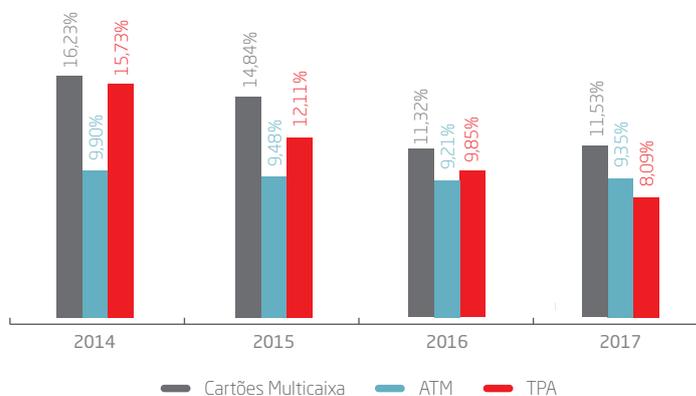
do número clientes,
para um total
de 1.423.000

O Banco BIC mantém a sua filosofia de banco de portas abertas e de proximidade, sempre receptivo aos que procuram os produtos e serviços bancários. Com base nesta filosofia, a base de clientes teve um crescimento de mais de 103.000 clientes, totalizando cerca de 1.423.000 de clientes, compostos por empresas e particulares.

A permanente aposta na diversificação e na qualidade da sua oferta e prestação de serviços bancários, são visíveis com a disponibilização à rede de um total de 283 ATM's em 2017, representando um aumento de 8% comparado com o ano anterior, estando os ATM's distribuídos em todo território nacional, dando maior possibilidade às populações de efectuarem as suas transacções a qualquer altura do dia. Ao nível dos TPA's foram contabilizados para 2017 um total de 6.552, junto dos nossos clientes, o que representa cerca de 8% do total disponível no mercado.

A nível dos cartões, um dos segmentos da oferta de produtos e serviços, encontravam-se emitidos um total de 675.875 cartões em 2017.

QUOTAS DE MERCADO



675.875

CARTÕES EMITIDOS

em 2017





crescemos com
dinamismo

O amanhã começa hoje.
Hoje damos continuidade ao amanhã,
acreditamos no amanhã,
trabalhando para o futuro.

CRESCEMOS JUNTOS

+ Principais Linhas de Negócio

A estrutura comercial do Banco está dividida em quatro segmentos principais, nomeadamente Particulares e Negócios, Private Banking, Investimento e Empresas

Desde a constituição do Banco BIC que a prestação de serviços caracterizados pela excelência e permanente orientação para as necessidades de cada cliente são um dos pilares estratégicos e de diferenciação do Banco BIC.

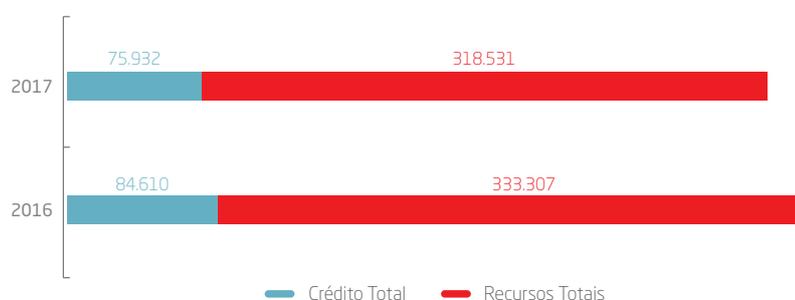
A estrutura comercial do Banco foi definida tendo em conta uma melhor orientação para as necessidades do cliente estando, deste modo, dividida em quatro segmentos principais, nomeadamente Particulares e Negócios, Private Banking, Investimento e Empresas.

O reforço da actividade internacional, designadamente com o Banco BIC Português, o Banco BIC Cabo Verde, o Escritório de Representação na África do Sul e a abertura no exercício de 2016 do Bank BIC Namíbia permitiu o enfoque nos níveis de eficiência e de sinergias entre instituições, que representam uma fonte de crescimento e um aumento de valor fundamentais para os nossos clientes.

Direcção de Particulares e Negócios

A Direcção de Particulares e Negócios (adiante DPN) conta, em 31 de Dezembro de 2017, com um total de 200 agências e 6 postos de atendimento distribuídos por todas as províncias de Angola e que representam cerca de 90% do total da rede comercial do Banco BIC.

Esta Direcção, que suporta a Rede de Agências do Banco BIC, tinha uma carteira de crédito no montante de AKZ 75.932 milhões em 31 de Dezembro de 2017 (um decréscimo de 10% face a 31 de Dezembro de 2016). Os recursos de clientes ascenderam a AKZ 318.531 milhões a 31 de Dezembro de 2017 (um decréscimo de 4% face a 31 de Dezembro de 2016).



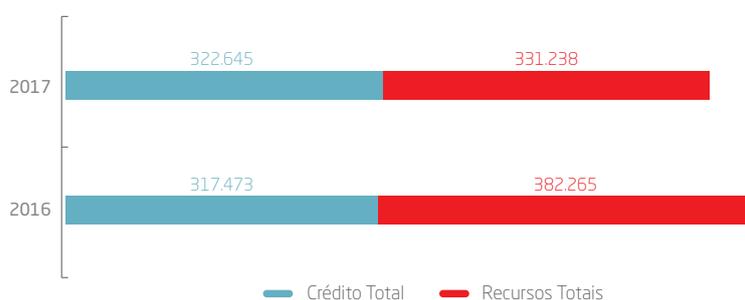
Direcção de Empresas

No ano de 2017, a Direcção de Empresas (adiante DE) continuou a acção de fidelizar os clientes na prestação de um serviço mais qualificado. A 31 de Dezembro de 2017, o Banco BIC dispunha de 17 centros de empresas.

No final do exercício de 2017, o total de recursos captados pela DE ascendia a AKZ 331.238 milhões (uma diminuição de 2% face a 31 de Dezembro de 2016). Em termos de crédito concedido a clientes, em 31 de Dezembro de 2017 o total gerido pela DE atingiu AKZ 322.645 milhões, um crescimento de 2% face a 31 de Dezembro de 2016.

Tendo sempre presente os rácios de solvabilidade do Banco, a solidez do negócio e a qualidade da carteira de crédito, a DE continuou a monitorar de perto a sua carteira de clientes e, para aqueles que apresentaram sinais de maior dificuldade, estabeleceu uma política criteriosa de renovações de operações, sendo o reforço de garantias associadas às operações de crédito uma das ferramentas de gestão decisivas.

A Direcção de Empresas, em 31 de Dezembro de 2017, contribuiu com cerca de 73% para a carteira de crédito e com 42% para a carteira de recursos totais do Banco.



73%
CONTRIBUTO
da Direcção de
Empresas para a
carteira de crédito

Direcção de Empresas - Departamento de Petróleo e Gás

Em Maio de 2012, com a aprovação da nova Lei Cambial aplicável ao sector petrolífero, o Banco BIC criou um Departamento de Petróleo e Gás, concebido de raiz para atender de forma exclusiva e com um serviço de excelência as necessidades específicas deste segmento.

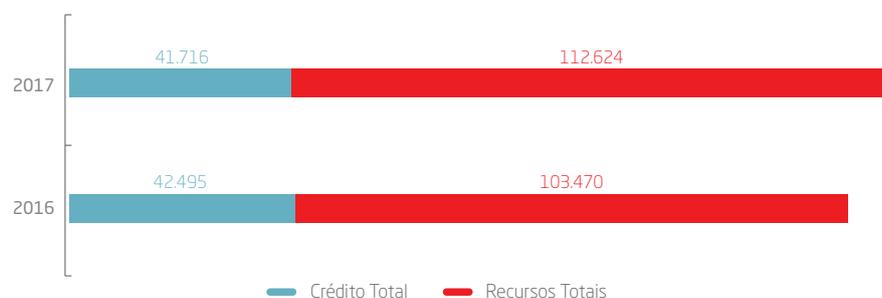
Numa primeira fase o Departamento focou-se, essencialmente, nas actividades de front office para apoiar as empresas no processo de transição das diferentes etapas da nova Lei Cambial. Posteriormente, desenvolveram-se as actividades de back office, nomeadamente com a criação de um conjunto de subdivisões nos vários departamentos dos serviços centrais que, aliadas a um conjunto de inovações tecnológicas, visam garantir a celeridade e eficiência de todos os processos e uma maior adequação às exigências deste sector.

Private Banking

A actividade desta Direcção é assegurada por gestores private, com grandes competências técnicas e relacionais, baseado numa relação de confiança em tempo real. Em 31 de Dezembro de 2017, os recursos ascendiam a AKZ 112.264 milhões, o que se traduziu num aumento de 9% relativamente a 31 de Dezembro de 2016, em que a carteira totalizava AKZ 103.470 milhões. Relativamente ao crédito, a carteira totalizou a 31 de Dezembro de 2017, cerca de AKZ 41.716 milhões.

O nosso compromisso é melhorar continuamente o serviço aos nossos clientes, trata-se do mais elevado e diferenciado nível de atendimento bancário, fornecendo uma estrutura mais personalizada baseada na venda de produtos de consultoria financeira, em linha com o perfil de risco identificado para cada cliente; mantendo como principal objectivo, a sustentada preservação do património dos clientes em detrimento da performance, para a manutenção do crescimento e a consolidação da actividade.

O nosso compromisso
é melhorar
continuamente
o serviço aos
nossos clientes

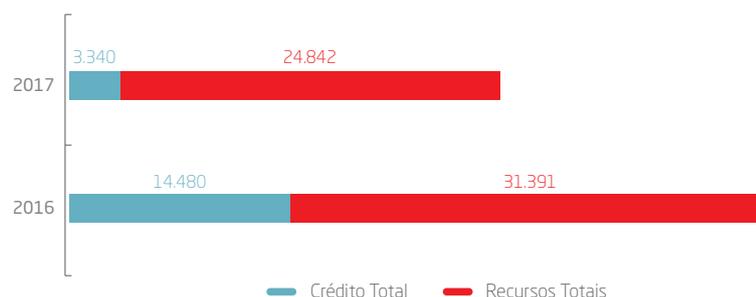


Direcção de Investimento

A Direcção de Investimento rege-se pelo modelo tradicional de segmentação bancária, para os seus clientes ao nível de investimento/renda que estes apresentam. Conhecendo melhor o cliente e desenvolvendo as melhores práticas de monitorização e prospecção, para materializar o compromisso com quem investe, com o objectivo de atingir a concretização bem-sucedida de cada projecto, construindo parcerias estratégicas e sinergias de valor.

Para os investidores que estão dispostos a diversificar o seu investimento e a apostar neste segmento, o Banco BIC dispõe de várias alternativas de investimento que acompanham a evolução da realidade empresarial, dinamizando a rede comercial dos agentes económicos que mantêm relações financeiras com o Banco.

Em 31 de Dezembro de 2017, esta direcção dispõe de três Centros de investimento, que dão um acompanhamento permanente e especializado, tanto na gestão diária da carteira de clientes como na tomada de decisão de investimento. Em 31 de Dezembro de 2017, o saldo em carteira de recursos totais ascendia a AKZ 24.842 milhões e a carteira de crédito concedido totalizava AKZ 3.340 milhões.



O objectivo destes Gabinetes é estreitar cada vez mais as relações comerciais entre os países assegurando os níveis de excelência e profissionalismo

Gabinete Angola Portugal e Gabinete Angola Namíbia

Em Maio de 2012, foi criado o Gabinete Angola Portugal (adiante GAP), para dinamização do negócio bilateral entre Angola e Portugal, assegurando a gestão dos fluxos financeiros entre os dois países e apoiando os empresários Angolanos e Portugueses na sua actividade de internacionalização. No mesmo sentido, em 2016 foi criado o Gabinete Angola Namíbia ("GAN").

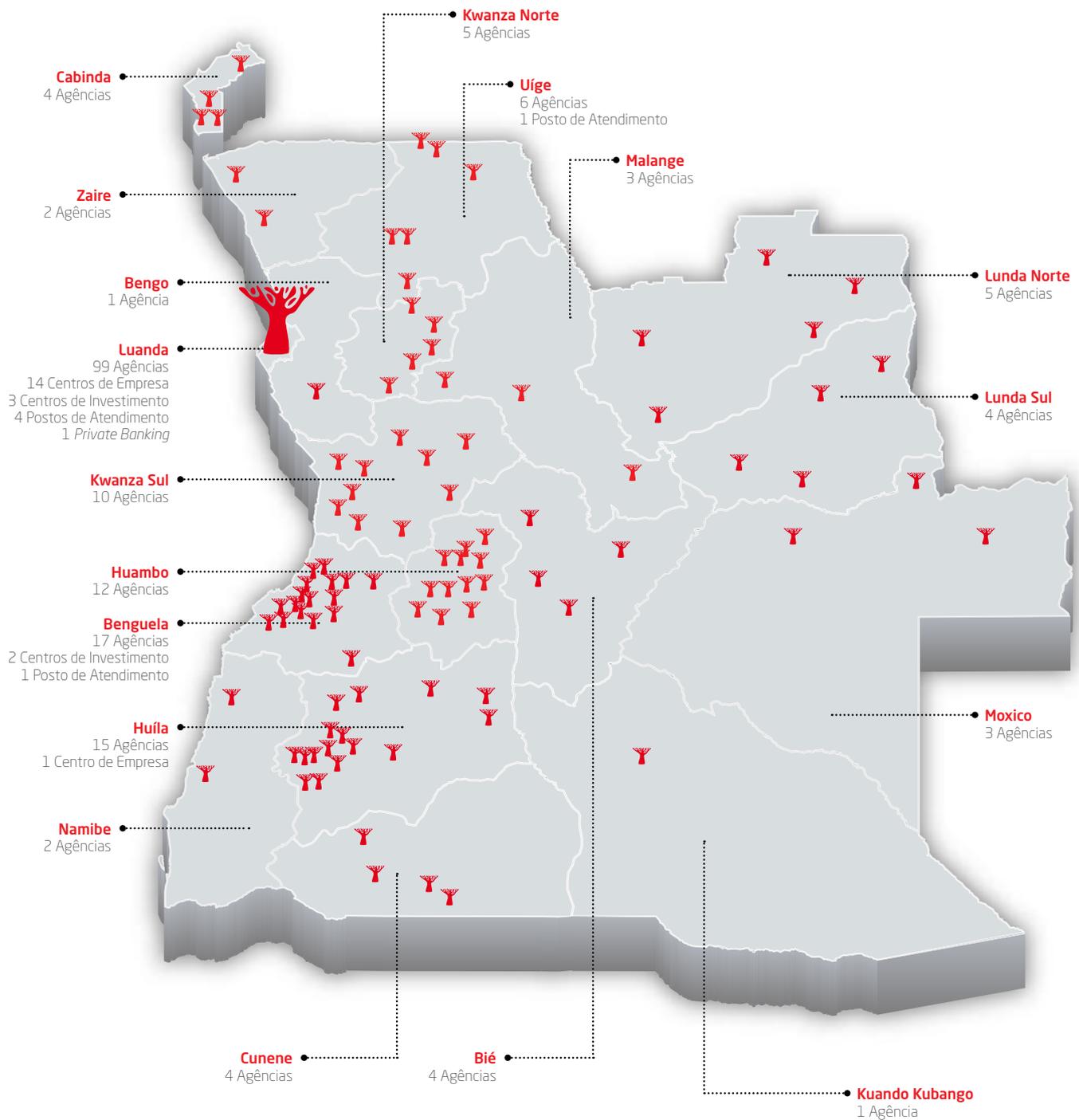
Alinhado com a estratégia comercial do Banco, o objectivo destes Gabinetes é estreitar cada vez mais as relações comerciais entre os países assegurando os níveis de excelência e profissionalismo exigidos.

Entre as principais actividades do GAP e do GAN estão o apoio financeiro à actividade corrente das empresas com presença ou relacionamento comercial nesses países, nomeadamente com serviços de financiamento de apoio às exportações, a prestação de informação sobre as especificidades de cada mercado e acompanhamento dos fluxos gerados entre os diferentes países com uma particular atenção à celeridades dos processos e à competitividade dos *pricings* praticados.

Direcção BIC Agro

Em 2017, o Banco, consciente da importância dos sectores da Agricultura, Pecuária e Pescas na economia de Angola, criou a Direcção BIC Agro. Esta Direcção tem como principais actividades a dinamização, apoio técnico e acompanhamento das Redes Comerciais do Banco, no que concerne aos produtos de Crédito direccionados ao sector primário e assegurar o acompanhamento e a monitorização das linhas de crédito protocoladas (Angola Investe).

+ Rede de distribuição e presença geográfica



Rede actualizada a 31 de Dezembro de 2017

+ Marcos Históricos

Ao longo destes anos de existência, o Banco BIC mantém-se fiel aos valores da marca, que assentam no permanente contributo para o desenvolvimento económico, cultural e social de Angola e dos países em que está presente.

Os marcos históricos do Banco BIC são o reflexo evidente de uma estratégia consistente e uma gestão equilibrada e estável.

2006

Lançamento das Campanhas BIC Habitação e BIC Automóvel

2005

CONSTITUIÇÃO POR ESCRITURA PÚBLICA DO BANCO BIC, S.A.

após a autorização do Banco Nacional de Angola, com um capital social de USD 6.000.000,00

2005

Atribuição de um certificado de performance pelo American Express, sobre a qualidade do processamento das operações de estrangeiro o que, com apenas meses de existência, colocou o Banco BIC na linha dos melhores bancos mundiais neste segmento;

Promoção da Marca Banco BIC associada ao slogan "Crescemos Juntos" para, desta forma, nos afirmarmos como parceiros do crescimento dos nossos Clientes e do País;

Abertura da primeira Agência em Luanda (Agência da Maianga); e

Constituição por escritura pública do Banco BIC, S.A., após a autorização do Banco Nacional de Angola, com um capital social de USD 6.000.000,00.

2006

Lançamento da conta BIC Salário, novo produto de Crédito Pessoal, que permite ao cliente aceder ao Crédito Automático, até ao montante máximo de um salário líquido e a possibilidade de acesso a uma linha de crédito;

Lançamento das Campanhas BIC Habitação e BIC Automóvel;

Extensão da rede de agências do Banco a quase todas as Províncias do País, faltando apenas três províncias por cobrir, onde as obras já decorrem;

Deliberação de um novo aumento de capital de USD 20.000.000,00 para USD 30.000.000,00 na sequência da autorização do Banco Nacional de Angola;

Assinatura de um protocolo com o Banco Popular de Portugal, com vista ao estabelecimento de Linhas de Crédito visando o fomento as relações entre agentes económicos de Angola e Portugal mediante o financiamento e a promoção da exportação;

Admissão à rede "POS VISA", actuando o BIC como emissor de cartões de crédito aceites internacionalmente, como membro principal, podendo apoiar outros bancos angolanos na obtenção de cartões VISA, fazendo parte do restrito grupo de bancos seleccionados pela VISA; e

Aumento do capital social em USD 14.000.000,00, integralmente realizados em dinheiro, totalizando desta forma USD 20.000.000,00.

2008

Atribuição pela EuroMoney do prémio
"The Best Bank in Angola"

pela excelência da sua performance
no conjunto das áreas comercial, qualidade de
serviço e resultados consolidados obtidos

2007

Assinatura de um protocolo
com o Ministério das Finanças

no sentido do financiamento do projecto
de reconstrução da província do Uíge,
avaliado em cerca de 150 milhões de dólares

2007

Autorização pelo Banco de Portugal da constituição do Banco BIC Português, S.A. de capitais maioritariamente angolanos, orientando a sua actividade para o apoio aos empresários angolanos e portugueses com interesses em Angola;

Assinatura de um protocolo com o Ministério das Finanças no sentido do financiamento do projecto de reconstrução da província do Uíge, avaliado em cerca de 150 milhões de dólares;

Criação da Direcção do Crédito Imobiliário com o objectivo de dinamizar e melhor gerir este segmento de crédito;

Comercialização dos cartões de crédito de VISA - Visa Premium e Visa Gold e lançamento de uma campanha relativa à venda dos mesmos; e

Lançamento na Filda do Crédito Fácil, novo produto de Crédito Geral para a aquisição de bens consumo, cuja característica principal consiste na rapidez de concessão a uma taxa de juro bastante atractiva, reduzindo a carga burocrática existente na concessão de crédito.

2008

Em 2008 foi superada a fasquia dos 1.000 trabalhadores dos quais cerca de 81% se encontravam ao nível da rede comercial. Este crescimento dos efectivos do Banco, com reflexo na expansão da sua rede de atendimento, constitui um dos pilares da Estratégia de Crescimento do Banco;

Atribuição pela EuroMoney do prémio "The Best Bank in Angola" pela excelência da sua performance no conjunto das

áreas comercial, qualidade de serviço e resultados consolidados obtidos;

Lançamento na Filda 2008 e Expo Huíla 2008 da nova campanha BIC Multicaixa - "um Cartão de débito personalizado, que lhe permite movimentar a sua Conta de Depósitos à Ordem em Angola através da rede "Multicaixa"; e

Abertura do Banco BIC Português. O aumento das relações económicas entre Portugal e Angola foi um dos factores motivadores desta decisão, aproximando assim o sector empresarial Português na sua estratégia de internacionalização para Angola, bem como os investidores de Angola que já operam ou venham a querer operar em Portugal e na Europa.

2010

O BANCO BIC TORNOU-SE O MAIOR BANCO PRIVADO ANGOLANO

em termos de cobertura geográfica dos seus Balcões, com a presença em 48 dos 163 Municípios do País.

2009

Lançamento da nova imagem do Banco BIC

associado à solidez, tecnologia e inovação. Sendo o cliente o seu principal enfoque

2009

Lançamento da nova imagem do Banco BIC, associado à solidez, tecnologia e inovação. Sendo o cliente o seu principal enfoque, o Banco BIC reforçou as campanhas: BIC VISA - Gold e Platinum, BIC Multicaixa e TPAs ligados à Rede VISA (Terminais de Pagamento Automático) com o objectivo de reforçar a venda dos referidos produtos; e

Presença na Filda 2009, onde foi reforçada a Campanha "Investimos Juntos" - "Crescemos Juntos", destacando-se a ligação como o Banco BIC Português reforçando, desta forma, os principais factores motivadores da sua constituição.

2010

Lançamento da campanha BIC Salário - Função Pública. Agora os funcionários públicos podem receber pelo Banco BIC. E recebem mais vantagens: Crédito Pessoal, Crédito Automóvel, Crédito Habitação e Antecipação do Salário;

Lançamento da campanha Prémios CAN 2010, tendo como tema - Os Palancas têm o apoio da bancada e do Banco, com um prémio de USD 1.000.000 para a selecção de Angola pela conquista do Campeonato Africano das Nações (CAN) e ainda pelas vitórias, pelos golos marcados e pelo desempenho dos melhores em campo;

Lançamento da campanha "5 ANOS a fazer crescer Angola", alusivo ao 5º aniversário do Banco BIC. O motivo maior foi dizer aos angolanos que estamos presentes em todo o país, nas 18 capitais de província e nos principais municípios. O que equivale a dizer que o Banco BIC está cada vez mais próximo dos angolanos, das suas famílias e das empresas, sendo um forte parceiro no desenvolvimento comum;

Em 2010 foi superada a fasquia dos 500.000 Clientes, onde se enquadram grandes empresas, pequenos negócios e

particulares, o que demonstra a confiança que os clientes depositam em nós;

A Revista African Business elegeu o Banco BIC como 42º Maior Banco de África, numa lista onde fazem parte bancos com mais de meio século de existência. A solidez financeira do banco, bem como a qualidade dos serviços prestados aos clientes, foram factores cruciais para tal reconhecimento;

Celebração de um acordo com multinacional Coca-Cola para a abertura de duas linhas de crédito com vista a financiar projectos privados na província do Bengo. Denominadas "Bengo Investe I e II", as duas linhas de crédito têm um valor global de 23 milhões de dólares; e

O Banco BIC tornou-se o maior banco privado angolano em termos de cobertura geográfica dos seus Balcões, com a presença em 48 dos 163 Municípios do País.

2012

O Banco BIC fechou o ano de 2012 com um número de clientes superior a 800 mil, demonstrando assim a confiança que os clientes depositam neste Banco e o esforço dos seus colaboradores

2011

Lançamento da Revista BIC MAIS

uma nova forma de comunicação interna e de partilha de informação

2011

Aquisição do Banco Português de Negócios ao Estado Português contribuindo, assim, para o alargamento da presença do Banco BIC no mercado Português e Europeu (concretizado formalmente em 29 de Março de 2012);

Inauguração da nova sede do Banco BIC em Talatona, numa cerimónia presidida por sua Excelência o Governador do Banco Nacional de Angola, Dr. José de Lima Massano. A nova sede permite centralizar os serviços contribuindo, desta forma, para que os índices de qualidade do atendimento a prestar aos nossos clientes sejam ainda mais elevados. O edifício, com 10 pisos, acolhe cerca de 350 funcionários distribuídos por serviços centrais, uma agência, um centro de empresas, um centro de investimento e um private banking;

Após pouco mais de 6 anos de existência e um capital inicial de USD 30 milhões, o Banco

BIC superou, a 31 de Dezembro de 2011, os USD 650 milhões de capitais próprios;

O Banco BIC tornou-se o maior banco privado angolano em termos de cobertura comercial em Angola - 167 unidades comerciais das quais 99 em Luanda e as restantes 68 distribuídas pelas diferentes Províncias do País;

Lançamento da Revista BIC MAIS, uma nova forma de comunicação interna e de partilha de informação, que vem criar ainda mais valor e assumir-se como um factor diferenciador;

Lançamento da conta BIC Cofre Mealheiro, uma conta dirigida às crianças e aos pais das crianças, incentivando desde cedo a poupar, para permitir a concretização de projectos futuros; e

Assinatura do protocolo de cooperação "Depósito Bankita" lançado pelo Banco

Nacional de Angola, em conjunto com mais 7 bancos. O produto, que reduz o valor mínimo para a abertura de uma conta para 100 Kwanzas, tem como objectivo alargar o acesso ao circuito bancário a todos os cidadãos.

2012

Segundo a revista African Business, que anualmente publica uma listagem dos 100 maiores bancos de África tendo por base os Fundos Próprios de cada instituição, o Banco BIC sagrou-se como o 32º maior Banco de África. Este facto notável ganha ainda maior relevância se considerarmos os sete anos de existência do Banco BIC, em comparação com outras instituições com mais de 50 anos de história no sistema financeiro africano;

O Banco BIC fechou o ano de 2012 com um número de clientes superior a 800 mil, demonstrando assim a confiança que os clientes depositam neste Banco e o esforço dos seus colaboradores;

2014

Banco BIC, distinguido
com o prémio SIRIUS 2014
pelo Melhor programa
de educação Financeira;

2013

O Banco BIC reforçou
a actividade internacional
com o início da Actividade em Cabo
Verde e fechou o acordo para a
actividade no Brasil

Foi criado o Departamento de Petróleo & Gás para responder às necessidades específicas deste sector. Sendo Angola um dos maiores produtores de petróleo e estando o Governo a impor condições para um maior envolvimento das empresas desse sector no mercado financeiro nacional, urge a necessidade dos bancos se adaptarem às exigências específicas dessas empresas.

2013

Banco BIC foi distinguido como "Melhor Empresa do Ano no Sector Financeiro em Angola", atribuído nos Prémios Sirius 2013;

Atribuição concedida pela prestigiada revista The Banker do grupo Financial Times o prémio de Best Bank in Angola;

Início do processo de internacionalização e convertibilidade da moeda Angolana (o Kwanza). Neste processo as notas de Kwanza são comercializadas na rede de agências do Banco BIC em Portugal;

O Banco BIC reforçou a actividade internacional com o início da Actividade em Cabo Verde e fechou o acordo para a actividade no Brasil.

2014

O BIC Seguros, S.A. inaugura a sua Sede Social em 15 de Outubro de 2014;

Os accionistas do Banco BIC obtêm licença em 1 de Outubro de 2014 para operar no mercado segurador em Angola, com a Seguradora BIC Seguros, S.A.;

O Banco BIC em Angola ultrapassa a fasquia de 1.000.000 clientes, conta com 2.097 colaboradores e um total de 217 balcões;

O Banco BIC é cada vez mais uma marca internacional. Não só com a presença em Portugal, desde 2008, mas agora também em Cabo Verde e África do Sul (Escritório de Representação);

Banco BIC, distinguido com o prémio SIRIUS 2014, pelo Melhor programa de educação Financeira;

Banco BIC ascende no ranking dos 100 maiores Bancos Africanos, constando na 32ª posição, publicado pela revista The Banker.

2016

O Banco BIC Angola ultrapassa a fasquia de 1.300.000 clientes conta com 2.069 colaboradores e um total de 226 unidades comerciais

2015

O BANCO BIC COMEMORA 10 ANOS DE EXISTÊNCIA

+

2017

O UNIVERSO BIC CRESCE MAIS

Depois de Portugal, Cabo Verde, África do Sul e Namíbia, o Banco BIC solicitou o pedido de abertura de uma subsidiária na China

2015

O Banco BIC comemora 10 anos de existência, com muitos motivos para celebrar. 10 Anos depois o Banco BIC tem, outra dimensão:

- pelo crescimento;
- pela expansão internacional;
- pela oferta de produtos e serviços;
- pela amplitude da marca Banco BIC;
- pelo desempenho enquanto agente económico;
- pelo papel enquanto empregador;
- pela capacidade de apoiar o desenvolvimento do país.

Mais do que 10 Anos a crescer, são 10 anos a crescer Juntos:

- Mais de 1 milhão de Clientes,
- Mais de 220 balcões;
- Com uma presença em 5 países e 2 continentes;

- Com uma oferta de Seguros.

Banco BIC, figura na 805ª posição do ranking "TOP 1000 World Banks", publicado anualmente pela revista The Banker em Junho 2015. No que diz respeito ao ranking em Angola, o Banco BIC surge na 4ª posição.

2016

O Banco BIC Angola ultrapassa a fasquia de 1.300.000 clientes, conta com 2.069 colaboradores e um total de 226 unidades comerciais;

O Bank BIC Namíbia obtém a licença bancária comercial, iniciando as suas operações em Junho de 2016, contribuindo, assim, para o reforço da actividade bancária internacional do Universo BIC.

2017

O Banco BIC Angola foi um dos principais financiadores do Programa ANGOLA INVESTE, programa governamental de apoio às PME;

O Universo BIC cresce mais. Depois de Portugal, Cabo Verde, África do Sul e Namíbia, o Banco BIC solicitou o pedido de abertura de uma subsidiária na China, na Região Administrativa Especial de Macau, junto do Banco Nacional de Angola e da AMCM;

O BIC Seguros cresceu 50% em volume de prémios, em relação ao ano anterior, e lança a instalação de um Centro Médico de Saúde exclusivo para os segurados;

O Banco BIC Portugal muda de nome e passa a chamar-se EuroBIC, por imperativos legais. A mudança gera a alteração de imagem e a estratégia comercial com resultados positivos.

+ Marketing e Comunicação

Actuando num mercado cada vez mais exigente e competitivo, o Banco BIC tem consolidado o seu crescimento, o seu valor simbólico e comercial através de uma estratégia de marketing que, ano após ano, desenvolve e fortalece a relação entre a Instituição e a sociedade angolana, contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento e crescimento de Angola.

O ano de 2017 foi caracterizado pelo lançamento de novos produtos, pela continuidade de patrocínios em eventos culturais e desportivos, no apoio especial ao basquetebol, onde o BIC foi o patrocinador oficial do Campeonato Nacional Sénior Masculino, pelo lançamento de novas campanhas publicitárias divulgadas nos diferentes meios de televisão, rádio e jornais, materiais de comunicação, como brochuras, flyers, banners, fixação de cartazes em placards públicos e reforçaram-se acções promocionais de produtos e serviços existentes.

Entre as principais acções, destacam-se as seguintes:

01

Janeiro

Reforço Campanha de Seguros

Sob o lema "Vou à Seguradora como vou ao Banco", o Banco BIC reforça o leque de soluções de seguros disponíveis na sua rede com 226 unidades comerciais, oferecendo diferentes soluções de seguros, nomeadamente Seguros Pessoais, Vida, Habitação, Auto, Saúde e Empresas.

As campanhas são divulgadas na rede comercial do banco, em ponto de venda próprio (Quiosque BIC Seguros), assim como difundidas em televisão, rádio e imprensa.



02

Fevereiro

Reforço Campanha Agro

Numa dinâmica de incentivo ao financiamento dos Sectores Primários, nomeadamente à Agricultura e à Agro-pecuária, assumindo um papel dinamizador da economia, o Banco BIC reforça a campanha BIC Agro difundida em toda a rede comercial, oferecendo soluções de financiamento que potenciem a sustentabilidade e a capacidade de produção nacional.



Pura All Star Games

No âmbito de responsabilidade social, o BIC apoia a segunda edição do evento "Pura All Star Games", uma actividade de basquetebol com antigas vedetas da modalidade e atletas actuais do campeonato nacional BIC Basket, evento que decorreu no Pavilhão da Cidadela. As verbas arrecadadas foram doadas a lares da terceira-idade.

Apoio ao Futebol Nacional

Clube Desportivo Interclube, Progresso da Lunda Sul e Santa Rita Futebol Clube do Uíge:

O Banco BIC mantém o compromisso no apoio ao desporto nacional associando-se a várias modalidades desportivas, com especial destaque no patrocínio aos Clubes de futebol que jogam na liga Girabola, nomeadamente ao Clube Desportivo Interclube, Progresso da Lunda Sul e Santa Rita Futebol Clube do Uíge, garantindo a notoriedade da marca BIC.

BIC Basket 2017

Com o estatuto de Patrocinador Oficial do Campeonato Nacional de Basquetebol sénior Masculino, o Banco BIC reafirma a parceria com a Federação Angolana de Basquetebol para época desportiva de 2017. O Banco tem procurado fomentar a proximidade com as populações e fortalecer os laços com o público, garantindo uma elevada visibilidade à marca.

Fórum Agricultura Portugal - Angola

O Fórum Agricultura Portugal - Angola decorreu em Lisboa na Fundação Champalimaud, assumindo-se como um marco na relação económica de ambos os países, identificando assim, as oportunidades de investimento no sector agrícola em Angola, bem como potencializando as parcerias entre empresários de ambos os países e a sinalização de soluções adequadas de financiamento para projectos dentro do âmbito agrícola.



05 Maio

Aniversário Banco BIC - 12 Anos

“12 Anos, Juntos formamos um grande número”, este foi o lema de mais uma celebração de aniversário do Banco BIC, que decorreu no dia 26 de Maio no Palmeiras Clube, com bastante orgulho das conquistas e sucessos, pelos passos sólidos de consolidação e de crescimento sustentado alcançado ao longo dos 12 anos de existência. O Banco BIC conta com mais de 2.069 colaboradores, mais de 226 unidades comerciais em Angola e com uma presença internacional em Portugal, Cabo Verde, África do Sul e Namíbia.



Cartão BIC Multicaixa 1.º de Agosto

Lançamento do cartão de débito BIC Multicaixa 1.º de Agosto exclusivo para sócios do Clube, sob o lema “Juntos, com um cartão à altura da sua paixão”, reforçando a parceria entre o Banco BIC e o Clube Desportivo 1.º de Agosto.



Depósito a prazo BIC Plus

Lançamento do produto BIC Plus, um depósito a prazo com maior rentabilidade que oferece as melhores taxas do mercado. O slogan “Vale a pena esperar por uma taxa assim” definiu o propósito da campanha dirigida a empresas e clientes particulares.

Reforço das campanhas BIC Seguros

Intensificação das campanhas de Seguros Saúde e Frota Automóvel do BIC Seguros, dois produtos que contribuíram para a expansão da seguradora em 2017, a qual registou um crescimento de cerca de 50% na carteira de clientes.

06 Junho

Espectáculo de dança infantil, Dançarte “Uma noite no Sotão”

De mãos dadas com a arte e a Cultura, o BIC apoia o 8.º festival de dança da infantil da escola Dançarte; Um espectáculo que decorreu na Casa das Artes nos dias 24 e 25 de junho, intitulado “Uma noite no Sotão” e que reuniu 80 crianças, contribuindo para o desenvolvimento e a valorização da Dança, Cultura e Artes em geral.

Participação na Feira do Criador - Benguela

Participação na 5.ª edição da feira do Criador/Inventor Angolano, com vista ao desenvolvimento da cultura, no que concerne à criatividade e inovação académica; Uma iniciativa do Ministério das Ciências e Tecnologia.

07

Julho

Fórum Banca promovido pelo Jornal Expansão

Participação no Fórum Banca, organizado pelo semanário Expansão, dedicado ao tema Regulação e Supervisão Bancária: Novas Fronteiras e Consequências em Angola, em que o Presidente do Conselho Administração do Banco BIC, Dr. Fernando Teles, foi um dos principais oradores.

Fórum Novas formas de potenciar a produção nacional

Participação no Fórum promovido pela Câmara de Comércio e Indústria de Portugal, que reuniu empresários angolanos e portugueses, sobre novas formas de potenciar a produção nacional. O Banco BIC foi representado pelo administrador Hugo Teles, um dos intervenientes no Fórum.

Proximidade com os clientes

O Banco BIC e a BIC Seguros estiveram presentes nas principais feiras do País, com stands próprios para garantir uma maior proximidade da marca BIC com os seus clientes, divulgando os produtos bancários e os produtos de seguro.



FILDA

A FILDA, a feira com a maior porta aberta de acesso aos negócios do mercado angolano, foi este ano aproveitada para a apresentação em Angola da nova imagem do EuroBIC e dos produtos BIC Seguros.



08

Agosto

Luanda Fight Championship

O Banco BIC foi o patrocinador oficial do primeiro Festival Internacional de Artes Marciais "Luanda Fight Championship", o qual contou com a participação de atletas federados, nacionais e internacionais, nas modalidades de Judo, Kung Fu, Jui-Jitso e Taekwondo.



Campanha de prevenção rodoviária Banco BIC e BIC Seguros

O Banco BIC e a seguradora BIC Seguros em parceria com a Polícia Nacional de Angola desenvolveram várias campanhas de sensibilização para a sinistralidade rodoviária e a importância do cumprimento das regras de trânsito para peões e condutores.



Setembro

Festival de natação

O Banco BIC patrocinou o Festival de natação, o qual contou a participação de várias escolas de natação. Mais uma vez, o Banco BIC apoiou o desporto amador.



Outubro

Fórum de Macau

Participação no Fórum de Macau, organizado pelo Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau, que juntou empresários e homens de negócios de África, Ásia e América em convergência com a UCCLA e teve como orador e presidente de um dos painéis da Conferência, o Presidente do Conselho de Administração do Banco BIC, o Dr. Fernando Teles. Foi assim dado o primeiro passo na promoção do Banco BIC naquele que é o próximo território previsto para a internacionalização da marca BIC.



Dezembro

Festa da família BIC

Presenteámos as crianças com uma festa da Família BIC. Juntos, Somos Mais e não paramos de crescer.

+ Tecnologias de Informação

Melhoria e consolidação dos serviços assegurados pela Direcção de Sistemas de Informação

O ano de 2017 caracterizou-se pela melhoria e consolidação dos serviços assegurados pela Direcção de Sistemas de Informação, alicerçada com a entrada em funcionamento no último trimestre do ano anterior, do importante investimento efectuado pelo Banco no seu Projecto de Renovação da Infraestrutura Tecnológica e Centros de Processamento de Dados, denominado "ACORSIS".

No período em causa, foram materializadas diferentes iniciativas, previstas igualmente no Projecto estruturante "ACORSIS", tendo como foco a aposta firme na manutenção de elevados padrões de excelência da indústria, optimizando o seu Controlo de Risco e desempenho operacionais, potenciando desta forma a eficiência dos seus processos de negócio e consequentemente aquilo que é o objectivo e razão principal da instituição, a melhoria e satisfação da qualidade de serviço prestada aos seus Clientes.

Das diferentes iniciativas efectuadas durante o ano de 2017, destacamos a execução dos Projectos abaixo indicados, dentro dos respectivos domínios:

Segurança, Controlo e Mitigação de Risco Operacional

Migração de Infraestruturas

Foi concluída de forma gradual e não disruptiva, a migração dos Serviços para a nova Infraestrutura Tecnológica, envolvendo a movimentação de equipamentos físicos entre os seus Centros de Processamento de Dados, Implementação e Configuração de Software base, culminando com um rigoroso plano de ensaios das diferentes camadas de Serviços.

Alterações e upgrade de circuitos de ligação internacionais

Incrementos e ajustes efectuados ao nível dos circuitos de comunicações internacionais institucionais e extrainstitucionais, para melhoria das velocidades de transferência e aumento do fluxo de dados.

Upgrade e alterações da segurança das comunicações

Melhorias e alterações efectuadas de forma hierarquizada, para incremento da segurança desde o fluxo de tráfego interno e externo até à segurança dos utilizadores e respectivos acessos.

Upgrade e Implementação de novos circuitos nos Centros de Dados

Melhorias a circuitos existentes e novas adições de circuitos de alto débito nos Centros de Dados para fazer face ao contínuo crescimento de tráfego interno. Implementações efectuadas nos Centros de Dados para segmentação e ligação de novos equipamentos relevantes ao armazenamento de dados.

Alterações e upgrade do fluxo de dados Internet (Sites e E-mail institucionais)

Melhorias a circuitos existentes e novas adições de circuitos de alto débito no Centro de Dados para fazer face ao contínuo crescimento de tráfego externo.

Novas implementações de ligações Extranet

Implementação de novos circuitos para permitir e melhorar as sinergias com instituições externas.

Recuperação de Desastres (DR) e Alta Disponibilidade (HA)

Com uma abordagem integrada e correlacionada, foram revistos os procedimentos de controlo e execução das diferentes camadas de Serviços envolvidas, assegurando maior robustez e capacidade efectiva de reacção em situações de contingência.

Salvaguarda de Informação

Tendo como base o Produto BRMS da IBM, foram revistas e redesenhadas, todas as Políticas de Salvaguarda e Retenção de Informação ao Nível do Core Business, tendo sido igualmente assegurado um Controlo mais eficiente do Inventário e gestão de Dados/Versões salvaguardados nos distintos suportes físicos e lógicos.

Esta revisão trouxe ganhos acrescidos aos processos de negócio, designadamente:

- Redução das janelas de indisponibilidade dos serviços de negócio, permitindo períodos de indisponibilidade de 0%; e
- Tempos de execução dos processos de Salvaguarda de informação, com ganhos de cerca de 45%.

Optimização de Processos de Negócio - Projecto “Light Batch”

Com o reforço da capacidade de processamento resultante da entrada em funcionamento da Infraestrutura “ACORSIS”, foram empreendidas diferentes iniciativas, agregadas ao Projecto denominado “Light Batch”.

O “Ligt Batch”, resulta da necessidade de identificar e corrigir os vários Processos críticos de Negócio ao nível do Core Business, abordando temas como:

- Optimização de Bases de Dados;
- Realocação e optimizações diversas de recursos de Sistemas;
- Identificação e eliminação de processos redundantes;
- Identificação e optimização de processos de cálculo;
- Revisão de procedimentos da operativa do Banco.

Com impacto significativo na Mitigação de Risco Operacional e o ganho acrescido observado na maior disponibilidade do Core Business para os Utilizadores finais e Clientes Banco, quer nos Canais Presenciais como nos Não Presenciais, destacamos os seguintes indicadores:

- Ganho de 600% no tempo de execução nos Processos BATCH Diários de Negócio;
- Ganho médio de 300% no tempo de execução nos Processos de Reportes Legais;
- Redução da janela de indisponibilidade dos Canais Não Presenciais em cerca de 90%;
- Redução gradual dos recursos de Sistemas necessários alocados aos Ambientes Produtivos, permitindo uma partilha e gestão mais eficiente desses recursos com Ambientes de Desenvolvimento e Testes, diminuindo desta forma a tendência natural de investimento adicional, em eventuais necessidades futuras do negócio.

Inovação

Implementação Piloto do Front-End

Projecto estruturante, que disponibiliza às diferentes áreas do Banco, um Front-End mais intuitivo e moderno, permitindo uma experiência de utilização ao Utilizador final mais amigável no acesso e manuseio das diferentes camadas das Aplicações de Negócio, contribuindo significativamente para um ganho de eficiência no atendimento ao Cliente.

De forma gradual, este Projecto iniciado em 2017 em 5 Balcões piloto afectos à Direcção de Particulares e Negócios, terá a sua implementação e conclusão no decorrer de 2018.

A sua Implementação sobre tecnologias web based torna-o desta forma agnóstico às características dos postos de trabalho (Hardware/Software) que o Banco disponibiliza aos seus colaboradores, o que permite ao Banco ter opções mais alargadas na definição e exploração de novas soluções com melhor custo-benefício a curto médio prazos.



Implementação do projecto piloto *Front-End* em 5 balcões afectos à Direcção de Particulares e Negócios

+ Recursos Humanos

A cultura Organizacional do Banco BIC está fortemente sustentada nos seus Valores: Orientação ao Cliente, Inovação, Ambição, Reconhecimento e Valorização Contínua dos Colaboradores, Trabalho em Equipa e Alto Padrão de Integridade. A orientação para objectivos e a cultura do mérito são conceitos e práticas presentes na gestão do Capital Humano do Banco. Como tal, estas directrizes não poderiam deixar de ser as referências das políticas e práticas de Recursos Humanos que o Banco BIC implementou ao longo do ano de 2017.

Assim, o plano de actividades 2017 manteve o seu foco na promoção de programas estruturantes para o desenvolvimento do Banco BIC numa lógica sustentada e dos quais salientamos os seguintes:

- Continuação do alinhamento e clarificação organizacional, visando o ajustamento dos seus Recursos Humanos às exigências do negócio e à criação de novas oportunidades, potenciando a mobilidade interna;
- Reforço dos programas de desenvolvimento dos colaboradores do Banco, tendo em conta os novos desafios e difusão do conhecimento;
- Continuação do reconhecimento do mérito organizacional e individual, de forma sustentada;
- Melhoria das práticas de reconhecimento do talento e desempenho.

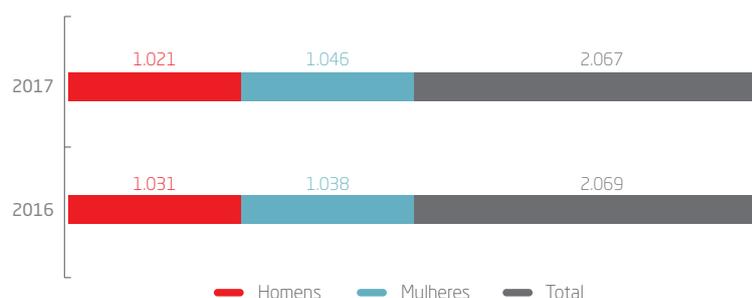
Caracterização do Capital Humano

No final de 2017, o número de colaboradores assinalou uma ligeiríssima redução (0,10%) face a 2016.

NÚMERO DE COLABORADORES

	'16	'17
Homens	1.031	1.021
Mulheres	1.038	1.046
TOTAL	2.069	2.067

2.067
COLABORADORES



Do total de 2.067 Colaboradores, 1.391 estão em Luanda, 676 estão distribuídos pelas outras Províncias do país e, 1 no escritório de representação na África do Sul.

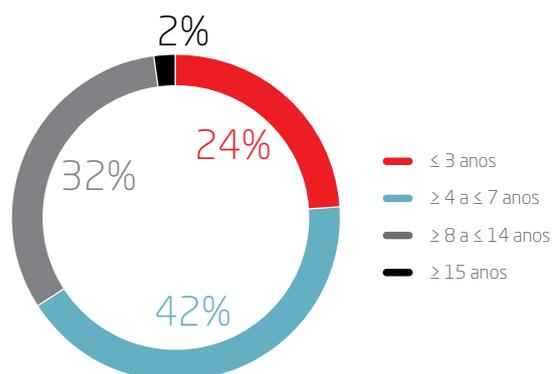
O número de colaboradores alocados à área comercial é de 85% do total do Banco, mantendo-se a tendência já verificada nos anos anteriores.

ÁREA FUNCIONAL

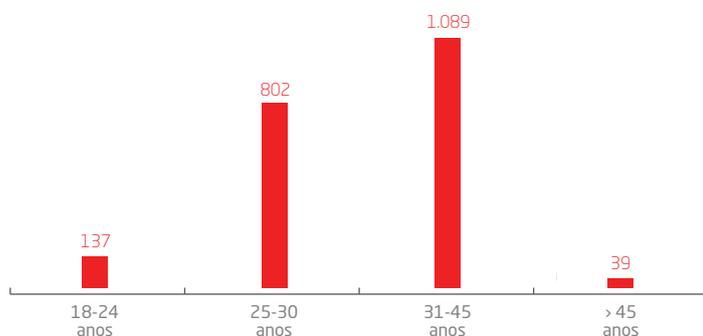
	'16	'17
Serviços Centrais	318	310
Rede Comercial	1.751	1.757
N.º MÉDIO POR AGÊNCIA	8	8

Em relação aos "ratios" de experiência na Banca, idade e de formação superior e decorridos mais de 12 anos de actividade, a idade média de colaboradores do Banco situa-se nos 32 anos, sendo que 45% dos colaboradores do Banco têm entre 18 e 30 anos. A percentagem de colaboradores com formação universitária é de 78%.

EXPERIÊNCIA NA BANCA

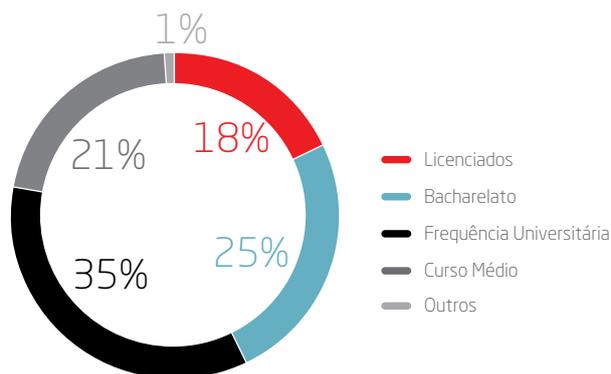


FAIXA ETÁRIA



78%
COLABORADORES
 com formação superior universitária

NÍVEL DE ESCOLARIDADE



Formação e Retenção de Talentos

A Formação tem sido, desde sempre, assumida como uma prioridade para o desenvolvimento das competências profissionais e pessoais dos nossos Colaboradores. Assim, e no âmbito da gestão do conhecimento, a formação profissional manteve sua orientação para o desenvolvimento das pessoas e do negócio e que se traduziu em quase 50.000 horas de formação, o que corresponde a cerca de 24 horas por empregado.



49.982

**HORAS DE
FORMAÇÃO**

ACTIVIDADE FORMATIVA

	'16	'17
Número de Horas de Formação	42.296	49.982
Por colaborador	20h	24h

A todas as acções de formação realizadas esteve subjacente a valorização do potencial de cada colaborador, permitindo alinhar as políticas de Recursos Humanos com as expectativas dos colaboradores e os objectivos estratégicos da Instituição.

O Programa de Formação Anual incluiu acções transversais e específicas. Em termos transversais, salienta-se a formação na área comportamental alinhada com os valores e com a estratégia organizacional, nomeadamente: "Atitude para com os Clientes". Na formação específica voltou a apostar-se numa formação direccionada para temas técnicos específicos da actividade bancária destacando-se a formação em Produtos Bancários, Mercado de Capitais e Introdução às IAS/IFRS. Também a formação e literacia sobre o Branqueamento de Capitais e Combate ao Financiamento ao Terrorismo, continuaram a ser uma das preocupações do Banco durante o ano de 2017, reforçando-se assim as competências nos sistemas de controlo interno com vista a que os procedimentos estejam em linha com as melhores práticas internacionais.

Benefícios de Assistência Médica

A política de benefícios do Banco BIC, centrada no apoio aos seus colaboradores em áreas importantes da sua vida pessoal e familiar, integra um conjunto de apoios e benefícios adicionais no campo da saúde.

Em 2017, os benefícios de assistência médica, atribuídos de forma transversal, contabilizaram 64.454 actos clínicos, mais 4% que em 2016.

❖
64.454
ACTOS CLÍNICOS
mais 4% que em
2016

ACTOS MÉDICOS 2017

ESPECIALIDADE	AGREGADO	COLABORADORES
Exames Complementares	3.710	4.271
Clínica Geral	5.931	14.574
Estomatologia	1.102	3.361
Ginecologia/Obstetrícia	5.220	10.469
Cirurgia	560	362
Pediatria	10.865	-
Outras Especialidades	1.575	2.454
TOTAL	28.963	35.491

Avaliação de Desempenho

O Sistema de Avaliação de Desempenho, ferramenta indispensável à gestão activa do talento e gestão de carreiras, manteve a sua orientação central para a promoção do desenvolvimento das competências críticas e de uma cultura de mérito.

Aliar uma conduta ética e de rigor profissional ao entusiasmo e iniciativa, valorizando o trabalho em equipa de todos os seus colaboradores, suporta uma gestão objectiva focada na importância do Capital Humano, para o sucesso do negócio.

Atrair, reter, gerar e desenvolver o talento profissional, em condições de trabalho que permitam um verdadeiro sentimento de orgulho e pertença por parte dos colaboradores, mantém-se como o grande objectivo do Banco BIC em matéria de Recursos Humanos.

Atrair, reter, gerar e desenvolver o talento profissional é o grande objectivo do Banco BIC em matéria de Recursos Humanos







crescemos com
transparência

Os riscos são elevados onde não há transparência.
A motorização, a fiscalização
e o compliance protegem os riscos.
Somos defensores da transparência.

CRESCEMOS JUNTOS

Gestão do Risco

Em 2017, o Banco BIC manteve o seu foco no investimento associado às áreas de controlo interno e de gestão de risco, com o objectivo de reforçar a instituição ao nível dos mecanismos de controlo, monitorização e avaliação dos diversos riscos que incidem sobre as actividades desenvolvidas.

Neste sentido, entre outros investimentos nestas áreas, o Banco procedeu à aquisição de um Sistema Aplicacional de Gestão de Risco (SAGR) que visa dotar o Banco de um sistema automático de tratamento e de reporte de dados ao BNA, para uma parte significativa dos riscos inerentes à sua actividade.

Em 2017 o Banco procedeu à aquisição de um Sistema Aplicacional de Gestão de Risco

A função de gestão do risco encontra-se distribuída por diversas estruturas orgânicas, de acordo com a tipologia de risco, designadamente:

- O risco de crédito é assegurado pela Direcção de Análise de Risco de Crédito (DARC);
- A gestão de riscos numa perspectiva integrada e o risco operacional são assegurados pela Direcção de Risco (DR);
- O risco de sistemas de informação é assegurado pela Direcção de Sistemas de Informação (DSI);
- Os riscos de mercado são geridos pela Direcção Internacional e Financeira (DIF), acompanhados pela Direcção de Risco e discutidos ao nível da Administração e Directores de primeira linha em sede de ALCO.

As principais actividades desenvolvidas e as intervenções mais relevantes para reforço e aperfeiçoamento do sistema de Gestão de Risco, ao longo de 2017, foram as seguintes:

- Reforço contínuo do modelo de governação de gestão de riscos por via de vários aperfeiçoamentos ao modelo instituído;
- Revisão anual dos “Princípios e Políticas de Gestão de Risco”;
- Implementação dos reportes de Risco de Liquidez, dos Limites Prudenciais aos Grandes Riscos e dos Novos Requisitos de Fundos Próprios Regulamentares;
- Revisão do modelo do reporte de Risco de Taxa de Juro;
- Definição do plano de acção sobre os Testes de Esforço, a implementar em 2018, que visam, essencialmente, avaliar os efeitos potenciais de acontecimentos extraordinários nas instituições financeiras;
- Desenvolvimento continuado do sistema de gestão de risco do Banco, bem como o reforço dos mecanismos de controlo interno;
- Reforço na elaboração e implementação de relatórios internos.

Governo da Gestão do Risco

O modelo de gestão de risco encontra-se definido, sendo que as competências e atribuições dos órgãos intervenientes na governação da gestão de risco e supervisão interna do Banco, para além do Concelho de Administração (CA) e da Comissão Executiva (CE) são as seguintes:

Comité de Risco

O comité de risco é responsável, ao nível executivo, por acompanhar os níveis globais de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional, bem como todos os restantes riscos considerados materialmente relevantes para a Instituição, assegurando que os níveis de risco são compatíveis com os objectivos, os recursos financeiros disponíveis e as estratégias aprovadas para o desenvolvimento da actividade do Banco.

Integram este comité o Risk Officer e os primeiros responsáveis da Direcção Internacional e Financeira, da Direcção de Auditoria Interna e outros que sejam convocados em função dos temas a abordar.

Comité de Crédito

Este comité reúne em conselho de crédito e tem por funções avaliar e decidir sobre as propostas de concessão de crédito a clientes do Banco, segundo as competências que lhe são atribuídas por normativo interno. Para além disso, este comité emite pareceres consultivos relativos a propostas de crédito de entidades relacionadas do Banco.

Participam no comité todos os membros da CE, os responsáveis pela Direcção de Análise de Risco de Crédito, que tem a responsabilidade de assegurar o cumprimento e acompanhamento da política de gestão de risco de crédito, a Direcção Internacional e Financeira, e os demais responsáveis das áreas comerciais do Banco.

Comité ALCO

Comité responsável pela gestão do capital global do Banco, gestão de activos e passivos e definição de estratégias de gestão da liquidez. Este comité é essencialmente responsável pela gestão estrutural dos riscos de taxa de juro e liquidez, incluindo, entre outros, os seguintes aspectos:

- Planeamento e propostas de alocação de capital;
- Monitorização e gestão do risco de taxa de juro associado à estrutura de activos e passivos;
- Elaboração de propostas para definição das políticas adequadas à gestão dos riscos de liquidez e de taxa de juro, ao nível do balanço do Banco.

O Comité de Activos e Passivos reúne mensalmente e é composto por todos os membros da Comissão Executiva, pelos primeiros responsáveis da Direcção Internacional e Financeira, da Direcção de Risco, da Direcção de Contabilidade e Planeamento, da Direcção de Análise de Risco de Crédito e outros que sejam convocados, em função dos temas a abordar.

Risk Officer

O Risk Officer é responsável pela coordenação da função de controlo de risco do Banco. Assim, de forma a assegurar a monitorização e alinhamento de conceitos, práticas e objectivos, compete ao Risk Officer informar o Comité de Risco do nível geral de risco e propor medidas para melhorar o ambiente de controlo e implementar os controlos que assegurem o cumprimento dos limites aprovados. As respectivas funções incluem:

- Suportar o estabelecimento de políticas e metodologias de gestão de risco para identificação, medição, limitação, monitorização, mitigação e reporte dos diversos tipos de risco;
- Propor e implementar um conjunto de métricas para os vários tipos de risco;
- Assegurar a existência de um conjunto de regras e procedimentos que suportem a gestão de risco;
- Controlar numa base permanente a evolução dos diferentes riscos e a conformidade com as políticas, regulações e limites aplicáveis;
- Assegurar a existência de uma plataforma efectiva e uma base de dados para a gestão de risco robusta e completa;
- Elaborar a informação relativamente à gestão de risco para ser divulgada, internamente e ao mercado.

Compete ao *Risk Officer* informar o Comité de Risco do nível geral de risco e propor medidas para melhorar o ambiente de controlo e implementar medidas que assegurem o cumprimento dos limites aprovados

+ Compliance

A função de Compliance encontra-se instituída no Banco, enquanto órgão de 1ª linha a reportar directamente à Administração, de forma independente, permanente e efectiva.

Os grandes objectivos desta função são o respeito pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, incluindo as que se referem à prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, bem como das normas e usos profissionais e deontológicos, das regras internas e estatutárias, das regras de conduta e de relacionamento com os clientes, das orientações dos órgãos sociais, de modo a proteger a reputação e integridade do Banco, evitando que este seja alvo de sanções.

Adicionalmente, no âmbito das suas funções associadas ao combate ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, o Gabinete de Compliance (GC) tem a obrigação de garantir a correcta formação dos colaboradores do Banco nestas matérias, assim como o reporte de situações suspeitas à Unidade de Informação Financeira (UIF).

O ano de 2017 fica marcado como um ano de normalização para a função de Compliance no Banco BIC, após o processo de reestruturação organizacional verificada nos anos anteriores.

Em 2017, a semelhança dos anos anteriores, continuámos a verificar uma pressão elevadíssima em matéria do combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, tanto internamente ao nível do BNA, através da emissão de novos Avisos e inspecções periódicas ao Compliance, como externamente através dos correspondentes bancários, com constantes pedidos de informação sobre operações envolvendo o Banco BIC e pedidos de actualização de documentação e políticas Anti-Money Laundering (AML).

Embora o início de 2016 tenha sido marcado por uma notícia positiva, na sequência da retirada de Angola de Países sob Monitorização do GAFI, na sequência de uma inspecção local por parte deste organismo (e onde o Compliance do Banco BIC assinalou a sua presença), em 2017 externamente, o sector financeiro Angolano continuou a sentir dificuldades no acesso aos seus correspondentes, prevendo-se por isso que 2018 continue marcado por um aumento a nível regulamentar por parte do Banco Nacional de Angola e por mais desafios a nível de relações com os parceiros internacionais.

+ Políticas e processos de gestão do risco

Nos últimos anos o BNA emitiu vários Avisos e Instrutivos direccionados às instituições financeiras, que visam, essencialmente, salvaguardar o sistema financeiro nacional, estabelecendo um enquadramento robusto, considerando as funções, políticas e processos de gestão do risco, para a identificação, avaliação, monitorização, controlo e prestação de informação para a gestão dos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, bem como da respectiva concentração, assegurando que as instituições financeiras tenham em consideração valores corporativos credíveis a nível internacional.

Neste sentido e considerando o seu enquadramento no Sistema Financeiro Angolano, o Banco BIC tem desenvolvido projectos de acordo com os vários Avisos, Directivas e Instrutivos emitidos pelo regulador, na garantia da identificação, avaliação e reporte adequado de todos os riscos materiais, com o objectivo de assegurar o rigoroso cumprimento de todas as disposições legais e regulamentares em vigor.

A política de gestão de risco do Banco pretende contribuir para a prossecução dos respectivos objectivos estratégicos, procurando assegurar um desenvolvimento equilibrado e sustentado, mantendo uma adequada relação entre os níveis de fundos próprios e os riscos incorridos no âmbito da actividade desenvolvida. Nesse sentido, é considerado fundamental assegurar a segregação de funções entre as áreas que originam o risco e as áreas que o acompanham, possibilitando a estas últimas desempenhar as suas competências de uma forma objectiva e independente.



Ano de normalização para a função de Compliance após o processo de reestruturação organizacional

A função de gestão de risco é assegurada pela Direcção de Risco, com carácter autónomo, devendo esta ser exercida com independência face às áreas de tomada de risco, ser dotada de recursos suficientes para a persecução dos seus objectivos, bem como ter acesso alargado a todas as actividades e informações relevantes para o exercício das suas funções, conforme definido no Aviso nº 02/2013 de 19 de Abril, do Banco Nacional de Angola.

Risco de Crédito

O risco de crédito é considerado um dos riscos mais relevantes da actividade das Instituições Financeiras. Materializa-se nas perdas e na incerteza quanto a retornos futuros gerados pela carteira de crédito, pela possibilidade de incumprimento dos tomadores dos empréstimos (e do seu garante, se existir) ou de um emissor de um título ou da contraparte de um contrato.

Os limites e procedimentos de concessão e gestão de operações de crédito estão estabelecidos no Regulamento Geral de Crédito do Banco.

A análise e decisão do risco de crédito encontra-se distribuída pelos diferentes níveis de decisão na concessão de crédito.

A Direcção de Análise de Risco de Crédito (DARC) tem a responsabilidade de assegurar a definição e o acompanhamento da política de gestão de risco de crédito. Actualmente existe um conjunto de manuais e normas que asseguram o acima referido através da definição de níveis de competência na concessão de crédito, os limites por tipo de operação, a avaliação da capacidade do cliente, o acompanhamento do cumprimento dos planos financeiros e a análise do risco de incobrábilidade e necessidade de renegociação de operações.

O Banco tem vindo a adoptar e desenvolver metodologias de gestão de risco, particularmente, no que se refere à concessão, acompanhamento e recuperação do crédito.

Decisão

A Direcção de Análise de Risco de Crédito do Banco (DARC) está subdividida em:

- Grandes Riscos - área encarregue da análise de todas as operações de crédito ou clientes com endividamento geral a partir dos AKZ 8,6 milhões equivalentes a USD 50 mil;
- Retalho - área encarregue da análise de todas as operações de crédito ou clientes com endividamento geral inferiores a AKZ 8,6 milhões equivalentes a USD 50 mil.

Avaliação

A avaliação do risco de crédito tem por base os seguintes critérios de ponderação:

- Ratings Internos de entidades não financeiras:
 - Elementos Financeiros do Cliente, atribuindo um Grau de Rating em termos Quantitativos;
 - Preenchimento de um questionário pela área comercial (podendo este ser revisto em qualquer momento pela DARC) compreendendo informação qualitativa que definirá o Grau de Risco. Este deverá espelhar o verdadeiro valor em termos qualitativos da empresa.
- A Tipologia do Crédito, Finalidade e Montante Propostos;
- O Risco de Crédito do Grupo Económico na globalidade;
- O endividamento global espelhado na Central de Informação de Risco de Crédito (CIRC) do Banco de Nacional de Angola;
- Existência de dívidas ao Estado ou à Segurança Social;
- A concentração da exposição;
- O relacionamento/experiência comercial e creditício existente;
- Valia Patrimonial do Grupo Económico.

A Direcção de Análise de Risco de Crédito tem a responsabilidade de assegurar a definição e o acompanhamento da política de gestão de risco de crédito

Existem ainda processos de avaliação distintos para tipologias de crédito específicas, como sendo:

- Financiamento à Construção que, para além das ponderações já referidas, ainda é complementado com uma análise relativa a:
 - Projectos concluídos (Histórica);
 - Obras em Curso;
 - Projecto a financiar (Mapa de exploração, Plano Financeiro, Descrição do projecto, incluindo os aspectos persuasivos do mesmo, Licenças necessárias para a sua concretização;
- Crédito à Habitação e Crédito Automóvel/Particulares, para além das ponderações já referidas, ainda é complementado com uma análise relativa a:
 - Avaliação do imóvel a adquirir;
 - O endividamento espelhado na CIRC;
 - O relacionamento/experiência comercial e creditício existente;
 - Rendimentos dos proponentes;
 - Capacidade de endividamento.

Para finalizar, todo o processo de análise inclui a avaliação dos colaterais.

A CIRC tem-se mostrado como uma ferramenta essencial para a avaliação o endividamento geral dos clientes na Banca nacional, permitindo deste modo uma análise mais profunda do grau de risco das operações de crédito.

Acompanhamento

O acompanhamento do Cliente está associado a um trabalho permanente de observação, que permita conhecer a cada momento o grau de confiança sobre a possibilidade de se efectuar o pontual reembolso do crédito entretanto concedido e/ou alertar atempadamente sobre as circunstâncias que podem afectar a boa concretização das operações.

O processo de acompanhamento do crédito concedido inicia-se no momento após a contratação e prolonga-se até ao reembolso total, de forma a garantir o seu cumprimento. O Banco efectua uma caracterização que implica a classificação em diferentes graus de Vigilância Especial de acordo com o grau de preocupação relativamente à possibilidade de incumprimento (VE4 - acompanhamento, VE3 - reforço de garantias, VE2 - redução e VE1 - extinção).

São ainda classificados os clientes que já se encontram em incumprimento e para os quais se considera esgotadas as possibilidades de negociação por parte da estrutura comercial em C- Contencioso e em PC- Pré-Contencioso.

No âmbito do acompanhamento da carteira de crédito vencido, a DARC mantém um controlo permanente dos créditos vencido a partir do montante de USD 5 mil. O referido controlo é efectuado através de relatórios e reuniões mensais com as respectivas áreas comerciais.

Arquivo Central

Encontra-se centralizada na Direcção de Risco e Acompanhamento do Crédito, uma área de gestão de arquivo de processos de crédito acima dos AKZ 8,6 milhões equivalentes a USD 50 mil, no entanto, e devido à existência da ferramenta WFC, este arquivo está a ser substituído gradualmente, pela aplicação, uma vez que a mesma permite a digitalização de toda a documentação inerente a todas as propostas de crédito aprovadas.

Central de Balanços - Notação de Rating

No ano de 2014, o Banco implementou a Central de Balanços no sentido de obter uma base de dados de informação económica e financeira sobre os seus clientes empresas. A informação é baseada em demonstrações financeiras anuais das empresas bem como em dados qualitativos obtidos através da Rede Comercial do Banco.

O principal objectivo da Central de Balanços é contribuir para um melhor conhecimento/accompanhamento da situação económica e financeira das empresas com solicitação e/ou crédito em curso.

Work-Flow de Crédito

A aplicação Work Flow de crédito (WFC) continua a apresentar-se como uma ferramenta essencial permitindo ao Banco a manutenção de ganhos de celeridade em termos de duração do processo de concessão de crédito (Formulação de propostas-decisão).

A aplicação Work Flow de crédito continua a apresentar-se como uma ferramenta essencial em termos de duração do processo de concessão de crédito

Durante o ano de 2017, foram registadas 6.386 operações.

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Aprovadas	327 91,6%	440 92,2%	450 92,0%	427 93,2%	586 90,7%	633 93,9%	645 95,0%	579 90,8%	50 11,6%	597 90,0%	502 91,1%	278 85,8%	5.514 86,3%
Recusadas	26 7,3%	33 6,9%	36 7,4%	28 6,1%	43 6,7%	33 4,9%	25 3,7%	48 7,5%	20 4,7%	46 6,9%	32 5,8%	21 6,5%	391 6,1%
Retiradas	4 1,1%	3 0,6%	3 0,6%	2 0,4%	9 1,4%	8 1,2%	6 0,9%	3 0,5%	10 2,3%	2 0,3%	4 0,7%	5 1,5%	59 0,9%
Em Aprovação	- 0,0%	1 0,2%	- 0,0%	1 0,2%	6 0,9%	- 0,0%	3 0,4%	8 1,3%	350 81,4%	16 2,4%	12 2,2%	20 6,2%	417 6,5%
Em Remoção	- 0,0%	- 0,0%	- 0,0%	- 0,0%	2 0,3%	- 0,0%	- 0,0%	- 0,0%	- 0,0%	2 0,3%	1 0,2%	- 0,0%	5 0,1%
TOTAL	357 100%	477 100%	489 100%	458 100%	646 100%	674 100%	679 100%	638 100%	430 100%	663 100%	551 100%	324 100%	6.386 100%

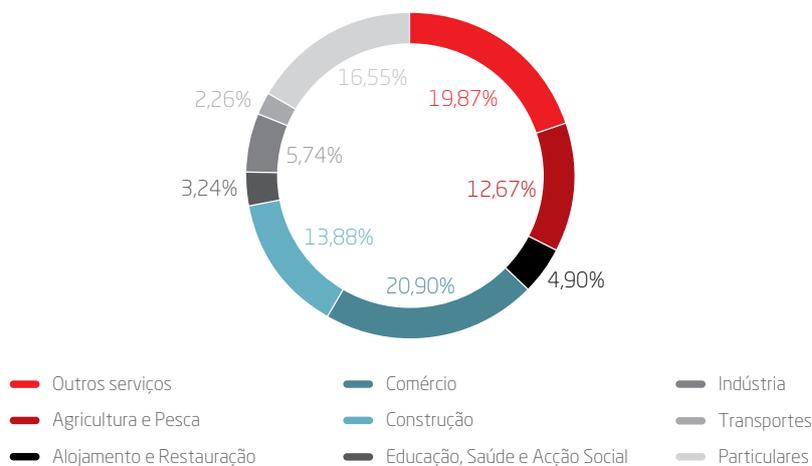
O WFC tem-se mostrado ser uma ferramenta eficaz e eficiente para o processamento de todo crédito no Banco, pelos seguintes aspectos:

CELERIDADE	O tempo de análise das operações de crédito reduziu consideravelmente.
GESTÃO DOCUMENTAL	O suporte documental das operações de crédito circulam automaticamente na plataforma.
PADRONIZAÇÃO	As operações de crédito são executadas de forma padronizada por toda a estrutura do Banco.
AUTOMATIZAÇÃO	Recolhe dados pré-existentes na aplicação central do Banco relativas ao Cliente.
CONTROLO DO PROCESSO	O WFC Permite fornecer a todos os intervenientes em cada fase do circuito o ponto de situação exacto da operação de crédito.

Controlo de operações reestruturadas

Actualmente, o Banco não dispõe ainda de meios automáticos de captura das operações de crédito objecto de reestruturação, nomeadamente as operações cujas condições e garantias foram renegociadas em virtude da degradação do risco de crédito ou de incumprimento. Não obstante, no contínuo desenvolvimento dos sistemas de informação e da análise de risco de crédito têm vindo a ser identificadas as operações de crédito renegociadas.

A carteira de crédito do Banco apresenta uma diversificação sectorial equilibrada.





25%

RÁCIO

de cobertura
do crédito total

Evidenciando uma política de gestão de risco prudente, o rácio de cobertura do crédito total (excluindo crédito por assinatura) por imparidade, em 31 de Dezembro de 2017, situou-se em 25% (20% em 31 de Dezembro de 2016).

Milhões de Kwanzas	'17	'16	'15 PROFORMA
Imparidade para crédito	87.957	74.681	50.558
Cobertura do crédito vencido	196%	204%	214%
Cobertura do crédito total	25%	20%	15%

Risco de Mercado

Em termos de riscos de mercado, o Banco tem uma política de não alavancagem da actividade, através da negociação de instrumentos financeiros, reconhecendo que a actividade deve assentar fundamentalmente no segmento comercial e de retalho. A actividade da Sala de Mercados deve concentrar-se numa gestão prudente de tesouraria, através da aplicação e rentabilização dos excedentes de liquidez. Neste sentido, o Banco tem implementado mecanismos que permitam o controlo dos riscos de mercado a que se encontra exposto e acompanha a sua gestão, em termos estruturais, em sede de Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO).

As aquisições da carteira com maturidades mais longas traduzem investimentos financeiros sujeitos a uma análise combinada do risco de crédito, risco de mercado e uma optimização dos activos ponderados pelo risco, de forma a maximizar o binómio rentabilidade/risco.

Os investimentos da carteira privilegiam activos com adequados níveis de rendibilidade e liquidez, sendo a carteira, na sua grande maioria, aplicada em títulos de dívida pública elegíveis para as operações de política monetária do Banco Nacional de Angola e para efeitos do rácio de cobertura de liquidez.

A aquisição de títulos de dívida pública para a carteira própria é efectuada nos moldes definidos pela Administração. Neste âmbito encontram-se implementados mecanismos de controlo dos limites aprovados e metodologias de medição do risco da carteira.

Compete à Direcção de Risco a monitorização dos limites definidos, reportando superiormente eventuais incumprimentos, bem como efectuar periodicamente um relatório específico relativo aos riscos de mercados.

O risco de mercado passou a constar, desde finais de 2016, nas necessidades regulamentares para Instituições Financeiras, destacando-se o Aviso n.º 04/2016 - Requisitos de Fundos próprios regulamentares para risco de mercado e risco de crédito de contraparte na carteira de negociação; Instrutivos n.º 14/2016 - Cálculo e requisito de Fundos próprios regulamentares para risco de mercado e risco de crédito de contraparte na carteira de negociação; e n.º 15/2016 - Prestação de informação sobre de Fundos próprios regulamentares para risco de mercado e risco de crédito de contraparte na carteira de negociação e n.º 27/2016 - Governança do risco de mercado.

Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro pode ser definido como o impacto nos resultados e nos capitais próprios de uma variação adversa das taxas de juro de mercado. O Banco incorre na assunção de risco de taxa de juro sempre, que no desenvolvimento da sua actividade, contrata operações com fluxos financeiros sensíveis a eventuais variações da taxa de juro.

A avaliação do risco taxa de juro originado por operações da carteira bancária é efectuada através de um processo de análise de sensibilidade ao risco, para determinadas rúbricas que integram o Balanço do Banco, em observância ao Aviso n.º 08/2016 Risco de taxa de juro na carteira bancária.

No âmbito do Aviso n.º 08/2016 o Banco reporta ao BNA, semestralmente, desde 31 de Dezembro de 2016, o seu nível de exposição ao risco de taxa de juro da carteira bancária em função dos Fundos Próprios Regulamentares.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste no risco de não cumprir as obrigações de pagamento em tempo útil ou cumpri-las com um custo excessivo, quer seja por condições de financiamento mais gravosas (risco de financiamento) quer seja por vendas forçadas de activos a valores inferiores aos de mercado (risco de liquidez de mercado).

A DIF apresenta uma estrutura adequada para o acompanhamento dos riscos de liquidez, mercado e cambial encontrando-se definidos limites prudenciais de exposição a estes riscos na actuação do Banco nos mercados monetário e cambial interbancários.

Para os investimentos de curto prazo da carteira própria (risco de mercado da carteira própria), tem como objectivo a rentabilização de excedentes de liquidez em complemento com as aplicações no Mercado Monetário Interbancário, contribuindo de forma positiva para a margem financeira do Banco. Englobam-se neste ponto as aplicações em Bilhetes de Tesouro, a aquisição de Repurchase Agreements (Repos) e a Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez ao Banco Central.

Mensalmente a DIF prepara informação para reporte à Comissão Executiva do Conselho de Administração sobre a evolução dos investimentos efectuados pelo Banco e a sua exposição ao nível dos referidos riscos.

Controlo do risco de liquidez

O controlo da liquidez é efectuado diariamente pela DIF com base em métricas definidas internamente, as quais medem as necessidades máximas de cedências e tomadas de fundos que podem ocorrer, apurando ainda a evolução da posição de liquidez do Banco.

A Direcção de Risco, de acordo com Instrutivo nº19/2016 de 30 de Agosto - Risco de liquidez, reporta mensalmente ao Banco Nacional de Angola, o valor económico dos fluxos de caixa futuros em moeda nacional e estrangeira, para avaliação e monitorização do nível de liquidez. A metodologia de cálculo deste reporte, bem como envio ao Banco Nacional de Angola está implementado desde o primeiro semestre de 2017.

Risco de Taxa de Câmbio

O risco de taxa de câmbio decorre de variações na taxa de câmbio que afectem posições estruturais do balanço em moeda estrangeira. A sua gestão tem como objectivo minimizar o impacto deste risco estrutural no resultado e na posição de capital do Banco.

O risco cambial da carteira do Banco mantém um conjunto de posições de pequena dimensão e risco reduzido da carteira, cuja gestão é feita especificamente pela DIF, sendo o respectivo risco controlado em base diária, através das métricas e limites definidos para controlo dos riscos de mercado.

Risco Operacional

O risco operacional materializa-se pela ocorrência de perdas resultantes de falhas ou inadequações dos processos, sistemas ou pessoas ou, ainda, de eventos externos. A gestão de risco operacional assenta num modelo descentralizado, sendo que a sua abrangência e disseminação verifica-se a todos os níveis da estrutura hierárquica. A metodologia prevê processos de mapeamento de actividades e riscos que procurem capturar as exposições materiais ao risco operacional, assim como processos de registo e aprovação de eventos e de auto-avaliação dos riscos e controlos.

De forma a garantir a correcta implementação das actividades de controlo acima indicadas as funções de controlo efectuam, frequentemente, auditorias e inspecções que permitem identificar as situações que ainda carecem de melhoria e definir e acompanhar os planos de acção para as solucionar.

Com referência ao risco operacional pretende-se, a muito curto prazo, implementar um abrangente sistema de medição e gestão do risco, que possibilite a identificação e a tomada de medidas mitigadoras.

Para o cálculo de requisitos de fundos próprios para cobertura do risco operacional, o Banco optou numa primeira fase pelo método de indicador básico previsto no Aviso n.º 05/2016 e Instrutivo n.º 16/2016 de 08 de Agosto.

Periodicamente são realizados reportes à Comissão Executiva relativos às auditorias e inspecções efectuadas com a indicação das situações identificadas e os planos de acção a implementar.

A gestão de risco operacional assenta num modelo descentralizado

A Direcção de Risco encontra-se a ultimar uma metodologia de gestão e acompanhamento do Risco Operacional, que irá implementar no decorrer do ano de 2018.

Risco de Concentração

No risco de crédito de contraparte é objectivo do Banco a diversificação das contrapartes, tendo como suporte base metodologias de avaliação, acompanhamento e controlo dos limites de crédito para instituições, bem como o cumprimento dos limites prudenciais aos grandes riscos de acordo com Aviso n.º09/2016, do Banco Nacional de Angola.

O Banco deve considerar adequadamente a concentração do risco nas suas estratégias, políticas e processos de gestão do risco, definindo as responsabilidades dos colaboradores relevantes e desenvolvendo processos para a identificação, avaliação, monitorização, controlo e prestação de informação sobre concentração do risco.

A DR analisa semestralmente o risco de concentração de crédito, com base em critérios internos, apurando para o efeito o Índice de Concentração Individual (ICI) e o Índice de Concentração Sectorial (ICS).

Risco Reputacional

A imagem do Banco é acompanhada pela Direcção de Marketing que realiza ao longo do ano campanhas publicitária e acções junto dos seus clientes que permitam transmitir os princípios e valores associados ao Banco BIC.

Adicionalmente, e no âmbito da gestão do risco reputacional, compete ao Gabinete de Compliance a coordenação e salvaguarda da boa execução dos procedimentos de prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.

Compete às referidas áreas, bem como à Comissão Executiva, o acompanhamento e avaliação regular das situações que possam comprometer a reputação do Banco, sendo realizadas as diligências necessárias com vista à sua resolução.

O Banco tem como política reputacional a constante transmissão da visão, missão e valores que norteiam a actividade do Banco e o seu relacionamento com os clientes, contrapartes, accionistas, investidores e a Entidade de Supervisão.

Risco de Compliance

O risco de compliance consiste na ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de violações ou da não conformidade relativamente a leis, regulamentos, determinações específicas, contratos, regras de conduta e de relacionamento com clientes, práticas instituídas ou princípios éticos que se materializem em sanções de carácter legal, na limitação das oportunidades de negócio, na redução do potencial de expansão ou na impossibilidade de exigir o cumprimento de obrigações contratuais.

Assim, é objectivo do Banco no âmbito do risco de compliance o respeito pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, incluindo as relativas a prevenção do branqueamento de capitais e do combate ao financiamento do terrorismo, bem como das normas e usos profissionais e deontológicos, das regras internas e estatutárias, das regras de conduta e de relacionamento com Clientes e das orientações dos Órgãos Sociais, de modo a proteger a reputação da instituição e a evitar que esta seja alvo de sanções.

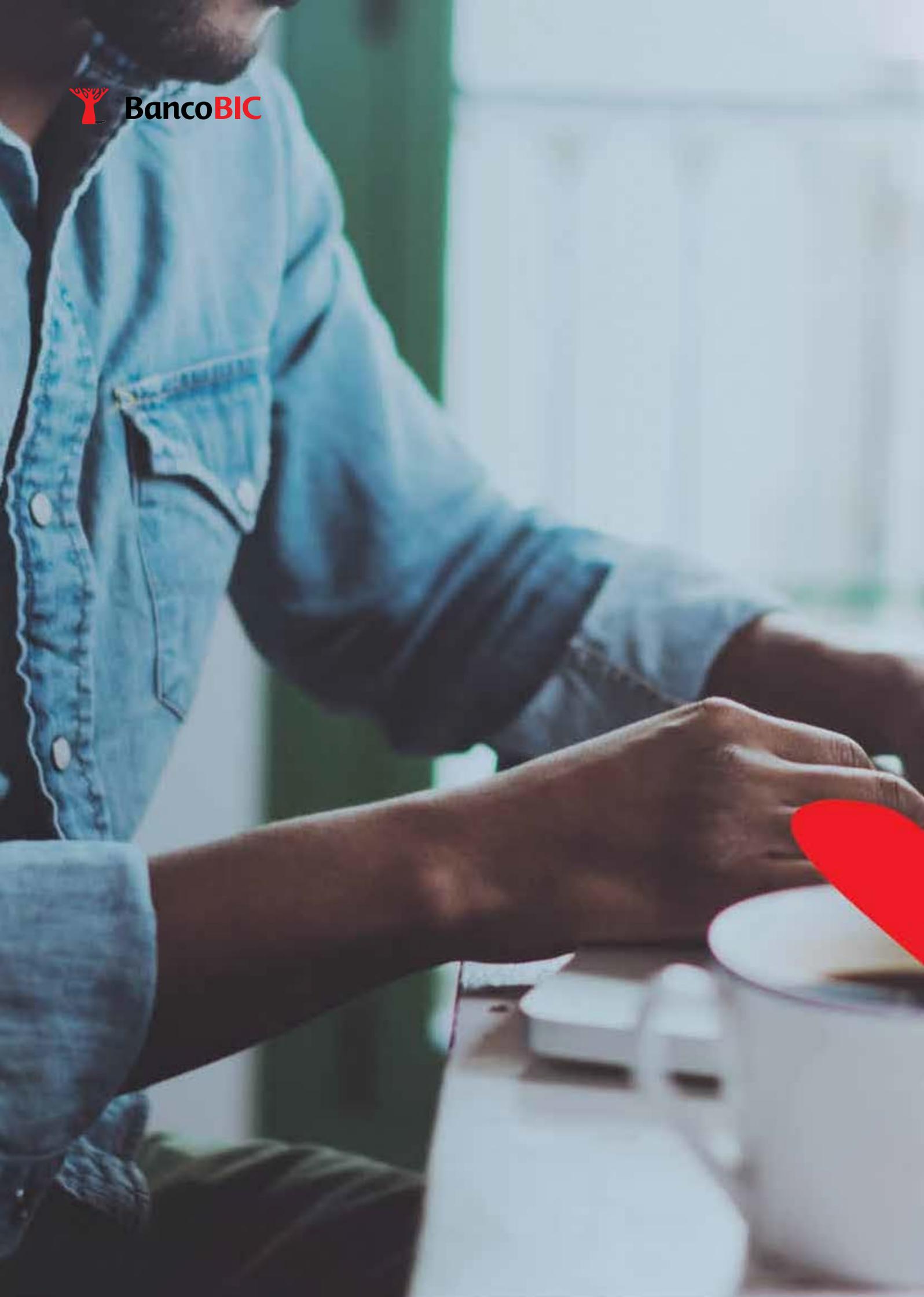
O Banco BIC tem implementadas metodologias e ferramentas que permitem uma acção preventiva da ocorrência de eventos de risco de compliance e de reputação, conforme indicado nos capítulos 6.2 Compliance e 7 Branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo. Estas metodologias asseguram o acompanhamento e avaliação regular da adequação e da eficácia das medidas e procedimentos adoptados para detectar qualquer risco de incumprimento das obrigações legais e deveres a que a instituição se encontra sujeita. De igual forma, o Banco encontra-se igualmente dotado de procedimentos e ferramentas que permitem um acompanhamento constante e avaliação dos riscos em matéria de prevenção do branqueamento de capitais e do combate ao financiamento do terrorismo, adoptando standards de acordo, não só com as disposições legais em vigor, mas também com as melhores práticas internacionais.

O Banco tem como política reputacional a constante transmissão da visão, missão e valores





BancoBIC



05 | BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS E FINANCIAMENTO DO TERRORISMO

crescemos com
solidez

A pirâmide constrói-se de baixo para cima.
A solidez mede-se pelo rácio da solvibilidade.
É o pilar da nossa sustentabilidade.
Nós crescemos à sua medida em segurança.

CRESCEMOS JUNTOS

+ Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo

O Banco BIC tem vindo a adoptar e a actualizar estratégias, políticas e processos que permitam a prevenção contra a utilização das Instituições de Crédito no Branqueamento de Capitais e no Financiamento do Terrorismo

As Instituições de Crédito são susceptíveis de utilização para dissimular, converter, transferir, ou investir fundos de origem ilícita, resultantes de actividades tipificadas como criminosas.

A República de Angola aprovou as Resoluções n.ºs 19/99 de 30 de Julho, 21/10 de 22 de Junho e 38/10 de 17 de Dezembro, publicadas nos DR. 1ª Série n.ºs 31, 115 e 239, que ratificam as Convenções das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Estupefacientes e de Substâncias Psicotrópicas, a criminalidade transnacional e a supressão do financiamento ao terrorismo, respectivamente, com vista a garantir a segurança do sistema financeiro angolano.

A Lei n.º 34/11, de 12 de Dezembro estabelece medidas de natureza preventiva e repressiva de combate ao branqueamento de capitais de proveniência ilícita e ao financiamento do terrorismo.

O Aviso n.º22/2012 do Banco Nacional de Angola, nos termos do disposto no artigo 36.º da Lei n.º34/11, regulamenta as condições de exercício das obrigações previstas na referida Lei.

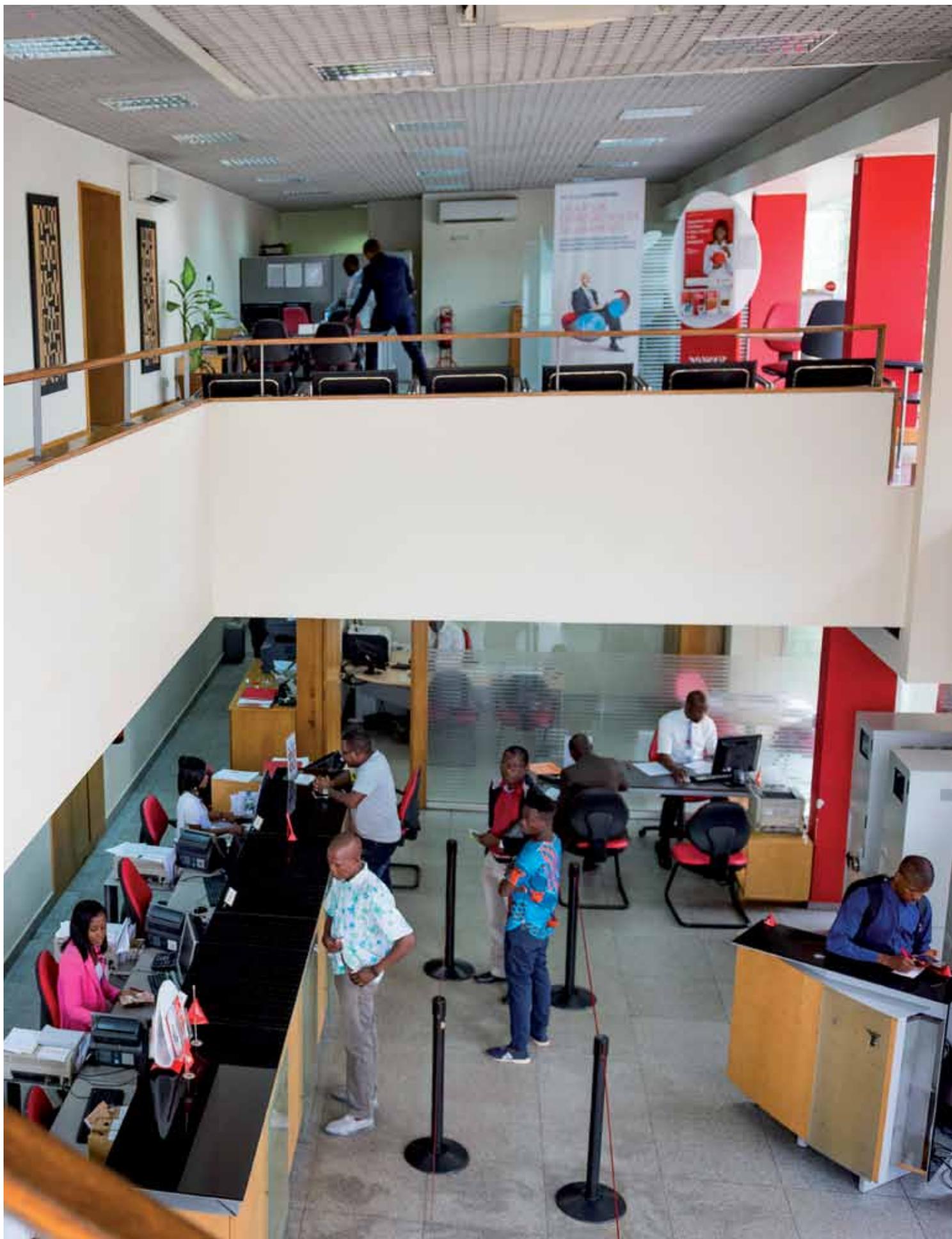
Este conjunto de disposições legais não se limita a criminalizar certos comportamentos, nomeadamente os que se traduzem em “branqueamento de capitais provenientes de actividades ilícitas”, estabelece também um conjunto de medidas de carácter preventivo, especialmente dirigidas ao sistema financeiro.

Neste sentido, o Banco BIC tem vindo continuamente a adoptar, e actualizar, estratégias, políticas e processos, que permitam a prevenção contra a utilização das Instituições de Crédito no Branqueamento de Capitais e no Financiamento do Terrorismo (BC/FT). Os principais aspectos a destacar são os seguintes:

- Implementação e divulgação do Manual de Prevenção de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo;
- Elaboração e divulgação de normas e políticas de Compliance transversais a toda à organização;
- Implementação e contínuo desenvolvimento de softwares de Prevenção de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, tanto na vertente *Know Your Client* (KYC) como ao nível de *Know Your Transaction* (KYT);
- Desenvolvimento, em conjunto com parceiros reconhecidos internacionalmente, de acções de formação a todo o Universo de colaboradores do Banco BIC.

O Gabinete de Compliance tem a responsabilidade de garantir o cumprimento dos procedimentos adoptados com vista ao cumprimento do acima referido. É também através do Gabinete de Compliance que é desenvolvida a articulação com o Banco Nacional de Angola e a Unidade de Informação Financeira em assuntos respeitantes a temática de BC/FT, através de uma estreita colaboração com estes órgãos e participações nos seminários promovidos para o efeito, incluindo a participação no encontro com os observadores do Grupo de Acção Financeira Internacional (GAFI), de onde resultou a saída de Angola das jurisdições sobre monitorização.

Adicionalmente, o Banco BIC tem agido proactivamente junto de parceiros internacionais, nomeadamente Banca Correspondente, no sentido de se adaptar continuamente às melhores práticas internacionais nesta matéria.





BancoBIC



crescemos com
rigor

A reputação de um Banco mede-se pelo cumprimento do código de ética. O rigor define os valores do Banco. Somos um Banco amigo e de confiança.

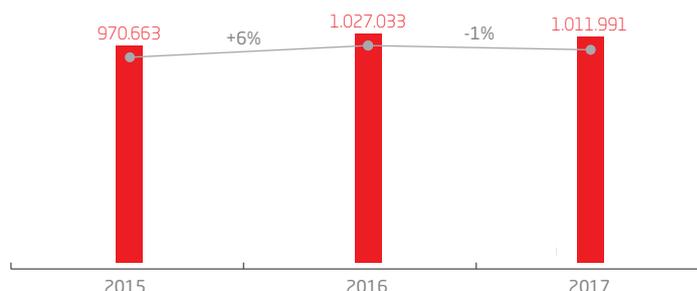
CRESCEMOS JUNTOS

+ Análise Financeira

No exercício de 2017, o Volume de Negócios do Banco BIC ascendeu a AKZ 1.752.420 milhões, o que representa uma variação de -6% face a 31 de Dezembro de 2016 (AKZ 1.854.955 milhões).

ACTIVO LÍQUIDO

(em milhões AKZ)



O Activo Líquido do Banco ascende a AKZ 1.011.991 milhões em 31 de Dezembro de 2017, uma diminuição de AKZ 15.042 milhões face a 2016, correspondente a uma variação negativa de 1%. Esta diminuição foi potenciada pela diminuição da carteira de Investimentos detidos até à maturidade em AKZ 80.496 milhões, compensada em parte pelo aumento dos activos financeiros mantidos para negociação, os quais aumentaram AKZ 50.880 milhões. Adicionalmente, a rubrica de Caixa e disponibilidades em bancos centrais registou um aumento de AKZ 25.919 milhões, enquanto que o crédito a clientes diminuiu AKZ 19.882 milhões.

O Activo é financiado, essencialmente, pelos recursos de clientes e outros empréstimos, os quais registaram uma redução de AKZ 63.198 milhões (-7%) face a 31 de Dezembro de 2016, enquanto que os recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito registaram um aumento de AKZ 40.826 milhões (126%) face a 31 de Dezembro de 2016. Em 31 de Dezembro de 2017, os recursos de clientes ascendem a AKZ 787.235 milhões.

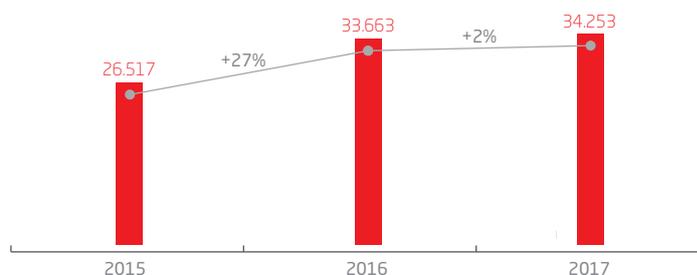
O resultado líquido do Banco BIC no exercício de 2017 totalizou AKZ 34.253 milhões, o que compara com o resultado líquido de AKZ 33.663 milhões no exercício de 2016, correspondendo a um aumento de 2% face ao período homólogo.

↑
2%

Resultado líquido do Banco BIC em AKZ face a 2016

RESULTADO LÍQUIDO

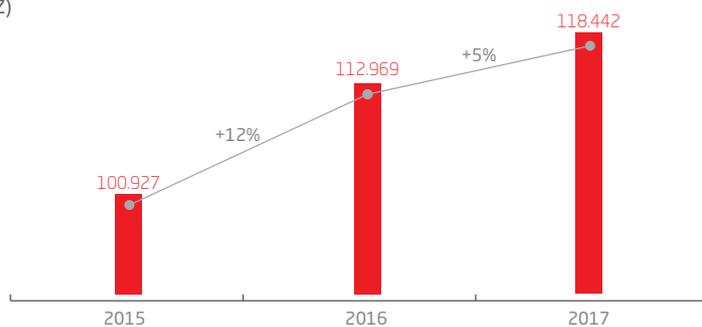
(em milhões AKZ)



Em 31 de Dezembro de 2017, os capitais próprios do Banco ascendem a AKZ 118.442 milhões, um aumento de AKZ 5.473 milhões, face aos AKZ 112.969 milhões que se verificaram em 31 de Dezembro de 2016. Esta variação é explicada por um lado, pelo resultado líquido do exercício (AKZ 34.253 milhões) e, por outro lado, pela distribuição de dividendos, relativos ao exercício de 2016, ocorrida em 2017.

CAPITAIS PRÓPRIOS

(em milhões AKZ)



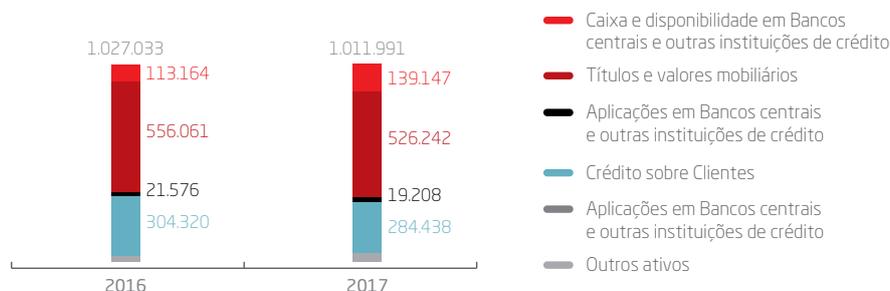
+ Balanço

Activo

A 31 de Dezembro de 2017, o Activo Líquido atingiu o montante total de AKZ 1.011.991 milhões, tendo assim registado uma diminuição de 1% em relação ao ano de 2016. Esta variação deveu-se, por um lado à diminuição da carteira de Investimentos detidos até à maturidade, nomeadamente das Obrigações do Tesouro em Moeda Nacional Não Reajustáveis e Indexadas ao Dólar Norte- Americano em AKZ 56.760 milhões e AKZ 32.389 milhões, respectivamente; e, por outro lado, ao aumento dos Bilhetes do Tesouro, registados como activos financeiros ao justo valor através de resultados, os quais aumentaram AKZ 50.880 milhões. De salientar ainda o aumento verificado em Caixa e disponibilidades em bancos centrais no montante de AKZ 25.919 milhões, explicado pela necessidade de reforçar as reservas obrigatórias junto do Banco Nacional de Angola (BNA), na sequência da entrada em vigor do Instrutivo n.º 06/2017 e a impossibilidade de cumprir a exigibilidade das reservas obrigatórias com Obrigações do Tesouro. O crédito a clientes diminuiu AKZ 19.882 milhões, explicado em grande parte pela liquidação de operações em moeda estrangeira.

ACTIVO LÍQUIDO

(em milhões AKZ)



(em milhões)

	'17		'16		Δ %
	AKZ	USD	AKZ	USD	
ACTIVO					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	130.412	786	104.493	630	25%
Disponibilidades em outras instituições de crédito	8.735	53	8.671	52	1%
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	19.208	116	21.576	130	-11%
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	134.184	809	77.710	468	73%
Activos financeiros disponíveis para venda	-	0	5.797	35	-100%
Investimentos detidos até à maturidade	392.058	2.363	472.554	2.848	-17%
Crédito a clientes	284.438	1.714	304.320	1.834	-7%
Activos não correntes detidos para venda	19.266	116	13.615	82	42%
Outros activos tangíveis	12.704	77	12.205	74	4%
Activos intangíveis	308	1	26	-	1085%
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	345	2	340	2	1%
Outros activos	10.333	62	5.726	36	80%
TOTAL	1.011.991	6.099	1.027.033	6.191	-1%

Crédito Concedido a Clientes

O Banco BIC mantém a sua disponibilidade para apoiar os investimentos dos seus clientes na Economia Angolana, seleccionando projectos adequados ao seu perfil de risco de crédito, nos vários sectores de actividade económica.

A carteira de crédito concedido a clientes (incluindo o crédito por assinatura) apresentou um saldo de AKZ 442.660 milhões em 31 de Dezembro de 2017, equivalente a uma diminuição de 3%, face aos AKZ 457.967 milhões apurados em 31 de Dezembro de 2016.

(em milhões)

	'17		'16		Δ %
	AKZ	USD	AKZ	USD	
CRÉDITO CONCEDIDO A CLIENTES					
1. Crédito Total	442.660	2.669	457.967	2.760	-3%
1.1 Crédito sobre Clientes	312.607	1.884	331.826	2.000	-6%
Crédito Moeda Nacional	169.313	1.020	170.288	1.026	-1%
Crédito Moeda Estrangeira	143.294	864	161.538	974	-11%
1.2 Crédito e Juros Vencidos	44.937	271	36.572	220	23%
Crédito e Juros Vencidos Moeda Nacional	20.553	124	14.821	89	39%
Crédito e Juros Vencidos Moeda Estrangeira	24.384	147	21.751	131	12%
1.3 Juros a Receber	15.824	96	11.694	71	35%
Juros a Receber Moeda Nacional	9.422	57	6.892	42	37%
Juros a Receber Moeda Estrangeira	6.402	39	4.802	29	33%
1.4 Crédito por Assinatura	70.265	424	78.966	476	-11%
Garantias e Avals Prestados	61.866	373	75.191	453	-18%
Créditos Documentários Abertos	8.399	51	3.775	23	122%
1.5 Comissões associadas ao custo amortizado	(973)	(6)	(1.091)	(7)	-11%
2. Imparidade e provisões constituídas para riscos de crédito	90.094	543	76.821	463	17%
Crédito concedido	87.957	530	74.681	450	18%
Prestação de garantias	2.137	13	2.140	13	0%
3. Crédito Concedido, Líquido de Imparidade e Provisões	352.566	2.126	381.146	2.297	-7%
CRÉDITO VENCIDO/ CRÉDITO CONCEDIDO	12,57%	12,57%	9,93%	9,93%	

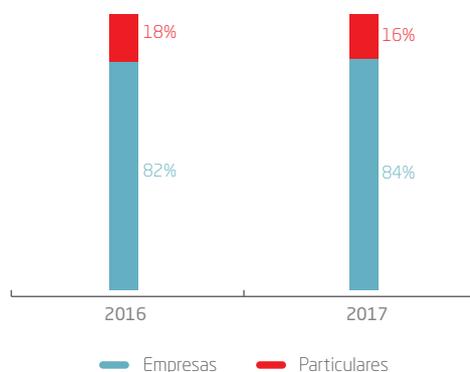
Em 31 de Dezembro de 2017, o crédito concedido a clientes representa cerca de 28% do total do activo (30% em 31 de Dezembro de 2016).

No exercício em análise, o crédito por assinatura diminuiu AKZ 8.701 milhões, o equivalente a -11%, fixando-se em AKZ 70.265 milhões em 31 de Dezembro de 2017. As Garantias e Avals Prestados diminuíram de AKZ 75.191 milhões no final do exercício de 2016 para AKZ 61.866 milhões em 31 de Dezembro 2017, enquanto que os Créditos Documentários Abertos aumentaram em AKZ 4.624 milhões.

No exercício de 2017, o Banco manteve a sua política conservadora na classificação do risco das operações de crédito concedido, reforçando a imparidade constituída para riscos de crédito. Em 31 de Dezembro de 2017, o Banco BIC dispõe de imparidade e provisões totais no montante de, aproximadamente, AKZ 90.094 milhões, ou seja, uma variação líquida face a 31 de Dezembro de 2016 de cerca de AKZ 13.273 milhões (17%).

Em 31 de Dezembro de 2017, a cobertura do crédito concedido por imparidade ascende a 24,60% que compara com os 20,27% verificados em 31 de Dezembro de 2016. Por sua vez, a cobertura do crédito vencido situa-se em cerca de 196% no final do exercício de 2017 (204% em 2016).

REPARTIÇÃO DO CRÉDITO POR BENEFICIÁRIOS

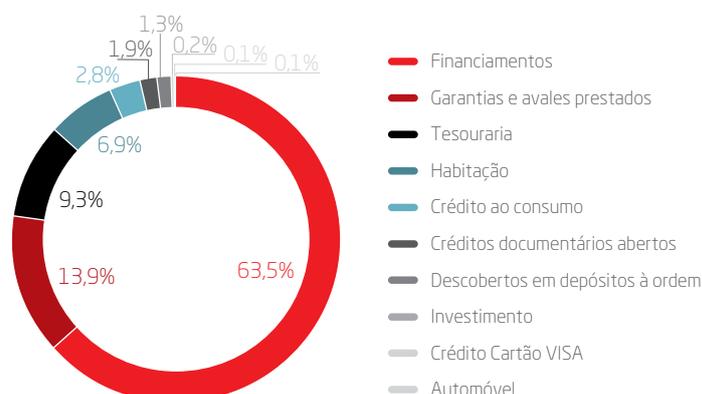


Em 31 de Dezembro de 2017, cerca de 84% da carteira de crédito correspondeu ao crédito concedido a Empresas, enquanto que os restantes 16% se referem a Clientes Particulares.

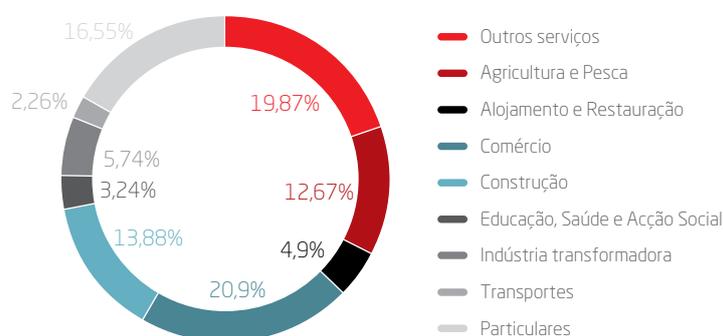
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a carteira de crédito pode ser decomposta por tipo de produto como segue:

(em milhões)

CRÉDITO POR TIPO DE PRODUTO	'17		'16		Δ %
	AKZ	USD	AKZ	USD	
Financiamentos	281.078	1.694	285.322	1.720	-1%
Garantias e avals prestados	61.866	373	75.191	453	-18%
Habituação	41.419	250	34.021	205	22%
Tesouraria	30.681	185	34.183	206	-10%
Crédito ao consumo	12.392	75	14.963	90	-17%
Créditos documentários abertos	8.399	51	3.775	23	122%
Descobertos em depósitos à ordem	5.746	35	5.903	36	-3%
Investimento	1.052	6	4.539	27	-77%
Automóvel	366	2	564	3	-35%
Crédito cartão VISA	634	4	597	4	6%
TOTAL	443.633	2.675	459.058	2.767	-3%



A distribuição da carteira de crédito por tipo de produtos revela uma grande diversidade de actividades apoiadas pelo Banco BIC. Os produtos mais procurados pelos clientes do Banco correspondem aos Financiamentos, com um peso de 63,5%, Garantias e avales prestados com 13,9%, Crédito para apoio de Tesouraria com 9,3%, Crédito para Habitação com 6,9% e o Crédito ao Consumo com um peso de 2,8%.



No exercício de 2017, os sectores do comércio e da construção com 20,9% e 13,9%, respectivamente foram aqueles que, em termos de créditos concedidos, mereceram o maior apoio do Banco BIC. Destacam-se também os créditos concedidos a clientes particulares que absorveram 16,6% do total de crédito concedido.

No exercício de 2017, embora se tenha verificado um aumento do crédito e juros vencidos para AKZ 44.937 milhões face aos valores apresentados no final do exercício de 2016, o Banco mantém uma adequada cobertura no risco de crédito por imparidade e provisões.

O reforço verificado ao nível das provisões para crédito permitiu que o rácio de imparidade e provisões para crédito sobre o crédito concedido aumentasse de 20,27% para 24,60% no final do exercício de 2017, sendo, na mesma data, a cobertura do crédito vencido por provisões de 196%.

(em milhões)

	'17		'16		USD	Δ %
	AKZ	USD	AKZ	USD		
CRÉDITO VENCIDO						
Crédito Concedido	357.544	2.155	368.398	2.220	2.433	-3%
Crédito Vencido	44.937	271	36.572	220	175	23%
Crédito Vencido/Crédito Concedido	12,57%		9,93%			27%
Cobertura do Crédito Vencido por Imparidade	196%		204%			-4%
Imparidade para Crédito/Crédito Concedido	24,60%		20,27%			-21%

Carteira de Títulos

A carteira de títulos do Banco encontra-se classificada de acordo com a substância inerente ao propósito da sua aquisição e, nos termos do normativo aplicável, compreende as seguintes categorias:

- i) Justo valor através de resultados - Mantidos para negociação - onde se incluem os Bilhetes do Tesouro (BT's), denominados em Kwanzas, assim como Papel Comercial em moeda estrangeira.
- ii) Disponíveis para venda - participações por via de acções.
- iii) Detidos até à maturidade - onde se incluem as Obrigações do Tesouro (OT's) denominadas ou indexadas ao Dólar dos Estados Unidos e as Obrigações do Tesouro (OT's) em Moeda Nacional não Reajustáveis.

(em milhões)

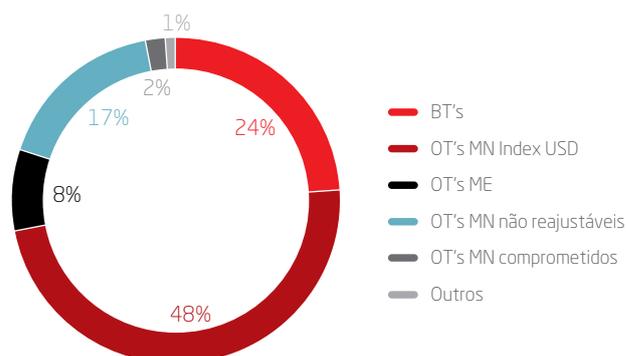
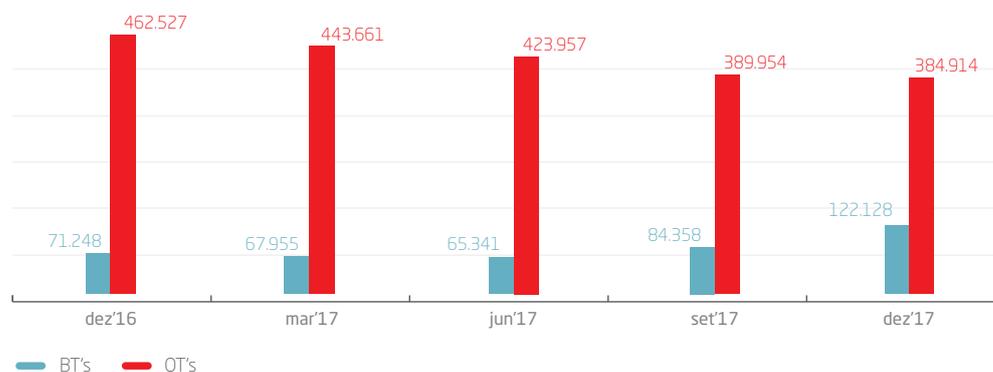
	'17		'16		Δ %
	AKZ	USD	AKZ	USD	
CARTEIRA DE TÍTULOS					
Justo valor através de resultados	134.184	808	77.710	468	73%
Mantidos para negociação	134.184	808	77.710	468	73%
Bilhetes do Tesouro	122.128	736	71.248	429	71%
Papel Comercial	3.708	22	3.708	22	0%
Juros a Receber	8.348	50	2.754	17	203%
Disponíveis para venda	-	-	5.797	35	-100%
Detidos até à maturidade	392.058	2.364	472.554	2.848	-17%
Obrigações do Tesouro	384.914	2.320	462.527	2.788	-17%
Em Moeda Nacional (Index USD)	245.530	1.480	277.919	1.675	-12%
Em Moeda Estrangeira (USD)	39.907	241	40.492	244	-1%
Em Moeda Nacional (não reajustáveis)	87.356	526	144.116	869	-39%
Em Moeda Nacional (comprometidos)	12.121	73	-	-	100%
Juros a receber	7.144	44	10.027	60	-29%
TOTAL	526.242	3.172	556.061	3.351	-5%

A carteira de títulos do banco registou no exercício de 2017 uma diminuição de cerca de AKZ 29.819 milhões (-5%) face à posição em 31 de Dezembro de 2016. Para esta variação contribuíram o vencimento de Obrigações do Tesouro em Moeda Nacional (não reajustáveis) e Obrigações do Tesouro em Moeda Nacional Indexadas ao Dólar Norte-Americano, que diminuíram em AKZ 56.760 milhões e AKZ 32.389 milhões, respectivamente.

Adicionalmente, no exercício de 2017 foi alienada a totalidade das acções do Banco BPI, S.A. em carteira.

Em sentido contrário, o Banco aumentou os seus Investimentos detidos até à maturidade, por via da aquisição em Bilhetes do Tesouro, os quais aumentaram AKZ 50.880 milhões face a 31 de Dezembro de 2016.

(em milhões AKZ)



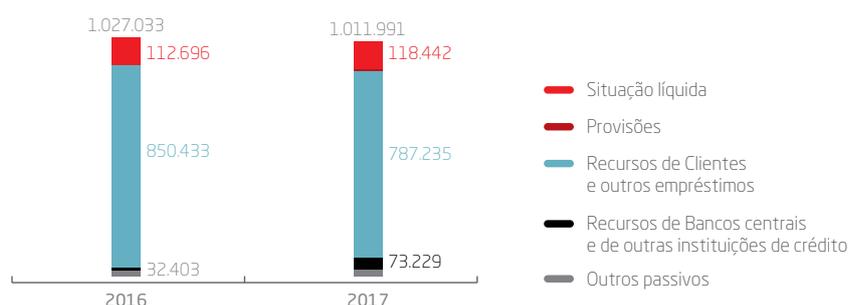
Passivo e Situação Líquida

O passivo do Banco registou no exercício de 2017 uma diminuição de cerca de AKZ 20.515 milhões face ao exercício de 2016, o que corresponde a uma variação de -1%. Esta deveu-se, essencialmente, à variação da rubrica de Recursos de Clientes e Outros Empréstimos em cerca de AKZ 63.198 milhões (-7%) por um lado e, por outro, pelo aumento de Recursos de Bancos Centrais e de Outras Instituições de crédito em AKZ 40.826 milhões (126%).

No exercício de 2017, os capitais próprios do Banco aumentaram AKZ 5.473 milhões, variação explicada por um lado, pelo resultado líquido do exercício (AKZ 34.253 milhões) e, por outro lado pela distribuição de dividendos, relativos ao exercício de 2016, ocorrida em 2017, no montante de AKZ 26.930 milhões.

PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA

(em milhões AKZ)



(em milhões)

	'17		'16		Δ %
	AKZ	USD	AKZ	USD	
PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA					
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	73.229	441	32.403	195	126%
Recursos de clientes e outros empréstimos	787.235	4.745	850.433	5.126	-7%
Provisões	6.039	36	5.538	33	9%
Passivos por impostos diferidos	-	-	798	5	-100%
Outros passivos	27.046	163	24.892	151	9%
Situação líquida	118.442	714	112.969	681	5%
TOTAL	1.011.991	6.099	1.027.033	6.191	-1%

Recursos de clientes e outros empréstimos

A carteira de recursos totais de clientes e outros empréstimos no exercício de 2017 ascende a AKZ 787.235 milhões, correspondendo a uma redução de AKZ 63.198 milhões e uma variação de -7% face a 31 de Dezembro de 2016.

Em 31 de Dezembro de 2017, os recursos totais de clientes e outros empréstimos incluem depósitos à ordem no montante de AKZ 424.215 milhões, depósitos a prazo no montante de AKZ 358.650 milhões e outros depósitos no montante de AKZ 4.370 milhões.

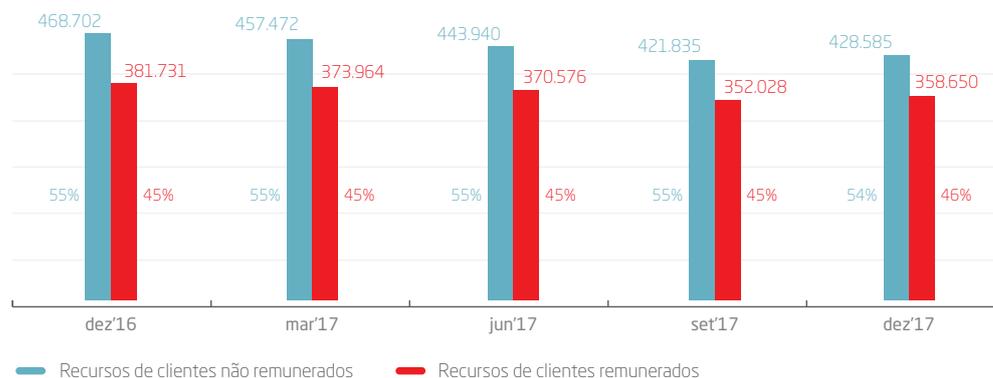
(em milhões)

	'17		'16		Δ %
	AKZ	USD	AKZ	USD	
RECURSOS TOTAIS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS					
Depósitos de Clientes	782.865	4.717	810.695	4.887	-3%
Depósitos à Ordem	424.215	2.556	428.964	2.586	-1%
Moeda Nacional	352.972	2.127	348.913	2.103	1%
Moeda Estrangeira	71.243	429	80.051	483	-11%
Depósitos a Prazo	358.650	2.161	381.731	2.301	-6%
Moeda Nacional	227.212	1.369	254.794	1.536	-11%
Moeda Estrangeira	131.438	792	126.937	765	4%
Recursos vinculados - Operações cambiais	-	-	35.368	213	-100%
Outros Depósitos	4.370	28	4.370	26	0%
Moeda Nacional	4.370	28	4.370	26	0%
TOTAL	787.235	4.745	850.433	5.126	-7%

A 31 de Dezembro de 2017, cerca de 74% da Carteira de Recursos de Clientes é denominada em moeda nacional (72% em 2016), sendo os restantes 26% denominados em moeda estrangeira.

No exercício de 2017, cerca de 46% dos depósitos correspondem a recursos remunerados (45% em 2016) equivalentes a AKZ 358.650 milhões (AKZ 381.731 milhões em 2016), sendo os restantes AKZ 428.585 milhões (AKZ 468.702 milhões em 2016) relativos a recursos não remunerados.

(em milhões AKZ)



O rácio de transformação de Crédito/Recursos aumentou de 109% em 31 de Dezembro de 2016 para 114% em 31 de Dezembro de 2017.

(em milhões)

	'17		'16	
	AKZ	USD	AKZ	USD
RÁCIO DE TRANSFORMAÇÃO				
Recursos de Clientes	787.235	4.745	850.433	5.126
Crédito Total (incluindo Crédito ao Estado)	894.920	5.394	925.556	5.579
TOTAL	114%		109%	

Provisões

Em 31 de Dezembro de 2017, o saldo da rubrica de provisões para responsabilidades prováveis ascende a cerca de AKZ 6.039 milhões (AKZ 5.538 milhões em 31 de Dezembro de 2016). Deste total, AKZ 2.137 milhões referem-se a provisões para garantias prestadas, AKZ 3.435 milhões dizem respeito a provisões para pensões de reforma e os restantes AKZ 467 milhões correspondem a provisões para fazer face a eventuais contingências decorrentes da actividade do Banco, bem como para reflectir perdas potenciais no valor de realização de outros activos e contas de regularização.

Capitais Próprios

Em 31 de Dezembro de 2017, os capitais próprios do Banco totalizam AKZ 118.442 milhões, tendo-se verificado um aumento de AKZ 5.473 milhões, equivalente a cerca de 5%, face a 31 de Dezembro de 2016.

Para esta variação dos capitais próprios do Banco BIC contribuiu o resultado líquido do exercício que ascendeu a AKZ 34.253 milhões e a distribuição de dividendos correspondente a 80% do resultado líquido do exercício de 2016, no montante de AKZ 26.930 milhões.

(em milhões)

	'17		'16	
	AKZ	USD	AKZ	USD
CAPITAIS PRÓPRIOS				
Capital	3.000	18	3.000	18
Reservas	81.189	489	76.306	460
Resultado Líquido do Exercício	34.253	207	33.663	203
TOTAL	118.442	714	112.969	681

A rubrica de reservas aumentou AKZ 4.883 milhões no exercício de 2017, dos quais AKZ 6.733 milhões correspondem à aplicação de 20% do resultado líquido do exercício de 2016 em reservas, aprovada pela Assembleia Geral. Em 31 de Dezembro de 2017, o total de reservas, no montante de AKZ 81.189 milhões é composto pelas reservas de conversão cambial no montante de AKZ 5.824 milhões, pela reserva legal no montante de AKZ 35.716 milhões e pelas outras reservas no montante de AKZ 39.649 milhões.

Em 31 de Dezembro de 2017, os Fundos Próprios Regulamentares do Banco calculados de acordo com o Instrutivo 03/2011, do Banco Nacional de Angola, de 8 de Junho, eram de cerca de AKZ 114.877 milhões, o que equivale a um Rácio de Solvabilidade Regulamentar de cerca de 15,96% comparável com os 14,29% apresentados a 31 de Dezembro de 2016.



5%
CAPITAIS
PRÓPRIOS

equivalente a um
aumento de AKZ
5.473 milhões

+ Demonstrações dos Resultados

O Banco BIC terminou o exercício de 2017 com um lucro líquido de AKZ 34.253 milhões, o que corresponde a um aumento de 2% face ao período homólogo.

(em milhões)

	'17		'16	
	AKZ	USD	AKZ	USD
CONTA DE EXPLORAÇÃO				
1. Margem financeira (MF)	66.013	398	57.867	349
2. Margem complementar (MC)	13.153	79	30.882	186
3. Produto de actividade bancária (PAB)=(MF)+(MC)	79.166	477	88.749	535
5. Custos administrativos e de comercialização (CAC)	28.500	172	30.303	183
6. Imparidade e provisões (IP)	14.601	88	23.000	139
7. Outros proveitos e custos operacionais (OPCO)	(9)	-	(46)	-
8. Resultado antes de impostos (RAI) = (PAB)-(CAC)-(IP)+(OPCO)	36.056	217	35.400	213
9. Impostos sobre lucros (IL)	1.803	11	1.737	10
10. RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (RLE) = (RAI)-(IL)	34.253	206	33.663	203
11. CASH FLOW APÓS IMPOSTOS (CF)	57.505	347	57.505	347

34.253M. AKZ
LUCRO LÍQUIDO

No exercício de 2017, a margem financeira registou um aumento de AKZ 8.146 milhões face ao exercício de 2016. Para esta variação da margem financeira contribuíram os proveitos em Juros de Crédito e de Títulos e Valores Mobiliários que aumentaram AKZ 6.142 e AKZ 6.528 milhões, respectivamente.

(em milhões)

	'17		'16	
	AKZ	USD	AKZ	USD
MARGEM FINANCEIRA				
Juros de Crédito	43.798	265	37.656	227
Juros de Títulos e Valores Mobiliários	48.640	293	42.112	254
Juros de Aplicações de Liquidez	912	5	2.218	13
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado	735	4	658	4
Juros de Instrumentos Financeiros Passivos	(28.072)	(169)	(24.777)	(149)
TOTAL	66.013	398	57.867	349

No exercício de 2017, a Margem Complementar registou uma diminuição de cerca de AKZ 17.729 milhões face ao exercício de 2016.

(em milhões)

	'17		'16	
	AKZ	USD	AKZ	USD
MARGEM COMPLEMENTAR				
Rendimentos e encargos de serviços e comissões	5.659	34	5.436	33
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	2.666	16	-	-
Resultados de investimentos detidos até à maturidade	1.662	10	-	-
Resultados de operações cambiais	2.864	17	26.853	161
Resultados de alienação de outros activos	1.524	9	125	1
Outros resultados de exploração	(1.222)	(7)	(1.532)	(9)
TOTAL	13.153	79	30.882	186

Os resultados de activos financeiros disponíveis para venda no montante de AKZ 2.666 milhões dizem respeito à mais valia realizada com a venda da totalidade de acções do Banco BPI em carteira.

Os resultados de operações cambiais, que correspondem essencialmente aos ganhos nas transacções de compra e venda de moeda estrangeira realizadas pelo Banco, bem como na reavaliação da posição cambial em Moeda Estrangeira, fixaram-se em AKZ 2.864 milhões, no exercício de 2017, uma diminuição de aproximadamente AKZ 23.989 milhões (-89%) face ao período homólogo justificada, essencialmente, pela desvalorização do Kwanza Angolano (AKZ) face ao Dólar dos Estados Unidos (USD) ocorrida em 2016.

Os encargos administrativos do Banco, que agregam os custos com o pessoal no montante de AKZ 19.277 milhões, os fornecimentos e serviços de terceiros no montante de AKZ 8.210 milhões e as depreciações e amortizações do exercício de AKZ 1.013 milhões, registaram uma redução de cerca de AKZ 1.803 milhões (6%) face ao exercício de 2016.

(em milhões)

	'17		'16	
	AKZ	USD	AKZ	USD
CUSTOS ADMINISTRATIVOS E DE COMERCIALIZAÇÃO				
Pessoal	19.277	117	16.644	101
Fornecimentos e serviços de terceiros	8.210	49	12.817	77
Depreciações e amortizações	1.013	6	842	5
TOTAL	28.500	172	30.303	183



6%
REDUÇÃO

dos custos administrativos e de comercialização

↑
36%
AUMENTO
do rácio
Cost-to-income

Os custos com o pessoal totalizaram AKZ 19.277 milhões, com um aumento face ao exercício de 2016 de AKZ 2.633 milhões, o qual resultou do aumento da retribuição variável (prémio de desempenho).

Os fornecimentos e serviços de terceiros reduziram para AKZ 8.210 milhões, com uma variação de aproximadamente -36% face ao período homólogo. Esta variação resulta essencialmente da diminuição dos custos de um conjunto de serviços de apoio comercial, organizativo e outros serviços prestados por entidades relacionadas do Banco no exercício de 2016.

As depreciações e amortizações do exercício fixaram-se nos AKZ 1.013 milhões, o que representa um aumento de AKZ 171 milhões face ao exercício de 2016.

(em milhões)

COST-TO-INCOME	'17	'16
Custos Administrativos e de Comercialização	28.500	30.303
Produto da actividade bancária	79.166	88.749
COST-TO-INCOME	36%	34%

No exercício de 2017, o rácio cost-to-income aumentou de 34% para 36% face ao exercício anterior.

No exercício de 2017, os impostos sobre lucros registados ascenderam a AKZ 1.803 milhões (AKZ 1.737 milhões no exercício de 2016), correspondentes a uma taxa efectiva de imposto industrial de cerca de 5%.

Os proveitos dos títulos da dívida pública obtidos em Obrigações do Tesouro e em Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano encontram-se excluídos de tributação em sede de Imposto Industrial, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 23.º do Código deste imposto. Este enquadramento fiscal é determinante para a diferença entre o prejuízo fiscal apurado e a taxa nominal em vigor (30%).

O Decreto Legislativo Presidencial n.º 5/11, de 30 de Dezembro, introduziu uma norma de sujeição a IAC sobre os juros dos Bilhetes do Tesouro, das Obrigações do Tesouro e de outras aplicações financeiras. Contudo, conforme referido acima, apenas se aplica relativamente aos títulos emitidos após 1 de Janeiro de 2013.

A taxa de IAC varia entre 5% (no caso de rendimentos de títulos de dívida admitidos à negociação em mercado regulamentado e que apresentem uma maturidade igual ou superior a três anos) e 15%. Nos exercícios de 2017 e 2016, os custos com este imposto que se encontram registados na demonstração dos resultados, na rubrica de "Outros resultados de exploração", ascendem a AKZ 2.294 milhões e AKZ 2.172 milhões, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, em função dos montantes apurados para os dois impostos, Industrial e IAC, a taxa efectiva conjunta equivale a 11,36% e 11,04%, respectivamente.

+ Proposta de Aplicação de Resultados

De acordo com as disposições legais relativas à constituição de reservas, o Conselho de Administração propõe que o resultado líquido positivo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, no montante de 34.253 milhões de Kwanzas Angolanos, tenha a seguinte aplicação:

Reserva Legal 20%	6.851 milhões de Kwanzas
Distribuição de Dividendos aos Accionistas 80% (*)	27.402 milhões de Kwanzas

(*) Actualizados à taxa de câmbio da data da distribuição.







crescemos com
modernidade

É ser proactivo. É trabalhar em equipa.
A modernidade não é um modelo, é uma necessidade.
São as transformações tecnológicas e operacionais.
A força de trabalho está aliada à tecnologia.
Somos um Banco jovem, somos modernos.

CRESCEMOS JUNTOS

+ Demonstrações Financeiras

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas Angolanos)

				'17	'16
	NOTAS	ACTIVO BRUTO	PROVISÕES, IMPARIDADE E AMORTIZAÇÕES	ACTIVO LÍQUIDO	ACTIVO LÍQUIDO
ACTIVO					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3	130.411.935	-	130.411.935	104.492.564
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	8.735.172	-	8.735.172	8.671.075
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	5	19.208.389	-	19.208.389	21.575.883
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	6	134.184.233	-	134.184.233	77.710.095
Activos financeiros disponíveis para venda	7	-	-	-	5.796.606
Investimentos detidos até à maturidade	8	392.058.425	-	392.058.425	472.553.566
Crédito a clientes	9	372.394.925	(87.956.827)	284.438.098	304.319.570
Activos não correntes detidos para venda	10	21.100.230	(1.834.253)	19.265.977	13.614.933
Outros activos tangíveis	11	21.368.367	(8.664.347)	12.704.020	12.204.994
Activos intangíveis	11	895.146	(587.611)	307.535	25.969
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	12	345.137	-	345.137	340.782
Outros activos	13	10.332.491	-	10.332.491	5.727.256
TOTAL DE ACTIVO		1.111.034.450	(99.043.038)	1.011.991.412	1.027.033.293
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO					
Passivo					
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	14			73.228.647	32.403.237
Recursos de clientes e outros empréstimos	15			787.234.531	850.432.779
Provisões	16			6.039.607	5.537.507
Passivos por impostos diferidos	17			-	798.652
Outros passivos	18			27.046.712	24.892.191
TOTAL DE PASSIVO				893.549.497	914.064.366
Capital					
Capital Social	19			3.000.000	3.000.000
Reservas de reavaliação	19			5.823.538	7.673.654
Outras reservas e resultados transitados	19			75.365.073	68.632.523
Resultado líquido do exercício	19			34.253.304	33.662.750
TOTAL DE CAPITAL				118.441.915	112.968.927
TOTAL DE PASSIVO E CAPITAL				1.011.991.412	1.027.033.293

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas Angolanos)

	NOTAS	'17	'16
Juros e rendimentos similares	21	94.085.248	82.643.740
Juros e encargos similares	21	(28.071.783)	(24.776.723)
MARGEM FINANCEIRA		66.013.465	57.867.017
Rendimentos de serviços e comissões	22	6.950.024	6.551.842
Encargos com serviços e comissões	22	(1.290.666)	(1.116.098)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	23	2.665.530	-
Resultados de investimentos detidos até à maturidade	24	1.662.218	-
Resultados cambiais	25	2.863.623	26.853.003
Resultados de alienação de outros activos	26	1.523.743	125.406
Outros resultados de exploração	27	(1.221.667)	(1.531.721)
PRODUTO DA ACTIVIDADE BANCÁRIA		79.166.270	88.749.449
Custos com o pessoal	28	(19.277.484)	(16.644.495)
Fornecimentos e serviços de terceiros	29	(8.209.531)	(12.817.331)
Depreciações e amortizações do exercício	11	(1.013.282)	(841.911)
Provisões líquidas de anulações	16	(573.105)	(686.296)
Imparidade para crédito a clientes líquida de reversões e recuperações	16	(14.027.637)	(22.314.006)
Resultados de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	12	4.339	(32.988)
Resultado na posição monetária líquida	19	(13.461)	(12.570)
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS		36.056.109	35.399.852
Impostos sobre os resultados			
Correntes	17	(1.802.805)	(1.737.102)
RESULTADO APÓS IMPOSTOS		34.253.304	33.662.750
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		34.253.304	33.662.750
Número médio de acções ordinárias emitidas		3.000.000	3.000.000
Resultado por acção básico		11,42	11,22

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas Angolanos)

	'17	'16
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	34.253.304	33.662.750
OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL		
Itens que serão reclassificados subsequentemente para resultados do exercício:		
Activos financeiros disponíveis para venda		
Variações no justo valor (Nota 7)	-	702.697
Impacto fiscal	-	(210.806)
	-	491.891
Transferência para resultados por alienação (Nota 7)	(2.662.229)	-
Impacto fiscal	798.652	-
	(1.863.577)	-
RENDIMENTO INTEGRAL DO EXERCÍCIO	32.389.727	34.154.641

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2017

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas Angolanos)

	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO				OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS			RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	CAPITAL PRÓPRIO
	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE JUSTO VALOR	RESERVAS DE CONVERSÃO CAMBIAL	TOTAL	RESERVA LEGAL	OUTRAS RESERVAS	TOTAL		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	3.000.000	1.371.686	5.797.507	7.169.193	23.452.466	40.788.045	64.240.511	26.516.915	100.926.619
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2015:									
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(22.124.903)	(22.124.903)
Transferência para reserva legal	-	-	-	-	5.531.226	(1.139.214)	4.392.012	(4.392.012)	-
Actualização dos fundos próprios	-	-	12.570	12.570	-	-	-	-	12.570
Rendimento integral do exercício	-	491.891	-	491.891	-	-	-	33.662.750	34.154.641
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	3.000.000	1.863.577	5.810.077	7.673.654	28.983.692	39.648.831	68.632.523	33.662.750	112.968.927
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2016:									
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(26.930.200)	(26.930.200)
Transferência para reserva legal	-	-	-	-	6.732.550	-	6.732.550	(6.732.550)	-
Actualização dos fundos próprios	-	-	13.461	13.461	-	-	-	-	13.461
Rendimento integral do exercício	-	(1.863.577)	-	(1.863.577)	-	-	-	34.253.304	32.389.727
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	3.000.000	-	5.823.538	5.823.538	35.716.242	39.648.831	75.365.073	34.253.304	118.441.915

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas Angolanos)

	'17	'16
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos	88.130.434	75.210.152
Juros, comissões e outros custos equiparados pagos	(29.337.306)	(23.600.364)
Pagamentos a empregados e fornecedores	(26.836.028)	(23.789.727)
Outros resultados	7.287.139	(13.381.126)
FLUXOS DE CAIXA ANTES DAS ALTERAÇÕES NOS ACTIVOS E PASSIVOS OPERACIONAIS	39.244.239	14.438.935
(Aumentos) / diminuições de activos operacionais:		
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	2.338.602	75.872.570
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	(50.879.876)	(52.542.364)
Activos financeiros disponíveis para venda	5.800.262	-
Investimentos detidos até à maturidade	77.617.346	(20.897.593)
Crédito a clientes	4.583.480	(16.577.605)
Outros activos	(4.716.275)	(800.981)
FLUXO LÍQUIDO PROVENIENTE DOS ACTIVOS OPERACIONAIS	34.743.539	(14.945.973)
Aumentos/(diminuições) de passivos operacionais:		
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	41.566.236	(66.037.221)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(63.118.386)	34.271.091
Outros passivos	1.545.651	12.900.747
FLUXO LÍQUIDO PROVENIENTE DOS PASSIVOS OPERACIONAIS	(20.006.499)	(18.865.383)
Caixa líquida das atividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento	53.981.279	(19.372.421)
Impostos sobre o rendimento pagos	(33.051)	(36.420)
CAIXA LÍQUIDA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	53.948.228	(19.408.841)
FLUXOS DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições de outros activos tangíveis, líquidas de alienações	(1.102.370)	(1.437.106)
Aquisições de activos intangíveis, líquidas de alienações	(338.626)	(21.729)
Alienações de participações em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos, líquidas de alienações	-	14.255
CAIXA LÍQUIDA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.440.996)	(1.444.580)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Distribuição de dividendos	(26.930.200)	(22.124.903)
CAIXA LÍQUIDA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(26.930.200)	(22.124.903)
Variação de caixa e seus equivalentes	25.577.032	(42.978.324)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	112.864.584	155.839.355
Efeitos da variação cambial em caixa e seus equivalentes	(8.577)	3.553
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO EXERCÍCIO	138.433.039	112.864.584

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

+ Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Montantes em milhares de Kwanzas Angolanos - mAKZ, excepto quando expressamente indicado)

1. Nota introdutória

O Banco BIC, S.A. (adiante igualmente designado por “Banco BIC” ou “Banco”) foi constituído por Escritura Pública de 22 de Abril de 2005, na sequência da comunicação do Banco Nacional de Angola de 19 de Abril de 2005 que autorizou a sua constituição, e encontra-se sediado no Edifício Banco BIC, sito no Bairro de Talatona, Município da Samba, em Luanda.

O Banco dedica-se à obtenção de recursos de terceiros sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, na concessão de empréstimos, depósitos no Banco Nacional de Angola, aplicações em instituições de crédito, aquisição de títulos e em outros activos, para os quais se encontra devidamente autorizado. Presta ainda outros serviços bancários e realiza diversos tipos de operações em moeda estrangeira.

Para a realização das suas operações, o Banco dispõe actualmente em Angola de uma rede nacional de 206 balcões e postos de atendimento, 17 centros de empresas, três centros de investimento e uma unidade de private banking (205 balcões e postos de atendimento, 17 centros de empresas, três centros de investimento e uma unidade de private banking, em 31 de Dezembro de 2016), bem como de um escritório de representação em Joanesburgo (África do Sul).

2. Bases de apresentação, comparabilidade da informação e resumo das principais políticas contabilísticas

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras do Banco BIC foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), nos termos do Aviso n.º 6/2016 do Banco Nacional de Angola, de 16 de Maio de 2016. As IAS / IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC).

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 encontram-se expressas em Kwanzas Angolanos, tendo os activos e passivos denominados em outras divisas sido convertidos para moeda nacional, com base no câmbio médio indicativo publicado pelo Banco Nacional de Angola naquelas datas.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, os câmbios do Kwanza Angolano (AKZ) face ao Dólar dos Estados Unidos (USD) e ao Euro (EUR) eram os seguintes:

	'17	'16
1 USD	165,924	165,903
1 EUR	185,400	185,379

2.2. Adopção de normas (novas ou revistas) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC)

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões têm aplicação obrigatória pela primeira vez no exercício iniciado em 1 de Janeiro de 2017:

- Emenda à IAS 12 - “Reconhecimento de impostos diferidos activos por perdas não realizadas”: esta emenda vem clarificar as condições de reconhecimento e mensuração de activos por impostos resultantes de perdas não realizadas. Aplicável nos exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2017;

- Emenda à IAS 7 - “Divulgações”: esta emenda vem introduzir divulgações adicionais relacionadas com os fluxos de caixa de actividades de financiamento. Aplicável nos exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2017;
- Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2014-2016): IFRS 12 - Divulgação de interesses noutras entidades: clarifica o âmbito da norma quanto à sua aplicação a interesses classificados como detidos para venda ou detidos para distribuição ao abrigo da IFRS 5. Aplicável nos exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2017.

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras do Banco decorrentes da adopção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões têm aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros:

- IFRS 9 - “Instrumentos financeiros e emendas posteriores”: esta norma insere-se no projecto de revisão da IAS 39, estabelecendo novas regras de classificação e mensuração dos activos e passivos financeiros, incluindo a revisão da metodologia de cálculo de imparidade e da aplicação das regras de contabilidade de cobertura, nomeadamente:
 - Define uma nova metodologia de reconhecimento das perdas por imparidade de activos financeiros com base em perdas esperadas (“expected loss model” ou “ECL”). De acordo com esta nova metodologia, as entidades devem reconhecer perdas esperadas antes da ocorrência dos eventos de perda. Existe também a necessidade de inclusão de informação prospectiva (“forward looking”) nas estimativas de perda esperada, com inclusão de tendências e cenários futuros, nomeadamente macroeconómicos. No modelo de ECL, os activos sujeitos ao cálculo de imparidade, deverão ser categorizados em três categorias, em função de alterações do risco de crédito desde o reconhecimento inicial do activo e não em função do risco de crédito à data de reporte;
 - Estabelece novos requisitos de classificação e mensuração de instrumentos financeiros e para certos tipos de contratos de compra ou venda de itens não financeiros;
 - Apresenta novas possibilidades de aplicação das regras contabilísticas de cobertura através de um maior número de relações de hedge entre os itens objecto de cobertura e os instrumentos cobertos.

Esta norma é aplicável nos exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2018.

- IFRS 15 - “Rédito de contratos com clientes”: esta norma vem introduzir uma estrutura de reconhecimento do rédito baseada em princípios e assente num modelo a aplicar a todos os contratos celebrados com clientes, substituindo as normas IAS 18 - Rédito, IAS 11 - Contratos de construção; IFRIC 13 - Programas de fidelização; IFRIC 15 - Acordos para a construção de imóveis; IFRIC 18 - Transferências de Activos Provenientes de Clientes e SIC 31 - Rédito - Transacções de troca directa envolvendo serviços de publicidade. É aplicável nos exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2018.
- Emendas à IFRS 15 - “Rédito de contratos com clientes”: estas emendas vêm introduzir diversas clarificações na norma com vista a eliminar a possibilidade de surgirem interpretações divergentes de vários tópicos. É aplicável nos exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2018.
- Emendas à IFRS 2 - “Pagamentos com base em acções”: estas emendas vêm introduzir diversas clarificações na norma relacionadas com: (i) o registo de transacções de pagamentos com base em acções que são liquidadas com caixa; (ii) o registo de modificações em transacções de pagamentos com base em acções (de liquidadas em caixa para liquidadas com instrumentos de capital próprio); (iii) a classificação de transacções com características de liquidação compensada. É aplicável nos exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2018.
- Emendas à IFRS 4 - “Contratos de seguro”: estas emendas proporcionam orientações sobre a aplicação da IFRS 4 em conjunto com a IFRS 9. A IFRS 4 será substituída com a entrada em vigor da IFRS 17. É aplicável nos exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2018.
- Emendas à IAS 40 - “Propriedades de investimento”: estas emendas clarificam que a mudança de classificação de ou para propriedade de investimento apenas deve ser feita quando existem evidências de uma alteração no uso do activo. É aplicável nos exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2018.

- IFRS 16 – “Locações”: esta norma vem introduzir os princípios de reconhecimento e mensuração de locações, substituindo a IAS 17 – Locações. A norma define um único modelo de contabilização de contratos de locação que resulta no reconhecimento pelo locatário de activos e passivos para todos os contratos de locação, excepto para as locações com um período inferior a 12 meses ou para as locações que incidam sobre activos de valor reduzido. Os locadores continuarão a classificar as locações entre operacionais ou financeiras, sendo que a IFRS 16 não implicará alterações substanciais para tais entidades face ao definido na IAS 17. É aplicável nos exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2019.
- IFRS 17 – “Contratos de seguro”: esta norma estabelece, para os contratos de seguros dentro do seu âmbito de aplicação, os princípios para o seu reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação. Esta norma substitui a norma IFRS 4 - Contratos de Seguros. É aplicável nos exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2021.
- Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2014-2016): estes melhoramentos envolvem a clarificação de alguns aspectos relacionados com:
 - IFRS 1 - Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro: elimina algumas isenções de curto prazo;
 - IAS 28 - Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos: introduz clarificações sobre a mensuração a justo valor por resultados de investimentos em associadas ou *joint ventures* detidos por sociedades de capital de risco ou por fundos de investimento.
- Os melhoramentos das IFRS 1 e IAS 28 são aplicáveis nos exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2018.
- Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2015-2017): estes melhoramentos envolvem a clarificação de alguns aspectos relacionados com:
 - IFRS 3 - Concentração de actividades empresariais: requer remensuração de interesses anteriormente detidos quando uma entidade obtém controlo sobre uma participada sobre a qual anteriormente tinha controlo conjunto;
 - IFRS 11 - Empreendimentos conjuntos: clarifica que não deve haver mensuração de interesses anteriormente detidos quando uma entidade obtém controlo conjunto sobre uma operação conjunta;
 - IAS 12 - Impostos sobre o rendimento: clarifica que todas as consequências fiscais de dividendos devem ser registadas em resultados, independentemente de como surge o imposto;
 - IAS 23 - Custos de empréstimos obtidos: clarifica que a parte do empréstimo directamente relacionado com a aquisição/construção de um activo, em dívida após o correspondente activo ter ficado pronto para o uso pretendido, é, para efeitos de determinação da taxa de capitalização, considerada parte integrante dos financiamentos genéricos da entidade.

Estes melhoramentos são aplicáveis nos exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2019.

- IFRIC 22 – “Transacções em moeda estrangeira e adiantamentos”: esta interpretação vem estabelecer a data do reconhecimento inicial do adiantamento ou do rendimento diferido como a data da transacção para efeitos da determinação da taxa de câmbio do reconhecimento do rédito. É aplicável nos exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2018.
- Emenda à IAS 28 – “Investimentos de longo prazo em associadas e acordos conjuntos”: esta emenda vem clarificar que a IFRS 9 deve ser aplicada (incluindo os respectivos requisitos relacionados com imparidade) a investimentos em associadas e acordos conjuntos quando o método da equivalência patrimonial não é aplicado na mensuração dos mesmos. É aplicável nos exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2019.
- IFRIC 23 – “Incertezas no tratamento de imposto sobre o rendimento”: esta interpretação vem dar orientações sobre a determinação do lucro tributável, das bases fiscais, dos prejuízos fiscais a reportar, dos créditos fiscais a usar e das taxas de imposto em cenários de incerteza quanto ao tratamento em sede de imposto sobre o rendimento. É aplicável nos exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2019.
- Emenda à IFRS 9 – “Características de pagamentos antecipados com compensação negativa”: esta emenda vem permitir que activos financeiros com condições contratuais que prevêem, na sua amortização antecipada, o pagamento de um montante considerável por parte do credor, possam ser mensurados ao custo amortizado ou a justo valor por reservas (consoante o modelo de negócio), desde que: (i) na data do reconhecimento inicial do activo, o justo valor da componente da amortização antecipada seja insignificante; e (ii) a possibilidade de compensação negativa na amortização antecipada seja única razão para o activo em causa não ser considerado um instrumento que contempla apenas pagamentos de capital e juros. É aplicável nos exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2021.

O Banco não antecipa que sejam produzidos efeitos significativos nas suas demonstrações financeiras com a adopção destas novas normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas. Não obstante, encontra-se a estudar os impactos decorrentes das novas regras de classificação e mensuração das perdas por imparidade de activos financeiros, nos termos da IFRS 9, encontrando-se a trabalhar na sua implementação.

2.3. Políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Especialização de exercícios

Os proveitos e custos são reconhecidos em função do período de vigência das operações, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

b) Transacções em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema "multi-currency", sendo cada operação registada em função das respectivas moedas de denominação. Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Kwanzas Angolanos à taxa de câmbio média publicada pelo Banco Nacional de Angola à data do balanço.

Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são registadas na posição cambial.

Os custos e proveitos relativos a diferenças cambiais, realizadas ou potenciais, registam-se na demonstração dos resultados do exercício em que ocorrem, na rubrica de "Resultados cambiais".

c) Instrumentos financeiros

I) Crédito a clientes e valores a receber de outros devedores

Valorimetria

O crédito e valores a receber abrange os créditos concedidos pelo Banco a Clientes e a Instituições de Crédito.

No momento inicial, os créditos e valores a receber são registados ao justo valor. Em geral, o justo valor no momento inicial corresponde ao valor de transacção e inclui comissões, taxas ou outros custos e proveitos associados às operações de crédito.

Posteriormente, os empréstimos e contas a receber são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva e sujeitos a testes de imparidade.

Sempre que aplicável, os juros, as comissões e outros custos e proveitos associados a operações de crédito são periodificados ao longo da vida das operações, quando se tratem de operações que produzam fluxos redituais ao longo de um período superior a um mês, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. As comissões recebidas por compromissos de crédito são reconhecidas de forma diferida e linear durante a vida do compromisso.

Desreconhecimento

De acordo com a Norma IAS 39 "Instrumentos Financeiros", os créditos apenas são removidos do balanço ("desreconhecimento") quando o Banco transfere substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; quando já não tem qualquer expectativa de os receber e quando são abatidos ao activo através da utilização da respectiva imparidade.

Garantias prestadas

As responsabilidades por garantias prestadas são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em resultados ao longo do período de vida das operações.

Anulação de juros

O Banco procede à anulação de juros vencidos superiores a 60 dias e não reconhece juros a partir dessa data, até ao momento em que o cliente regularize a situação.

Imparidade

Periodicamente, o crédito concedido a clientes, garantias, créditos documentários à importação e compromissos irrevogáveis são sujeitos a testes de imparidade. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados do exercício. No caso de, em períodos futuros, se verificar uma redução da perda estimada, a imparidade inicialmente registada é igualmente revertida por contrapartida de resultados.

Para o efeito, o Banco analisa a carteira de crédito concedido a clientes, garantias, créditos documentários à importação e compromissos irrevogáveis em termos individuais, através de uma análise casuística, e em termos colectivos, através de um modelo estatístico de apuramento de perdas por imparidade.

O Banco efectua uma análise individual de todos os clientes com responsabilidades globais (incluindo responsabilidades extrapatrimoniais) iguais ou superiores a 0,5% dos fundos próprios, bem como de clientes que possuam uma exposição igual ou superior a 0,1% dos fundos próprios e que apresentem indícios de imparidade.

São igualmente analisados individualmente, todos os clientes pertencentes a um Grupo Económico no qual se insere um cliente elegível para a análise individual.

Para os clientes não sujeitos a análise individual e os clientes analisados individualmente para os quais não sejam apuradas perdas de imparidade, o Banco determina o valor realizável dos créditos, e conseqüente necessidade de imparidade, com base num modelo de apuramento de perdas por imparidade colectiva.

Para efeitos de apuramento de perdas por imparidade colectiva, o Banco segmentou a sua carteira da seguinte forma:

- Segmento Empresas:
 - Indústria;
 - Comércio e reparações;
 - Construção;
 - Serviços e outros;
 - Garantias prestadas.

- Segmento Particulares:
 - Habitação;
 - Crédito a funcionários;
 - Revolving (Contas Correntes Caucionadas, Cartões de Crédito e Descobertos Bancários);
 - Outros créditos;
 - Garantias prestadas.

Tendo em consideração os segmentos definidos são calculados factores de risco que determinam o cálculo do fluxo de caixa esperado: Probabilidade de Incumprimento (PI); Probabilidade de Default (PD); e Loss Given Default (LGD). Estes factores de risco foram obtidos através da análise histórica do comportamento das operações iniciadas entre Janeiro de 2011 e Dezembro de 2017.

Por último, as operações são enquadradas numa de três classes, que diferem entre si na forma como é determinado o fluxo de caixa esperado:

i. Para os clientes sem incumprimento, os fluxos de caixa esperados consideram a probabilidade de estas operações ultrapassarem os 90 dias de incumprimento (default). Caso as operações ultrapassem os 90 dias de incumprimento, o fluxo de caixa esperado corresponde ao valor em dívida nesse momento multiplicado pela expectativa de recuperação futura (1- Loss Given Default "LGD"). Caso o crédito não ultrapasse os 90 dias de incumprimento, o fluxo de caixa esperado corresponde ao fluxo de caixa contratual da operação. Em ambos os casos, os fluxos de caixa são descontados à taxa de juro nominal dos contratos na data de referência.

Posteriormente, o diferencial entre o valor de balanço e o fluxo de caixa esperado é multiplicado pela probabilidade de entrada em incumprimento (Probabilidade de incumprimento - "PI").

A PI corresponde à probabilidade de uma operação ou cliente entrar em situação de incumprimento durante um determinado período de emergência. Este período equivale ao tempo que decorre entre a ocorrência de um evento originador de perdas e o momento em que esse evento é percebido e incorporado pelo Banco ("Incurred but not reported"). O Banco considera um período de emergência de 6 meses para todos os segmentos da carteira.

ii. Para os clientes com incumprimento inferior a 90 dias, os fluxos de caixa esperados resultam da aplicação do método descrito em i), sendo que a PI corresponde a 100%. Os clientes particulares são classificados nesta classe se apresentarem mais de 15 dias de atraso no pagamento da prestação do crédito (30 dias no caso de empresas).

iii. Para os clientes com incumprimento superior a 90 dias, o fluxo de caixa esperado corresponde ao valor em dívida multiplicado pela expectativa futura de recuperação (1-LGD).

II) Outros activos e passivos financeiros

Os outros activos e passivos financeiros são reconhecidos e valorizados de acordo com o preconizado na IAS 32 e IAS 39, sendo registados na data de contratação pelo seu justo valor.

a) Activos e passivos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação incluem Bilhetes do Tesouro e outros instrumentos de dívida adquiridos com o objectivo de venda.

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação e os activos e passivos ao justo valor por resultados são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os juros inerentes aos activos financeiros e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica de "Juros e rendimentos similares - de títulos e valores mobiliários" (Nota 21). A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

O justo valor dos activos financeiros transaccionados em mercados activos é o seu bid-price ou a sua cotação de fecho à data do balanço. Se um preço de mercado não estiver disponível, o justo valor do instrumento é estimado com base em técnicas de valorização, que incluem modelos de avaliação de preços ou técnicas de discounted cash-flows.

Quando são utilizadas técnicas de discounted cash-flows, os fluxos financeiros futuros são estimados de acordo com as expectativas do mercado e a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de mercado para instrumentos financeiros com características semelhantes. Nos modelos de avaliação de preços, os dados utilizados correspondem a informações sobre preços de mercado.

b) Activos financeiros disponíveis para venda

Em 31 de Dezembro de 2016, esta categoria corresponde a acções (instrumentos de capital), as quais são mensuradas ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo (Nota 7). Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados directamente em capitais próprios, na rubrica "Reservas de reavaliação".

No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registadas nas rubricas de "Resultados de activos financeiros disponíveis para venda" ou "Imparidade de outros activos financeiros, líquida de reversões e recuperações", respectivamente. Os ganhos ou perdas cambiais de activos monetários são reconhecidas directamente na demonstração dos resultados.

Para efeitos da determinação dos resultados na venda, os activos vendidos são valorizados pelo custo médio ponderado de aquisição.

Justo valor

Conforme acima referido, os activos financeiros registados nas categorias de "Activos/Passivos financeiros detidos para negociação", "Activos financeiros ao justo valor através de resultados" e "Activos financeiros disponíveis para venda" são valorizados pelo justo valor.

De acordo com a IFRS13 entende-se por justo valor o preço que seria recebido pela venda de um activo ou pago para transferir um passivo numa transacção efectuada entre participantes no mercado à data de mensuração. Na data de contratação ou de início de uma operação, o justo valor é geralmente o valor da transacção.

O justo valor de activos financeiros é determinado com base em:

- Cotação de fecho na data de balanço para instrumentos transaccionados em mercados activos; e
- Preços (bid-prices) difundidos por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg.

O justo valor dos activos financeiros transaccionados em mercados activos é o seu bid price ou a sua cotação de fecho à data do balanço. Se um preço de mercado não estiver disponível, o justo valor do instrumento é estimado com base em técnicas de valorização, que incluem modelos de avaliação de preços ou técnicas de discounted cash-flows.

Quando são utilizadas técnicas de discounted cash-flows, os fluxos financeiros futuros são estimados de acordo com as expectativas do mercado e a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de mercado para instrumentos financeiros com características semelhantes. Nos modelos de avaliação de preços, os dados utilizados correspondem a informações sobre preços de mercado.

Imparidade

Conforme anteriormente referido, os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor reflectidas em capital próprio, na rubrica "Reservas de reavaliação".

Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros, líquida de reversões e recuperações”.

A Norma IAS 39 prevê os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado;
- Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Para instrumentos de capital cotados, considera-se que existe evidência objectiva de imparidade quando ocorre uma desvalorização prolongada ou de valor significativo na cotação daqueles títulos. Para os restantes títulos, é considerada evidência objectiva de imparidade a existência de impacto negativo no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, desde que possa ser estimado com fiabilidade.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas em “Reservas de reavaliação”. Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são reflectidas em resultados do exercício.

As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, caso se verifique uma alteração positiva no seu justo valor resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade.

c) Activos financeiros detidos até à maturidade

Esta rubrica inclui activos financeiros não derivados, nomeadamente Obrigações do Tesouro, com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que o Banco tem intenção e capacidade de deter até à maturidade.

Estes investimentos são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva e sujeitos a testes de imparidade. As perdas por imparidade reconhecidas são registadas em resultados do exercício. Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

As Obrigações do Tesouro emitidas em moeda nacional, indexadas à taxa de câmbio do Dólar dos Estados Unidos e as Obrigações do Tesouro em moeda estrangeira, estão sujeitas a actualização cambial. Deste modo, o resultado da actualização cambial do valor nominal dos títulos é reflectida na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre na rubrica “Resultados cambiais” (Nota 25), sendo o desconto e o juro corrido, reflectidos na rubrica “Juros e rendimentos similares de títulos e valores mobiliários” (Nota 21).

Em 2012 foi publicado o Despacho nº 159/12 de 20 de Fevereiro, o qual autoriza a emissão regular de Obrigações do Tesouro em moeda nacional não reajustáveis, com taxas de juro de cupão predefinidas por maturidade. Os juros decorridos relativos a estes títulos são reflectidos na demonstração dos resultados do exercício em que ocorrem, na rubrica “Juros e rendimentos similares de títulos e valores mobiliários” (Nota 21).

Operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda

Nos exercícios de 2017 e 2016 o Banco realizou operações de compra de liquidez temporária no mercado interfinanceiro com o Banco Nacional de Angola em que foram aplicados recursos recebendo Obrigações do Tesouro em garantia. Estas operações têm subjacente um acordo de revenda dos títulos numa data futura, por um preço previamente estabelecido entre as partes (Nota 5).

Os títulos comprados com acordo de revenda não são registados na carteira de títulos. Os fundos entregues são registados, na data de liquidação, no activo na rubrica “Aplicações de liquidez - Operações de Compra de Títulos de Terceiros com Acordo de Revenda”, sendo periodificado o valor de juros na mesma rubrica.

Os proveitos das operações de compra de títulos de terceiros com acordos de revenda correspondem à diferença entre o valor da revenda e o valor da compra dos títulos. O reconhecimento do proveito foi realizado conforme o princípio da especialização em razão da fluência do prazo das operações na rubrica “Juros e rendimentos similares de aplicações de liquidez - Títulos de Terceiros com Acordo de Revenda” (Nota 21).

Operações de venda de títulos próprios com acordo de recompra

Os títulos cedidos ao Banco Nacional de Angola com acordo de recompra permaneceram registados na carteira de títulos do Banco, sendo o montante da venda registado na rubrica “Recursos de Bancos Centrais e de Outras Instituições de crédito - Operações de venda de títulos próprios com acordo de recompra” (Nota 14). A diferença entre o valor de recompra contractado e o respectivo valor inicial de venda é reconhecido linearmente em resultados durante o período de vida da operação, por contrapartida da rubrica de passivo “Juros a pagar” (Nota 14).

III) Empréstimos e contas a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo e não incluídos em qualquer uma das restantes categorias de activos financeiros.

No reconhecimento inicial, estes activos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade.

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações.

IV) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros correspondem a recursos de outras instituições de crédito e de clientes e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de activos, registados em "Outros passivos".

Os outros passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor, deduzido de custos directamente atribuíveis à transacção.

Subsequentemente são valorizados pelo custo amortizado, sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efectiva.

d) Activos não correntes detidos para venda

O Banco regista na rubrica de "Activos não correntes detidos para venda - Imóveis recebidos em dação em pagamento" os bens recebidos em dação ou arrematação para pagamento de operações de crédito vencido, quando estes se encontram disponíveis para venda imediata na sua condição presente e existe a probabilidade de alienação no período de um ano (Nota 10).

Estes activos são registados pelo montante apurado na sua avaliação, por contrapartida do valor do crédito recuperado e das respectivas provisões específicas constituídas.

Adicionalmente, são registados nesta rubrica os projectos imobiliários que se encontram em fase de construção e que se destinam a ser alienados a colaboradores do Banco, sendo igualmente objecto de avaliações periódicas para apuramento de eventuais perdas por imparidade.

Os activos registados nesta rubrica não são amortizados, sendo valorizados ao menor entre a quantia escriturada e o justo valor, deduzido dos custos a incorrer na venda. O justo valor destes activos é determinado com base em avaliações periódicas efectuadas por peritos avaliadores externos. Sempre que o valor decorrente dessas avaliações (líquido de custos de venda) for inferior ao valor por que se encontram contabilizados, são registadas perdas por imparidade na rubrica "Imparidade de outros activos líquidos de reversões e recuperações".

Quando esgotado o prazo legal de 2 anos sem que os bens sejam alienados (prorrogáveis por autorização do BNA), é efectuada nova avaliação, destinada a apurar o valor de mercado actualizado, com vista a eventual constituição da correspondente imparidade.

e) Outros activos tangíveis

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzidos das amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, que é:

	ANOS DE VIDA ÚTIL
Imóveis de serviço próprio	50
Obras em edifícios arrendados	3
Equipamento	
Instalações interiores	10
Mobiliário e material	10
Máquinas e ferramentas	3 a 10
Equipamento informático	3 a 10
Material de transporte	3
Outro equipamento	10

Não obstante o supra referido intervalo, a generalidade do equipamento informático está a ser amortizado em três anos.

f) Activos intangíveis

As imobilizações incorpóreas correspondem essencialmente a software e a trespasses. Estas despesas são registadas ao custo de aquisição e amortizadas linearmente ao longo de um período de três anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridas.

g) Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

As participações financeiras em que o Banco detém, directa ou indirectamente, uma percentagem igual ou superior a 10% do respectivo capital, encontram-se registadas pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo custo de aquisição, o qual é posteriormente ajustado com base na percentagem efectiva do Banco nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das participadas. Estas variações são reflectidas na demonstração de resultados na rubrica de "Resultados de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos".

As participações financeiras em que o Banco detém, directa ou indirectamente, uma percentagem inferior a 10% do respectivo capital, encontram-se registadas ao custo de aquisição. Quando este se encontra denominado em moeda estrangeira, é reflectido contabilisticamente à taxa de câmbio da data da operação. Sempre que se estimam perdas permanentes no seu valor de realização, é constituída a respectiva imparidade.

h) Impostos sobre os rendimentos

Imposto Industrial

O Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A, sujeito a uma taxa de imposto de 30%.

O imposto corrente engloba o Imposto Industrial, o qual é calculado com base no resultado fiscal do exercício, podendo este ser diferente do resultado contabilístico devido a ajustamentos nos termos do Código do Imposto Industrial.

A 1 de Janeiro de 2015 entrou em vigor o novo Código do Imposto Industrial, aprovado pela Lei n.º 19/14, de 22 de Outubro, o qual passou a determinar que os proveitos sujeitos a Imposto sobre a Aplicação de Capitais (IAC) são dedutíveis para efeitos de determinação do lucro tributável, não consubstanciando o IAC um custo aceite fiscalmente (Nota 17).

Por outro lado, em reunião com a ABANC, a Administração Geral Tributária veio corroborar que os rendimentos dos títulos de dívida pública (incluindo eventuais reavaliações cambiais) emitidos até 31 de Dezembro de 2012 encontram-se isentos de todos os impostos ao abrigo dos diplomas de emissão dos referidos títulos e que as reavaliações cambiais de títulos de dívida pública emitidos após essa data, em moeda nacional mas indexados a moeda externa, encontram-se sujeitas a Imposto Industrial, até o BNA estar em condições de efectuar a retenção de IAC sobre estes rendimentos.

Adicionalmente, nos termos do novo Código do Imposto Industrial, os contribuintes cuja actividade esteja no âmbito dos poderes de supervisão do Banco Nacional de Angola, como é o caso do Banco BIC, devem efectuar, até ao final do mês de Agosto de cada ano, a liquidação provisória do Imposto Industrial referente a esse exercício, sendo o imposto a entregar calculado com base em 2% sobre o resultado derivado das operações de intermediação financeira, apurado nos primeiros seis meses do exercício fiscal anterior, excluídos os proveitos sujeitos a IAC.

Os prejuízos fiscais apurados em determinado exercício, conforme disposto no artigo 48.º do Código do Imposto Industrial, podem ser deduzidos à matéria colectável dos três anos posteriores.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações de imposto industrial e outros impostos podem ser sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais nos cinco anos subsequentes ao exercício a que respeitam. O Conselho de Administração entende que eventuais correcções que possam resultar dessas revisões não serão significativas para as demonstrações financeiras anexas.

Apresenta-se na Nota 17 a reconciliação entre o resultado fiscal e o resultado contabilístico.

Imposto Sobre a Aplicação de Capitais (IAC)

O Decreto Legislativo Presidencial n.º 5/11, de 30 de Dezembro, veio introduzir diversas alterações legislativas ao Código do Imposto sobre a Aplicação de Capitais, tendo sido, entretanto, alterado pelo Decreto Legislativo Presidencial n.º 2/14, de 20 de Outubro. O IAC incide, genericamente, sobre os rendimentos provenientes das aplicações financeiras do Banco, nomeadamente rendimentos que resultam de aplicações e rendimentos de títulos. A taxa varia entre 5% (no caso de rendimentos de títulos de dívida admitidos à negociação em mercado regulamentado e que apresentem uma maturidade igual ou superior a três anos) e 15%.

Em carta do BNA à ABANC, de 26 de Setembro de 2013, foi reiterado que os rendimentos de títulos de dívida pública apenas são sujeitos a IAC, relativamente a títulos emitidos após 1 de Janeiro de 2013.

Imposto Predial Urbano (IPU)

Incide IPU, à taxa de 0,5%, sobre o valor patrimonial dos imóveis próprios que se destinem ao desenvolvimento da actividade normal do Banco quando o seu valor patrimonial é superior a mAKZ 5.000.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar ou a pagar em períodos futuros resultantes de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor dos activos e passivos no balanço e a sua base fiscal, utilizados na determinação do lucro tributável.

Os impostos diferidos passivos são registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são reflectidos em resultados, com excepção dos impostos referentes a transacções directamente registadas em capitais próprios, nomeadamente resultados potenciais de títulos classificados na carteira de disponíveis para venda.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o Banco não registou impostos diferidos activos. Em 31 de Dezembro de 2016, os impostos diferidos passivos registados referem-se a variações do justo valor de títulos classificados na carteira de disponíveis para venda (Notas 7, 17 e 19).

Adicionalmente, não foram registados impostos diferidos activos sobre os prejuízos fiscais apurados nos exercícios de 2015, 2016 e 2017 por não existirem expectativas devidamente fundamentadas de que irão ser apurados lucros tributáveis nos próximos três exercícios.

i) Reserva de actualização monetária dos fundos próprios

Nos termos da IAS 29 - Relato financeiro em economias hiperinflacionárias, as economias hiperinflacionárias são caracterizadas por diversas situações as quais incluem:

- a. A população em geral prefere conservar a sua riqueza em activos não monetários ou numa moeda estrangeira relativamente estável. As quantias de moeda local detidas são imediatamente investidas para manter o poder de compra;
- b. A população em geral vê as quantias monetárias não em termos de moeda, local mas em termos de uma moeda estrangeira estável. Os preços podem ser cotados nessa moeda;
- c. As vendas e compras a crédito têm lugar a preços que compensem a perda esperada de poder de compra durante o período de crédito, mesmo que o período seja curto;
- d. As taxas de juro, os salários e os preços estão ligados a um índice de preços; e
- e. A taxa de inflação acumulada durante três anos aproxima-se de 100% ou excede este valor.

No exercício de 2016, em virtude da evolução da taxa de câmbio do Kwanza Angolano face às moedas de referência internacional e, conseqüentemente, o seu impacto ao nível da taxa de inflação medida em moeda nacional, o Banco solicitou junto do BNA, através de carta datada de 14 de Abril de 2016, a autorização para adoptar o procedimento de actualização monetária dos seus fundos próprios, o qual se iniciou em Maio de 2016.

O valor resultante da actualização monetária é reflectido, mensalmente, a débito numa conta de resultados, por contrapartida da reserva de actualização monetária dos fundos próprios.

j) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

Os montantes registados na rubrica "Outras provisões" destinam-se a fazer face a contingências diversas do Banco, nomeadamente relativas a processos judiciais em curso, fraudes e outros riscos específicos decorrentes da sua actividade (Nota 16).

k) Pensões de reforma

A Lei nº 07/04, de 15 de Outubro, que regulamenta o sistema de Segurança Social de Angola, prevê a atribuição de pensões de reforma a todos os trabalhadores Angolanos inscritos na Segurança Social. O valor destas pensões é calculado com base numa tabela proporcional ao número de anos de trabalho, aplicada à média dos salários íliquidos mensais recebidos nos períodos imediatamente anteriores à data em que o trabalhador cessar a sua actividade. De acordo com o Decreto nº 7/99, de 28 de Maio, as taxas de contribuição para este sistema são de 8% para a entidade empregadora e de 3% para os trabalhadores.

A Lei nº 02/00, de 15 de Outubro, previa a atribuição de uma compensação por reforma, determinada multiplicando 25% do salário mensal de base praticado na data em que o trabalhador atingia a idade legal de reforma, pelo número de anos de antiguidade na mesma data.

A nova Lei Geral do Trabalho (Lei nº 07/2015, de 15 de Junho), que entrou em vigor em Setembro de 2015, não prevê o pagamento daqueles, ou de outros, complementos de reforma aos trabalhadores que atinjam a idade legal de reforma. Não obstante, o Banco encontra-se a estudar a implementação de um programa complementar de pensões de reforma e sobrevivência, tendo por isso decidido manter a provisão para este efeito, apurada de forma consistente com os exercícios anteriores.

O Banco tem uma provisão para pensões de reforma, e as responsabilidades que o Banco poderá incorrer com o programa complementar de pensões de reforma e sobrevivência foram calculadas através de uma avaliação actuarial realizada por um perito independente, tendo por base a população do Banco a abranger e os seguintes pressupostos:

Taxa técnica actuarial (desconto)	2%
Taxa de crescimento salarial	8%
Tábua de mortalidade	SA 85-90 (Light)
Idade normal de reforma	60 anos ou 35 de serviço

A taxa de desconto foi apurada tendo em conta a performance dos mercados financeiros, duração das responsabilidades e risco inerente.

l) Comissões

As comissões relativas a operações de crédito e outros instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas ou pagas na origem das operações, são reconhecidas ao longo do período das operações pelo método da taxa efectiva em "Juros e rendimentos similares" e "Juros e encargos similares".

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem à compensação pela execução de actos únicos.

m) Aplicações e captações de liquidez

As aplicações e captações de liquidez, entre instituições financeiras, tratando-se de operações sistémicas, de carácter regular, que procuram distribuir da forma mais adequada a liquidez por todo o sistema financeiro, nacional e internacional, não são enquadráveis como mútuos.

n) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Banco considera como "Saldo em disponibilidades do fim do exercício" o total dos saldos das rubricas "Caixa e disponibilidades em Banco Centrais", "Disponibilidades em outras instituições de crédito" e "Recursos de Bancos Centrais e de outras instituições de crédito" (Notas 3, 4 e 14).

2.4. Estimativas contabilísticas críticas e aspectos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração do Banco. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras do Banco incluem as abaixo apresentadas.

Determinação de perdas por imparidade para crédito a clientes

As perdas por imparidade são determinadas com base em fluxos de caixa esperados e estimativas do valor recuperável das operações de acordo com a metodologia definida na Nota 2.3. c) I). A imparidade é determinada para as exposições significativas através de uma análise individual, tendo por base o julgamento do Banco quanto à situação económica e financeira dos seus clientes e a estimativa do valor das garantias recebidas em colateral. A determinação da imparidade para as restantes operações é efectuada através de um modelo de apuramento de perdas por imparidade que assenta em parâmetros históricos para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação.

O Banco considera que as perdas por imparidade para crédito determinadas com base na metodologia referida na Nota 2.3. c) I) reflectem adequadamente o risco associado à sua carteira de crédito concedido.

Valorização de instrumentos financeiros não transaccionados em mercados activos

De acordo com a Norma IAS 39, o Banco valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com excepção dos registados ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizadas técnicas de valorização baseadas nas ofertas de compra e venda difundidas através de entidades especializadas. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço.

Determinação de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda e em investimentos detidos até à maturidade

Conforme descrito na Nota 2.3. c) II) b), as menos-valias potenciais resultantes da valorização dos activos disponíveis para venda são reconhecidas por contrapartida da rubrica "Reservas de reavaliação". No entanto, sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos valias potenciais acumuladas naquela reserva são transferidas para custos do exercício.

No caso de instrumentos de capital, a determinação da existência de perdas por imparidade pode revestir-se de alguma subjectividade. O Banco determina a existência ou não de imparidade nestes activos através de uma análise específica em cada data de balanço e tendo em consideração os indícios definidos na IAS 39.

No caso de instrumentos de dívida classificados em investimentos detidos até à maturidade é registada imparidade sempre que existam indícios de que possa vir a ocorrer incumprimento dos fluxos de caixa contratuais, nomeadamente, por dificuldades financeiras do emitente, existência de incumprimento de outras responsabilidades financeiras, ou uma degradação significativa do rating do emitente ou das emissões detidas pelo Banco.

Benefícios dos empregados

Conforme referido na Nota 2.3. k), o Banco encontra-se a estudar a implementação de um programa complementar de pensões de reforma e sobrevivência, tendo por isso decidido manter a provisão registada no âmbito das obrigações decorrentes da legislação laboral entretanto revogada. Neste sentido, as responsabilidades que o Banco poderá incorrer com este programa foram calculadas através de uma avaliação actuarial realizada por um perito independente. As avaliações actuariais incorporam pressupostos actuariais relativos a mortalidade, invalidez, crescimentos salariais e de pensões, taxa de desconto, entre outros. Os pressupostos adoptados correspondem à melhor estimativa do Banco e dos actuários contratados para o efeito relativamente ao comportamento futuro das respectivas variáveis.

3. Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	'17		'16	
	MOEDA ESTRANGEIRA	MOEDA NACIONAL	MOEDA ESTRANGEIRA	MOEDA NACIONAL
CAIXA:				
Notas e moedas nacionais:				
Em cofre		6.934.491		4.725.114
Em ATM		4.572.593		4.387.355
Notas e moedas estrangeiras:				
Em EUR	1.647.779	305.498	1.163.735	215.732
Em USD	101.723	16.878	356.851	59.203
Em outras divisas		3.725		5.908
		11.833.185		9.393.312
DEPÓSITOS À ORDEM NO BNA:				
Em moeda nacional		115.855.937		93.280.955
Em moeda estrangeira USD	16.410.000	2.722.813	10.960.000	1.818.297
		118.578.750		95.099.252
		130.411.935		104.492.564

A rubrica de depósitos à ordem no Banco Nacional de Angola (BNA) inclui os depósitos constituídos para satisfazer as exigências de constituição e manutenção de reservas obrigatórias.

Em 31 de Dezembro de 2017, as reservas obrigatórias são apuradas nos termos do disposto no Instrutivo n.º 06/2017, de 1 de Dezembro. Em 31 de Dezembro de 2016, as mesmas foram apuradas nos termos do disposto nos Instrutivos n.º 02/2016 de 11 de Abril e n.º 04/2016, de 13 de Maio. As reservas obrigatórias são constituídas em moeda nacional e em moeda estrangeira, em função da respectiva denominação dos passivos que constituem a sua base de incidência.

Em 31 de Dezembro de 2017, a exigibilidade de manutenção de reservas obrigatórias foi apurada através da aplicação de um quociente de 21% sobre os passivos elegíveis em moeda nacional e 15% em moeda estrangeira. Em 31 de Dezembro de 2016, a exigibilidade de manutenção de reservas obrigatórias foi apurada através da aplicação de um quociente de 30% sobre os passivos elegíveis em moeda nacional, podendo o Banco cumprir até 20% da exigibilidade em Obrigações do Tesouro, pertencentes à carteira própria do Banco, e/ou com Contratos de Financiamento de médio e longo prazos realizado com o Ministério das Finanças, ponderando as respectivas maturidades, desde que emitidas ou desembolsadas respectivamente a partir de Janeiro de 2015, e de um quociente de 15% sobre os passivos elegíveis em moeda estrangeira.

Com a entrada em vigor do Instrutivo n.º 06/2017, de 1 de Dezembro, deixou de ser possível cumprir a exigibilidade das reservas obrigatórias com Obrigações do Tesouro, o que implicou o reforço efectivo das reservas obrigatórias depositadas junto do banco central.

Podem ser deduzidos da exigibilidade em moeda nacional o montante até 5% da média aritmética semanal dos saldos diários finais apurados na conta Caixa de moeda nacional, bem como o montante de até 80% dos activos representativos do valor dos desembolsos de créditos em moeda nacional concedido, apurado no último dia da semana de constituição da carteira de crédito, nos sectores da Agricultura, Pecuária, Silvicultura e Pescas, desde que com maturidade superior ou igual a 24 meses.

Os depósitos à ordem no Banco Nacional de Angola não são remunerados.

4. Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	'17	'16
Depósitos à ordem em correspondentes no estrangeiro:		
Banco BIC Cabo Verde, S.A.	5.408.747	9.269
Banco BIC Português, S.A.	1.593.888	7.226.823
Commerzbank	911.263	813.705
Outros	631.447	194.267
	8.545.345	8.244.064
Compensação de cheques	189.827	427.011
	8.735.172	8.671.075

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o saldo da rubrica "Compensação de cheques" diz respeito aos cheques apresentados à compensação nas sessões dos dias úteis subsequentes ao final dos anos respectivos.

5. Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	'17	'16
Operações no mercado monetário interfinanceiro	19.167.102	16.004.633
Juros a receber	41.287	44.671
	19.208.389	16.049.304
Operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda	-	5.500.000
Juros a receber	-	26.579
	-	5.526.579
	19.208.389	21.575.883

As operações realizadas no mercado monetário interfinanceiro correspondem a depósitos a prazo em instituições de crédito e têm a seguinte composição:

	MOEDA	'17		'16	
		MOEDA ESTRANGEIRA	MOEDA NACIONAL	MOEDA ESTRANGEIRA	MOEDA NACIONAL
Em instituições de crédito no país:					
Banco Nacional de Angola (BNA)	AKZ	-	-	-	7.000.000
					7.000.000
Em instituições de crédito no estrangeiro:					
Banco BIC Português, S.A.	EUR	55.950.000	10.373.130	17.990.572	3.335.074
Banco BIC Português, S.A.	USD	20.000.000	3.318.480	-	-
			13.691.610		3.335.074
Banco BIC Cabo Verde, S.A.	USD	23.000.000	3.816.252	23.000.000	3.815.769
Banco BIC Cabo Verde, S.A.	EUR	-	-	10.000.000	1.853.790
			3.816.252		5.669.559
Commerzbank	USD	10.000.000	1.659.240	-	-
JUROS A RECEBER			41.287		44.671
			19.208.389		16.049.304

Uma parte significativa dos depósitos a prazo em Instituições de crédito no estrangeiro acima mencionados encontram-se a colateralizar a abertura de créditos documentários e outras operações, no âmbito de linhas de crédito contratadas e outros acordos celebrados com estas instituições financeiras.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, os depósitos a prazo em Instituições de crédito, excluindo os juros a receber, apresentavam a seguinte estrutura, por prazos residuais de vencimento:

	'17	'16
Até um mês	4.977.720	9.037.421
Entre um e três meses	7.802.352	3.815.769
Entre três e seis meses	3.986.100	370.758
Entre seis meses e um ano	2.400.930	1.853.790
Mais de um ano	-	926.895
	19.167.102	16.004.633

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, os depósitos a prazo em Instituições de crédito venciam juros às seguintes taxas médias anuais, ponderadas pelo respectivo valor nominal das aplicações:

	'17	'16
Em Kwanzas Angolanos	-	7,00%
Em Dólares dos Estados Unidos	2,47%	3,70%
Em Euros	0,01%	0,01%

Em 31 de Dezembro de 2016, as aplicações junto do BNA correspondem a Operações de Compra de Títulos de Terceiros com Acordo de Revenda de Obrigações do Tesouro, com um acordo de revenda numa data futura, por um preço previamente definido e acordado entre as partes.

O rendimento auferido pelo Banco BIC nestas operações corresponde, única e exclusivamente, à diferença positiva entre o preço de revenda destas Obrigações do Tesouro, pré-definido e acordado entre as partes, e o seu valor inicial de aquisição.

Em 31 de Dezembro de 2016, as Operações de Compra de Títulos de terceiros com Acordo de Revenda tinham vencimento no primeiro trimestre de 2017.

6. Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	'17		'16	
	TAXA DE JURO	MONTANTE	TAXA DE JURO	MONTANTE
Activos financeiros detidos para negociação				
Bilhetes do Tesouro	21,27%	122.128.144	18,01%	71.248.268
Outros títulos (papel comercial)		3.708.000		3.707.580
Proveitos a receber		8.348.089		2.754.247
		134.184.233		77.710.095

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, em razão de não existirem indícios de imparidade e atendendo a que foram emitidos pelo Estado Angolano, o Banco classifica os títulos registados nas carteiras de “Mantidos para negociação – Bilhetes do Tesouro” no nível de risco A – Mínimo.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, os Bilhetes do Tesouro em carteira apresentavam a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	'17	'16
Até três meses	54.077.396	45.705.182
De três a seis meses	30.064.515	18.664.241
De seis meses a um ano	37.986.233	6.878.845
	122.128.144	71.248.268

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, os outros títulos correspondem a papel comercial emitido por uma entidade do sector dos media e têm vencimento em Janeiro de 2018 e 2017, respectivamente (Nota 30).

7. Activos financeiros disponíveis para venda

Em 31 de Dezembro de 2016, a rubrica “Activos financeiros disponíveis para venda” corresponde a instrumentos de capital emitidos por entidades não residentes:

NATUREZA	MOEDA	QUANTIDADE	VALOR DE MERCADO	'16	
				VALOR DE BALANÇO	mAKZ
Acções	EUR	27.646.900	1,13	31.268.945	5.796.606

Em 31 de Dezembro 2016, a reserva de justo valor apresenta a seguinte composição (Nota 19):

	'16
Ajustes ao valor justo em activos financeiros disponíveis para venda	2.662.229
Encargos fiscais incidentes sobre os resultados potenciais	(798.652)
	1.863.577

Em Fevereiro de 2017, foi alienada a totalidade das acções do Banco BPI, S.A. em carteira, tendo o Banco registado uma mais valia no montante de mAKZ 2.665.530 (Nota 23).

8. Investimentos detidos até à maturidade

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	'17		'16	
	TAXA DE JURO	MONTANTE	TAXA DE JURO	MONTANTE
Obrigações do Tesouro em moeda nacional				
Não reajustáveis	7,70%	87.355.827	7,63%	144.115.641
Indexadas a USD	7,31%	257.651.109	7,11%	277.919.088
		345.006.936		422.034.729
Em moeda estrangeira (USD)	4,89%	39.907.460	4,88%	40.491.887
Proveitos a receber		7.144.029		10.026.950
		392.058.425		472.553.566

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, em razão de não existirem indícios de imparidade e atendendo a que foram emitidos pelo Estado Angolano, o Banco classifica as Obrigações do Tesouro registadas em "Investimentos detidos até à maturidade" no nível de risco A - Mínimo.

Em 31 de Dezembro de 2017, a rubrica "Obrigações do Tesouro em moeda nacional Indexadas a USD" incluía obrigações dadas como colateral da operação de venda de títulos próprios com acordo de recompra contratada com o Banco Nacional de Angola (Nota 14), no montante de mAKZ 12.121.000.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a distribuição dos títulos de dívida por indexante, excluindo proveitos a receber, é a seguinte:

	'17			'16		
	TAXA FIXA	LIBOR 6M	TOTAL	TAXA FIXA	LIBOR 6M	TOTAL
Obrigações do Tesouro						
Em moeda nacional (não reajustável)	87.355.827	-	87.355.827	144.115.641	-	144.115.641
Em moeda nacional (Indexadas a USD)	257.651.109	-	257.651.109	277.919.088	-	277.919.088
Em moeda estrangeira (USD)	-	39.907.460	39.907.460	-	40.491.887	40.491.887
	345.006.936	39.907.460	384.914.396	422.034.729	40.491.887	462.526.616

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, as Obrigações do Tesouro em carteira apresentavam a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	'17	'16
Até três meses	29.820.372	19.907.973
De três a seis meses	24.613.719	32.612.680
De seis meses a um ano	67.927.038	103.422.471
Mais de um ano	262.553.267	306.583.492
	384.914.396	462.526.616

9. Crédito a clientes

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	'17	'16
Moeda nacional		
Descobertos em depósitos à ordem	1.403.795	1.918.304
Empréstimos	137.279.677	146.586.664
Créditos em contas corrente	28.512.314	19.965.240
Empréstimos empregados	2.117.568	1.817.806
	169.313.354	170.288.014
Moeda estrangeira		
Descobertos em depósitos à ordem	98.936	58.116
Empréstimos	134.209.907	151.501.912
Créditos em contas corrente	-	953.710
Empréstimos empregados	8.984.976	9.024.171
	143.293.819	161.537.909
TOTAL CRÉDITO VIVO	312.607.173	331.825.923
Crédito e juros vencidos:		
Moeda nacional	20.553.435	14.821.020
Moeda estrangeira	24.383.752	21.750.621
TOTAL DE CRÉDITO E JUROS VENCIDOS	44.937.187	36.571.641
TOTAL DE CRÉDITO CONCEDIDO	357.544.360	368.397.564
Proveitos a receber - moeda nacional	9.421.437	6.892.387
Proveitos a receber - moeda estrangeira	6.402.156	4.801.565
TOTAL PROVEITOS A RECEBER	15.823.593	11.693.952
Comissões associadas ao custo amortizado	(973.028)	(1.091.078)
	372.394.925	379.000.438
Imparidade para crédito (Nota 16)	(87.956.827)	(74.680.868)
	284.438.098	304.319.570

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, os prazos residuais do crédito concedido a clientes, excluindo o crédito vencido, apresentam a seguinte composição:

	'17	'16
Até três meses	47.486.664	33.861.915
De três a seis meses	28.645.294	44.561.742
De seis meses a um ano	37.835.745	23.255.099
De um a três anos	27.585.799	45.190.799
De três a cinco anos	44.378.303	39.149.353
De cinco a dez anos	93.097.131	111.691.537
Mais de dez anos	33.578.237	34.115.478
	312.607.173	331.825.923

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a repartição do crédito vivo e vencido concedido a clientes, excluindo proveitos a receber, entre empresas e particulares é como segue:

	'17			'16		
	VIVO	VENCIDO	TOTAL	VIVO	VENCIDO	TOTAL
Empresas	263.001.815	35.608.596	298.610.411	274.199.129	28.853.294	303.052.423
Particulares	49.605.358	9.328.591	58.933.949	57.626.794	7.718.347	65.345.141
	312.607.173	44.937.187	357.544.360	331.825.923	36.571.641	368.397.564

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a repartição do crédito concedido a clientes, excluindo proveitos a receber, apresentava a seguinte distribuição por indexante:

DATA	TAXA VARIÁVEL - INDEXANTES												TOTAL
	TAXA FIXA	EURIBOR 3M	EURIBOR 12M	EURIBOR 6M	LIBOR 1M	LIBOR 3M	LIBOR 6M	LIBOR 12M	LUIBOR 1M	LUIBOR 3M	LUIBOR 6M	LUIBOR 12M	
2017	251.519.611	4.635.000	660	2.543.687	70.898	935.845	325.177	4.007.086	622.111	6.151.007	45.380.766	41.352.512	357.544.360
2016	261.465.077	4.634.475	-	2.543.400	116.995	999.456	1.672.520	4.518.495	-	5.420.741	46.980.028	40.046.377	368.397.564

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o crédito concedido, o qual inclui as garantias prestadas e créditos documentários (Nota 20), e respectiva imparidade tem a seguinte composição por tipo de imparidade:

	CRÉDITO CONCEDIDO		IMPARIDADE	
	'17	'16	'17	'16
Análise individual	375.430.413	381.802.068	83.551.903	69.811.897
Análise colectiva	68.202.631	77.255.547	6.542.356	7.008.672
	443.633.044	459.057.615	90.094.259	76.820.569

A metodologia de apuramento de imparidade de crédito concedido apresenta-se descrita na Nota 2.3. c) I).

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a imparidade e provisões encontram-se reflectidas da seguinte forma:

	'17	'16
Imparidade para crédito a clientes	87.956.827	74.680.868
Imparidade e provisões para garantias prestadas e créditos documentários (Nota 16)	2.137.432	2.139.701
	90.094.259	76.820.569

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a carteira de crédito apresenta a seguinte estrutura por segmento:

'17

SEGMENTO	EXPOSIÇÃO						IMPARIDADE		
	EXPOSIÇÃO TOTAL	CRÉDITO EM CUMPRIMENTO	DO QUAL CURADO	DO QUAL REESTRUTURADO	CRÉDITO EM INCUMPRIMENTO	DO QUAL REESTRUTURADO	IMPARIDADE TOTAL	CRÉDITO EM CUMPRIMENTO	CRÉDITO EM INCUMPRIMENTO
Empresas									
Garantias Prestadas	61.228.903	61.110.720	-	-	118.183	-	1.304.325	1.254.608	49.717
Indústria	26.382.712	17.176.813	607.516	597.236	9.205.899	8.093.863	5.431.910	724.972	4.706.938
Comércio e reparações	76.570.874	49.772.608	1.148.626	26.308.929	26.798.266	11.980.528	20.835.852	1.257.197	19.578.655
Construção	54.662.844	26.282.333	9.123.212	9.414.017	28.380.511	21.540.790	16.137.905	933.750	15.204.155
Serviços e Outros	156.490.964	107.040.586	21.752.528	30.613.509	49.450.378	39.449.947	28.689.669	2.931.797	25.757.872
Particulares									
Habitação	30.650.991	23.477.863	1.412.632	555.330	7.173.128	997.259	6.752.694	1.004.851	5.747.843
Funcionários	2.076.435	2.070.681	627	-	5.754	-	13.016	8.387	4.629
Revolving	2.351.102	1.323.388	57	-	1.027.714	-	981.000	48.951	932.049
Outros Créditos	24.182.031	11.117.680	2.847.827	46.977	13.064.351	5.956.662	9.114.781	1.023.133	8.091.648
Garantias Prestadas	9.036.188	9.036.188	-	-	-	-	833.107	833.107	-
	443.633.044	308.408.860	36.893.025	67.535.998	135.224.184	88.019.049	90.094.259	10.020.753	80.073.506

'16

SEGMENTO	EXPOSIÇÃO						IMPARIDADE		
	EXPOSIÇÃO TOTAL	CRÉDITO EM CUMPRIMENTO	DO QUAL CURADO	DO QUAL REESTRUTURADO	CRÉDITO EM INCUMPRIMENTO	DO QUAL REESTRUTURADO	IMPARIDADE TOTAL	CRÉDITO EM CUMPRIMENTO	CRÉDITO EM INCUMPRIMENTO
Empresas									
Garantias Prestadas	64.458.524	64.354.113	-	-	104.411	-	1.207.587	1.162.004	45.583
Indústria	18.244.639	11.229.119	768.020	1.592.805	7.015.520	4.082.428	4.877.734	946.491	3.931.243
Comércio e reparações	88.456.474	70.187.854	24.638.268	29.044.149	18.268.620	5.759.710	20.210.587	2.466.033	17.744.554
Construção	62.218.705	31.734.871	2.751.924	8.750.299	30.483.834	25.345.910	14.386.360	1.095.462	13.290.898
Serviços e Outros	145.448.538	105.765.031	30.472.101	35.159.059	39.683.507	25.523.435	21.707.653	3.160.857	18.546.796
Particulares									
Habitação	34.150.995	26.826.596	2.464.586	977.832	7.324.399	669.272	4.523.087	1.492.164	3.030.923
Funcionários	1.867.595	1.837.953	32.680	-	29.642	-	30.433	13.394	17.039
Revolving	1.973.728	1.005.596	8.645	-	968.132	-	845.672	13.733	831.939
Outros Créditos	27.730.842	19.116.130	293.291	5.134.645	8.614.712	1.131.052	8.099.342	882.253	7.217.089
Garantias Prestadas	14.507.575	14.507.575	-	-	-	-	932.114	932.144	-
	459.057.615	346.564.838	61.429.515	80.658.789	112.492.777	62.511.807	76.820.569	12.164.505	64.656.064

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a carteira de crédito apresenta a seguinte estrutura por intervalo de dias de atraso:

SEGMENTO	EXPOSIÇÃO				
	CRÉDITO EM CUMPRIMENTO				DIAS DE ATRASO ENTRE 30 E 90 DIAS
	EXPOSIÇÃO TOTAL	DIAS DE ATRASO < 30		SUB-TOTAL	
SEM INDÍCIOS		COM INDÍCIOS			
Empresas					
Garantias Prestadas	61.228.903	55.484.602	-	55.484.602	5.626.118
Indústria	26.382.712	16.652.108	-	16.652.108	524.705
Comércio e reparações	76.570.874	47.105.660	-	47.105.660	2.666.948
Construção	54.662.844	19.676.289	-	19.676.289	6.606.043
Serviços e Outros	156.498.964	101.361.446	-	101.361.446	5.687.140
Particulares					
Habituação	30.650.991	21.207.096	1.081.715	22.288.811	1.189.053
Funcionários	2.076.435	2.062.902	279	2.063.181	7.500
Revolving	2.351.102	931.382	347.698	1.279.080	44.308
Outros Créditos	24.174.031	10.687.497	327.997	11.015.494	94.186
Garantias Prestadas	9.036.188	9.036.188	-	9.036.188	-
	443.633.044	284.205.170	1.757.689	285.962.859	22.446.001

SEGMENTO	EXPOSIÇÃO				
	CRÉDITO EM CUMPRIMENTO				DIAS DE ATRASO ENTRE 30 E 90 DIAS
	EXPOSIÇÃO TOTAL	DIAS DE ATRASO < 30		SUB-TOTAL	
SEM INDÍCIOS		COM INDÍCIOS			
Empresas					
Garantias Prestadas	64.458.524	64.157.970	-	64.157.970	196.143
Indústria	18.244.639	9.333.531	-	9.333.531	1.895.588
Comércio e reparações	88.456.474	58.981.538	-	58.981.538	11.206.316
Construção	62.218.705	23.534.125	-	23.534.125	8.200.746
Serviços e Outros	145.448.538	92.769.095	-	92.769.095	12.995.936
Particulares					
Habituação	34.150.995	24.983.779	1.132.576	26.116.355	710.241
Funcionários	1.867.595	1.824.068	-	1.824.068	13.885
Revolving	1.973.728	942.526	42.735	985.261	20.335
Outros Créditos	27.730.842	13.509.627	5.432.681	18.942.308	173.822
Garantias Prestadas	14.507.575	14.501.457	-	14.501.457	6.118
	459.057.615	304.537.716	6.607.992	311.145.708	35.419.130

'17

CRÉDITO EM INCUMPRIMENTO			IMPARIDADE		CRÉDITO EM INCUMPRIMENTO	
DIAS DE ATRASO ≤ 90 DIAS	DIAS DE ATRASO > 90 DIAS	IMPARIDADE TOTAL	DIAS DE ATRASO < 30 DIAS	DIAS DE ATRASO ENTRE 30 E 90 DIAS	DIAS DE ATRASO ≤ 90 DIAS	DIAS DE ATRASO > 90 DIAS
118.183	-	1.304.325	620.466	634.142	49.717	-
4.456.335	4.749.564	5.431.910	381.266	343.706	1.749.005	2.957.933
9.022.824	17.775.442	20.835.852	929.795	327.402	3.444.460	16.134.195
18.225.261	10.155.251	16.137.905	737.174	196.576	11.152.229	4.051.926
23.512.661	25.937.717	28.689.669	2.172.126	759.671	12.198.426	13.559.446
1.162.445	6.010.682	6.752.694	872.107	132.744	884.660	4.863.183
731	5.023	13.016	4.707	3.680	730	3.899
55.470	972.244	981.000	45.297	3.654	44.171	887.878
1.420.324	11.644.027	9.114.781	990.603	32.530	1.278.034	6.813.614
-	-	833.107	833.107	-	-	-
57.974.234	77.249.950	90.094.259	7.586.648	2.434.105	30.801.432	49.272.074

'16

CRÉDITO EM INCUMPRIMENTO			IMPARIDADE		CRÉDITO EM INCUMPRIMENTO	
DIAS DE ATRASO ≤ 90 DIAS	DIAS DE ATRASO > 90 DIAS	IMPARIDADE TOTAL	DIAS DE ATRASO < 30 DIAS	DIAS DE ATRASO ENTRE 30 E 90 DIAS	DIAS DE ATRASO ≤ 90 DIAS	DIAS DE ATRASO > 90 DIAS
104.411	-	1.207.587	1.158.328	3.676	45.583	-
3.690.758	3.324.762	4.877.734	456.830	489.661	1.494.371	2.436.872
5.721.772	12.546.848	20.210.587	737.770	1.728.263	2.494.408	15.250.146
23.167.872	7.315.962	14.386.360	616.943	478.519	10.200.324	3.090.574
13.903.675	25.779.832	21.707.653	890.828	2.270.029	8.692.459	9.854.337
1.013.399	6.311.000	4.523.087	1.364.187	127.977	404.015	2.626.908
14.257	15.385	30.433	11.123	2.271	4.317	12.722
69.984	898.148	845.672	6.631	7.102	50.100	781.839
225.833	8.388.879	8.099.342	831.499	50.754	165.245	7.051.844
-	-	932.114	932.073	41	-	-
47.911.961	64.580.816	76.820.569	7.006.212	5.158.293	23.550.822	41.105.242

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o detalhe da carteira de crédito por segmento e por ano de concessão das operações, apresenta a seguinte estrutura:

SEGMENTO	'17			'16			'15		
	NÚMERO DE OPERAÇÕES	MONTANTE	IMPARIDADE	NÚMERO DE OPERAÇÕES	MONTANTE	IMPARIDADE	NÚMERO DE OPERAÇÕES	MONTANTE	IMPARIDADE
Empresas									
Garantias Prestadas	196	20.605.855	528.077	18	7.757.400	160.709	26	15.550.924	180.424
Indústria	24	1.802.875	429.443	16	222.146	14.649	20	12.991.893	514.658
Comércio e reparações	80	8.657.702	1.376.411	55	1.846.980	781.162	114	20.598.105	2.804.770
Construção	13	7.511.608	835.711	8	4.504.978	45.122	36	28.323.895	11.055.233
Serviços e Outros	68	20.205.577	684.626	46	12.870.595	378.283	115	79.780.667	12.065.036
Particulares									
Habitação	39	1.450.062	183.881	220	4.063.329	135.492	74	1.890.118	402.077
Funcionários	586	900.443	2.881	598	588.454	4.758	464	325.280	2.199
Revolving	744	41.002	939	890	56.088	1.792	974	53.662	832
Outros Créditos	1.435	2.084.582	287.894	1.973	1.736.470	283.952	3.776	5.285.119	440.079
Garantias Prestadas	1	618.233	18.547	-	-	-	-	-	-
	3.186	63.877.939	4.348.410	3.824	33.646.440	1.805.919	5.599	164.799.663	27.465.308

SEGMENTO	'16			'15			'14		
	NÚMERO DE OPERAÇÕES	MONTANTE	IMPARIDADE	NÚMERO DE OPERAÇÕES	MONTANTE	IMPARIDADE	NÚMERO DE OPERAÇÕES	MONTANTE	IMPARIDADE
Empresas									
Garantias Prestadas	84	13.469.431	150.604	48	21.359.245	539.287	36	13.228.371	166.229
Indústria	37	442.886	34.971	29	4.492.600	781.360	39	2.865.374	985.060
Comércio e reparações	88	6.969.384	1.096.274	141	31.366.678	2.244.015	160	4.068.912	629.577
Construção	12	5.753.366	94.475	43	33.561.730	9.718.665	30	7.236.628	1.563.853
Serviços e Outros	56	11.677.203	303.834	141	70.159.033	8.780.032	129	29.630.341	846.389
Particulares									
Habitação	231	4.486.759	173.860	86	2.367.844	311.499	107	2.509.811	318.515
Funcionários	679	808.897	7.147	570	523.905	7.015	384	235.417	10.687
Revolving	3.876	66.010	5.040	3.871	81.551	7.873	3.594	473.227	5.435
Outros Créditos	2.064	2.621.971	303.972	3.949	6.706.409	514.694	3.965	3.148.664	808.916
Garantias Prestadas	1	995.418	29.863	3	285.787	13.822	10	12.683.154	768.604
	7.128	47.291.325	2.200.040	8.881	170.904.782	22.918.262	8.454	76.079.899	6.103.265

'14			'13			'12 E ANTERIORES			TOTAL		
NÚMERO DE OPERAÇÕES	MONTANTE	IMPARIDADE	NÚMERO DE OPERAÇÕES	MONTANTE	IMPARIDADE	NÚMERO DE OPERAÇÕES	MONTANTE	IMPARIDADE	NÚMERO DE OPERAÇÕES	MONTANTE	IMPARIDADE
21	6.695.119	122.951	15	3.334.963	122.655	31	7.284.642	189.509	307	61.228.903	1.304.325
34	2.805.062	1.081.583	24	2.490.204	270.968	71	6.070.532	3.120.609	189	26.382.712	5.431.910
131	3.439.524	783.388	84	1.480.684	642.433	325	40.547.879	14.447.688	789	76.570.874	20.835.852
25	3.395.141	1.321.942	21	5.291.300	540.914	57	5.635.922	2.338.983	160	54.662.844	16.137.905
89	9.788.113	1.918.955	75	7.632.065	1.142.622	225	26.213.947	12.500.147	618	156.490.964	28.689.669
100	2.076.945	158.322	97	3.189.751	816.857	745	17.980.786	5.056.065	1.275	30.650.991	6.752.694
304	89.474	846	169	37.491	18	272	135.293	2.314	2.393	2.076.435	13.016
1.417	516.779	12.584	1.462	116.423	23.778	5.821	1.567.148	941.075	11.308	2.351.102	981.000
2.885	1.728.824	1.057.174	918	7.694.921	2.838.220	777	5.652.115	4.207.462	11.764	24.182.031	9.114.781
5	8.417.955	814.560	-	-	-	-	-	-	6	9.036.188	833.107
5.011	38.952.936	7.272.305	2.865	31.267.802	6.398.465	8.324	111.088.264	42.803.852	28.809	443.633.044	90.094.259

'13			'12			'11 E ANTERIORES			TOTAL		
NÚMERO DE OPERAÇÕES	MONTANTE	IMPARIDADE	NÚMERO DE OPERAÇÕES	MONTANTE	IMPARIDADE	NÚMERO DE OPERAÇÕES	MONTANTE	IMPARIDADE	NÚMERO DE OPERAÇÕES	MONTANTE	IMPARIDADE
22	4.944.645	119.663	12	1.802.062	14.953	25	9.654.770	85.616	227	64.458.524	1.076.352
33	4.932.142	131.861	37	1.554.301	1.151.620	39	3.957.336	1.792.862	214	18.244.639	4.877.734
125	2.280.233	487.544	149	31.902.203	2.771.425	210	11.869.064	12.981.752	873	88.456.474	20.210.587
24	5.070.386	431.487	26	4.207.129	1.017.742	48	6.389.466	1.560.138	183	62.218.705	14.386.360
88	9.994.463	868.665	95	5.551.985	2.374.069	168	18.435.513	8.665.899	677	145.448.538	21.838.888
104	3.482.766	326.494	133	3.460.998	259.791	767	17.842.817	3.132.928	1.428	34.150.995	4.523.087
288	113.371	645	235	105.561	86	227	80.444	4.853	2.383	1.867.595	30.433
2.812	168.622	8.228	2.612	786.129	641.460	8.282	398.189	177.636	25.047	1.973.728	845.672
3.072	8.801.004	2.332.992	494	871.841	594.593	717	5.580.953	3.645.473	14.261	27.730.842	8.200.640
2	284.186	8.383	3	259.030	10.144	-	-	-	19	14.507.575	830.816
6.570	40.071.818	4.715.962	3.796	50.501.239	8.835.883	10.483	74.208.552	32.047.157	45.312	459.057.615	76.820.569

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o detalhe do montante da exposição bruta do crédito e do montante de imparidade constituída para as exposições analisadas individual e colectivamente, por segmento corresponde ao seguinte:

	IMPARIDADE INDIVIDUAL		IMPARIDADE COLETIVA	
	EXPOSIÇÃO TOTAL	IMPARIDADE	EXPOSIÇÃO TOTAL	IMPARIDADE
Empresas				
Garantias Prestadas	50.885.934	1.220.522	84.715	2.666
Indústria	23.747.062	5.185.306	459.268	93.345
Comércio e reparações	68.054.418	19.574.759	1.972.473	867.936
Construção	52.920.523	15.876.841	452.293	222.995
Serviços e Outros	148.689.245	28.140.446	2.318.019	345.613
Particulares				
Habitação	7.457.581	5.258.827	1.587.532	603.206
Funcionários	1.243	1.236	12.302	7.098
Revolving	1.008.166	870.498	414.141	108.241
Outros Créditos	13.932.532	6.593.396	2.580.373	2.167.682
Garantias Prestadas	8.733.709	830.072	-	-
	375.430.413	83.551.903	9.881.116	4.418.782

	IMPARIDADE INDIVIDUAL		IMPARIDADE COLETIVA	
	EXPOSIÇÃO TOTAL	IMPARIDADE	EXPOSIÇÃO TOTAL	IMPARIDADE
Empresas				
Garantias Prestadas	56.317.424	1.165.971	129.865	2.666
Indústria	13.720.420	4.381.930	341.600	103.660
Comércio e reparações	78.685.170	19.447.382	943.371	389.847
Construção	60.120.909	14.136.107	205.408	130.543
Serviços e Outros	136.809.657	20.810.895	1.651.176	496.834
Particulares				
Habitação	7.640.490	2.868.860	1.205.788	477.061
Funcionários	17.376	1.265	26.150	18.045
Revolving	954.233	764.443	101.608	76.798
Outros Créditos	14.861.974	5.372.552	2.802.496	2.254.781
Garantias Prestadas	12.674.415	862.492	6.118	41
	381.802.068	69.811.897	7.413.580	3.950.276

'17

IMPARIDADE IBNR		TOTAL	
EXPOSIÇÃO TOTAL	IMPARIDADE	EXPOSIÇÃO TOTAL	IMPARIDADE
10.258.254	81.137	61.228.903	1.304.325
2.176.382	153.259	26.382.712	5.431.910
6.543.983	393.157	76.570.874	20.835.852
1.290.028	38.069	54.662.844	16.137.905
5.483.700	203.610	156.490.964	28.689.669
21.605.878	890.661	30.650.991	6.752.694
2.062.890	4.682	2.076.435	13.016
928.795	2.261	2.351.102	981.000
7.669.126	353.703	24.182.031	9.114.781
302.479	3.035	9.036.188	833.107
58.321.515	2.123.574	443.633.044	90.094.259

'16

IMPARIDADE IBNR		TOTAL	
EXPOSIÇÃO TOTAL	IMPARIDADE	EXPOSIÇÃO TOTAL	IMPARIDADE
8.011.235	38.950	64.458.524	1.207.587
4.182.619	392.144	18.244.639	4.877.734
8.827.933	373.358	88.456.474	20.210.587
1.892.388	119.710	62.218.705	14.386.360
6.987.705	399.924	145.448.538	21.707.653
25.304.717	1.177.166	34.150.995	4.523.087
1.824.069	11.123	1.867.595	30.433
917.887	4.431	1.973.728	845.672
10.066.372	472.009	27.730.842	8.099.342
1.827.042	69.581	14.507.575	932.114
69.841.967	3.058.396	459.057.615	76.820.569

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o detalhe do montante da exposição bruta do crédito e do montante de imparidade constituída para as exposições analisadas individual e colectivamente, por país corresponde ao seguinte:

	'17		'16	
	EXPOSIÇÃO TOTAL	IMPARIDADE	EXPOSIÇÃO TOTAL	IMPARIDADE
Imparidade individual	375.430.413	83.551.903	381.802.068	69.811.897
Imparidade colectiva	9.881.116	4.418.782	7.413.580	3.950.276
Imparidade IBNR	58.321.515	2.123.574	69.841.967	3.058.396
	443.633.044	90.094.259	459.057.615	76.820.569

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a carteira de créditos reestruturados tem a seguinte composição:

						'17		
CRÉDITO EM CUMPRIMENTO			CRÉDITO EM INCUMPRIMENTO			TOTAL		
NÚMERO DE OPERAÇÕES	EXPOSIÇÃO TOTAL	IMPARIDADE	NÚMERO DE OPERAÇÕES	EXPOSIÇÃO TOTAL	IMPARIDADE	NÚMERO DE OPERAÇÕES	EXPOSIÇÃO TOTAL	IMPARIDADE
126	67.535.998	2.513.216	218	88.019.049	37.524.366	344	155.555.047	40.047.582
126	67.535.998	2.513.216	218	88.019.049	37.524.366	344	155.555.047	40.047.582

						'16		
CRÉDITO EM CUMPRIMENTO			CRÉDITO EM INCUMPRIMENTO			TOTAL		
NÚMERO DE OPERAÇÕES	EXPOSIÇÃO TOTAL	IMPARIDADE	NÚMERO DE OPERAÇÕES	EXPOSIÇÃO TOTAL	IMPARIDADE	NÚMERO DE OPERAÇÕES	EXPOSIÇÃO TOTAL	IMPARIDADE
184	80.658.789	5.014.238	190	62.511.807	24.140.736	374	143.170.596	29.154.974
184	80.658.789	5.014.238	190	62.511.807	24.140.736	374	143.170.596	29.154.974

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o movimento das entradas e saídas na carteira de créditos reestruturados é o seguinte:

	'17	'16
Saldo inicial da carteira de créditos reestruturados (bruto de imparidade)	143.170.596	114.985.563
Créditos reestruturados no período	24.301.895	36.396.984
Juros corridos da carteira de créditos reestruturados	3.604.691	3.515.051
Liquidação de créditos reestruturados (parcial ou total)	(15.522.135)	(11.727.002)
SALDO FINAL DA CARTEIRA DE CRÉDITOS REESTRUTURADOS (BRUTO E IMPARIDADE)	155.555.047	143.170.596



Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o detalhe do justo valor das garantias subjacentes à carteira de crédito dos segmentos de empresas, construção e promoção imobiliária e habitação, apresenta a seguinte composição:

JUSTO VALOR	EMPRESAS					
	IMÓVEIS		OUTRAS GARANTIAS REAIS		IMÓVEIS	
	NÚMERO DE IMÓVEIS	MONTANTE	NÚMERO DE IMÓVEIS	MONTANTE	NÚMERO DE IMÓVEIS	MONTANTE
<50 MAOA	121	2.131.294	550	3.624.433	6	115.438
>=50 MAOA e <100 MAOA	28	2.037.987	44	3.069.298	-	-
>=100 MAOA e <500 MAOA	68	15.558.782	95	23.862.866	10	2.709.690
>=500 MAOA e <1.000 MAOA	28	19.531.101	40	29.098.717	4	2.579.979
>=1.000 MAOA e <2.000 MAOA	28	39.415.885	18	24.960.399	7	9.602.421
>=2.00 MAOA e <5.000 MAOA	10	29.028.168	6	21.383.396	5	14.514.377
>=5.000 MAOA	7	46.581.893	13	112.512.315	9	89.311.981
	290	154.285.110	766	218.511.424	41	118.833.886

JUSTO VALOR	EMPRESAS					
	IMÓVEIS		OUTRAS GARANTIAS REAIS		IMÓVEIS	
	NÚMERO DE IMÓVEIS	MONTANTE	NÚMERO DE IMÓVEIS	MONTANTE	NÚMERO DE IMÓVEIS	MONTANTE
<50 MAOA	153	2.349.566	598	4.737.542	6	117.428
>=50 MAOA e <100 MAOA	33	2.379.763	60	4.172.710	-	-
>=100 MAOA e <500 MAOA	87	20.174.239	119	29.748.900	11	2.815.999
>=500 MAOA e <1.000 MAOA	25	17.664.534	36	25.358.078	6	4.662.641
>=1.000 MAOA e <2.000 MAOA	31	43.795.247	18	24.631.382	5	8.047.089
>=2.00 MAOA e <5.000 MAOA	11	35.353.710	9	33.105.057	3	7.625.947
>=5.000 MAOA	7	47.391.456	13	109.868.463	11	111.563.518
	347	169.108.515	853	231.622.132	42	134.832.622

'17

CONSTRUÇÃO E PROMOÇÃO IMOBILIÁRIA			HABITAÇÃO		
OUTRAS GARANTIAS REAIS		IMÓVEIS		OUTRAS GARANTIAS REAIS	
NÚMERO DE IMÓVEIS	MONTANTE	NÚMERO DE IMÓVEIS	MONTANTE	NÚMERO DE IMÓVEIS	MONTANTE
37	195.375	407	8.541.966	152	2.212.923
3	243.031	78	5.025.765	15	1.086.146
17	4.273.039	28	4.993.674	6	1.026.830
5	4.511.265	-	-	-	-
2	3.299.680	-	-	-	-
5	16.463.074	-	-	-	-
1	7.679.846	-	-	-	-
70	36.665.310	513	18.561.405	173	4.325.899

'16

CONSTRUÇÃO E PROMOÇÃO IMOBILIÁRIA			HABITAÇÃO		
OUTRAS GARANTIAS REAIS		IMÓVEIS		OUTRAS GARANTIAS REAIS	
NÚMERO DE IMÓVEIS	MONTANTE	NÚMERO DE IMÓVEIS	MONTANTE	NÚMERO DE IMÓVEIS	MONTANTE
21	213.858	482	9.999.706	185	2.936.812
3	233.094	78	4.986.261	20	1.497.469
20	5.258.556	33	5.845.136	8	1.372.227
10	8.687.325	-	-	-	-
3	3.997.342	-	-	-	-
8	22.708.589	-	-	-	-
1	7.678.874	-	-	-	-
66	48.777.638	593	20.831.103	213	5.806.508

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o rácio financiamento-garantia dos segmentos de empresas, construção e promoção imobiliária e habitação apresenta a seguinte estrutura:

'17

SEGMENTO/RÁCIO	NÚMERO DE IMÓVEIS	NÚMERO DE OUTRAS GARANTIAS REAIS	CRÉDITO EM CUMPRIMENTO	CRÉDITO EM INCUMPRIMENTO	IMPARIDADE
Empresas					
Sem garantia associada	n.a.	n.a.	91.196.738	15.329.322	10.503.984
<50%	17	253	35.982.747	1.428.847	2.094.519
≥ 50% e < 75%	9	18	4.407.291	8.235.705	6.627.407
≥ 75% e < 100%	19	19	26.550.760	15.240.826	4.684.412
≥ 100%	245	476	76.963.191	45.338.026	32.351.434
	290	766	235.100.727	85.572.726	56.261.756
Construção e promoção imobiliária					
Sem garantia associada	n.a.	n.a.	7.934.899	2.202.967	1.762.006
<50%	1	18	793.229	697.361	302.741
≥ 50% e < 75%	-	-	-	-	-
≥ 75% e < 100%	2	3	2.772.230	2.225.714	537.096
≥ 100%	38	49	14.781.975	23.254.469	13.536.062
	41	70	26.282.333	28.380.511	16.137.905
Habitação					
Sem garantia associada	n.a.	n.a.	11.821.541	3.564.054	3.326.137
<50%	20	12	730.555	127.811	143.666
≥ 50% e < 75%	25	4	832.401	326.023	310.011
≥ 75% e < 100%	43	2	629.271	672.632	542.647
≥ 100%	425	155	9.464.095	2.482.608	2.430.233
	513	173	23.477.863	7.173.128	6.752.694
	844	1.009	284.860.923	121.126.365	79.152.355

'16

SEGMENTO/RÁCIO	NÚMERO DE IMÓVEIS	NÚMERO DE OUTRAS GARANTIAS REAIS	CRÉDITO EM CUMPRIMENTO	CRÉDITO EM INCUMPRIMENTO	IMPARIDADE
Empresas					
Sem garantia associada	n.a.	n.a.	76.376.311	14.231.161	8.607.372
<50%	15	188	43.145.505	701.575	1.090.676
≥ 50% e < 75%	7	23	4.456.805	7.008.729	5.485.027
≥ 75% e < 100%	15	14	25.646.556	10.265.198	2.937.047
≥ 100%	310	628	101.910.940	32.865.395	29.883.439
	347	853	251.536.117	65.072.058	48.003.561
Construção e promoção imobiliária					
Sem garantia associada	n.a.	n.a.	8.334.291	2.479.590	2.195.596
<50%	-	1	775.043	-	38.752
≥ 50% e < 75%	1	-	596.096	-	5.961
≥ 75% e < 100%	-	3	1.803.755	-	14.555
≥ 100%	41	62	20.225.686	28.004.244	12.131.496
	42	66	31.734.871	30.483.834	14.386.360
Habitação					
Sem garantia associada	n.a.	n.a.	12.736.068	3.420.355	2.224.023
<50%	22	16	1.168.503	128.814	91.252
≥ 50% e < 75%	34	6	1.158.158	9.160	179.128
≥ 75% e < 100%	50	5	825.748	859.266	342.716
≥ 100%	487	186	10.938.119	2.906.804	1.685.968
	593	213	26.826.596	7.324.399	4.523.087
	982	1.132	310.097.584	102.880.291	66.913.008

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a distribuição da carteira de crédito medida por graus de risco internos apresenta a seguinte estrutura:

								'17	
		GRAU DE RISCO BAIXO			GRAU DE RISCO MÉDIO	GRAU DE RISCO ELEVADO			
SEGMENTO	A	B	C	D	E	F	G	TOTAL	
Empresas									
Garantias Prestadas	2.298.294	41.570.798	17.165.521	13.759	180.531	-	-	61.228.903	
Indústria	-	14.797.711	3.166.691	5.549.308	158.624	3.710	2.706.668	26.382.712	
Comércio e reparações	23.735.338	18.969.313	16.089.502	3.801.115	6.874.259	986.820	6.114.527	76.570.874	
Construção	-	14.288.035	20.929.939	697.366	5.214.872	11.990.444	1.542.188	54.662.844	
Serviços e Outros	17.986.892	71.000.958	28.628.233	13.855.572	6.527.343	9.939.324	8.552.642	156.490.964	
Particulares									
Habitação	-	18.225.967	4.920.818	1.608.035	863.021	255.522	4.777.628	30.650.991	
Funcionários	-	1.976.483	3.554	1.205	90.761	10	4.422	2.076.435	
Revolving	-	977.454	446.950	7.737	2.531	465	915.965	2.351.102	
Outros Créditos	-	13.427.967	2.295.021	523.791	72.423	59.425	7.803.404	24.182.031	
Garantias Prestadas	-	2.926.098	6.110.090	-	-	-	-	9.036.188	
TOTAL	44.020.524	198.160.784	99.756.319	26.057.888	19.984.365	23.235.720	32.417.444	443.633.044	

								'16	
		GRAU DE RISCO BAIXO			GRAU DE RISCO MÉDIO	GRAU DE RISCO ELEVADO			
SEGMENTO	A	B	C	D	E	F	G	TOTAL	
Empresas									
Garantias Prestadas	3.618.830	50.282.885	10.468.988	-	87.821	-	-	64.458.524	
Indústria	-	7.010.197	4.730.661	3.802.561	263.735	117.617	2.319.868	18.244.639	
Comércio e reparações	24.369.755	32.784.316	18.478.937	1.340.670	4.841.376	784.731	5.856.689	88.456.474	
Construção	-	28.465.418	15.592.368	537.474	15.851.482	3.719	1.768.244	62.218.705	
Serviços e Outros	23.902.249	69.972.461	28.376.782	1.500.479	5.728.441	7.244.978	8.723.148	145.448.538	
Particulares									
Habitação	229.506	12.717.339	17.279.721	885.758	410.319	267.384	2.360.968	34.150.995	
Funcionários	93.757	1.529.903	169.327	41.151	4.721	5.971	22.765	1.867.595	
Revolving	4.199	869.445	279.121	30.656	4.660	739	784.908	1.973.728	
Outros Créditos	27.362	16.060.216	4.139.520	540.720	216.306	69.986	6.676.732	27.730.842	
Garantias Prestadas	-	7.194.318	7.313.257	-	-	-	-	14.507.575	
TOTAL	52.245.658	226.886.498	106.828.682	8.679.469	27.408.861	8.495.125	28.513.322	459.057.615	

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, os factores de risco associados ao modelo de imparidade por segmento são os que a seguir se apresentam:

SEGMENTO	'17				'16			
	PROBABILIDADE DE INCUMPRIMENTO (%)				PROBABILIDADE DE INCUMPRIMENTO (%)			
	<30 DIAS SEM INDÍCIOS	<30 DIAS COM INDÍCIOS	ENTRE 30 E 90 DIAS	PERDA DADO O INCUMPRIMENTO (%)	<30 DIAS SEM INDÍCIOS	<30 DIAS COM INDÍCIOS	ENTRE 30 E 90 DIAS	PERDA DADO O INCUMPRIMENTO (%)
Empresas								
Garantias Prestadas	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Indústria	1,93%	1,93%	28,33%	91,41%	1,99%	1,99%	27,78%	90,97%
Comércio e reparações	2,65%	2,65%	40,06%	100,00%	2,72%	2,72%	40,44%	100,00%
Construção	2,48%	2,48%	34,48%	100,00%	2,48%	2,48%	34,91%	88,37%
Serviços e Outros	2,29%	2,29%	35,92%	100,00%	2,29%	2,29%	37,18%	100,00%
Particulares								
Habitação	0,35%	16,17%	18,96%	83,40%	0,39%	17,70%	19,16%	95,79%
Funcionários	0,06%	5,60%	30,77%	81,53%	0,09%	7,01%	32,20%	78,94%
Revolving	0,26%	5,52%	39,05%	100,00%	0,25%	5,35%	39,49%	71,31%
Outros Créditos	0,49%	11,55%	17,49%	90,91%	0,52%	12,73%	18,28%	75,63%
Garantias Prestadas	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, o Banco não procedeu ao abate de créditos ao activo ("write-offs"). No exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, o Banco procedeu ao abate de créditos ao activo no montante de mAKZ 2.078.

As restantes divulgações relativas à rubrica "Crédito a clientes" são apresentadas na Nota 31.

10. Activos não correntes detidos para venda

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	'17	'16
Imóveis:		
Imóveis recebidos em dação em pagamento	16.845.874	10.327.353
Projectos imobiliários - colaboradores	4.254.356	3.733.831
	21.100.230	14.061.184
Imparidade para activos não correntes detidos para venda (Nota 16)	(1.834.253)	(446.251)
	19.265.977	13.614.933

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 o saldo da rubrica "Imóveis recebidos em dação em pagamento" corresponde a imóveis recebidos em dação em pagamento de dívidas referentes a crédito concedido. Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o valor da imparidade inclui as perdas estimadas na realização destes bens.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o saldo da rubrica "Projectos imobiliários - Colaboradores", refere-se a projectos imobiliários que se encontram em fase de construção e que se destinam a ser alienados a colaboradores do Banco.

Nos exercícios de 2017 e 2016, o movimento nas rubricas "Imóveis recebidos em dação em pagamento" e "Projectos imobiliários - Colaboradores" foi o seguinte:

	ACTIVO BRUTO			
	SALDOS EM 31/12/2016	AUMENTOS	VENDAS	SALDOS EM 31/12/2017
Imóveis recebidos em dação em pagamento	10.327.353	8.729.175	(2.210.654)	16.845.874
Projectos imobiliários - colaboradores	3.733.831	522.499	(1.974)	4.254.356
	14.061.184	9.251.674	(2.212.628)	21.100.230

	ACTIVO BRUTO				
	SALDOS EM 31/12/2015	AUMENTOS	VENDAS	REGULARIZAÇÕES	SALDOS EM 31/12/2016
Imóveis recebidos em dação em pagamento	5.411.457	5.298.821	(366.647)	(16.278)	10.327.353
Projectos imobiliários - colaboradores	4.375.987	90.705	(379.266)	(353.595)	3.733.831
	9.787.444	5.389.526	(745.913)	(369.873)	14.061.184

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o detalhe do justo valor e do valor líquido contabilístico dos imóveis recebidos em dação ou execução, por tipo de imóvel apresenta a seguinte estrutura:

	'17			'16		
TIPO DE IMÓVEL	NÚMERO DE IMÓVEIS	JUSTO VALOR DO ACTIVO	VALOR LÍQUIDO CONTABILÍSTICO	NÚMERO DE IMÓVEIS	JUSTO VALOR DO ACTIVO	VALOR LÍQUIDO CONTABILÍSTICO
Terreno						
Urbano	5	3.003.224	2.221.956	4	2.671.038	1.987.695
Rural	2	1.699.062	1.467.903	-	-	-
Edifícios em construção						
Habitação	1	n.d.	1.454.847	-	-	-
Edifícios construídos						
Comerciais	6	6.653.805	5.102.222	5	10.175.826	7.301.898
Habitação	6	8.055.444	4.764.693	3	1.285.582	591.509
	20	19.411.535	15.011.621	12	14.132.446	9.881.102

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o detalhe do justo valor e do valor líquido contabilístico dos imóveis recebidos em dação ou execução, por antiguidade é o seguinte:

				'17
TEMPO DECORRIDO DESDE A DAÇÃO/EXECUÇÃO	< 1 ANO	≥ 1 ANO E < 2,5 ANOS	≥ 2,5 ANOS E < 5 ANOS	TOTAL
Terreno				
Urbano	316.804	110.002	1.795.150	2.221.956
Rural	1.467.903	-	-	1.467.903
Edifícios em construção				
Habitação	1.454.847	-	-	1.454.847
Edifícios construídos				
Comerciais	10.978	4.966.572	124.672	5.102.222
Habitação	4.173.184	-	591.509	4.764.693
	7.423.716	5.076.574	2.511.331	15.011.621

				'16
TEMPO DECORRIDO DESDE A DAÇÃO/EXECUÇÃO	< 1 ANO	≥ 1 ANO E < 2,5 ANOS	≥ 2,5 ANOS E < 5 ANOS	TOTAL
Terreno				
Urbano	110.001	1.795.150	82.544	1.987.695
Edifícios construídos				
Comerciais	4.952.402	2.349.496	-	7.301.898
Habitação	-	548.448	43.061	591.509
	5.062.403	4.693.094	125.605	9.881.102

11. Outros activos tangíveis e intangíveis

O movimento nestas rubricas durante os exercícios de 2017 e 2016 foi o seguinte:

						ACTIVO BRUTO
	SALDOS EM 31/12/2016	AUMENTOS	VENDAS E ABATES	TRANSFERÊNCIAS	REGULARIZAÇÕES	SALDOS EM 31/12/2017
Outros activos tangíveis						
Imóveis de serviço próprio	9.301.332	612.546	(353.595)	156.502	-	9.716.785
Obras em edifícios arrendados	1.776.703	9.598	-	-	-	1.786.301
Equipamento	7.804.751	451.840	(23.406)	30.505	-	8.263.690
Património artístico	4.217	-	-	-	-	4.217
	18.887.003	1.073.984	(377.001)	187.007	-	19.770.993
Activos intangíveis						
Trespases	149.815	-	-	-	-	149.815
Despesas de constituição	4.383	-	-	-	-	4.383
Custos plurianuais	35.289	-	-	-	-	35.289
Sistema de tratamento automático de dados "Software"	366.353	106.126	-	-	-	472.479
Outras immobilizações incorpóreas	679	232.501	-	-	-	233.180
	556.519	338.627	-	-	-	895.146
Imobilizações em curso	1.050.526	794.333	-	(187.007)	(60.478)	1.597.374
	20.494.048	2.206.944	(377.001)	-	(60.478)	22.263.513

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS

	SALDOS EM 31/12/2016	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	VENDAS E ABATES	REGULARIZAÇÕES	SALDOS EM 31/12/2017
Outros activos tangíveis					
Imóveis de serviço próprio	1.133.203	191.406	(12.965)	-	1.311.644
Obras em edifícios arrendados	1.598.192	26.349	-	48	1.624.589
Equipamento	5.001.140	738.466	(11.492)	-	5.728.114
	7.732.535	956.221	(24.457)	48	8.664.347
Activos intangíveis					
Trespases	149.815	-	-	-	149.815
Despesas de constituição	4.383	-	-	-	4.383
Custos plurianuais	35.289	-	-	-	35.289
Sistema de tratamento automático de dados "Software"	340.384	18.312	-	-	358.696
Outras imobilizações incorpóreas	679	38.749	-	-	39.428
	530.550	57.061	-	-	587.611
	8.263.085	1.013.282	(24.457)	48	9.251.958

Os abates registados no activo bruto e nas amortizações acumuladas na rubrica de "Imóveis de serviço próprio" no exercício de 2017, dizem essencialmente respeito à venda de um apartamento à entidade relacionada BIC Seguros, o qual tinha como valor bruto e amortizações acumuladas os montantes de mAKZ 353.595 AKZ e de mAKZ 12.965, respectivamente.

ACTIVO BRUTO

	SALDOS EM 31/12/2015	AUMENTOS	VENDAS E ABATES	TRANSFERÊNCIAS	REGULARIZAÇÕES	SALDOS EM 31/12/2016
Outros activos tangíveis						
Imóveis de serviço próprio	8.556.833	596.302	(2.031)	150.228	-	9.301.332
Obras em edifícios arrendados	1.711.269	28.050	-	37.384	-	1.776.703
Equipamento	7.024.100	301.516	(21.501)	500.636	-	7.804.751
Património artístico	4.217	-	-	-	-	4.217
	17.296.419	925.868	(23.532)	688.248	-	18.887.003
Activos intangíveis						
Trespases	149.815	-	-	-	-	149.815
Despesas de constituição	4.383	-	-	-	-	4.383
Custos plurianuais	35.289	-	-	-	-	35.289
Sistema de tratamento automático de dados "Software"	344.624	21.729	-	-	-	366.353
Outras imobilizações incorpóreas	679	-	-	-	-	679
	534.790	21.729	-	-	-	556.519
Imobilizações em curso	1.211.555	527.234	-	(688.248)	(15)	1.050.526
	19.042.764	1.474.831	(23.532)	-	(15)	20.494.048

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS

	SALDOS EM 31/12/2015	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	VENDAS E ABATES	REGULARIZAÇÕES	SALDOS EM 31/12/2016
Outros activos tangíveis					
Imóveis de serviço próprio	951.217	182.002	(16)	-	1.133.203
Obras em edifícios arrendados	1.557.519	40.673	-	-	1.598.192
Equipamento	4.399.599	611.474	(9.933)	-	5.001.140
	6.908.335	834.149	(9.949)	-	7.732.535
Activos intangíveis					
Trespases	149.814	-	-	1	149.815
Despesas de constituição	4.383	-	-	-	4.383
Custos plurianuais	35.289	-	-	-	35.289
Sistema de tratamento automático de dados "Software"	332.622	7.762	-	-	340.384
Outras imobilizações incorpóreas	678	-	-	1	679
	522.786	7.762	-	2	530.550
	7.431.121	841.911	(9.949)	2	8.263.085

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de "Equipamento" pode ser detalhada como segue:

	'17			'16		
	VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	VALOR LÍQUIDO	VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	VALOR LÍQUIDO
Instalações interiores	2.145.781	(1.327.156)	818.625	2.018.278	(1.154.065)	864.213
Mobiliário e material	1.519.740	(1.024.225)	495.515	1.462.191	(905.388)	556.803
Máquinas e ferramentas	1.546.573	(970.749)	575.824	1.483.440	(834.476)	648.964
Equipamento informático	1.995.356	(1.567.192)	428.164	1.846.711	(1.332.288)	514.423
Material de transporte	674.247	(632.523)	41.724	631.345	(603.924)	27.421
Outro equipamento	381.993	(206.269)	175.724	362.786	(170.999)	191.787
	8.263.690	(5.728.114)	2.535.576	7.804.751	(5.001.140)	2.803.611

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de imobilizações em curso corresponde, essencialmente, aos custos incorridos com a aquisição do espaço e ao pagamento a fornecedores pelas obras que estão a ser realizadas em instalações para o Banco, adquiridas ou alugadas, designadamente para futura instalação de serviços administrativos, novos balcões e outras instalações, cuja inauguração se prevê para os exercícios seguintes à data do balanço.

12. Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Esta rubrica pode ser detalhada como segue:

	'17		'16	
	PARTICIPAÇÃO %	MOEDA NACIONAL	PARTICIPAÇÃO %	MOEDA NACIONAL
GI10:	30,00	150.286	30,00	145.931
Participação financeira				
EMIS:				
Participação no capital	4,63	47.706	4,63	47.706
Suprimentos		122.921		122.921
		170.627		170.627
ABANC				
Suprimentos		24.224		24.224
		345.137		340.782

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o Banco detém uma participação de 30% no capital da GI10 - Investimentos e Gestão, SGPS, S.A., uma empresa sediada em Portugal, a qual tem como actividade principal a gestão de participações sociais de outras sociedades ligadas, essencialmente, à corretagem de seguros. Nos exercícios de 2017 e 2016, como resultado da avaliação desta participação, o Banco reconheceu uma valorização no montante de EUR 23.401 (mAKZ 4.339), e uma perda no montante de EUR 177.957 (mAKZ 32.988) na rubrica de "Resultados de filiais, associadas e empreendimentos", respectivamente. Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 o valor da participação em moeda estrangeira é de EUR 810.600 e EUR 787.199, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o Banco detém uma participação de 4,63% no capital da EMIS - Empresa Interbancária de Serviços, S.A.R.L. (EMIS). A EMIS foi constituída em Angola com a função de gestão dos meios electrónicos de pagamentos e serviços complementares.

Na sequência da Assembleia Geral da EMIS realizada em Dezembro de 2011, foi deliberado o aumento do capital em USD 4.800.000, cabendo ao Banco BIC o montante de USD 338.291, o qual foi liquidado em Janeiro de 2012. Adicionalmente, foi deliberado a realização de prestações acessórias cabendo ao Banco BIC o montante de USD 1.182.480, liquidado em duas tranches iguais de USD 591.240 em Agosto e Setembro de 2012.

Na Assembleia Geral extraordinária da Associação Angolana de Bancos (ABANC), da qual o Banco é associado, realizada em 28 de Julho de 2009, foi aprovado um plano de investimentos em activo fixo.

13. Outros activos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	'17	'16
Operações cambiais	77.150	360.682
Outros activos:		
Colateral VISA	3.158.813	3.158.413
Bonificações Angola Investe	1.370.135	596.368
Comissão de arrecadação a receber	938.960	518.817
Impostos a recuperar	319.148	286.097
VISA Pré-pago	277.799	101.130
Falhas de caixa	178.143	40.255
Serviços clínicos	158.671	130.688
Rendas e alugueres	113.852	118.381
Adiantamento-cheques	62.863	62.855
Economato	48.314	39.919
Adiantamento EDEL	11.558	11.556
Adiantamento - Kwanza Angolano	1.740	1.858
Outros	3.615.345	300.237
	10.255.341	5.366.574
	10.332.491	5.727.256

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Operações cambiais” engloba os Proveitos por Compra e Venda de Moedas Estrangeiras a Receber, nos montantes de mAKZ 77.150 e mAKZ 360.682, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o valor líquido entre as divisas vendidas e as divisas adquiridas, convertidas à taxa de câmbio face ao Kwana na data de balanço pode ser detalhado como se segue:

						'17
DIVISA ADQUIRIDA			DIVISA VENDIDA			
VALOR DE BALANÇO			VALOR DE BALANÇO			
MOEDA	MONTANTE	mAKZ	MOEDA	MONTANTE	mAKZ (NOTA 18)	VALOR LÍQUIDO
ZAR	500.000	6.699	USD	(40.698)	(6.753)	(54)
EUR	380.000	70.451	USD	(455.696)	(75.611)	(5.160)
		77.150			(82.364)	(5.214)

						'16
DIVISA ADQUIRIDA			DIVISA VENDIDA			
VALOR DE BALANÇO			VALOR DE BALANÇO			
MOEDA	MONTANTE	mAKZ	MOEDA	MONTANTE	mAKZ (NOTA 18)	VALOR LÍQUIDO
CHF	2.212.000	360.682	USD	(2.168.415)	(359.747)	935
		360.682			(359.747)	935

Nos termos do contrato celebrado entre o Banco BIC e a Visa International, o Banco obriga-se a manter um depósito colateral junto do banco custodiante da VISA (Barclays Bank London até Setembro de 2017 e, posteriormente, o United Overseas Banking Limited), sendo que o seu montante é apurado em função do volume de transacções efectuadas. Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, este depósito colateral ascendia a um montante equivalente a cerca de USD 19.037.710 (mAKZ 3.158.813 e mAKZ 3.158.413, respectivamente), e era remunerado à taxa de juro anual de 0,15%. Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o saldo do depósito colateral inclui valores provenientes do Banco Sol, S.A., decorrentes do serviço de acquiring, no montante de USD 16.923.013 (mAKZ 2.807.934 e mAKZ 2.807.579 em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, respectivamente) (Nota 14).

O saldo da rubrica “Bonificações Angola Investe” respeita ao valor a receber do Estado (Ministério da Economia), relativo à bonificação de juros dos créditos concedidos no âmbito do programa Angola Investe. Em 31 de Dezembro de 2017, encontram-se por cobrar as bonificações de juros devidas desde o mês de Maio de 2017.

A rubrica “Comissão de arrecadação a receber” refere-se ao montante a receber do Ministério das Finanças pelo serviço de arrecadação de impostos prestado em algumas agências do Banco. Em 31 de Dezembro de 2017, encontravam-se por cobrar as comissões de arrecadação devidas desde o mês de Julho de 2015.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o saldo da rubrica “Impostos a recuperar” corresponde à liquidação provisória de imposto industrial efectuada nos exercícios de 2017 e 2016, respectivamente.

As falhas de caixa encontram-se provisionadas no âmbito da rubrica de “Outras provisões” (Nota 16).

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o saldo da rubrica “Adiantamento - cheques” corresponde a adiantamentos efectuados pelo Banco a clientes, relacionados com a compra de cheques sobre bancos estrangeiros ainda não cobrados nessa data. Estas contas a receber são cobradas junto do banco correspondente no início do exercício seguinte.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Adiantamento - Kwanzas Angolanos” refere-se a notas em AKZ que se encontravam à consignação do Banco BIC Português, resultantes do processo de comercialização de Kwanzas nas agências desta instituição financeira.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o saldo da rubrica “Outros” engloba os montantes de mAKZ 68.404 e mAKZ 80.050, respectivamente, de activos de realização duvidosa, os quais se encontram totalmente provisionados no âmbito da rubrica de “Outras provisões” (Nota 16). Em 31 de Dezembro de 2017 a rubrica “Outros” inclui ainda mAKZ 2.950.000 referentes a valores em divisas pendentes de liquidação.

14. Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	'17	'16
Recursos de instituições de crédito no país		
Operações do mercado monetário interfinanceiro		
De outras instituições de crédito país	4.000.000	-
Juros a pagar	7.233	-
	4.007.233	-
Depósitos à ordem		
Banco de Desenvolvimento de Angola	-	829.515
Juros a pagar	-	433.817
	-	1.263.332
	4.007.233	1.263.332
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro		
Operações do mercado monetário interfinanceiro		
Banco BIC Cabo Verde, S.A. - USD	19.910.880	14.599.464
Banco BIC Cabo Verde, S.A. - EUR	15.295.500	3.707.580
Juros a pagar	18.120	17.278
	35 224 500	18.324.322
Descobertos de depósitos à ordem		
Banco BIC Português, S.A.	712.512	295.629
Commerzbank	1.556	-
Firststrand Bank LTD	-	2.478
Montepio Geral	-	948
	714.068	299.055
	35.938.568	18.623.377
Recursos vinculados		
A importações - moeda estrangeira	10.126.432	4.916.725
Outros recursos em cash	7.646.483	3.632.502
	17.772.915	8.549.227
Banco Sol - Colateral VISA (Nota 13)	2.807.934	2.807.579
Cheques visados - moeda nacional	1.210.144	1.159.722
	4.018.078	3.967.301
	21.790.993	12.516.528
Operações de venda de títulos próprios com acordo de recompra		
Operações de venda com acordo de recompra (Nota 8)	11.396.036	-
Juros a pagar	95.817	-
	11.491.853	-
	73.228.647	32.403.237

Em 31 de Dezembro de 2016, a rubrica de "Depósitos à Ordem - Banco de Desenvolvimento de Angola" respeitava ao financiamento obtido junto do Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA), no âmbito de uma convenção financeira celebrada em 2007, para que o Banco concedesse crédito no âmbito de projectos relacionados com a promoção da actividade económica privada na produção de bens e serviços. Este financiamento foi regularizado no decurso do exercício de 2017.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, os recursos de instituições de crédito no estrangeiro - Operações no mercado monetário interfinanceiro venciam juros às seguintes taxas médias anuais, ponderadas pelo respectivo valor nominal das aplicações:

	'17	'16
Em Dólares dos Estados Unidos	4,25%	3,50%
Em Euros	3,00%	3,00%

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, os recursos de instituições de crédito no estrangeiro - Operações no mercado monetário interfinanceiro, tinham vencimento no mês seguinte.

A rubrica "Recursos vinculados a importações - moeda estrangeira" refere-se aos montantes depositados por clientes que se encontram cativos para liquidação de créditos documentários de importação junto de outras instituições de crédito.

15. Recursos de clientes e outros empréstimos

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	'17	'16
Depósitos à ordem de residentes:		
Em moeda nacional		
Setor público administrativo	4.976.412	9.990.392
Setor público empresarial	1.559.120	1.644.515
Empresas	230.449.009	216.358.725
Particulares	110.579.685	113.685.883
	347.564.226	341.679.515
Recursos vinculados		
A operações cambiais	-	35.368.008
	347.564.226	377.047.523
Em moeda estrangeira		
Setor público administrativo	351.947	1.346.330
Setor público empresarial	225.825	351.933
Empresas	48.140.897	51.383.864
Particulares	22.176.965	26.591.592
	70.895.634	79.673.719
Depósitos à ordem de não residentes:		
Em moeda nacional	5.408.346	7.233.595
Em moeda estrangeira	347.071	377.384
	5.755.417	7.610.979
TOTAL DE DEPÓSITOS À ORDEM	424.215.277	464.332.221
Depósitos a prazo de residentes:		
Em moeda nacional		
Setor público administrativo	7.035.357	6.843.839
Setor público empresarial	891.500	1.435.605
Empresas	185.932.489	213.795.894
Particulares	29.959.462	27.754.742
Juros a pagar	3.355.430	4.389.166
	227.174.238	254.219.246

Continua 

	'17	'16
Em moeda estrangeira		
Setor público empresarial	5.787.277	5.716.907
Empresas	43.523.979	38.778.051
Particulares	80.329.299	80.762.456
Juros a pagar	1.437.554	1.333.003
	131.078.109	126.590.417
Depósitos a prazo de não residentes:		
Em moeda nacional	35.720	566.664
Juros a pagar	1.616	7.955
	37.336	574.619
Em moeda estrangeira	357.367	344.220
Juros a pagar	2.353	2.202
	359.720	346.422
TOTAL DE DEPÓSITOS A PRAZO	358.649.403	381.730.704
Outros depósitos	4.369.851	4.369.854
	787.234.531	850.432.779

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, os depósitos à ordem de clientes não são remunerados, com excepção de situações específicas, definidas de acordo com as orientações do Conselho de Administração do Banco.

Em 31 de Dezembro de 2016, a rubrica "Recursos vinculados a operações cambiais" corresponde aos montantes cativos de clientes para a realização de Operações de Pagamentos ao Estrangeiro, tal como definido no Instrutivo n.º 12/2015, de 24 de Junho, emitido pelo BNA, o qual foi revogado pelo Instrutivo n.º 05/2017, motivo pelo qual esta rubrica apresenta saldo nulo em 31 de Dezembro de 2017.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, os depósitos a prazo de clientes, excluindo juros a pagar, apresentam a seguinte estrutura por moeda e taxa de juro média:

	'17			'16		
	TAXA DE JURO	MONTANTE EM DIVISA	MONTANTE EM mAKZ	TAXA DE JURO	MONTANTE EM DIVISA	MONTANTE EM mAKZ
Em milhares de Kwanzas Angolanos	9,25%		223.854.528	7,84%		250.396.744
Em Dólares dos Estados Unidos	4,88%	741.933.502	123.104.575	4,89%	726.216.275	120.481.459
Em Euros	2,92%	37.180.944	6.893.347	2,83%	27.620.041	5.120.175
			353.852.450			375.998.378

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, os depósitos a prazo de clientes, excluindo juros a pagar, apresentavam a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	'17	'16
Até três meses	175.934.544	217.892.549
De três a seis meses	131.458.617	108.312.599
De seis meses a um ano	46.418.786	49.775.817
De um a três anos	40.142	17.169
Mais de três anos	361	244
	353.852.450	375.998.378

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Outros depósitos" refere-se a operações de ordens de saque que se encontravam por liquidar nas contas dos clientes do Banco BIC.

16. Provisões e imparidade

O movimento ocorrido nas provisões e na imparidade do Banco durante os exercícios de 2017 e 2016, foi o seguinte:

	SALDOS EM 31/12/2016	REFORÇOS	VARIAÇÃO CAMBIAL	UTILIZAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS	REGULARIZAÇÕES	SALDOS EM 31/12/2017
'17							
Imparidade							
Crédito a clientes	74.680.868	14.027.637	4.846	-	(1.385.509)	628.985	87.956.827
Activos não correntes detidos para venda	446.251	-	-	-	1.388.002	-	1.834.253
	75.127.119	14.027.637	4.846	-	2.493	628.985	89.791.080
Provisões							
Prestação de garantias	2.139.701	-	224	-	(2.493)	-	2.137.432
Pensões de reforma	3.036.026	398.200	401	-	-	-	3.434.627
Outras provisões	361.780	174.905	52	(82.961)	-	13.772	467.548
	5.537.507	573.105	677	(82.961)	(2.493)	13.772	6.039.607
	80.664.626	14.600.742	5.523	(82.961)	-	642.757	95.830.687

	SALDOS EM 31/12/2015	REFORÇOS	REPOSIÇÕES E ANULAÇÕES	VARIAÇÃO CAMBIAL	UTILIZAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS	REGULARIZAÇÕES	SALDOS EM 31/12/2016
'16								
Imparidade								
Crédito a clientes	50.557.686	65.984.799	(43.670.793)	2.144.168	(2.078)	(679.527)	346.613	74.680.868
Activos não correntes detidos para venda	90.822	-	-	-	(2.774)	181.757	176.446	446.251
	50.648.508	65.984.799	(43.670.793)	2.144.168	(4.852)	(497.770)	523.059	75.127.119
Provisões								
Prestação de garantias	1.302.823	900.694	(771.414)	209.828	-	497.770	-	2.139.701
Pensões de reforma	2.151.509	393.651	-	490.866	-	-	-	3.036.026
Outras provisões	302.959	163.365	-	70.351	(174.895)	-	-	361.780
	3.757.291	1.457.710	(771.414)	771.045	(174.895)	497.770	-	5.537.507
	54.405.799	67.442.509	(44.442.207)	2.915.213	(179.747)	-	523.059	80.664.626

O Banco tem uma provisão para pensões de reforma, cujo saldo em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 ascende a mAKZ 3.434.627 e mAKZ 3.036.026, equivalentes a aproximadamente USD 20.700.000 e USD 18.300.000, respectivamente.

Conforme referido na nota 2.3 k), as responsabilidades que o Banco poderá incorrer com o programa complementar de pensões de reforma e sobrevivência foram calculadas através de uma avaliação actuarial realizada por um perito independente.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o número de colaboradores em actividade considerado para o estudo actuarial ascendia a 2.067 e 2.069, respectivamente. Naquelas datas não existem pensionistas por reforma ou sobrevivência a considerar no plano.

O movimento ocorrido a nível demográfico nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, pode ser detalhado como segue:

	ACTIVOS
NÚMERO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	2.081
Saídas:	
De activos	(59)
Por mortalidade	-
Transferências	-
Entradas	47
NÚMERO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	2.069
Saídas:	
De activos	(63)
Por mortalidade	-
Transferências	-
Entradas	61
NÚMERO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	2.067

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 as responsabilidades por serviços passados, as provisões para pensões de reforma e respectivo grau de cobertura das responsabilidades são detalhadas como segue:

	'17	'16
Responsabilidades totais por serviços passados		
Responsabilidades por serviços passados de colaboradores no activo	2.647.465	2.362.830
TOTAL DAS RESPONSABILIDADES TOTAIS POR SERVIÇOS PASSADOS	2.647.465	2.362.830
Provisão para pensões de reforma	3.434.627	3.036.026
Excesso/(Insuficiência) de cobertura	787.162	673.196
Grau de cobertura das responsabilidades	130%	128%

A evolução do grau de cobertura das responsabilidades para os anos de 2017, 2016, 2015 e 2014, é apresentada conforme segue:

	'17	'16	'15	'14
Responsabilidades totais por serviços passados	2.647.465	2.362.830	1.776.881	1.205.609
Provisão para pensões de reforma	3.434.627	3.036.026	2.151.509	1.388.651
Excesso/(Insuficiência) de cobertura	787.162	673.196	374.628	183.042
Grau de cobertura das responsabilidades	130%	128%	121%	115%

Nos exercícios de 2017 e 2016, o saldo da rubrica "Outras provisões" destina-se a fazer face a eventuais contingências decorrentes da actividade do Banco, bem como para reflectir perdas potenciais no valor de realização de contas a receber e de outros activos (Nota 13).

O efeito da variação cambial ao nível do movimento das provisões é reflectido na rubrica de "Resultados cambiais" (Nota 25).

17. Impostos sobre o rendimento

Em 31 de Dezembro de 2016, a rubrica “Passivos por impostos diferidos” respeita ao imposto diferido passivo apurado sobre as mais valias potenciais dos títulos registados na carteira de “Disponíveis para Venda” os quais foram alienados durante o exercício de 2017, motivo pelo qual o saldo em 31 de Dezembro de 2017 é nulo (Nota 7).

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, os gastos com impostos sobre lucros registados em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como segue:

	'17	'16
Total de imposto industrial reconhecido em resultados	1.802.805	1.737.102
Lucro antes de impostos	36.056.109	35.399.852
Taxa efectiva de imposto industrial	5,00%	4,91%

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto pode ser demonstrada como segue:

	'17		'16	
	TAXA	IMPOSTO	TAXA	IMPOSTO
Resultado antes de impostos		36.056.109		35.399.852
Imposto apurado com base na taxa nominal	30,00%	10.816.833	30,00%	10.619.956
Benefícios fiscais em rendimento de títulos da dívida pública ou equivalentes:				
Juros e proveitos equiparados (Nota 21)	-40,94%	(14.761.661)	-35,58%	(12.596.337)
Lucros líquidos em operações financeiras:				
Resultados em títulos (Nota 21)	-0,05%	(17.919)	-12,06%	(4.270.616)
Benefícios fiscais em rendimento de imóveis	0,00%	-	-1,79%	(632.659)
Custos não aceites fiscalmente:				
Variações patrimoniais positivas	0,00%	-	0,58%	204.646
Impostos	1,95%	702.163	1,85%	656.454
Provisões	1,64%	592.599	0,95%	335.470
Outros	0,39%	142.343	1,54%	543.980
	-7,00%	(2.525.642)	-14,52%	(5.139.106)
Estimativa de imposto industrial	5,00%	1.802.805	4,91%	1.737.102

Nos exercícios de 2017 e 2016, o Banco apurou prejuízos fiscais, no entanto, não reconheceu os respectivos impostos diferidos activos. Adicionalmente, o Banco reconheceu uma estimativa de imposto correspondente a aproximadamente 5% do resultado antes de imposto (taxa efectiva de imposto média histórica) que se encontra registado em “Outros passivos” (Nota 18).

Nos exercícios de 2017 e 2016, os custos com o IAC encontram-se registados na demonstração dos resultados, na rubrica de “Outros resultados de exploração - Impostos e taxas não incidentes sobre o resultado”, e ascendem a mAKZ 2.293.791 e mAKZ 2.172.246, respectivamente (Nota 27).

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, em função dos montantes apurados para os dois impostos, Industrial e IAC, a taxa efectiva conjunta equivale a 11,36% e 11,04%, respectivamente.

18. Outros passivos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	'17	'16
Operações cambiais		
Custos por compra e venda de moedas estrangeiras a pagar (Nota 13)	82.364	359.747
Obrigações de natureza fiscal		
Imposto industrial - Tributação de Serviços	1.257.284	1.262.852
Tributação relativa a remunerações	699.672	87.860
Imposto sobre aplicação de capitais	545.384	821.983
Imposto de selo	50.121	56.355
Contribuição especial sobre operações bancárias	(10.541)	288.404
Outros impostos	2.912	2.564
	2.544.832	2.520.018
Obrigações de natureza cível		
Receitas com proveito diferido - Garantias	91.736	114.488
Obrigações de natureza administrativa/comercial:		
Juros de crédito reestruturados	4.176.392	4.306.927
Comissões diferidas	480.433	665.943
Crédito para aquisição de bens e direitos	57.223	-
Outros credores diversos	29	-
Valores a regularizar - imóveis em dação	-	241.619
Pessoal - salários e outras remunerações		
Férias e subsidio de férias	1.219.592	1.140.179
Encargos com o pessoal (Nota 28)	989.957	309.090
Serviços clínicos	64.878	226.711
Outros	103	-
Compensação ATM	1.486.142	843.699
Cartões VISA	1.269.156	574.346
Serviços especializados	296.279	235.080
Fornecedores comerciais e industriais	126.981	213.132
Segurança e vigilância	107.273	3.215
Comunicações e despesas de expedição		
Circuito de dados	120.175	177.892
Comunicações	40.105	40.355
Outros	6.366	6.069
Conservação e reparação	40.602	29.019
Outros custos administrativos	13.846.094	12.884.662
	24.327.780	21.897.938
	27.046.712	24.892.191

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o saldo da rubrica "Tributação relativa a remunerações" refere-se ao Imposto sobre o Rendimento de Trabalho (IRT) a liquidar à Administração Tributária no mês seguinte ao que respeita. O aumento verificado em 31 de Dezembro de 2017 é explicado pelo aumento da retribuição variável de desempenho face ao exercício anterior (Nota 28).

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o saldo da rubrica "Juros de créditos reestruturados" refere-se a juros de créditos que foram objecto de operações de reestruturação, os quais apenas serão reconhecidos em resultados no momento do seu recebimento.

Em 31 de Dezembro de 2016, a rubrica “Valores a regularizar - Imóveis em Dação” refere-se a adiantamentos recebidos por conta da venda de imóveis recebidos em dação em pagamento.

O saldo da rubrica “Encargos com o pessoal” refere-se à estimativa efectuada pelo Banco dos prémios de desempenho dos seus funcionários relativos aos exercícios de 2017 e 2016, a liquidar em 2018 e 2017, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o saldo da rubrica “Compensação em ATM's”, refere-se aos movimentos efectuados em ATM's/POS e TPA's do Banco BIC nos últimos dias do período e que aguardam compensação por parte da EMIS nos primeiros dias do exercício seguinte.

O saldo da rubrica “Cartões VISA” corresponde a valores a regularizar relativos a cartões VISA.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Outros custos administrativos” inclui o reforço da estimativa de imposto nos montantes de mAKZ 5.335.470 e mAKZ 3.532.665, respectivamente (Nota 17).

Adicionalmente, naquelas datas, o saldo da rubrica “Outros custos administrativos” inclui, aproximadamente, mAKZ 4.906.427 referente ao montante a pagar relativo a um conjunto de serviços de apoio comercial, organizativo e outros serviços prestados por entidades relacionadas do Banco durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, respectivamente.

Adicionalmente, nas mesmas datas, esta rubrica inclui, aproximadamente, mAKZ 3.187.316 e mAKZ 4.016.936 referente ao montante a reconhecer relativo a um financiamento denominado em Kwanzas, cujo contrato prevê a actualização do montante do crédito concedido em função da desvalorização cambial da moeda nacional face ao Dólar Norte-Americano, aguardando a respectiva formalização.

19. Capital próprio

O movimento nas rubricas de capital próprio nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, foi o seguinte:

	CAPITAL	ACTUALIZAÇÃO FUNDOS PRÓPRIOS	RESERVA LEGAL	OUTRAS RESERVAS	RESERVAS DE JUSTO VALOR	RESULTADOS TRANSITADOS	RESULTADO DO EXERCÍCIO	TOTAL DA SITUAÇÃO LÍQUIDA
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	3.000.000	5.797.507	23.452.466	40.788.045	1.371.686	-	26.516.915	100.926.619
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2015:								
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(22.124.903)	(22.124.903)
Transferência para reserva legal	-	-	5.531.226	(1.139.214)	-	-	(4.392.012)	-
Actualização dos fundos próprios	-	12.570	-	-	-	-	-	12.570
Resultado integral do exercício	-	-	-	-	491.891	-	33.662.750	34.154.641
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	3.000.000	5.810.077	28.983.692	39.648.831	1.863.577	-	33.662.750	112.968.927
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2016:								
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(26.930.200)	(26.930.200)
Transferência para reserva legal	-	-	6.732.550	-	-	-	(6.732.550)	-
Actualização dos fundos próprios	-	13.461	-	-	-	-	-	13.461
Resultado integral do exercício	-	-	-	-	(1.863.577)	-	34.253.304	32.389.727
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	3.000.000	5.823.538	35.716.242	39.648.831	-	-	34.253.304	118.441.915

Capital

O Banco foi constituído com um capital social de mAKZ 522.926 (equivalentes ao contravalor de 6.000.000 USD na data de constituição), representado por 522.926 acções nominativas de mil Kwanzas Angolanos cada, tendo sido integralmente subscrito e realizado em dinheiro.

Durante o exercício de 2006, o Banco aumentou o seu capital em mAKZ 1.088.751 (equivalentes a 14.000.000 USD) e, posteriormente, em reunião de Assembleia Geral de 1 de Dezembro de 2006, foi deliberado novo aumento de capital do Banco de 20.000.000 USD para 30.000.000 USD, integralmente realizado em dinheiro, passando a estar representado por 2.414.511 acções nominativas de mil Kwanzas Angolanos cada.

No primeiro semestre de 2014, o Banco procedeu ao aumento de capital por incorporação de reservas livres no montante de mAKZ 585.498, passando este a estar representado por 3.000.000 acções, com o valor nominal de mil Kwanzas Angolanos cada uma. O aumento de capital efectuado teve como objectivo cumprir com o disposto no Aviso n.º 14/2013, de 15 de Novembro, do Banco Nacional de Angola, o qual fixa o valor mínimo do capital social das instituições financeiras em mAKZ 2.500.000.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a estrutura accionista do Banco é a seguinte:

ACCIONISTAS	NÚMERO DE ACÇÕES	PERCENTAGEM
Sociedade de Participações Financeiras, Lda.	750.000	25,00%
Fernando Leonídio Mendes Teles	600.000	20,00%
Finisantor Holding Limited	525.000	17,50%
Telesgest B.V.	525.000	17,50%
Luís Manuel Cortez dos Santos	150.000	5,00%
Manuel Pinheiro Fernandes	150.000	5,00%
Sebastião Lavrador	150.000	5,00%
Outros accionistas	150.000	5,00%
	3.000.000	100,00%

Dando cumprimento ao disposto no nº 3 do artigo 446º da Lei nº 1/2004, de 13 de Fevereiro, que enquadra a Lei das Sociedades Comerciais, o número de acções detidas pelos membros dos órgãos de administração e de fiscalização do Banco, assim como as percentagens de participação detidas são as que a seguir se apresentam:

ACCIONISTAS	CARGO	AQUISIÇÃO	NÚMERO DE ACÇÕES	% DE PARTICIPAÇÃO
Isabel José dos Santos	Administrador não executivo	Valor Nominal	1.275.000	42,50%
Fernando Leonídio Mendes Teles	PCA	Valor Nominal	1.125.000	37,50%
Fernando José Aleixo Duarte	Administrador	Valor Nominal	30.000	1,00%
Graziela do Céu Rodrigues Esteves	Administrador	Valor Nominal	30.000	1,00%
Graça Maria dos Santos Pereira	Administrador	Valor Nominal	30.000	1,00%

Aplicação dos resultados

No dia 27 de Abril de 2017, em reunião de Assembleia Geral, foi aprovada a proposta de aplicação dos resultados apresentados pelo Conselho de Administração e constante do Relatório de Gestão, pelo que do resultado líquido positivo apurado no final do exercício de 2016, no montante de mAKZ 33.662.750 (equivalente a cerca de USD 203 milhões), foi transferido 20% para a rubrica de reserva legal, no montante de mAKZ 6.732.550 (aproximadamente USD 41 milhões) e 80% para distribuição de dividendos aos accionistas, no montante de mAKZ 26.930.200 (o equivalente a cerca de USD 162 milhões).

No dia 21 de Abril de 2016, em reunião de Assembleia Geral, foi aprovada a proposta de aplicação dos resultados apresentados pelo Conselho de Administração e constante do Relatório de Gestão, pelo que do resultado líquido positivo apurado no final do exercício de 2015, no montante de mAKZ 27.656.129 (cerca de USD 204 milhões), foi transferido 20% para a rubrica de reserva legal, no montante de mAKZ 5.531.226 (aproximadamente USD 41 milhões) e 80% para distribuição de dividendos aos accionistas, no montante de mAKZ 22.124.903 (o equivalente a cerca de USD 164 milhões).

Reserva legal

Nos termos da legislação vigente, o Banco deve constituir um fundo de reserva legal até à concorrência do seu capital. Para tal, é anualmente transferido para esta reserva um mínimo de 10% do resultado líquido do exercício anterior (20% até à publicação da Lei n.º 12/2015 - Lei de Base das Instituições Financeiras em 17 de Junho de 2015). Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados, quando esgotadas as demais reservas constituídas.

Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação representam as mais e menos valias potenciais, líquidas de impostos diferidos, relativas à carteira de títulos classificados como "Activos financeiros disponíveis para venda", incluindo ainda as reservas de actualização dos capitais próprios.

20. Rubricas extrapatrimoniais

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	'17	'16
GARANTIAS PRESTADAS E OUTROS PASSIVOS EVENTUAIS		
Garantias e avales prestados	61.866.055	75.191.329
Compromissos irrevogáveis	9.089.319	9.088.290
Créditos documentários abertos	8.399.036	3.774.770
	79.354.410	88.054.389
RESPONSABILIDADES POR PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		
Serviços prestados por terceiros		
Cobrança e valores	(16.128)	(16.126)
Serviços prestados pela Instituição		
Custódia de títulos	138.417.501	94.483.985
Cobrança de valores - sobre o País	7.380.663	10.265.002
Cobrança de valores - sobre o estrangeiro	138.980	284.954
	145.921.016	105.017.815



21. Margem financeira

Estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	'17	'16
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES:		
De créditos:		
Juros	43.797.188	37.656.364
Comissões	735.559	657.810
	44.532.747	38.314.174
De títulos e valores mobiliários:		
Obrigações do Tesouro		
Indexadas a USD	20.841.746	20.433.688
Não reajustáveis	9.875.380	12.328.690
Moeda estrangeira	1.984.221	1.939.045
	32.701.347	34.701.423
Bilhetes do Tesouro	15.939.926	7.271.047
Outros	-	140.005
	15.939.926	7.411.052
De aplicações de liquidez:		
No estrangeiro	210.099	1.154.498
No país	47.590	165.898
Títulos de terceiros com acordo de revenda	653.539	896.695
	911.228	2.217.091
TOTAL DOS JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES	94.085.248	82.643.740
JUROS E ENCARGOS SIMILARES:		
De depósitos:		
À ordem	54.039	57.638
A prazo	26.503.684	22.580.759
	26.557.723	22.638.397
De captações para liquidez:		
Recursos de outras instituições de crédito	1.346.782	2.138.326
Títulos vendidos com acordo de recompra	167.278	-
	1.514.060	2.138.326
TOTAL DOS JUROS E ENCARGOS SIMILARES	28.071.783	24.776.723
Margem financeira	66.013.465	57.867.017

22. Rendimentos e encargos com serviços e comissões

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	'17	'16
PROVEITOS		
Comissões sobre transacções da EMIS	2.166.869	1.837.625
Comissões por garantias e avales	2.075.387	2.297.296
Comissões VISA	686.274	740.851
Comissões por ordens de pagamento emitidas	633.328	630.562
Comissões por créditos e remessas documentárias	535.194	237.743
Comissões de arrecadação - Ministério das Finanças	418.174	333.111
Comissões sobre terminais de pagamento automático	119.704	137.740
Comissões por gestão de contas correntes caucionadas	87.705	99.080
Outras comissões	227.389	237.834
	6.950.024	6.551.842
CUSTOS		
Comissões sobre transacções da EMIS	(1.103.936)	(989.414)
Comissões VISA	(54.452)	(81.560)
Outras comissões	(132.278)	(45.124)
	(1.290.666)	(1.116.098)
	5.659.358	5.435.744

A rubrica "Comissões sobre transacções da EMIS - Proveitos" corresponde às comissões cobradas pelo Banco aos clientes por operações processadas pela EMIS. A rubrica "Comissões sobre transacções da EMIS - Custos" diz respeito às comissões pagas pelo Banco relativas a operações processadas pela EMIS.

A rubrica "Comissão por garantias e avales" corresponde à mensuralização de forma linear das comissões cobradas na emissão de garantias prestadas.

23. Resultados de activos financeiros disponíveis para venda

Em 31 de Dezembro de 2017, a rubrica "Resultados de activos financeiros disponíveis para venda" diz respeito à mais valia realizada com a venda da totalidade das acções do Banco BPI, S.A. em carteira (Nota 7).

24. Resultados de investimentos detidos até à maturidade

Em 31 de Dezembro de 2017, a rubrica "Resultados de investimentos detidos até à maturidade" corresponde às valias registadas na venda de Obrigações do Tesouro.

25. Resultados cambiais

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica corresponde, essencialmente, aos ganhos e perdas cambiais obtidos na carteira de títulos emitidos ou indexados a moeda estrangeira e nos depósitos em moeda nacional indexados a moeda estrangeira, nas transacções de compra e venda de moeda estrangeira, realizadas pelo Banco, bem como na reavaliação da posição cambial conforme descrito na Nota 2.3. b), e apresenta a seguinte decomposição:

	'17			'16		
	LUCROS	PREJUÍZOS	LÍQUIDO	LUCROS	PREJUÍZOS	LÍQUIDO
Resultados em divisas	21.421.778	(19.000.381)	2.421.397	43.892.958	(45.547.347)	(1.654.389)
Resultados em Obrigações do Tesouro indexados a USD	653.047	-	653.047	43.264.472	-	43.264.472
Resultados em notas e moedas	43.079	(1.094)	41.985	3.257.412	(12.635)	3.244.777
Resultados em depósitos de clientes indexados	-	(252.806)	(252.806)	-	(18.001.857)	(18.001.857)
	22.117.904	(19.254.281)	2.863.623	90.414.842	(63.561.839)	26.853.003

26. Resultado de alienação de outros activos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Resultados de alienação de outros activos" corresponde às valias registadas na alienação de activos fixos tangíveis e às rendas de imóveis arrendados.

27. Outros resultados de exploração

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	'17	'16
PROVEITOS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DIVERSOS:		
Venda de moeda/levantamentos	268.932	310.505
Emissão de cheques	53.794	65.898
Outros	176.114	98.882
DESPESAS DE EXPEDIENTE	397.491	328.373
Reembolso de despesas		
Sobre ordens de pagamento	300.451	280.761
Outros	44.516	31.939
Outros	1.067.798	55.095
	2.309.096	1.171.453
IMPOSTOS E TAXAS NÃO INCIDENTES SOBRE O RESULTADO:		
Impostos sobre aplicações de capitais (Nota 17)	(2.293.791)	(2.172.246)
Outros impostos e taxas	(230.797)	(263.421)
	(2.524.588)	(2.435.667)
Regularização de saldos devedores	(89.618)	(46.483)
Outros custos e prejuízos diversos	(916.557)	(221.024)
	(1.006.175)	(267.507)
	(1.221.667)	(1.531.721)

A rubrica "Outros" corresponde aos proveitos de sobras de ATM's, caixa e tesouraria, aos proveitos de encerramento de contas, bem como a regularizações diversas.

A rubrica "Outros custos e prejuízos diversos" diz respeito a serviços de contencioso e notariado, serviços judiciais, subsídios de alojamento e regularizações diversas.

28. Custos com o pessoal

Estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	'17	'16
REMUNERAÇÕES		
Remuneração mensal		
Retribuição de base	4.689.474	4.693.500
Isenção de horário	1.289.730	1.237.392
Complemento despesas de transporte	483.011	467.419
Complemento ordenado	430.868	426.034
Subsídio para falhas	224.768	223.028
Diuturnidades	91.886	68.384
Complemento de retribuição	-	6.586
	7.209.737	7.122.343
Remunerações adicionais		
Subsídio de almoço	1.248.274	1.240.313
Subsídio de Natal	643.180	571.377
Subsídio de férias	585.734	643.875
Subsídio de renda de casa	-	29.750
	2.477.188	2.485.315
Outras remunerações	317.847	305.160
RETRIBUIÇÃO VARIÁVEL - PRÉMIO DE DESEMPENHO		
Liquidado no exercício	7.026.418	4.863.023
A liquidar (Nota 18)	989.957	309.090
	8.016.375	5.172.113
Encargos facultativos	822.645	993.522
Encargos sociais obrigatórios	433.692	415.770
Outros	-	150.272
	19.277.484	16.644.495



29. Fornecimentos e serviços de terceiros

Estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	'17	'16
Segurança e vigilância	1.950.963	1.725.290
Comunicação e despesas de expedição	1.560.584	1.394.897
Impressos e material de consumo	841.727	773.099
Rendas e alugueres	757.011	511.699
Conservação e reparação	648.499	597.776
Água, energia e combustível	508.082	509.642
Serviços especializados		
De consultoria	186.270	155.929
De informática	137.756	349.783
Outros	111.631	154.983
	435.657	660.695
Publicidade	246.796	211.319
Serviços de limpeza	230.398	195.171
Deslocações e estadas	217.835	174.610
Quotização e donativos	148.046	101.286
Seguros	67.894	58.771
Formação de pessoal	18.428	18.811
Outros	577.611	5.884.265
	8.209.531	12.817.331

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, o saldo da rubrica "Outros" inclui, aproximadamente, mAKZ 5.311.985, referente ao custo decorrente de um conjunto de serviços de apoio comercial, organizativo e outros serviços prestados por entidades relacionadas do Banco durante esse exercício.



30. Entidades relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, os principais saldos mantidos pelo Banco com entidades relacionadas, são os seguintes:

						'17
	BANCO BIC PORTUGUÊS S.A.	BANCO BIC CABO VERDE S.A.	BANK BIC NAMÍBIA, LIMITED	ACCIONISTAS E ENTIDADES DETIDAS PELOS ACCIONISTAS	MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL	TOTAL
ACTIVO						
Disponibilidades em outras instituições de crédito (Nota 4)	1.593.888	5.408.747	108.778	-	-	7.111.413
Aplicações em outras instituições de crédito (Nota 5)	13.692.563	3.856.488	-	-	-	17.549.051
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 6)	-	-	-	3.716.652	-	3.716.652
Crédito a clientes (Nota 9)	-	-	-	112.598.165	111.570	112.709.735
Outros activos (Nota 13)	1.740	-	-	3.376	-	5.116
	15.288.191	9.265.235	108.778	116.318.193	111.570	141.091.967
PASSIVO						
Recursos de outras instituições de crédito (Nota 14)	712.512	35.224.500	-	-	-	35.937.012
Recursos de clientes (Nota 15)	-	-	-	31.877.336	364.434	32.241.770
Outros passivos (Nota 18)	-	-	-	4.989.873	-	4.989.873
	712.512	35.224.500	-	36.867.209	364.434	73.168.655
EXTRAPATRIMONIAIS						
Garantias e avals prestados (Nota 20)	-	-	-	9.156.579	-	9.156.579
Créditos documentários abertos (Nota 20)	-	-	-	2.434.772	-	2.434.772
	-	-	-	11.591.351	-	11.591.351
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS						
Juros de Aplicações de Liquidez e Créditos	2.709	110.541	-	12.119.286	7.202	12.239.738
Juros de Recursos de Liquidez e Depósitos	40	1.317.851	-	778.067	10.757	2.106.715
Comissões por garantias e avals prestados	-	-	-	280.850	-	280.850
	2.749	1.428.392	-	13.178.203	17.959	14.627.303



'16

	BANCO BIC PORTUGUÊS S.A.	BANCO BIC CABO VERDE S.A.	ACCIONISTAS E ENTIDADES DETIDAS PELOS ACCIONISTAS	MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL	TOTAL
ACTIVO					
Disponibilidades em outras instituições de crédito (Nota 4)	7.226.823	9.269	-	-	7.236.092
Aplicações em outras instituições de crédito (Nota 5)	3.335.006	5.707.582	-	-	9.042.588
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 6)	-	-	3.707.580	-	3.707.580
Crédito a clientes (Nota 9)	-	-	92.797.612	151.211	92.948.823
Outros activos (Nota 13)	4.459	-	27.728	-	32.187
	10.566.288	5.716.851	96.532.920	151.211	112.967.270
PASSIVO					
Recursos de outras instituições de crédito (Nota 14)	295.629	18.324.321	-	-	18.619.950
Recursos de clientes (Nota 15)	-	-	24.278.352	317.692	24.596.044
Outros passivos (Nota 18)	-	-	3.944.312	-	3.944.312
	295.629	18.324.321	28.222.664	317.692	47.160.306
EXTRAPATRIMONIAIS					
Garantias e avales prestados (Nota 20)	-	-	12.696.454	-	12.696.454
Créditos documentários abertos (Nota 20)	-	-	441.292	-	441.292
	-	-	13.137.746	-	13.137.746
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS					
Juros de Aplicações de Liquidez e Créditos	92.833	1.054.033	6.368.804	9.311	7.524.981
Juros de Recursos de Liquidez e Depósitos	638.934	1.445.789	641.522	9.404	2.735.649
Comissões por garantias e avales prestados	-	-	248.602	-	248.602
Fornecimentos e serviços de terceiros (Nota 26)	-	-	5.311.985	-	5.311.985
	731.767	2.499.822	12.570.913	18.715	15.821.217



31. Divulgações relativas a instrumentos financeiros

Políticas de gestão do risco

O Banco tem definido um conjunto de princípios, estratégias, políticas, sistemas, processos, regras e procedimentos, com vista a garantir um desempenho eficiente e rentável da actividade, no médio e longo prazo, que assegure a utilização eficaz dos activos e recursos, assim como a continuidade do negócio, através de uma adequada gestão e controlos dos riscos da actividade, da prudente e correcta avaliação dos activos e responsabilidades, bem como da implementação de mecanismos de prevenção e protecção contra erros e fraudes.

Risco de Taxa de Juro

No âmbito do risco de taxa de juro, a Direcção Internacional e Financeira e a Direcção de Risco monitorizam regularmente o risco estrutural de taxa de juro, com base em análises de sensibilidade da margem financeira e do valor económico face as variações das curvas de taxa de juro.

Com a introdução do acompanhamento do Risco Taxa de Juro na Carteira Bancária, nos termos do Aviso n.º 08/2016 do Banco Nacional de Angola, estão a ser adoptadas medidas internas que permitam identificar a exposição ao risco de taxa de juro no valor económico dos fluxos de caixa associados a carteira bancária, numa base contínua, sendo que o impacto não poderá ser igual ou superior a 20% dos fundos próprios regulamentares do Banco, determinante para a adopção de medidas correctivas pelo Banco Nacional de Angola.

Risco de Liquidez

O Risco de liquidez consiste na potencial incapacidade do Banco em cumprir as suas obrigações de reembolso de financiamentos sem incorrer em perdas significativas, seja por condições de financiamento gravosas (risco de financiamento), seja por venda de activos por valores inferiores ao de mercado (risco de liquidez de mercado).

Os investimentos de curto prazo da carteira própria do Banco, com maturidade até 12 meses, têm como objectivo a rentabilização de excedentes de liquidez em complemento com as aplicações no Mercado Monetário Interbancário, contribuindo de forma positiva para a margem financeira do Banco. Englobam-se neste domínio as aplicações em Bilhetes de Tesouro e a aquisição de Repurchase Agreements (Repos).

O controlo e reporte do risco de liquidez para o Banco Nacional de Angola é efectuado de acordo com o descrito no Instrutivo n.º 19/2016 - Risco de Liquidez e n.º 26/2016 - Governação do Risco de Liquidez, reportando-se quinzenalmente e mensalmente o Rácio de observação e o Rácio de liquidez.

Risco de Mercado

Os riscos de mercado consistem nas perdas potenciais que podem ser registadas por uma determinada carteira, em resultado de alterações de taxas (de juros ou de taxa de câmbio) e ou de preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando não só as correlações existentes entre estes, mas também as respectivas volatilidades.

O risco de mercado é gerido em permanência pelo Banco, dispondo diariamente de informação sobre a valorização dos instrumentos financeiros em carteira.

Risco Cambial

Para controlo do risco de taxa de câmbio, o Banco prossegue uma política prudente de gestão de activos e passivos em moeda estrangeira, que minimize fortemente o risco de taxa de câmbio associado. O objectivo é a cobertura permanente das posições cambiais à exposição ao risco de taxa de câmbio, devendo também encontrar-se definidos procedimentos de reconciliação diária da posição cambial entre a Sala de Mercado e a Contabilidade.

Risco de Crédito de Contraparte

No risco de concentração de crédito, o Banco BIC adopta uma política tendente à redução dos índices concentração sectorial e individual, através do aumento e diversificação da carteira de clientes e das contrapartes.

Balanço

Categorias de instrumentos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, as diferentes categorias de instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe:

	VALORIZADOS AO JUSTO VALOR	VALORIZADOS AO CUSTO AMORTIZADO	VALORIZADOS AO CUSTO HISTÓRICO	IMPARIDADE	VALOR LÍQUIDO
'17					
ACTIVO					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	130.411.935	-	-	130.411.935
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	8.735.172	-	-	8.735.172
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	19.208.389	-	-	19.208.389
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	134.184.233	-	-	-	134.184.233
Investimentos detidos até à maturidade	-	392.058.425	-	-	392.058.425
Crédito a clientes	-	372.394.925	-	(87.956.827)	284.438.098
Outros activos	-	10.332.491	-	-	10.332.491
	134.184.233	933.141.337	-	(87.956.827)	979.368.743
PASSIVO					
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	-	(73.228.647)	-	-	(73.228.647)
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	(787.234.531)	-	-	(787.234.531)
Outros passivos	-	(27.046.712)	-	-	(27.046.712)
	-	(887.509.890)	-	-	(887.509.890)
	134.184.233	45.631.447	-	(87.956.827)	91.858.853
'16					
	VALORIZADOS AO JUSTO VALOR	VALORIZADOS AO CUSTO AMORTIZADO	VALORIZADOS AO CUSTO HISTÓRICO	IMPARIDADE	VALOR LÍQUIDO
ACTIVO					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	104.492.564	-	-	104.492.564
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	8.671.075	-	-	8.671.075
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	21.575.883	-	-	21.575.883
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	77.710.095	-	-	-	77.710.095
Activos financeiros disponíveis para venda	5.796.606	-	-	-	5.796.606
Investimentos detidos até à maturidade	-	472.553.566	-	-	472.553.566
Crédito a clientes	-	379.000.438	-	(74.680.868)	304.319.570
Outros activos	-	5.727.256	-	-	5.727.256
	83.506.701	992.020.782	-	(74.680.868)	1.000.846.615
PASSIVO					
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	-	(32.403.237)	-	-	(32.403.237)
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	(850.432.779)	-	-	(850.432.779)
Outros passivos	-	(24.892.191)	-	-	(24.892.191)
	-	(907.728.207)	-	-	(907.728.207)
	83.506.701	84.292.575	-	(74.680.868)	93.118.408

Demonstração dos resultados e do outro rendimento integral

Rubricas de rendimentos, gastos, ganhos ou perdas

Nos exercícios de 2017 e 2016, os ganhos e perdas líquidos em instrumentos financeiros foram os seguintes:

	POR CONTRAPARTIDA DE RESULTADOS			POR CONTRAPARTIDA DE CAPITALS PRÓPRIOS		
	GANHOS	PERDAS	LÍQUIDO	GANHOS	PERDAS	LÍQUIDO
ACTIVO						
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	911.228	-	911.228	-	-	-
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	15.939.926	-	15.939.926	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	2.665.530	-	2.665.530	-	(2.662.229)	(2.662.229)
Investimentos detidos até à maturidade	32.701.347	-	32.701.347	-	-	-
Crédito a clientes	44.620.452	(14.027.637)	30.592.815	-	-	-
	96.838.483	(14.027.637)	82.810.846	-	(2.662.229)	(2.662.229)
PASSIVO						
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	-	(1.514.060)	(1.514.060)	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	(26.557.723)	(26.557.723)	-	-	-
	-	(28.071.783)	(28.071.783)	-	-	-
	96.838.483	(42.099.420)	54.739.063	-	(2.662.229)	(2.662.229)
EXTRAPATRIMONIAIS						
Garantias prestadas	2.075.387	-	2.075.387	-	-	-
Créditos documentários	535.194	-	535.194	-	-	-
	2.610.581	-	2.610.581	-	-	-

	POR CONTRAPARTIDA DE RESULTADOS			POR CONTRAPARTIDA DE CAPITALS PRÓPRIOS		
	GANHOS	PERDAS	LÍQUIDO	GANHOS	PERDAS	LÍQUIDO
ACTIVO						
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	2.217.091	-	2.217.091	-	-	-
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	7.411.052	-	7.411.052	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	702.697	-	702.697
Investimentos detidos até à maturidade	34.701.423	-	34.701.423	-	-	-
Crédito a clientes	38.413.254	(22.314.006)	16.099.248	-	-	-
	82.742.820	(22.314.006)	60.428.814	702.697	-	702.697
PASSIVO						
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	-	(2.138.326)	(2.138.326)	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	(22.638.397)	(22.638.397)	-	-	-
	-	(24.776.723)	(24.776.723)	-	-	-
	82.742.820	(47.090.729)	35.652.091	702.697	-	702.697
EXTRAPATRIMONIAIS						
Garantias prestadas	2.297.296	-	2.297.296	-	-	-
Créditos documentários	237.743	-	237.743	-	-	-
	2.535.039	-	2.535.039	-	-	-

Nos exercícios de 2017 e 2016, os rendimentos e gastos de juros de instrumentos financeiros não mensurados ao justo valor através de resultados têm o seguinte detalhe:

	'17			'16		
	RENDIMENTOS	GASTOS	LÍQUIDO	RENDIMENTOS	GASTOS	LÍQUIDO
ACTIVO						
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	911.228	-	911.228	2.217.091	-	2.217.091
Investimentos detidos até à maturidade	32.701.347	-	32.701.347	34.701.423	-	34.701.423
Crédito a clientes	43.797.188	-	43.797.188	37.656.364	-	37.656.364
	77.409.763	-	77.409.763	74.574.878	-	74.574.878
PASSIVO						
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	-	(1.514.060)	(1.514.060)	-	(2.138.326)	(2.138.326)
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	(26.557.723)	(26.557.723)	-	(22.638.397)	(22.638.397)
	-	(28.071.783)	(28.071.783)	-	(24.776.723)	(24.776.723)
	77.409.763	(28.071.783)	49.337.980	74.574.878	(24.776.723)	49.798.155

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, os montantes de rendimentos e gastos com comissões não incluídos no cálculo da taxa efectiva de instrumentos não mensurados ao justo valor através de resultados são imateriais.

Outras divulgações

Justo valor

A comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos principais activos e passivos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, é apresentado como segue:

	JUSTO VALOR DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS REGISTRADOS NO BALANÇO					
	VALOR CONTABILÍSTICO (LÍQUIDO)	AO JUSTO VALOR	AO CUSTO AMORTIZADO	TOTAL	DIFERENÇA	VALOR CONTABILÍSTICO TOTAL
ACTIVO						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	130.411.935	-	130.411.935	130.411.935	-	130.411.935
Disponibilidades em outras instituições de crédito	8.735.172	-	8.735.172	8.735.172	-	8.735.172
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	19.208.389	-	19.208.389	19.208.389	-	19.208.389
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	134.184.233	134.184.233	-	134.184.233	-	134.184.233
Investimentos detidos até à maturidade	392.058.425	-	392.058.425	392.058.425	-	392.058.425
Crédito a clientes	284.438.098	-	284.438.098	284.438.098	-	284.438.098
	969.036.252	134.184.233	834.852.019	969.036.252	-	969.036.252
PASSIVO						
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	(73.228.647)	-	(73.228.647)	(73.228.647)	-	(73.228.647)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(787.234.531)	-	(787.234.531)	(787.234.531)	-	(787.234.531)
	(860.463.178)	-	(860.463.178)	(860.463.178)	-	(860.463.178)
	108.573.074	134.184.233	(25.611.159)	108.573.074	-	108.573.074

	JUSTO VALOR DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS REGISTRADOS NO BALANÇO					VALOR CONTABILÍSTICO TOTAL
	VALOR CONTABILÍSTICO (LÍQUIDO)	AO JUSTO VALOR	AO CUSTO AMORTIZADO	TOTAL	DIFERENÇA	
ACTIVO						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	104.492.564	-	104.492.564	104.492.564	-	104.492.564
Disponibilidades em outras instituições de crédito	8.671.075	-	8.671.075	8.671.075	-	8.671.075
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	21.575.883	-	21.575.883	21.575.883	-	21.575.883
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	77.710.095	77.710.095	-	77.710.095	-	77.710.095
Activos financeiros disponíveis para venda	5.796.606	5.796.606	-	5.796.606	-	5.796.606
Investimentos detidos até à maturidade	472.553.566	-	472.553.566	472.553.566	-	472.553.566
Crédito a clientes	304.319.570	-	304.319.570	304.319.570	-	304.319.570
	995.119.359	83.506.701	911.612.658	995.119.359	-	995.119.359
PASSIVO						
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	(32.403.237)	-	(32.403.237)	(32.403.237)	-	(32.403.237)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(850.432.779)	-	(850.432.779)	(850.432.779)	-	(850.432.779)
	(882.836.016)	-	(882.836.016)	(882.836.016)	-	(882.836.016)
	112.283.343	83.506.701	28.776.642	112.283.343	-	112.283.343

Os pressupostos utilizados na elaboração deste mapa foram os seguintes:

- As rubricas “Caixa e disponibilidades em bancos centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”, dado tratarem-se de aplicações à vista ou de muito curto prazo, o Banco considera que o valor contabilístico é uma aproximação razoável do seu justo valor. O mesmo racional foi aplicado às “Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito”;
- Para os “Investimentos detidos até à maturidade” e atendendo a que i) não existe mercado activo transaccional que sustente o justo valor do activo financeiro; ii) não existem transacções representativas do justo valor dos activos; e iii) o pressuposto de que as taxas das Obrigações do Tesouro correspondem a taxas de mercado; consideramos que o justo valor corresponde ao valor de recuperação do activo, ou seja, o respectivo valor de balanço;
- Relativamente ao “Crédito a clientes” foi considerado que o justo valor é igual ao valor de balanço;
- Para os “Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito”, dado tratarem-se de recursos à vista ou de muito curto prazo, o Banco considera que o valor contabilístico é uma aproximação razoável do seu justo valor;
- O justo valor dos “Recursos de clientes e outros empréstimos” foi considerado igual ao valor de balanço.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros reflectidos nas demonstrações financeiras, pode ser resumida como se segue:

	NÍVEL 1			NÍVEL 2		NÍVEL 3		TOTAL
	COTAÇÕES EM MERCADO ACTIVO			DADOS OBSERVÁVEIS DE MERCADO		OUTRAS TÉCNICAS DE VALORIZAÇÃO		
ACTIVO								
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	134.184.233	-	134.184.233
	-	-	-	-	-	134.184.233	-	134.184.233

'16

	NÍVEL 1 COTAÇÕES EM MERCADO ACTIVO	NÍVEL 2 DADOS OBSERVÁVEIS DE MERCADO	NÍVEL 3 OUTRAS TÉCNICAS DE VALORIZAÇÃO	TOTAL
ACTIVO				
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	77.710.095	77.710.095
Activos financeiros disponíveis para venda	5.796.606	-	-	5.796.606
	5.796.606	-	77.710.095	83.506.701

Os "Activos financeiros ao justo valor através de resultados", dado corresponderem essencialmente a Bilhetes de Tesouro emitidos pelo Estado Angolano, por prazos inferiores a um ano, foram valorizados ao custo de aquisição, acrescidos dos juros corridos.

O movimento ocorrido nos instrumentos financeiros mensurados ao justo valor classificados no nível 3 - Outras técnicas de valorização nos exercícios de 2016 e 2017 foi o seguinte:

	DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO E AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS
Valor de balanço em 31 de Dezembro de 2015	22.998.659
Compras/vendas líquidas	52.910.325
Juros corridos	1.801.111
Valor de balanço em 31 de Dezembro de 2016	77.710.095
Compras/vendas líquidas	50.880.296
Juros corridos	5.593.842
VALOR DE BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	134.184.233

Natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros

Risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a exposição máxima ao risco de crédito por tipo de instrumento financeiro, pode ser resumida como segue:

	'17			'16		
	VALOR CONTABILÍSTICO BRUTO	IMPARIDADE	VALOR CONTABILÍSTICO LÍQUIDO	VALOR CONTABILÍSTICO BRUTO	IMPARIDADE	VALOR CONTABILÍSTICO LÍQUIDO
PATRIMONIAIS						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	130.411.935	-	130.411.935	104.492.564	-	104.492.564
Disponibilidades em outras instituições de crédito	8.735.172	-	8.735.172	8.671.075	-	8.671.075
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	19.208.389	-	19.208.389	21.575.883	-	21.575.883
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	134.184.233	-	134.184.233	77.710.095	-	77.710.095
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	5.796.606	-	5.796.606
Investimentos detidos até à maturidade	392.058.425	-	392.058.425	472.553.566	-	472.553.566
Crédito a clientes	372.394.925	(87.956.827)	284.438.098	379.000.438	(74.680.868)	304.319.570
	1.056.993.079	(87.956.827)	969.036.252	1.069.800.227	(74.680.868)	995.119.359
EXTRAPATRIMONIAIS						
Garantias prestadas e créditos documentários	70.265.091	(2.137.432)	68.127.659	78.966.099	(2.139.701)	76.826.398
	1.127.258.170	(90.094.259)	1.037.163.911	1.148.766.326	(76.820.569)	1.071.945.757

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, os activos financeiros apresentam a seguinte composição de acordo com o rating de referência utilizado pelo Banco:

					'17
	ORIGEM DO RATING	NÍVEL DE RATING	EXPOSIÇÃO BRUTA	IMPARIDADE	EXPOSIÇÃO LÍQUIDA
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	Rating interno	Mínimo	130.411.935	-	130.411.935
Disponibilidades em outras instituições de crédito	Rating interno	Muito baixo	8.735.172	-	8.735.172
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	Rating interno	Mínimo	-	-	-
		Muito baixo	19.208.389	-	19.208.389
			19.208.389	-	19.208.389
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	Rating interno	Mínimo	130.467.581	-	130.467.581
		Muito baixo	3.716.652	-	3.716.652
			134.184.233	-	134.184.233
Investimentos detidos até à maturidade	Rating interno	Mínimo	392.058.425	-	392.058.425
Crédito a clientes	Rating interno	Mínimo	40.749.202	-	40.749.202
		Muito baixo	153.663.888	(9.442.320)	144.221.568
		Baixo	76.480.708	(8.961.515)	67.519.193
		Moderado	26.044.129	(8.810.625)	17.233.504
		Elevado	19.803.834	(11.243.862)	8.559.972
		Muito elevado	23.235.720	(17.081.061)	6.154.659
		Máximo	32.417.444	(32.417.444)	-
			372.394.925	(87.956.827)	284.438.098
			1.056.993.079	(87.956.827)	969.036.252

					'16
	ORIGEM DO RATING	NÍVEL DE RATING	EXPOSIÇÃO BRUTA	IMPARIDADE	EXPOSIÇÃO LÍQUIDA
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	Rating interno	Mínimo	104.492.564	-	104.492.564
Disponibilidades em outras instituições de crédito	Rating interno	Muito baixo	8.671.075	-	8.671.075
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	Rating interno	Mínimo	12.526.579	-	12.526.579
		Muito baixo	9.049.304	-	9.049.304
			21.575.883	-	21.575.883
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	Rating interno	Mínimo	74.002.515	-	74.002.515
		Muito baixo	3.707.580	-	3.707.580
			77.710.095	-	77.710.095
Activos financeiros disponíveis para venda	Rating interno	Muito baixo	5.796.606	-	5.796.606
Investimentos detidos até à maturidade	Rating interno	Mínimo	472.553.566	-	472.553.566
Crédito a clientes	Rating interno	Mínimo	47.535.750	(22.235)	47.513.515
		Muito baixo	169.409.295	(3.441.604)	165.967.691
		Baixo	89.046.437	(11.255.805)	77.790.632
		Moderado	8.679.469	(2.721.216)	5.958.253
		Elevado	27.321.040	(20.231.561)	7.089.479
		Muito elevado	8.495.125	(8.495.125)	-
		Máximo	28.513.322	(28.513.322)	-
			379.000.438	(74.680.868)	304.319.570
			1.069.800.227	(74.680.868)	995.119.359

O Banco utiliza ratings internos, de acordo com os níveis de risco preconizados pelo Aviso n.º 11/2014, de 17 de Dezembro, emitido pelo BNA, sendo que os principais pressupostos para a atribuição dos mesmos foram:

- As posições em risco registadas nas rubricas de “Caixa e disponibilidades em bancos centrais”, “Activos financeiros ao justo valor através de resultados” e “Investimentos detidos até à maturidade” são assumidas maioritariamente pelo Banco Nacional de Angola e pelo Estado Angolano e, conseqüentemente, classificadas com nível de risco mínimo;
- As “Disponibilidades em outras instituições de crédito” e “Activos financeiros disponíveis para venda” têm como contraparte entidades relacionadas e não apresentam indícios de imparidade;
- O “Crédito a clientes” foi classificado de acordo com as características e os riscos da operação e do mutuário.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a concentração geográfica do risco de crédito pode ser apresentada como segue:

	'17				
	ANGOLA	OUTROS PAÍSES DE ÁFRICA	EUROPA	OUTROS	TOTAL
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	130.411.935	-	-	-	130.411.935
Disponibilidades em outras instituições de crédito	189.827	5.629.410	2.915.935	-	8.735.172
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	3.856.204	15.352.185	-	19.208.389
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	130.467.581	-	3.716.652	-	134.184.233
Investimentos detidos até à maturidade	392.058.425	-	-	-	392.058.425
Crédito a clientes	372.394.925	-	-	-	372.394.925
	1.025.522.693	9.485.614	21.984.772	-	1.056.993.079

	'16				
	ANGOLA	OUTROS PAÍSES DE ÁFRICA	EUROPA	OUTROS	TOTAL
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	104.492.564	-	-	-	104.492.564
Disponibilidades em outras instituições de crédito	427.011	56.661	8.142.974	44.429	8.671.075
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	12.533.217	5.707.582	3.335.084	-	21.575.883
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	74.002.515	-	3.707.580	-	77.710.095
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	5.796.606	-	5.796.606
Investimentos detidos até à maturidade	472.553.566	-	-	-	472.553.566
Crédito a clientes	379.000.438	-	-	-	379.000.438
	1.043.009.311	5.764.243	20.982.244	44.429	1.069.800.227

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a concentração sectorial do crédito a clientes pode ser apresentada como segue:

'17

	CRÉDITO A CLIENTES					IMPARIDADE		
	VINCENDO	JUROS A RECEBER	VENCIDO	GARANTIAS PRESTADAS E CRÉDITOS DOCUMENTÁRIOS	EXPOSIÇÃO TOTAL	PESO RELATIVO	VALOR	IMPARIDADE /EXPOSIÇÃO TOTAL
EMPRESAS								
Comércio	63.620.906	1.839.361	11.110.607	17.643.141	94.214.015	21%	21.313.109	23%
Construção	42.425.679	5.033.431	7.203.734	25.626.044	80.288.888	18%	17.259.283	21%
Agricultura, Produção Animal, Caça e. Silvicultura	42.216.012	2.398.368	3.067.739	2.292.966	49.975.085	11%	3.056.703	6%
Outras actividades recreativas, associativas e de serviços	28.085.788	730.121	2.256.279	4.034.558	35.106.746	8%	2.540.647	7%
Actividades Imobiliárias, Alugueres e.Serviços prestados às Empresas	25.717.057	1.738.990	2.742.155	7.317.253	37.515.455	8%	5.031.354	13%
Indústrias Transformadoras	18.876.850	1.506.586	1.873.936	1.032.054	23.289.426	5%	4.586.060	20%
Alojamento e Restauração (restaurantes e similares)	15.980.215	2.057.714	1.541.287	-	19.579.216	4%	9.300.385	48%
Transportes, Armazenagem e Comunicações	3.142.554	27.869	4.940.781	1.524.438	9.635.642	2%	4.546.302	47%
Educação, Saúde e Acção Social	11.149.334	87.798	417.236	999.829	12.654.197	3%	2.598.113	21%
Administração Pública e Segurança Social Obrigatória	5.662.953	35.654	6	-	5.698.613	1%	1.166.070	20%
Indústrias Extractivas (Petróleo Bruto e Gás Natural, Outros)	3.682.375	13.449	429.516	703.000	4.828.340	1%	866.988	18%
Pesca	2.338.363	14.285	86	55.620	2.408.354	1%	105.831	4%
Produção e Distribuição de Electricidade, de Gás e de Água	727	-	25.191	-	25.918	0%	25.206	97%
Actividades Financeiras e de Seguros	103.002	13.357	43	-	116.402	0%	3.610	3%
	263.001.815	15.496.983	35.608.596	61.228.903	375.336.297	85%	72.399.661	19%
PARTICULARES								
Consumo	8.942.219	24.445	1.197.147	-	10.163.811	2%	2.986.075	29%
Habituação	29.867.237	146.600	637.154	-	30.650.991	7%	6.752.694	22%
Outros fins	10.795.902	155.565	7.494.290	9.036.188	27.481.945	6%	7.955.829	29%
	49.605.358	326.610	9.328.591	9.036.188	68.296.747	15%	17.694.598	26%
	312.607.173	15.823.593	44.937.187	70.265.091	443.633.044	100%	90.094.259	20%

	CRÉDITO A CLIENTES					IMPARIDADE		
	VINCENDO	JUROS A RECEBER	VENCIDO	GARANTIAS PRESTADAS E CRÉDITOS DOCUMENTÁRIOS	EXPOSIÇÃO TOTAL	PESO RELATIVO	VALOR	IMPARIDADE /EXPOSIÇÃO TOTAL
EMPRESAS								
Comércio	75.873.168	2.802.301	9.781.005	20.082.856	108.539.330	24%	20.518.820	19%
Construção	52.601.149	3.331.259	6.286.297	25.565.108	87.783.813	19%	14.914.958	17%
Agricultura, Produção Animal, Caça e. Silvicultura	36.219.027	2.429.383	2.342.317	41.885	41.032.612	9%	2.875.936	7%
Actividades Imobiliárias, Alugueres e.Serviços prestados às Empresas	20.373.487	609.906	3.081.613	5.981.402	30.046.408	7%	3.729.944	12%
Outras actividades recreativas, associativas e de serviços	23.112.491	484.431	533.230	3.624.453	27.754.605	6%	1.204.251	4%
Alojamento e Restauração (restaurantes e similares)	16.547.463	1.158.844	886.381	-	18.592.688	4%	7.285.406	39%
Actividades Financeiras e de Seguros	13.141.011	74.013	43	-	13.215.067	3%	26.932	0%
Educação, Saúde e Acção Social	12.070.288	147.926	137.954	1.502.059	13.858.227	3%	1.873.803	14%
Indústrias Transformadoras	9.992.571	226.260	1.872.487	1.817.662	13.908.980	3%	4.100.190	29%
Transportes, Armazenagem e Comunicações	2.972.910	21.653	3.625.145	4.320.886	10.940.594	2%	3.682.111	34%
Indústrias Extractivas (Petróleo Bruto e Gás Natural, Outros)	5.847.720	24.034	281.567	1.515.941	7.669.262	2%	845.761	11%
Administração Pública e Segurança Social Obrigatória	5.260.364	4.855	-	6.272	5.271.491	1%	1.304.809	25%
Pesca	179.319	1.068	67	-	180.454	0%	1.790	1%
Produção e Distribuição de Electricidade, de Gás e de Água	8.161	-	25.188	-	33.349	0%	25.210	76%
	274.199.129	11.315.933	28.853.294	64.458.524	378.826.880	83%	62.389.921	16%
PARTICULARES								
Consumo	11.459.294	26.393	1.266.338	-	12.752.025	3%	3.205.273	25%
Habituação	33.515.199	106.760	529.036	-	34.150.995	7%	4.523.087	13%
Outros fins	12.652.301	244.866	5.922.973	14.507.575	33.327.715	7%	6.702.288	20%
	57.626.794	378.019	7.718.347	14.507.575	80.230.735	17%	14.430.648	18%
	331.825.923	11.693.952	36.571.641	78.966.099	459.057.615	100%	76.820.569	17%

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o crédito apresenta a seguinte composição:

							'17
							CLASSE DE INCUMPRIMENTO
	CRÉDITO VINCENDO E JUROS A RECEBER	ATÉ 1 MÊS	DE 1 MÊS ATÉ 3 MESES	DE 3 MESES A 1 ANO	DE 1 ANO A 5 ANOS	MAIS DE 5 ANOS	TOTAL
CRÉDITO A CLIENTES							
Crédito sem imparidade	49.628.943	-	2.261	4.684	60.954	-	49.696.842
Com imparidade atribuída com base em análise individual							
Crédito e juros	229.641.908	4.756.861	916.240	2.422.473	34.893.245	151.408	272.782.135
Imparidade	(52.151.284)	(1.094.678)	(120.103)	(487.147)	(27.496.692)	(151.408)	(81.501.312)
	177.490.624	3.662.183	796.137	1.935.326	7.396.553	-	191.280.823
Com imparidade atribuída com base em análise colectiva							
Crédito e juros vencidos	49.159.915	4.738	50.719	96.581	1.547.805	29.218	50.888.976
Imparidade	(4.849.648)	(1.458)	(15.342)	(79.701)	(1.480.148)	(29.218)	(6.455.515)
	44.310.267	3.280	35.377	16.880	67.657	-	44.433.461
Comissões associadas ao custo amortizado	(973.028)	-	-	-	-	-	(973.028)
	270.456.806	3.665.463	833.775	1.956.890	7.525.164	-	284.438.098
							'16
							CLASSE DE INCUMPRIMENTO
	CRÉDITO VINCENDO E JUROS A RECEBER	ATÉ 1 MÊS	DE 1 MÊS ATÉ 3 MESES	DE 3 MESES A 1 ANO	DE 1 ANO A 5 ANOS	MAIS DE 5 ANOS	TOTAL
CRÉDITO A CLIENTES							
Crédito sem imparidade	57.789.905	1.350.644	470	3.547	27.284	33.458	59.205.308
Com imparidade atribuída com base em análise individual							
Crédito e juros	226.665.713	173.461	317.581	8.647.381	23.219.415	960.105	259.983.656
Imparidade	(44.662.635)	(6.520)	(42.246)	(2.171.973)	(19.939.954)	(960.105)	(67.783.433)
	182.003.078	166.941	275.335	6.475.408	3.279.461	-	192.200.223
Com imparidade atribuída com base em análise colectiva							
Crédito e juros vencidos	59.064.257	12.382	78.067	150.722	1.085.239	511.885	60.902.552
Imparidade	(5.217.517)	(1.533)	(25.865)	(123.460)	(1.044.806)	(484.254)	(6.897.435)
	53.846.740	10.849	52.202	27.262	40.433	27.631	54.005.117
Comissões associadas ao custo amortizado	(1.091.078)	-	-	-	-	-	(1.091.078)
	292.548.645	1.528.434	328.007	6.506.217	3.347.178	61.089	304.319.570

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a composição do crédito vencido sem imparidade apresenta o seguinte detalhe:

	CLASSE DE INCUMPRIMENTO					'17
	CRÉDITO VINCENDO ASSOCIADO A CRÉDITO VENCIDO	CRÉDITO VENCIDO ATÉ 30 DIAS	CRÉDITO VENCIDO ENTRE 30 E 90 DIAS	CRÉDITO VENCIDO ENTRE 90 E 180 DIAS	CRÉDITO VENCIDO HÁ MAIS DE 180 DIAS	TOTAL
CRÉDITO A CLIENTES						
Crédito e juros vencidos						
Sem imparidade atribuída com base em análise colectiva	17.739	-	2.261	297	65.341	85.638
	17.739	-	2.261	297	65.341	85.638

	CLASSE DE INCUMPRIMENTO					'16
	CRÉDITO VINCENDO ASSOCIADO A CRÉDITO VENCIDO	CRÉDITO VENCIDO ATÉ 30 DIAS	CRÉDITO VENCIDO ENTRE 30 E 90 DIAS	CRÉDITO VENCIDO ENTRE 90 E 180 DIAS	CRÉDITO VENCIDO HÁ MAIS DE 180 DIAS	TOTAL
CRÉDITO A CLIENTES						
Crédito e juros vencidos						
Sem imparidade atribuída com base em análise colectiva	39.644	1.350.644	470	3.209	61.080	1.455.047
	39.644	1.350.644	470	3.209	61.080	1.455.047

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a composição do crédito vencido com imparidade apresenta o seguinte detalhe:

	CLASSE DE INCUMPRIMENTO					'17
	CRÉDITO VINCENDO ASSOCIADO A CRÉDITO VENCIDO	CRÉDITO VENCIDO ATÉ 30 DIAS	CRÉDITO VENCIDO ENTRE 30 E 90 DIAS	CRÉDITO VENCIDO ENTRE 90 E 180 DIAS	CRÉDITO VENCIDO HÁ MAIS DE 180 DIAS	TOTAL
CRÉDITO A CLIENTES						
Crédito e juros vencidos						
Com imparidade atribuída com base em análise individual	34.492.054	4.756.861	916.240	318.252	37.148.874	77.632.281
Com imparidade atribuída com base em análise colectiva	874.795	4.738	50.719	34.053	1.639.551	2.603.856
	35.366.849	4.761.599	966.959	352.305	38.788.425	80.236.137

	CLASSE DE INCUMPRIMENTO					'16
	CRÉDITO VINCENDO ASSOCIADO A CRÉDITO VENCIDO	CRÉDITO VENCIDO ATÉ 30 DIAS	CRÉDITO VENCIDO ENTRE 30 E 90 DIAS	CRÉDITO VENCIDO ENTRE 90 E 180 DIAS	CRÉDITO VENCIDO HÁ MAIS DE 180 DIAS	TOTAL
CRÉDITO A CLIENTES						
Crédito e juros vencidos						
Com imparidade atribuída com base em análise individual	37.336.810	173.461	317.581	1.160.247	31.666.654	70.654.753
Com imparidade atribuída com base em análise colectiva	1.293.702	12.382	78.067	55.643	1.692.203	3.131.997
	38.630.512	185.843	395.648	1.215.890	33.358.857	73.786.750

Actualmente, o Banco não dispõe ainda de meios automáticos de captura das operações de crédito objecto de reestruturação, nomeadamente as operações cujas condições e garantias foram renegociadas em virtude da degradação do risco de crédito ou de incumprimento. Não obstante, no contínuo desenvolvimento dos sistemas de informação e da análise de risco de crédito têm vindo a ser identificadas as operações de crédito renegociadas.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o Banco procedeu à renegociação de operações em virtude da degradação do risco de crédito ou de incumprimento. Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o montante de crédito renegociado ascende a:

	'17				
	CRÉDITO				
	VINCENDO	JUROS A RECEBER	VENCIDO	TOTAL	IMPARIDADE
EMPRESAS	127.345.529	9.755.278	10.898.012	147.998.819	37.706.638
PARTICULARES					
Consumo	137.541	271	81.694	219.506	160.930
Habituação	1.467.836	64.826	19.928	1.552.590	969.708
Outros fins	3.853.408	-	1.930.724	5.784.132	1.200.306
	5.458.785	65.097	2.032.346	7.556.228	2.330.944
	132.804.314	9.820.375	12.930.358	155.555.047	40.037.582

	'16				
	CRÉDITO				
	VINCENDO	JUROS A RECEBER	VENCIDO	TOTAL	IMPARIDADE
EMPRESAS	120.925.973	6.073.459	8.258.363	135.257.795	27.183.344
PARTICULARES					
Consumo	331.153	1.055	36.952	369.160	188.799
Habituação	1.523.415	43.473	80.216	1.647.104	625.738
Outros fins	4.987.236	97.697	811.604	5.896.537	1.157.093
	6.841.804	142.225	928.772	7.912.801	1.971.630
	127.767.777	6.215.684	9.187.135	143.170.596	29.154.974

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, as garantias ou outros colaterais executados no âmbito de operações de crédito concedido apresentam o seguinte detalhe:

	'17			'16		
	ACTIVO BRUTO	IMPARIDADE	ACTIVO LÍQUIDO	ACTIVO BRUTO	IMPARIDADE	ACTIVO LÍQUIDO
	ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA					
Imóveis recebidos como dação em pagamento	16.845.874	(1.834.253)	15.011.621	10.327.353	(446.251)	9.881.102
	16.845.874	(1.834.253)	15.011.621	10.327.353	(446.251)	9.881.102



Risco de liquidez

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o capital associado aos instrumentos financeiros, de acordo com a respectiva maturidade contratual, apresentam o seguinte detalhe:

	À VISTA	ATÉ 1 MÊS	ENTRE 1 A 3 MESES	ENTRE 3 A 6 MESES
ACTIVOS				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	130.411.935	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	8.735.172	-	-	-
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	4.977.720	7.802.352	3.986.100
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	17.267.306	40.518.090	30.064.515
Investimentos detidos até à maturidade	-	7.585.394	22.234.978	24.613.719
Crédito a clientes	-	36.183.196	11.937.848	28.645.294
Outros activos	10.332.491	-	-	-
	149.479.598	66.013.616	82.493.268	87.309.628
PASSIVOS				
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	22.505.061	50.602.416	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	428.585.128	67.677.976	108.256.568	131.458.617
Outros passivos	27.046.712	-	-	-
	478.136.901	118.280.392	108.256.568	131.458.617
	(328.657.303)	(52.266.776)	(25.763.300)	(44.148.989)

	À VISTA	ATÉ 1 MÊS	ENTRE 1 A 3 MESES	ENTRE 3 A 6 MESES
ACTIVOS				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	104.492.564	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	8.671.075	-	-	-
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	11.537.421	6.815.769	370.758
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	16.844.274	32.568.488	18.664.241
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-
Investimentos detidos até à maturidade	-	5.846.034	14.061.939	32.612.680
Crédito a clientes	-	24.122.247	9.787.223	44.561.742
Outros activos	5.727.256	-	-	-
	118.890.895	58.349.976	63.233.419	96.209.421
PASSIVOS				
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	13.645.098	18.307.044	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	468.702.075	72.725.550	145.166.999	108.312.599
Outros passivos	24.892.191	-	-	-
	507.239.364	91.032.594	145.166.999	108.312.599
	(388.348.469)	(32.682.618)	(81.933.580)	(12.103.178)

'17

PRAZOS RESIDUAIS CONTRATUAIS

ENTRE 6 MESES A 1 ANO	ENTRE 1 ANO A 3 ANOS	ENTRE 3 A 5 ANOS	MAIS DE 5 ANOS	INDETERMINADO	TOTAL
-	-	-	-	-	130.411.935
-	-	-	-	-	8.735.172
2.400.930	-	-	-	-	19.167.102
37.986.233	-	-	-	-	125.836.144
67.927.038	120.137.035	116.657.329	25.758.903	-	384.914.396
37.201.367	27.566.989	44.390.971	126.681.508	44.937.187	357.544.360
-	-	-	-	-	10.332.491
145.515.568	147.704.024	161.048.300	152.440.411	44.937.187	1.036.941.600
-	-	-	-	-	73.107.477
46.418.786	40.142	96	265	-	782.437.578
-	-	-	-	-	27.046.712
46.418.786	40.142	96	265	-	882.591.767
99.096.782	147.663.882	161.048.204	152.440.146	44.937.187	154.349.833

'16

PRAZOS RESIDUAIS CONTRATUAIS

ENTRE 6 MESES A 1 ANO	ENTRE 1 ANO A 3 ANOS	ENTRE 3 A 5 ANOS	MAIS DE 5 ANOS	INDETERMINADO	TOTAL
-	-	-	-	-	104.492.564
-	-	-	-	-	8.671.075
1.853.790	926.895	-	-	-	21.504.633
6.878.845	-	-	-	-	74.955.848
-	-	-	-	5.796.606	5.796.606
103.422.471	188.314.231	84.229.909	34.039.352	-	462.526.616
23.255.099	45.190.800	39.149.353	145.759.459	36.571.641	368.397.564
-	-	-	-	-	5.727.256
135.410.205	234.431.926	123.379.262	179.798.811	42.368.247	1.052.072.162
-	-	-	-	-	31.952.142
49.775.817	17.169	-	244	-	844.700.453
-	-	-	-	-	24.892.191
49.775.817	17.169	-	244	-	901.544.786
85.634.388	234.414.757	123.379.262	179.798.567	42.368.247	150.527.376

Risco de taxa de juro

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o detalhe dos instrumentos financeiros por exposição ao risco de taxa de juro apresenta o seguinte detalhe:

	EXPOSIÇÃO A			TOTAL
	TAXA FIXA	TAXA VARIÁVEL	NÃO SUJEITO A RISCO DE TAXA DE JURO	
'17				
ACTIVOS				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	130.411.935	130.411.935
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	8.735.172	8.735.172
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	19.167.102	-	-	19.167.102
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	125.836.144	-	-	125.836.144
Investimentos detidos até à maturidade	345.006.936	39.907.460	-	384.914.396
Crédito a clientes	214.302.094	98.305.079	-	312.607.173
Outros activos	-	-	10.332.491	10.332.491
	704.312.276	138.212.539	149.479.598	992.004.413
PASSIVOS				
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	51.316.483	-	21.790.994	73.107.477
Recursos de clientes e outros empréstimos	782.437.578	-	-	782.437.578
Outros passivos	-	-	27.046.712	27.046.712
	833.754.061	-	48.837.706	882.591.767
	(129.441.785)	138.212.539	100.641.892	109.412.646
'16				
	EXPOSIÇÃO A			TOTAL
	TAXA FIXA	TAXA VARIÁVEL	NÃO SUJEITO A RISCO DE TAXA DE JURO	
ACTIVOS				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	104.492.564	104.492.564
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	8.671.075	8.671.075
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	21.504.633	-	-	21.504.633
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	74.955.848	-	-	74.955.848
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	5.796.606	5.796.606
Investimentos detidos até à maturidade	422.034.729	40.491.887	-	462.526.616
Crédito a clientes	228.260.157	103.565.766	-	331.825.923
Outros activos	-	-	5.727.256	5.727.256
	746.755.367	144.057.653	124.687.501	1.015.500.521
PASSIVOS				
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	19.136.559	-	12.815.583	31.952.142
Recursos de clientes e outros empréstimos	844.700.453	-	-	844.700.453
Outros passivos	-	-	24.892.191	24.892.191
	863.87.012	-	37.707.774	901.544.786
	(117.081.645)	144.057.653	86.979.727	113.955.735

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o desenvolvimento do valor nominal dos instrumentos financeiros com exposição a risco de taxa de juro, em função da sua maturidade ou data de refixação, é apresentado no quadro seguinte:

'17									
PRAZOS RESIDUAIS CONTRATUAIS									
	ATÉ 1 MÊS	ENTRE 1 A 3 MESES	ENTRE 3 A 6 MESES	ENTRE 6 MESES A 1 ANO	ENTRE 1 ANO A 3 ANOS	ENTRE 3 A 5 ANOS	MAIS DE 5 ANOS	INDETERMINADO	TOTAL
ACTIVOS									
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	4.977.720	7.802.352	3.986.100	2.400.930	-	-	-	-	19.167.102
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	17.267.306	40.518.090	30.064.515	37.986.233	-	-	-	-	125.836.144
Investimentos detidos até à maturidade	7.585.393	30.825.954	55.712.826	59.041.285	119.330.105	86.659.929	25.758.904	-	384.914.396
Crédito a clientes	179.448.255	35.389.844	34.536.039	55.419.467	7.813.568	-	-	-	312.607.173
	209.278.674	114.536.240	124.299.480	154.847.915	127.143.673	86.659.929	25.758.904	-	842.524.815
PASSIVOS									
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	50.602.416	-	-	-	-	-	-	-	50.602.416
Recursos de clientes e outros empréstimos	496.263.107	108.256.565	131.458.790	46.419.132	39.984	-	-	-	782.437.578
	546.865.523	108.256.565	131.458.790	46.419.132	39.984	-	-	-	833.039.994
	(337.586.849)	6.279.675	(7.159.310)	108.428.783	127.103.689	86.659.929	25.758.904	-	9.484.821

'16									
PRAZOS RESIDUAIS CONTRATUAIS									
	ATÉ 1 MÊS	ENTRE 1 A 3 MESES	ENTRE 3 A 6 MESES	ENTRE 6 MESES A 1 ANO	ENTRE 1 ANO A 3 ANOS	ENTRE 3 A 5 ANOS	MAIS DE 5 ANOS	INDETERMINADO	TOTAL
ACTIVOS									
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	11.537.421	6.815.769	370.758	1.853.790	926.895	-	-	-	21.504.633
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	16.844.274	32.568.488	18.664.241	6.878.845	-	-	-	-	74.955.848
Investimentos detidos até à maturidade	6.358.122	22.946.567	63.707.851	102.832.993	178.405.425	84.229.909	4.045.749	-	462.526.616
Crédito a clientes	169.939.687	59.819.084	47.783.722	41.717.349	12.566.081	-	-	-	331.825.923
	204.679.504	122.149.908	130.526.572	153.282.977	191.898.401	84.229.909	4.045.749	-	890.813.020
PASSIVOS									
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	19.136.559	-	-	-	-	-	-	-	19.136.559
Recursos de clientes e outros empréstimos	540.967.514	145.627.344	108.281.988	49.806.772	16.835	-	-	-	844.700.453
	560.104.073	145.627.344	108.281.988	49.806.772	16.835	-	-	-	863.837.012
	(355.424.569)	(23.477.436)	22.244.584	103.476.205	191.881.566	84.229.909	4.045.749	-	26.976.008

Risco de mercado

O risco de mercado corresponde ao risco de variação do justo valor ou dos cash-flows dos instrumentos financeiros em função de alterações nos preços de mercado, incluindo os seguintes riscos: taxa de juro, cambial e de preço.

Risco cambial

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por moeda:

						'17
	KWANZAS	INDEXADOS AO DÓLAR DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	DÓLARES DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	EUROS	OUTRAS MOEDAS	TOTAL
ACTIVOS						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	127.363.022	-	2.739.691	305.498	3.724	130.411.935
Disponibilidades em outras instituições de crédito	189.827	-	2.750.598	5.725.108	69.639	8.735.172
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	-	8.834.917	10.373.472	-	19.208.389
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	130.467.581	-	-	3.716.652	-	134.184.233
Investimentos detidos até à maturidade	89.361.962	262.528.730	40.167.733	-	-	392.058.425
Crédito a clientes	151.853.753	-	125.835.355	6.748.990	-	284.438.098
Activos não correntes detidos para venda	19.265.977	-	-	-	-	19.265.977
Outros activos tangíveis	12.704.020	-	-	-	-	12.704.020
Activos intangíveis	307.535	-	-	-	-	307.535
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	194.852	-	-	150.285	-	345.137
Outros activos	14.858.413	-	3.269.613	(7.805.497)	9.962	10.332.491
	546.566.942	262.528.730	183.597.907	19.214.508	83.325	1.011.991.412
PASSIVOS						
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	17.425.636	-	33.918.384	21.855.298	29.329	73.228.647
Recursos de clientes e outros empréstimos	503.353.450	81.200.549	190.298.023	12.243.867	138.642	787.234.531
Provisões	267.108	-	4.582.729	1.189.752	18	6.039.607
Outros passivos	21.780.629	-	5.248.737	17.346	-	27.046.712
	542.826.823	81.200.549	234.047.873	35.306.263	167.989	893.549.497
	3.740.119	181.328.181	(50.449.966)	(16.091.755)	(84.664)	118.441.915

'16

	KWANZAS	INDEXADOS AO DÓLAR DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	DÓLARES DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	EUROS	OUTRAS MOEDAS	TOTAL
ACTIVOS						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	102.393.424	-	1.877.500	215.732	5.908	104.492.564
Disponibilidades em outras instituições de crédito	427.011	-	1.419.094	6.790.179	34.791	8.671.075
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	12.533.296	-	3.853.787	5.188.800	-	21.575.883
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	74.002.515	-	-	3.707.580	-	77.710.095
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	5.796.606	-	5.796.606
Investimentos detidos até à maturidade	153.877.080	277.919.088	40.757.398	-	-	472.553.566
Crédito a clientes	153.409.637	-	144.138.060	6.771.859	14	304.319.570
Activos não correntes detidos para venda	13.614.933	-	-	-	-	13.614.933
Outros activos tangíveis	12.204.994	-	-	-	-	12.204.994
Activos intangíveis	25.969	-	-	-	-	25.969
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	194.851	-	-	145.931	-	340.782
Outros activos	2.016.493	-	3.340.097	4.898	365.768	5.727.256
	524.700.203	277.919.088	195.385.936	28.621.585	406.481	1.027.033.293
PASSIVOS						
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	1.759.972	-	24.737.282	5.582.477	323.506	32.403.237
Recursos de clientes e outros empréstimos	533.194.845	110.249.992	196.939.549	9.991.413	56.980	850.432.779
Provisões	267.108	-	4.078.273	1.192.109	17	5.537.507
Passivos por impostos diferidos	-	-	-	798.652	-	798.652
Outros passivos	19.905.859	-	4.980.536	-	5.796	24.892.191
	555.127.784	110.249.992	230.735.640	17.564.651	386.299	914.064.366
	(30.427.581)	167.669.096	(35.349.704)	11.056.934	20.182	112.968.927

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o saldo da rubrica "Títulos e valores mobiliários - Mantidos até ao Vencimento" inclui os montantes de mAKZ 262.528.730 e de mAKZ 277.919.088, respectivamente, referentes a Obrigações do Tesouro em moeda nacional indexadas ao Dólar Norte-Americano.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o saldo da rubrica "Depósitos - Depósitos a Prazo" inclui os montantes de mAKZ 81.200.549 e de mAKZ 110.249.992, respectivamente, referentes a Depósitos a Prazo, de clientes, em moeda nacional indexados ao Dólar Norte-Americano.

Ambas as operações supramencionadas estão indexadas à taxa de câmbio AKZ/USD de compra do BNA e, desta forma, sujeitas a actualização cambial.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o impacto no justo valor dos instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de câmbio de deslocações paralelas na curva das taxas de câmbio de referência de 5%, 10% e 20%, respectivamente, pode ser demonstrado pelos seguintes quadros:

	'17					
	-20%	-10%	-5%	+5%	+10%	+20%
MOEDA						
Dólares dos Estados Unidos da América	26.175.643	13.087.822	6.543.911	(6.543.911)	(13.087.822)	(26.175.643)
Euros	(3.218.351)	(1.609.175)	(804.588)	804.588	1.609.175	3.218.351
Outras moedas	(16.933)	(8.466)	(4.233)	4.233	8.466	16.933
	22.940.359	11.470.181	5.735.090	(5.735.090)	(11.470.181)	(22.940.359)

	'16					
	-20%	-10%	-5%	+5%	+10%	+20%
MOEDA						
Dólares dos Estados Unidos da América	26.463.878	13.231.939	6.615.970	(6.615.970)	(13.231.939)	(26.463.878)
Euros	2.210.228	1.105.114	552.557	(552.557)	(1.105.114)	(2.210.228)
Outras moedas	5.196	2.598	1.299	(1.299)	(2.598)	(5.196)
	28.679.302	14.339.651	7.169.826	(7.169.826)	(14.339.651)	(28.679.302)

O impacto das variações cambiais nas Obrigações do Tesouro e nos Depósitos a Prazo indexados ao Dólar Norte-Americano encontra-se reflectido na linha dos "Dólares Norte-Americanos".

Risco de taxa de juro

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o impacto no justo valor dos instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro de deslocações paralelas na curva das taxas de juro de referência de 50, 100 e 200 basis points (bp), respectivamente, pode ser demonstrado pelos seguintes quadros:

	'17					
	VARIAÇÃO DAS TAXAS DE JURO					
	-200 BP	-100 BP	-50 BP	+50 BP	+100 BP	+200 BP
ACTIVOS						
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	91.983	45.991	22.996	(22.996)	(45.991)	(91.983)
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	903.139	451.570	225.785	(225.785)	(451.570)	(903.139)
Investimentos detidos até à maturidade	13.999.325	6.999.663	3.499.831	(3.499.831)	(6.999.663)	(13.999.325)
Crédito a clientes	1.514.400	757.200	378.600	(378.600)	(757.200)	(1.514.400)
	16.508.847	8.254.424	4.127.212	(4.127.212)	(8.254.424)	(16.508.847)
PASSIVOS						
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	(40.482)	(20.241)	(10.120)	10.120	20.241	40.482
Recursos de clientes e outros empréstimos	(2.354.836)	(1.177.418)	(588.709)	588.709	1.177.418	2.354.836
	(2.395.318)	(1.197.659)	(598.829)	598.829	1.197.659	2.395.318
	14.113.529	7.056.765	3.528.383	(3.528.383)	(7.056.765)	(14.113.529)

VARIAÇÃO DAS TAXAS DE JURO

	-200 BP	-100 BP	-50 BP	+50 BP	+100 BP	+200 BP
ACTIVOS						
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	85.894	42.947	21.474	(21.474)	(42.947)	(85.894)
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	350.445	175.222	87.611	(87.611)	(175.222)	(350.445)
Activos financeiros disponíveis para venda	4.637	2.319	1.159	(1.159)	(2.319)	(4.637)
Investimentos detidos até à maturidade	14.495.578	7.247.789	3.623.894	(3.623.894)	(7.247.789)	(14.495.578)
Crédito a clientes	1.616.605	808.303	404.151	(404.151)	(808.303)	(1.616.605)
	16.553.159	8.276.580	4.138.289	(4.138.289)	(8.276.580)	(16.553.159)
PASSIVOS						
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	(15.309)	(7.655)	(3.827)	3.827	7.655	15.309
Recursos de clientes e outros empréstimos	(2.391.115)	(1.195.557)	(597.779)	597.779	1.195.557	2.391.115
	(2.406.424)	(1.203.212)	(601.606)	601.606	1.203.212	2.406.424
	14.146.735	7.073.368	3.536.683	(3.536.683)	(7.073.368)	(14.146.735)

Para preparação destes mapas, o Banco utilizou a metodologia e os pressupostos descritos no Aviso n.º 08/2016, de 22 de Maio, sobre o risco de taxa de juro na carteira bancária.

32. Relato por segmentos

Para cumprimento dos requisitos da Norma IFRS 8, o Banco adoptou os seguintes segmentos de negócio:

- Negociação e vendas: compreende a actividade bancária relacionada com a gestão da carteira própria de títulos, operações de mercado monetário e cambial, recepção e transmissão de ordens em relação com um ou mais instrumentos financeiros e execução de ordens por conta de clientes;
- Banca de retalho: compreende a actividade bancária junto dos particulares e empresários em nome individual, tais como a recepção de depósitos e de outros fundos reembolsáveis, empréstimos, concessão de garantias e assunção de outros compromissos. Inclui também o montante total devido ao Banco pelos clientes ou grupo de clientes ligados entre si;
- Banca comercial: actividades creditícia e de captação de recursos junto de empresas, bem como a tomada de fundos para fazer face aos compromissos com a concessão de crédito;
- Outros: compreende todos os segmentos de actividade que não foram contemplados nas linhas de negócio anteriores.

A distribuição dos principais activos, passivos e rubricas de resultados por linhas de negócio e mercados geográficos, nos exercícios de 2017 e 2016, é a seguinte:

Linhas de negócio

					'17
	NEGOCIAÇÃO E VENDAS	BANCA DE RETALHO	BANCA COMERCIAL	OUTROS	TOTAL
ACTIVO					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	130.411.935	-	-	-	130.411.935
Disponibilidades em outras instituições de crédito	8.735.172	-	-	-	8.735.172
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	19.208.389	-	-	-	19.208.389
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	134.184.233	-	-	-	134.184.233
Investimentos detidos até à maturidade	392.058.425	-	-	-	392.058.425
Crédito a clientes	-	73.616.873	210.821.225	-	284.438.098
Outros activos	-	-	-	42.955.160	42.955.160
TOTAL DO ACTIVO LÍQUIDO	684.598.154	73.616.873	210.821.225	42.955.160	1.011.991.412
PASSIVO					
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	73.228.647	-	-	-	73.228.647
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	455.997.107	331.237.424	-	787.234.531
Outros passivos	-	-	-	33.086.319	33.086.319
TOTAL DO PASSIVO	73.228.647	455.997.107	331.237.424	33.086.319	893.549.497

					'16
	NEGOCIAÇÃO E VENDAS	BANCA DE RETALHO	BANCA COMERCIAL	OUTROS	TOTAL
ACTIVO					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	104.492.564	-	-	-	104.492.564
Disponibilidades em outras instituições de crédito	8.671.075	-	-	-	8.671.075
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	21.575.883	-	-	-	21.575.883
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	77.710.095	-	-	-	77.710.095
Activos financeiros disponíveis para venda	5.796.606	-	-	-	5.796.606
Investimentos detidos até à maturidade	472.553.566	-	-	-	472.553.566
Crédito a clientes	-	85.988.398	218.331.172	-	304.319.570
Outros activos	-	-	-	31.913.934	31.913.934
TOTAL DO ACTIVO LÍQUIDO	690.799.789	85.988.398	218.331.172	31.913.934	1.027.033.293
PASSIVO					
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	32.403.237	-	-	-	32.403.237
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	468.168.024	382.264.755	-	850.432.779
Outros passivos	-	-	-	31.228.350	31.228.350
TOTAL DO PASSIVO	32.403.237	468.168.024	382.264.755	31.228.350	914.064.366

Os principais critérios de alocação utilizados pelo Banco na construção destes mapas, foram os seguintes:

- As rubricas “Crédito a clientes” e “Recursos de clientes e outros empréstimos” foram segregadas com base na área de negócio onde a operação teve origem, sendo que estas podem ser Direcção de Particulares e Negócios, Centros de Empresa, Centros de Investimento ou Private Banking.
- As rubricas “Recursos de outras instituições de crédito” e “Recursos de bancos centrais”, foram alocadas a “Negociação e Vendas” dado que a finalidade é serem utilizados na actividade normal do Banco.
- Os outros activos e passivos foram considerados em “Outros”, dado a impossibilidade de alocação segmental.

Mercados geográficos

					'17
	ANGOLA	OUTROS PAÍSES DE ÁFRICA	EUROPA	OUTROS	TOTAL
ACTIVO					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	130.411.935	-	-	-	130.411.935
Disponibilidades em outras instituições de crédito	189.826	220.663	8.324.683	-	8.735.172
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	3.856.204	15.352.185	-	19.208.389
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	130.467.581	-	3.716.652	-	134.184.233
Investimentos detidos até à maturidade	392.058.425	-	-	-	392.058.425
Crédito a clientes	284.438.098	-	-	-	284.438.098
Activos não correntes detidos para venda	19.265.977	-	-	-	19.265.977
Outros activos tangíveis	12.704.020	-	-	-	12.704.020
Activos intangíveis	307.535	-	-	-	307.535
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	345.137	-	-	-	345.137
Outros activos	7.171.938	-	1.740	3.158.813	10.332.491
TOTAL DO ACTIVO LÍQUIDO	977.360.472	4.076.867	27.395.260	3.158.813	1.011.991.412
PASSIVO					
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	37.290.079	35.224.500	714.068	-	73.228.647
Recursos de clientes e outros empréstimos	784.307.977	430.913	321.105	2.174.536	787.234.531
Outros passivos	33.086.319	-	-	-	33.086.319
TOTAL DO PASSIVO	854.684.375	35.655.413	1.035.173	2.174.536	893.549.497

	ANGOLA	OUTROS PAÍSES DE ÁFRICA	EUROPA	OUTROS	TOTAL
ACTIVO					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	104.492.564	-	-	-	104.492.564
Disponibilidades em outras instituições de crédito	427.011	56.661	8.142.974	44.429	8.671.075
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	12.533.217	5.707.582	3.335.084	-	21.575.883
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	74.002.515	-	3.707.580	-	77.710.095
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	5.796.606	-	5.796.606
Investimentos detidos até à maturidade	472.553.566	-	-	-	472.553.566
Crédito a clientes	304.319.570	-	-	-	304.319.570
Activos não correntes detidos para venda	13.614.933	-	-	-	13.614.933
Outros activos tangíveis	12.204.994	-	-	-	12.204.994
Activos intangíveis	25.969	-	-	-	25.969
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	194.851	-	145.931	-	340.782
Outros activos	2.566.985	-	1.858	3.158.413	5.727.256
TOTAL DO ACTIVO LÍQUIDO	996.936.175	5.764.243	21.130.033	3.202.842	1.027.033.293
PASSIVO					
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	13.779.860	18.324.322	299.055	-	32.403.237
Recursos de clientes e outros empréstimos	847.205.668	60.127	279.903	2.887.081	850.432.779
Outros passivos	31.228.350	-	-	-	31.228.350
TOTAL DO PASSIVO	892.213.878	18.384.449	578.958	2.887.081	914.064.366



33. Eventos subsequentes

a) Requisitos de capital social mínimo das Instituições Financeiras

Em 21 de Fevereiro 2018, foi publicado pelo Banco Nacional de Angola o Aviso n.º 02/2018, que prevê a alteração do capital social mínimo requerido para as Instituições Financeiras a operar em Angola, passando de mAKZ 2.500.000, aplicável até ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, para mAKZ 7.500.000, a ser cumprido até 31 de Dezembro de 2018.

Adicionalmente, o referido Aviso prevê um prazo de 120 dias para as Instituições Financeiras apresentarem ao Banco Nacional de Angola um plano de acção detalhado descrevendo as medidas a implementar que visam o cumprimento dos requisitos indicados.

Com o objectivo de dar cumprimento ao disposto pelo BNA, o Conselho de Administração irá colocar à deliberação da Assembleia Geral anual, uma proposta de aumento do capital social por incorporação de reservas.

b) Variação cambial até 28 de Fevereiro de 2018

No período compreendido entre 31 de Dezembro de 2017 e 28 de Fevereiro de 2018, o câmbio médio indicativo publicado pelo Banco Nacional de Angola sofreu uma variação significativa. Naquelas datas, os câmbios do Kwanza (AKZ) face ao Dólar dos Estados Unidos (USD) e ao Euro (EUR) eram os seguintes:

	31.12.2017	28.02.2018
USD	165,924	213,137
EUR	185,400	261,978

Tendo em atenção a política contabilística descrita na nota 2.3 i), o efeito da variação cambial entre 31 de Dezembro de 2017 e 28 de Fevereiro de 2018, sobre os saldos do Banco de 31 de Dezembro de 2017, ceteris paribus, seria detalhado como segue:

	2017	VARIAÇÃO DO IMPACTO CAMBIAL	28.02.2017
Activo	1.011.991.412	134.908.066	1.146.899.478
Passivo	(893.549.497)	(104.344.618)	(997.894.115)
Demonstração dos resultados:			
Resultados cambiais	-	(30.563.448)	(30.563.448)
Resultado na posição monetária líquida	-	33.702.166	33.702.166
		3.138.718	3.138.718
Capital Próprio: Reservas de reavaliação	(118.441.915)	(33.702.166)	(152.144.081)

+ Relatório de Auditoria



Accountants &
business advisers

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas do **Banco BIC, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2017, que evidencia um total de 1.011.991.412 milhares de kwanzas angolanos e um total de capital de 118.441.915 milhares de kwanzas angolanos, incluindo um resultado líquido de 34.253.304 milhares de kwanzas angolanos, as Demonstrações dos resultados, dos resultados e de outro rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

2. O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras, de acordo as Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo IASB – International Accounting Standards Board, e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação das demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Responsabilidade do Auditor

3. A nossa responsabilidade é expressar uma opinião independente sobre estas Demonstrações Financeiras com base na nossa auditoria, a qual foi conduzida de acordo com as Normas Técnicas da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola. Essas Normas exigem que cumpramos requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter garantia razoável sobre se as Demonstrações Financeiras estão isentas de distorção material.
4. Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a apropriação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pelo Conselho de Administração, bem como avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.
5. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria com reservas.

Base para Opinião com reservas

6. Conforme descrito na Nota 2.3, alínea i), o Banco encontra-se a aplicar parcialmente os princípios definidos na IAS 29 – Relato financeiro em economias hiperinflacionárias ("IAS 29"), através da actualização monetária dos seus fundos próprios, a qual se realizou em 2008 e novamente a partir de Maio de 2016. Contudo, a Associação Angolana de Bancos ("ABANC") e o Banco Nacional de Angola ("BNA") expressaram uma interpretação de que não se encontram cumpridos a totalidade dos requisitos previstos na IAS 29 para que a economia Angolana seja considerada hiperinflacionária no exercício findo em 31 de Dezembro de 2017. Em 31 de Dezembro de 2017, a taxa de inflação acumulada nos últimos três anos aproxima-se ou ultrapassa os 100%, dependendo do índice utilizado, existindo igualmente a expectativa de que continuará a exceder cumulativamente os 100% em 2018, o que é uma condição quantitativa objectiva que nos leva a considerar, para além da existência de outras condições previstas na IAS 29, que a moeda funcional das demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2017 corresponde à moeda de uma economia hiperinflacionária. Nestas circunstâncias, para efeitos da apresentação das suas demonstrações financeiras naquela data, o Banco deveria ter adoptado integralmente as disposições previstas naquela Norma, incluindo a actualização dos seus activos não financeiros, essencialmente, os "Outros activos tangíveis", a revalorização das várias componentes que compõem os Fundos Próprios, bem como a reexpressão das demonstrações financeiras do exercício anterior, apresentadas para efeitos comparativos. Não obtivemos, contudo, informações suficientes que nos permitam quantificar com rigor os efeitos relativos aos aumentos no activo e nos fundos próprios do Banco em 31 de Dezembro de 2017, que entendemos serem significativos.

Opinião

7. Em nossa opinião, excepto quanto aos possíveis efeitos da matéria descrita no parágrafo 6 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **Banco BIC, S.A.** em 31 de Dezembro de 2017, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo IASB – International Accounting Standards Board (Nota 2).

Luanda, 4 de Abril de 2018



PKF Angola, S.A.
Representada por
Eurico César Gomes da Silva (Perito Contabilista n.º 20120074)

+ Relatório do conselho fiscal

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas do Banco BIC, S.A.

1. Nos termos da Lei e dos Estatutos, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora por nós desenvolvida bem como o parecer sobre os documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração do Banco BIC, SA (Banco) relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.
2. No decurso do exercício, acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a evolução da actividade do Banco, a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis. Obtivemos também do Conselho de Administração e dos diversos serviços do Banco as informações e os esclarecimentos solicitados, necessários à emissão do nosso parecer.
3. Analisámos o conteúdo do Relatório dos Auditores, emitido pela Sociedade PKF Angola, S.A., o qual damos como integralmente reproduzido e que contém uma opinião com a reserva referida no seu parágrafo 6.
4. Cumpre-nos informar os Senhores Accionistas que a não aplicação de forma integral das disposições previstas na IAS 29 – Relato financeiro em economias hiperinflacionárias se devem às instruções emitidas pelo Banco Nacional de Angola, regulador do sector financeiro, na sua carta remetida à ABANC, a qual apresenta a análise realizada à evolução da economia angolana considerando que a mesma não se encontra em hiperinflação. As instruções emitidas pelo Banco Nacional de Angola, enquanto supervisor e regulador do sector financeiro, são de aplicação obrigatória nos termos da Lei e Regulamentos em vigor no país.
5. No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço em 31 de Dezembro de 2017, as Demonstrações dos resultados, dos resultados e de outro rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente Anexo, incluindo as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados.
6. Adicionalmente, procedemos à análise do Relatório de Gestão do exercício de 2017 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados, nele incluída.

7. Face ao exposto, e tendo em consideração o trabalho realizado, somos de parecer que a Assembleia-geral:
- a. Aprove o Relatório de Gestão relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017,
 - b. Aprove as Contas relativas a esse exercício, e
 - c. Aprove a Proposta de Aplicação de Resultados.
8. Gostaríamos de expressar o nosso reconhecimento ao Conselho de Administração e aos serviços do Banco, pela colaboração que nos foi prestada.

Luanda, 4 de Abril de 2018

O Conselho Fiscal



Sérgio Henrique Borges Serra
Presidente



Maria Ivone de Freitas Pereira dos Santos
Vogal



Banco BIC, S.A.

Sede: Bairro de Talatona, Sector INST 4, GU06B, Município da Samba, Luanda - Angola
Telefone: (+244) 923 130 000

www.bancobic.ao



BancoBIC

Crescemos juntos

Banco BIC, S.A.

Sede: Bairro de Talatona, Sector INST 4, GU06B,
Município da Samba, Luanda - Angola
Telefone: (+244) 923 130 000

www.bancobic.ao